

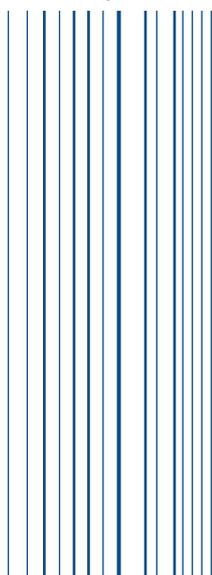


*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XXIII nº 2

jul. dez. 2020



issn 1519-3314



Diretoria (2019-2021)

Presidente: Alcides Goularti Filho (Unesc)

Vice-presidente: Bruno Aidar (Unifal-MG)

Primeiro-secretário: Fábio Alexandre dos Santos (Unifesp)

Segundo-secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal-MG)

Primeira-tesoureira: Talita Alves de Messias (Unisinos)

Segundo-tesoureiro: Michel Deliberari Marson (Unifal-MG)

Conselho de representantes

Região Centro-Oeste: Paulo Roberto Cimó de Queiroz (UFGD) e Déborah Oliveira Martins dos Reis (UnB)

Região Nordeste: Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE) e Idelma Aparecida Ferreira Novais; suplente: Leonardo Milanez de Lima Leandro (Univasf)

Região Norte: Danilo Araujo Fernandes (UFPA) e Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)

Região São Paulo: Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp) e Guilherme Grandi (USP); suplente: Janaína Fernanda Battahin (Unesp)

Região Sudeste: Mônica de Souza Martins (UFRRJ) e Daniel do Val Cosentino (UFOP); suplente: Leonardo Segura Moraes (UFU)

Região Sul: Liana Darabas Ronçani (UFRGS) e Fábio Faria de Moraes (CIASC); suplente: Gabriel Crozetta Mazon (Unesc)

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Luiz Carlos Soares (1997-1999), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando João Dalla Costa (2011-2013), Ângelo Alves Carrara (2013-2015), Alexandre Macchione Saes (2015-2017) e Luiz Fernando Saraiva (2017-2019).

História Econômica & História de Empresas

Equipe editorial

Guilherme Grandi (USP)

Ivan Colangelo Salomão (UFPR)

Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp)

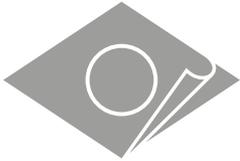
Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal-MG)

Editoração eletrônica: Eva Maria

Revisão de texto: Jeferson Mello Rocha

E

*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XXIII nº 2

jul. dez. 2020

issn 1519-3314

www.hehe.org.br | hehe.abphe@gmail.com

História Econômica & História de Empresas / Associação Brasileira
de Pesquisadores em História Econômica – v.1
São Paulo: ABPHE, 1998-
Semestral
ISSN 1519-3314

história econômica & história de empresas

vol. XXIII nº 2

jul. dez. 2020

SUMÁRIO

- 255 A Casa di San Giorgio (1407-1805) no ciclo sistêmico genovês: algumas considerações**
Liana dos Santos Gonçalves de Souza, Luiz Eduardo Simões de Souza
- 281 Reparações e dívidas no entreguerras: as dificuldades político-econômicas da Alemanha à luz das contribuições de Hjalmar Schacht**
*Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório, Arthur Osvaldo Colombo
Diego Gonçalves Favorato*
- 315 O caso do Paraguai à luz das teorias latino-americanas da industrialização tardia: as circunstâncias do atavismo econômico no Cone Sul**
Rodrigo Luiz Medeiros da Silva
- 357 Formação da sociedade de classes e a necessidade de descolonização no Brasil**
Jaime Winter León, Maria Mello de Malta
- 393 As ideias econômicas de Heitor Ferreira Lima: resgatando as obras publicadas nos anos 1950 e 1960**
Janaína Fernanda Battahin
- 427 A Província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX: ensaio sobre opressão econômica e suas repercussões**
Hoyêdo Nunes Lins
- 463 O complexo agroindustrial da Floresta**
*Suzana Quinet de Andrade Bastos, Luciana de Assis Mauler
Carolina Moraes Sarmiento de Assis*
- 495 “Casa Sportman – Sempre imitada, nunca igualada”: estratégias de um empreendimento e dinâmicas de consumo (Rio de Janeiro, 1909-1922)**
Victor Andrade de Melo, João Manuel Casquinha Malaia Santos
- 527 Resenha bibliográfica**
Nelson Mendes Cantarino

TABLE OF CONTENTS

- 255 The St. George's house (1407-1805) in the genoese world-system cycle: some considerations**
Liana dos Santos Gonçalves de Souza, Luiz Eduardo Simões de Souza
- 281 Reparations and debts in the interwar period: Germany's political and economic difficulties in the light of Hjalmar Schacht's contributions**
*Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório, Arthur Osvaldo Colombo
Diego Gonçalves Favorato*
- 315 The case of Paraguay in the view of Latin American theories of late industrialization: the circumstances of economic atavism in the Southern Cone**
Rodrigo Luiz Medeiros da Silva
- 357 The formation of class society and the need for decolonization in Brazil**
Jaime Winter León, Maria Mello de Malta
- 393 The economic ideas of Heitor Ferreira Lima: rescuing books published in the 1950s and 1960s**
Janaína Fernanda Battahin
- 427 The Province of Santa Catarina in the first half of the 19th century: an essay on economic oppression and its repercussions**
Hoyêdo Nunes Lins
- 463 The agro-industrial complex of the Forest**
*Suzana Quinet de Andrade Bastos, Luciana de Assis Mauler
Carolina Moraes Sarmento de Assis*
- 495 "Casa Sportman – Always imitated, never equaled": strategies of an enterprise and consumption dynamics (Rio de Janeiro, 1909-1922)**
Victor Andrade de Melo, João Manuel Casquinha Malaia Santos
- 527 Book review**
Nelson Mendes Cantarino

a casa di san giorgio (1407-1805) no ciclo sistêmico genovês: algumas considerações*

the st. george's house (1407-1805) in the genoese world-system cycle: some considerations

Liana dos Santos Gonçalves de Souza*

Economista pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Luiz Eduardo Simões de Souza**

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar o processo de ascensão do Ciclo Genovês de Acumulação, que teve duas viradas durante os séculos XV e XVI, bem como examinar a principal entidade que favoreceu a progressão e o crescimento da cidade-estado de Gênova, a *Casa Di San Giorgio*. Utiliza-se como fonte para análise o estatuto normativo fundador, datado de 1568, que rege toda a política administrativa da Casa, sua estrutura e sua influência social e financeira-fiscal, para a escalada da economia genovesa em face de seu influxo mundial.

Palavras-chave: Casa di San Giorgio. Ciclo Sistêmico. Gênova. Ciclo Genovês. Finanças.

ABSTRACT

This article aims to present the process of ascending the Genoese Accumulation Cycle that had two turns during the fifteenth and sixteenth centuries, as well as examine the main entity that favored the progression and growth of the City-State of Genoa, St. George's House (*Casa Di San Giorgio*). For that purpose, the Statuto of 1568 is used, which governs the whole administrative policy of the House, its structure and its social and financial-fiscal influence, for the escalation of the genoese economy in face of its worldwide influence.

Keywords: St. George's House. Casa di San Giorgio. Systemic Cycle. Genoa. Genoese Cycle. Finance.

* Submissão: 28/10/2019; aprovação: 14/07/2020.

** Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Economista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: liana.goncalves18@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6142-2344>>.

*** Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: luizedusouza@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8817-5379>>.

1. Introdução

A *Casa di San Giorgio* (1407–1805) foi um órgão pioneiro das finanças modernas, tendo exercido papel fundamental na evolução das estruturas administrativas, creditícias e financeiras dentro da história das instituições securitárias. É útil, a esse propósito, lembrar o nome completo pelo qual passou a ser conhecida a partir de 1408, qual seja, *Casa delle compere e dei banchi di San Giorgio* (Casa di San Giorgio, 2014, p. 3)

O termo *Casa* ou, mais precisamente, *Officium* em latim, tinha por objetivo destacar e caracterizar uma identidade legal. Quanto à referência a *San Giorgio*, era a norma invocar a proteção de um santo, sempre que havia um elemento de risco em Gênova. Nesse caso, tratava-se de São Jorge, um jovem guerreiro e soldado romano, venerado como mártir cristão. Os outros dois termos, *compera* e *banchi*, referem-se a produtos e serviços oferecidos pelo órgão, fossem a guarda depositária de valores monetários (*banchi*) ou instrumentos de crédito (*compera*) (Felloni, 2018).

O *Statuto* de 1568 da *Casa di San Giorgio* é um documento central, não apenas para compreender o funcionamento da organização, mas também para entender a constituição de um dos primeiros organismos financeiros do ciclo genovês, em sua fase descendente, trazendo consigo todas as particularidades de sua estrutura. Segundo ele, as *comperas* foram o principal instrumento de financiamento público que surgiu sob uma situação de extrema pressão sobre o principado genovês, uma vez que a *Casa di San Giorgio* fora criada pela cidade-estado de Gênova com a finalidade de administrar suas dívidas públicas (*comperas*) (Casa di San Giorgio, 2014). É necessário que se pontue que o início dessas dívidas é atrelado às guerras travadas entre as cidades-estados italianas nas quais o governo genovês vendeu títulos de dívidas públicas por meio de notas promissórias que proporcionaram uma receita de direitos aduaneiros e impostos cobrados sobre bens de consumo como o sal.

Por aproximadamente um século, a *Casa* realizou suas operações vendendo notas promissórias para muitos comerciantes de forma tão descontrolada, que ela decidiu instituir e converter todas as *comperas* em uma única dívida consolidada. Gênova inicia um processo de consolidação e unificação de todos esses débitos públicos em 1274, estendendo-se em 1303, 1332, 1340 e 1407 de todos os débitos públicos, transformando-os em *compera*, que foi um instrumento de financiamento

público com o objetivo de administrar e unificar todas as dívidas públicas (*comperas*).

Em seguida, a *Casa*, além de iniciar o processo de administração das dívidas a partir de 1408, obteve consentimento para realizar depósitos bancários e atividades relacionadas ao crédito, abrindo várias filiais, mais especificamente no norte da Itália, o que beneficiaria os sócios da *Casa* e o Estado. Sua soberania atingiu vários lugares, como Famagosta (1447), Caffa e Córsega (1453), Lerici (1479), Sarzana (1484), Pievedi Teco (1512), Ventimiglia (1514) e Levanto (1515), entretanto, os custos de gestão desses territórios não se mostraram mais rentáveis para a *Casa*, fazendo com que ela retornasse as posses que detinha para o Estado, o que justificou, em 1568, a criação de um novo *Statuto* sob os moldes de uma pequena reforma (Felloni, 2018).

O objetivo deste artigo é apresentar a *Casa di San Giorgio* (CSG) desde a sua origem até seu término em 1805, em sua relação com o ciclo sistêmico de acumulação genovês, conforme a teoria de sistemas-mundo elaborada por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. De acordo com essa teoria, as finanças exercem um papel significativo especialmente nas mudanças entre ciclos sistêmicos. A CSG tem sua importância reconhecida mesmo antes da formulação da teoria de sistemas-mundo;¹ o papel das inovações financeiras trazidas por ela a caracterizam como a instituição de estado-da-arte da transição sistêmica de Gênova a Flandres.

Foram utilizadas como fontes para análise o estatuto normativo fundador e o conjunto de documentos presente no *site* referente ao projeto científico do professor Giuseppe Felloni, no qual ele descreve as especificidades da dinâmica da *Casa* naquele período. Para tanto, a estratégia de abordagem adotada neste texto é a seguinte: a esta introdução, segue uma segunda parte sobre o Ciclo Sistêmico Genovês, demonstrando a relação desse ciclo com a possibilidade de expansão da *Casa*. A *Casa di San Giorgio* é o objeto da terceira parte, e a quarta parte apresentará o *Statuto di 1568*.

2. O ciclo sistêmico genovês

Para Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, a

¹ Conforme Schumpeter (1991), escrito originalmente em 1954.

lógica de acumulação de poder estava atrelada a ampliação do espaço, e, portanto, tomaram como análise a expansão e a formação do conceito de “economias-mundo”.

A formulação sobre “sistema-mundo” surge, então, a partir da necessidade de explicar o surgimento do sistema capitalista utilizando como base as raízes primeiras dos estudos de Fernand Braudel, e, posteriormente, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein.

Para Arrighi, a importância dos estudos desses autores é fornecer um alicerce para corroborar o caráter de competição entre os Estados ao serem críticos do “sistema mundo” e admitirem um posicionamento sistêmico de acumulação do capital.

Esse conceito de sistema-mundo nasceu no século XVI na Europa com a busca constante da acumulação de capital pelos Estados nacionais, o que levou a um quadro de conflitos entre os Estados ao concentrar nas mãos de poucos o capital. Dessa forma, a busca constante por poder e riqueza foi responsável, em última análise, pelo desencadeamento de sucessivas crises² em períodos de transição, relativas ao início e fim dos ciclos sistêmicos de acumulação capitalista.

Segundo Immanuel Wallerstein (2004),

A história da emergência da análise de sistemas-mundo está embebida na história do sistema-mundo moderno e nas estruturas de conhecimento que cresceram como parte daquele sistema. É mais útil rastrear o início dessa história particular não nos anos 1970, mas em meados do século XVIII. A economia-mundo capitalista esteve então em existência já por cerca de dois séculos. O imperativo da interminável acumulação de capital gerou uma necessidade por mudança tecnológica constante, uma constante expansão de fronteiras – geográficas, psicológicas, intelectuais, científicas. (Wallerstein, 2004, p. 1, tradução nossa)³

² Segundo Arrighi (2001, p. 38), essas crises, identificadas ao longo da história, detêm alguns indícios que explicariam a dinâmica de enfraquecimento e fortalecimento entre os Estados-nações, qual seja, “a intensificação da competição interestatal e interempresarial; a escalada global dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder”. Immanuel Wallerstein também corrobora essa dinâmica, afirmando que “O Sistema Mundial Moderno tem sua origem no século XVI. [...] É e sempre foi uma ‘economia mundo’. É e sempre foi uma economia-mundo capitalista.” (Wallerstein, 2004, p. 23).

³ No original: “The story of the emergence of the world-systems analysis is embedded in the history of the modern world-system and the structures of knowledge that

No intento de definir os ciclos a partir da expansão financeira e material, Arrighi (2001) explica que:

Cada ciclo recebe o nome específico de agentes governamentais e empresariais que o definiu e conduziu o sistema capitalista mundial rumo à expansão material e, em seguida, à expansão financeira que, em conjunto, constituem o ciclo. Os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se uns aos outros no início e no fim, porque as fases de expansão financeira foram não apenas o outono de evoluções importantes do capitalismo mundial, como também períodos em que um novo complexo governamental e empresarial surgiu e, com o tempo, reorganizou o sistema, tornando possível nova expansão. (Arrighi, 2001, p. 42)

Assim, definem-se os ciclos de acordo com seus componentes do “sistema-mundo”, sob uma lógica territorial do capitalismo histórico, dividindo seu processo em quatro etapas, as quais são denominadas Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).

A idéia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação. Embora eu tenha escolhido seus nomes a partir de determinados componentes do sistema (Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos), os ciclos em si referem-se ao sistema como um todo, e não a seus componentes. (Arrighi, 1996, p. 11).

Partindo de uma concepção compartilhada por outros autores, como Harvey (2006) e John A. Hobson (1981), que definem o imperialismo como uma “fusão contraditória” entre a política de Estado e de Império, Arrighi demonstra que, antes mesmo de se relacionar com o industria-

grew up as part of that system. It is more useful to trace the beginning of this particular story not to the 1970 but to the mid-eighteenth century. The capitalist world-economy had then been in existence for some two centuries already. The imperative of the endless accumulation of capital had generated a need for constant technological change, a constant expansion of frontiers – geographical, psychological, intellectual, scientific.”

lismo, o capitalismo se ergueu mediante o processo de financeirização do Capitalismo Mercantil.

Dessa forma, Giovanni Arrighi (1996) identifica quatro Ciclos Sistêmicos:⁴ a) Ciclo Ibero-Genovês (século XV ao início do século XVII); b) Ciclo Holandês (fim do século XVI ao fim do século XVIII); c) Ciclo Britânico (meados do século XVIII ao início do século XX); e d) Ciclo norte-americano (fim do século XIX até a mais recente expansão financeira). O padrão encontrado para que o autor distinguisse cada ciclo proveio da forma geral do capital (D-M-D', Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro), definida por Marx, conforme explica Arrighi (1996):

O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação. (Arrighi, 1996, p. 6)

É factível admitir que a cidade-estado de Gênova reunisse todas as características apontadas por Braudel (1998, p. 16) para compor uma “economia-mundo”. Para tanto, há as seguintes regras tendenciais: 1) ocupam um espaço geográfico determinado, ainda que potencialmente suscetível a rupturas; 2) dispõem-se em torno de um centro ou núcleo, um polo representado por uma cidade dominante; 3) dividem-se em zonas sucessivas: centro, zonas intermediárias e as margens. Esse tipo de Estado mostrou rapidamente a que veio, ao articular seu domínio financeiro a partir de instrumentos financeiros criados na época, de caráter fiscal e creditício, conforme Braudel (1995):

No domínio financeiro, as cidades organizam os impostos, as finanças,

⁴ Cabe destacar que tais ciclos não seguem uma lógica linear, mas uma distribuição ordenada pelo capital financeiro que acabam por delimitar os momentos de hegemonia próprios a cada um. Para um resumo consubstanciado a respeito de ciclos sistêmicos, veja-se Brussi (2011).

o crédito público, as alfândegas. Inventaram os empréstimos públicos: poderemos dizer que o Monte Vecchio de Veneza remonta de fato às primeiras emissões de 1167; a Casa di San Giorgio, em primeira fórmula, data de 1407. Uma após outra, reinventam a moeda de ouro, na esteira de Gênova que começa a cunhar o genovino no fim do século XII. Organizam a indústria, os ofícios, inventam ou reinventam o comércio longínquo, a letra de câmbio, as primeiras formas de sociedades comerciais e de contabilidade; inauguram também, e depressa, as suas lutas de classes. (Braudel, 1995, p. 469)

Segundo Arrighi (1996), o Capitalismo Financeiro Genovês prospera na segunda metade do século XIV a partir da intensificação competitiva entre as cidades-estados italianas, a qual se deu devido à expansão comercial do século XIII e meados do século XIV, originando o primeiro ciclo sistêmico de acumulação.

As quatro principais cidades-estados do norte da Itália iniciaram, assim, uma corrida de expansão financeira, estabelecendo centros comerciais de acumulação, fortalecidos com uma espécie de divisão do trabalho entre as atividades industriais e comerciais.

Florença e Milão empenhavam-se, ambas, na manufatura e no comércio terrestre com o noroeste da Europa; mas, enquanto Florença se especializava no comércio de produtos têxteis, Milão especializava-se no de metais. Veneza e Gênova especializavam-se no comércio marítimo com o Oriente; mas, enquanto Veneza especializava-se nos negócios com o circuito sul-asiático, baseados no comércio de especiarias, Gênova especializava-se em negócios com o centro-asiático, baseados no comércio de seda. (Arrighi, 1996, p. 90)

Essas cidades-estados ainda que lidassem autarquicamente com seu comércio, mantinham certa interdependência, fazendo com que cada centro obtivesse sucesso independentemente das outras, conforme Faber (2012):

À medida que se intensificavam as pressões competitivas e que houve uma escalada na luta pelo poder, o capital excedente, que já encontrava investimentos lucrativos no comércio, foi mantido em estado de liquidez e usado para financiar a crescente dívida pública das cidades-Estado, cujo patrimônio e receita futura foram mais completamente alienados do que nunca a suas respectivas classes capitalistas. (Faber, 2012, p. 1)

Com a crise ocorrida na Itália entre 1620 e 1680, essa dinâmica não resistiria à expansão sistêmica. As invenções italianas já não eram mais tão importantes para o mundo, conforme Cipolla (1993):

Quanto à Itália, para trás ficavam os tempos em que o país dava lições ao resto do mundo com as inovações técnicas mercantis, contabilísticas e financeiras dos seus mercadores, com as suas escolas de direito e de medicina, com a sua organização sanitária de vanguarda. A crise econômica, que subvertera o país entre 1620 e 1680, tinha transformado a Itália em “periferia” [...]. (Cipolla, 1993, p. 16)

A dificuldade de estabelecer-se uma complementaridade em parâmetros de divisão do trabalho, ao invés da ligação em paralelo, acabaria por estabelecer uma competição que numeraria os dias do ciclo sistêmico de hegemonia das cidades-estados da Península Itálica. É importante, nesse sentido, ressaltar que a fase de financeirização desse ciclo, no qual a *Casa di San Giorgio* se situa historicamente, marca tal crise e declínio, em conformidade com a teoria de sistemas-mundo.

3. A *Casa di San Giorgio*

3.1. Fundação e histórico

A *Casa di San Giorgio* surgiu em 1407, ano de sua fundação na cidade de Gênova, como a *Casa delle compere e dei banchi di San Giorgio*, como o principal ente responsável pelo financiamento do Estado e pelos instrumentos que foram necessários para administrar a política econômica e financeira.

Para muitos historiadores, como Giuseppe Felloni (2010),⁵ a *Casa* possui sua definição pautada no conceito de associação dotada de per-

⁵ Graduado na Universidade de Gênova com Carlo M. Cipolla, estudou sob a supervisão de Fernand Braudel na *École pratique des hautes études* como erudito do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e foi assistente de F. Borlandi com a qualificação de auxílio. Ele ensinou nas universidades de Veneza e em Gênova, primeiro na Faculdade de Direito, depois na de Ciência Política e depois na Faculdade de Economia como professor de história econômica. Aposentado desde novembro de 2004, é professor emérito da Universidade de Gênova.

sonalidade jurídica, ou seja, estabelecida em regras morais e éticas. E, portanto, o Estado reconhece a *Casa* enquanto um órgão jurídico, utilizando a *compera* para lidar com as intervenções estatais de cunho político-econômico e questões fiscais por meio de seus representantes legais.

Dessa forma, podemos destacar três elementos que integram a *Casa di San Giorgio* enquanto uma entidade jurídica, a saber: (1) o capital inicial (pode ser entendido como um crédito concedido para o Estado e dividido em cotas transferíveis livremente); (2) o propósito social que garantiria o reembolso dos credores no futuro; a pluralidade de credores; e, por último, (3) um corpo de administradores (Casa di San Giorgio, 2014)

Dadas as condições comerciais e as possibilidades de crescimento de Gênova no início do século XV, a ideia da fundação da *Casa di San Giorgio* trazia apenas benefícios e seguros aos agentes envolvidos. Apenas o choque dessas possibilidades com o desenvolvimento do Capitalismo Mercantil e a deterioração dessas condições comerciais poderiam trazer problemas a esse empreendimento.

Não é fora de propósito aceitar que os credores da *Casa* tivessem como maior propósito obter o máximo possível de rendimentos fiscais, em escala e margem. Assim, visariam obter parcelas mais robustas da arrecadação fiscal, com taxas elevadas de rendimento para suas cotas. O governo, por sua vez, estaria interessado em uma maior pulverização das cotas fiscais e em taxas reduzidas, preferencialmente decrescentes com o tempo.

3.2. Declínio da Casa di San Giorgio

Conforme é apresentado no *Statuto* (Casa di San Giorgio, 2014), evidentemente, nem sempre a expansão dos negócios representou uma prosperidade geral distribuída pela *Casa di San Giorgio* ao governo e aos credores privados. Uma primeira série de intervenções teve lugar nos anos 1459-1460, após indícios de má administração, dada pela negligência dos protetores.

Tomaram-se várias medidas, no sentido de aumentar as receitas da casa, apertando-se a fiscalização e os instrumentos de escolha e impessoalidade dos protetores, abrindo maior espaço aos pequenos investidores,

que representavam a maior parte do capital da *Casa* à época, para tomar decisões administrativas. Prêmios pela eficiência fiscal foram instaurados com o fim de aumentar o montante arrecadado e aumentar o interesse de investidores (Casa di San Giorgio, 2014).

Medidas mais radicais seriam tomadas em 1463, ainda no campo de saldos financeiros internos. Durante alguns anos, para satisfazer as exigências crescentes de dinheiro na cidade, a *Casa di San Giorgio* foi forçada a derramar sobre o esgotamento de liquidez. Isso significou sacrificar a realização dos *luoghis*, atrasando o pagamento em dinheiro de sua renda (ou seja, a parcela de receitas fiscais devido a eles por meio de juros), transformando-os em empréstimos no final (chamado de “folha de pagamento”), com prazo incerto (Casa di San Giorgio, 2014).

Diante de todas as intervenções que foram necessárias, é necessário explicar como o Estado genovês consolidou seus instrumentos financeiros e criou a *Casa di San Giorgio* para atuar como a principal instituição a administrar os títulos da dívida pública. Isso transparece no Estatuto de 1568, o qual marca os fundamentos das operações financeiras e creditícias da *Casa*.

4. O Estatuto de 1568

4.1. Cenário histórico

O *Statuto* de 1568 relatou a primeira reforma da estrutura orgânica de funcionamento da *Casa di San Giorgio*, expondo todos os aspectos de sua administração, e em particular, a sua base ética, concernente às relações sociais previstas nas transações financeiras.

O *Statuto* de 1568 pode ser considerado, assim, uma peça-chave para a compreensão da instituição, de elementos creditícios e financeiros modernos, pois denota o advento de alguns princípios básicos da administração, quais sejam, os de impessoalidade, materialidade, responsabilidade, publicidade e transparência, sem deixar de ponderar sobre uma forte centralização administrativa do ponto de vista territorial.

A raiz das mudanças e transformações administrativas da *Casa di San Giorgio* parece ter sido o impacto de suas crises, as quais são sempre acompanhadas de mudanças estatutárias e regimentais. Uma crise comercial

ocorrida em 1442 causou o atraso das chamadas “folhas de pagamento”, trazendo incerteza aos prazos de realização. Logo depois, em 1460, após um atraso de 22 meses, devido às necessidades de receita do Estado, houve outra grande crise, a qual se abateu não apenas por sobre o governo, mas também por sobre a cidade como um todo. De toda forma, é importante ressaltar que essas crises se deram ao longo dos séculos XV e XVI em intervalo menor ao de uma década (com exceção dos dois primeiros anos), ou seja, inferior ao de um ciclo comercial (Pirenne, 1968; Deyon, 1973; Schumpeter, 1991; Heckscher, 1983). A cronologia dos eventos, cotejada com outros de maior amplitude, também mostra que a abertura de novas rotas e mercados, com a inserção de novos agentes no comércio ultramarino, parece ter afetado também a administração da *Casa*. Também é importante ressaltar que esse tipo de crise, causada pelo fluxo intermitente de caixa, teria reincidência crônica em Gênova até meados do século XVI. É possível identificar nas referências documentais outros momentos críticos em 1463, 1474, 1503, 1504, 1519, 1523, 1527, 1530, 1532, 1540 e 1543 (Casa di San Giorgio, 2014).

As causas mais imediatas que reúnem esses momentos críticos obedecem a duas ordens de fenômenos, a saber: (1) resultados comerciais ruins para a cidade, dados eventualmente por fatores externos; e (2) resultados fiscais ruins para a cidade, causados por problemas administrativos na *Casa di San Giorgio*. Nesse sentido, empreenderam-se várias reformas administrativas na *Casa*, sendo a mais significativa delas a criação do *Statuto di 1568*. Este teria sido motivado pelo desejo dos protetores de resumir e sistematizar as reformas realizadas anteriormente, no calor das crises ocorridas (Casa di San Giorgio, 2014).

O estabelecimento de regras consolidadas também marcava o início do ocaso do dinamismo econômico da *Casa*. Após a reforma de 1568, as práticas administrativas da *Casa di San Giorgio* não sofreriam maiores alterações, até 1797, quando a “Nova República” formada naquela região da península itálica mudou o *status* da organização para *Banco di San Giorgio*.

Em 4 de julho de 1805, com a ocupação napoleônica, a *Casa* seria definitivamente extinta, por decreto. A essa data, de prestamista a um Estado independente e financiadora de mercadores do centro dinâmico do comércio europeu, a *Casa* já havia passado a administradora de fundos de difícil realização de liquidez de seus credores (Casa di San Giorgio,

2014). Ao passar a constituir território ocupado, sob a lógica do ocupante, um instrumento de dinamismo econômico interno não fazia sentido. Seria o fim da CSG.

O *Statuto* visa atender a necessidade da *Casa* em estabelecer um ordenamento jurídico no qual fosse formalizada e reorganizada sua estrutura administrativa através de regras, dando confiabilidade aos credores e respaldo para que os títulos fossem repassados sem perder sua liquidez.

Para dar suporte às necessidades da *Casa di San Giorgio*, como a de incorporação de outras casas bancárias, liquidação de bancos e demais formas de expansão de seus volumes de negócio, fazia-se necessário um ajuste na estrutura administrativa que estabelecesse diretrizes operacionais para um melhor funcionamento da *Casa*. O trabalho legislativo para dar regras administrativas à *Casa di San Giorgio* iniciou-se efetivamente em 1564, quando os protetores, dada a existência de muitas ordens e decretos feitos em épocas diferentes, espalhados em escritórios, solicitaram ao Conselho sua elaboração.

Após um prefácio, o *Statuto* é dividido em três seções. A primeira fala sobre as eleições de juízes e a determinação de suas habilidades. A segunda fala sobre as eleições dos ministros e as determinações sobre o funcionamento dos escritórios. E a terceira e última seção fala sobre a venda e a cobrança de impostos que são a força vital da instituição. O *Statuto* apresenta uma escritura compacta, formulada em poucos parágrafos, mas em páginas densas. Trata-se, assim, de um código, no qual consta a estrutura interna da *Casa*, sua hierarquia e fluxo decisório, bem como as regras, regimentos e normas dos instrumentos financeiros criados (Casa di San Giorgio, 2014).

De acordo com o prefácio do *Statuto* de 1568, o Conselho encarregou os protetores de nomear quatro cidadãos, com a tarefa de recolher as escrituras e resumi-las em um compêndio, de modo a formar um texto que trouxesse diretrizes para ordenar os escritórios dos protetores, que até então usavam normas de 1444. Os três juízes protetores, por sua vez, ficaram com a tarefa de revisá-lo em um texto final que teria valor de “decreto público e solene” (Casa di San Giorgio, 2014).

4.2. Estrutura interna da *Casa di San Giorgio*

Em relação à estrutura interna da *Casa*, quatro diferentes grupos

integravam a sua estrutura organizacional: 1) *protettori* (protetores); 2) *procuratori* (procuradores); 3) *magistrato del sale*; 4) Conselho Geral. O *protettori* era encarregado da administração geral, os procuradores encarregavam-se de gerenciar a cobrança de impostos do banco, e o *magistrato del sale* era responsável pelo monopólio de sal – um privilégio concedido ao banco pelo governo genovês (Casa di San Giorgio, 2014).

O Conselho Geral serviu como a assembleia de acionistas do banco convocada pelo *protettori* e teve o poder de aprovar ou desaprovar propostas. Quanto aos diretores do banco, incluíram um síndico ou controlador e três chanceleres. Quanto ao Grande Conselho das *comperes*, representava todos os senhores e era convocado pelos *protettori* para administrar legalmente todos os assuntos que se referiam às *comperes* e os pedidos de financiamento da República.

Havia também o Escritório dos *protettori* (oito membros), que tinha a autoridade suprema para tratar de todas as questões relacionadas às *comperes* e sua jurisdição. Suas principais funções se destinavam à administração de territórios, à venda de *gabelles*, à fixação de receita anual, à organização de escritórios, entre outras. *Gabelle* é um nome genérico usado para designar um imposto, sempre acompanhado de alguma outra palavra com o objetivo de especificar a matéria afetada ou a taxa de alíquota. Por exemplo: *gabelle* de grãos de trigo, *gabelle* de seguro marítimo, e *gabelle* de *petra oleum*, ou petróleo.

Os outros cinco escritórios eram, de certo modo, órgãos complementares, realizavam tarefas colaterais indispensáveis para a gestão. O Escritório dos *precedenti* (assim chamado porque foram os últimos oito *protettori* fora do cargo) supervisionou o porto livre e a administração aduaneira, presidiu a administração tributária e participou da gestão dos *gabelles* de trigo e vinho.

O Escritório de *procuratori* (com oito regentes) assumiria o papel dos *protettori* no primeiro de janeiro de cada ano, tomando o controle administrativo das operações abertas, em mandato de cinco anos, fazendo uso de sua autoridade judicial. É investido para cobrar os montantes devidos e pagar os credores.

Ao expirar o prazo estipulado, as operações abertas foram transferidas para o chamado Escritório de 1444,6 que continuou indefinidamente

⁶ Encontrado no texto original como *Ufficio del 1444*, era composto por oito membros,

na manutenção e locação de imóveis da *Casa* e também administrou os demais papéis confiados por particulares.

Vale ressaltar que até 1560 era comum, com a expansão da *Casa*, o crescimento desordenado de variados cargos e órgãos administrativos; portanto, podemos dizer que o estudo do *Statuto de 1568* em questão justifica essa desordem, uma vez que traz consigo um modo de reforma organizacional, conforme mostra a Figura 1 a seguir.

De acordo com o *Statuto*, os *protettori* (oito no cargo por um ano) seriam mudados a cada seis meses (no final de junho e no final de dezembro), quatro de cada vez, assim como os *precedenti* (também oito). Por sua vez, os cônsules de *Calleghe* (quatro, por um ano) e os oficiais de *sale* (quatro para cada dezesseis meses), um a cada quadrimestre; os *sindicatori* (quatro, por dois anos), um a cada seis meses. Os *procuratori* (oito para dois anos), dois a cada semestre; e os magistrados de 1444 (oito, por oito anos), dois por biênio.

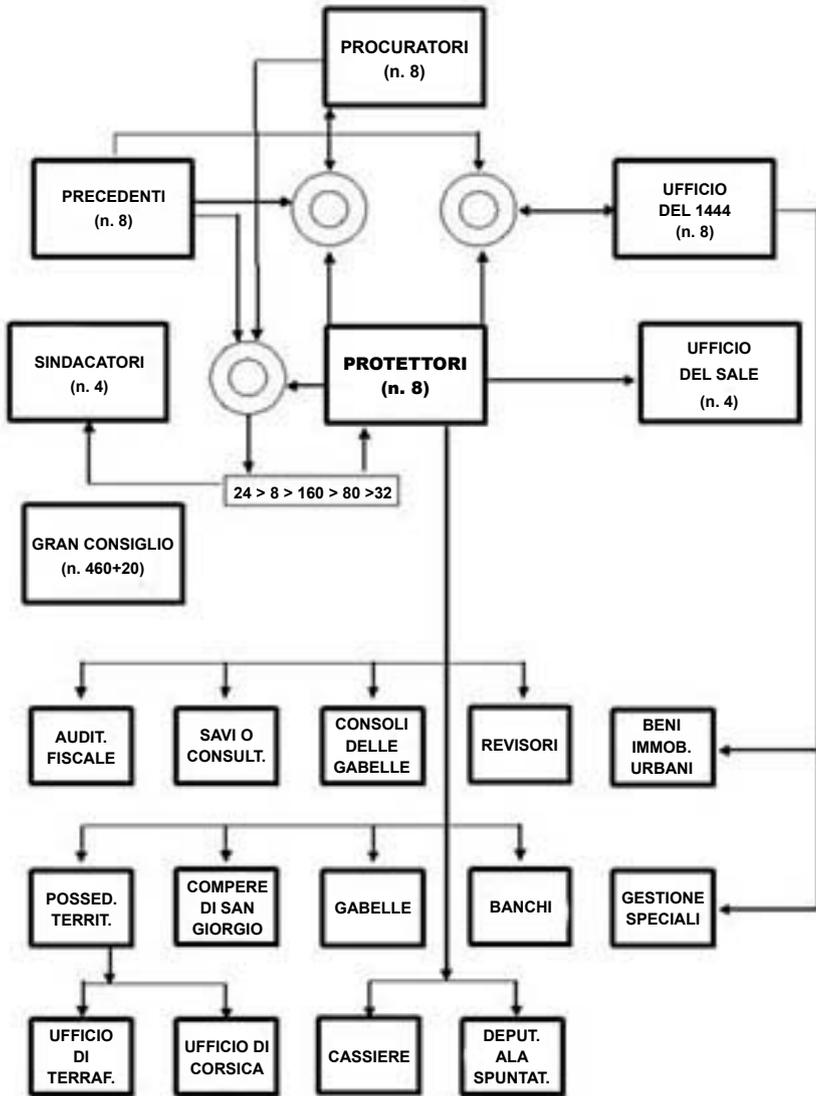
Quanto à seleção desses cargos, cabem algumas informações. O escritório do magistrado seria estritamente reservado para *luogatarì* matriculados em uma das vinte e oito famílias nobres da cidade e estaria sujeito à posse de um número de lugares. Os pressupostos implícitos nessa dupla escolha são: (1) os membros da classe dirigente política promoveriam a simbiose entre *Casa* e Estado; e (2) a precedência do espírito de corpo perante o personalismo.

Para aspirar a um cargo, seria imperioso manter um número mínimo de lugares adequados da sua importância: o estatuto estabelece 100 *luogatarì* no caso dos *protettori* (o poder judicial mais cobiçado); 40 para *precedenti*, *procuratori*, Escritório de 1444, Escritório de *sale*, *sindicatoris* e *revisori* (auditores); 10 vagas para o Gabinete de *Calleghe* e o grande Conselho de Compras (*Compere*), órgão supremo, mas com funções limitadas.

As condições mais severas seriam impostas sobre os aspirantes de *protettori*, que, em virtude das grandes potências do cargo, estariam mais expostos a desvios. Para eles, a lei estabeleceria a idade mínima de 25 anos.

os quais tinham seus mandados por oito anos. Sua função era quitar os credores, cobrar os devedores, possuir poderes judiciais, de julgamento, por exemplo, entre outras tarefas institucionais.

Figura 1 – Casa di San Giorgio: estrutura administrativa de 1550



Fonte: <<http://www.lacasadisangiorgio.it>>

O Estatuto também estipularia que: não pertencessem à mesma família dos protetores no cargo e dos últimos quatro que saíram; não tivessem substituído qualquer *protettore* ou *precedenti*; não fizessem parte dos 32 eleitores; nem fossem pai ou filho de um deles, nem fossem pai, padrasto, irmão ou o filho do prefeito de compras ou de um chanceler; não fossem contratados da *gabelles* por mais de seis meses; sem pai ou filho de empregadores de *gabelles*, não fossem titulares ou sócios de bancos da cidade e não tivessem dívidas para com a Casa de *Comperas*. Nota-se a preocupação em evitar o interesse específico e os conflitos de interesse com a gestão da *Casa*.

Para os *procuratori* e juizes de 1444, a escolha seria confiada a uma comissão composta pelos *protettori* e pelos *precedenti*. Esse sistema não se aplicaria aos *precedenti* para os quais a passagem do cargo dos *protettori* seria automática; nem os *protettori* cuja escolha seria “particularmente trabalhosa” por razões não esclarecidas no documento; nem os *sindacatori* que seriam eleitos ao mesmo tempo que eles.

Quanto aos auditores (*revisori*), às autoridades de *sale* e os cônsules de *Calleghe*, sua nomeação seria prerrogativa dos próprios *protettori*. Um mecanismo seletivo muito trabalhoso, uma mistura de sorteios e eleições, se aplicaria à constituição da Comissão Eleitoral, composta por 32 membros, que não fossem menores de 25 anos, que fossem titulares de 25 lugares, não fazendo parte da comissão anterior, não sendo governadores de *gabelles* nem de “partidos” de *sale*.

Os membros dessa comissão não pertenceriam aos assalariados da *Casa* e não poderiam pertencer à mesma família. Aproximando-se o tempo da renovação do Conselho (junho e dezembro), os *protettori*, os *precedenti* e os *procuratori* se reuniriam em um salão do palácio e realizariam uma chamada a sorteio, com exclusão de oito membros.

Esses oito membros excluídos, com a ajuda do prefeito de compras, dos funcionários e do escriba da “secreta”, analisariam o papel dos cidadãos elegíveis para fazer parte dos 32 eleitores e, separando um de cada família, eles se erguem de forma aleatória de dois a oito indivíduos, até obter-se um total de 160 indivíduos, dos quais os oito comissários escolheriam 80, entre os quais seriam sorteados os 32 eleitores.

Incentivados a escolher as pessoas por “virtude, prudência e integridade gestional no interesse das compras”, os oito comissários se afastam. Os 32 eleitores se arranjam em cadeiras, em relação às quais o *Statuto*

exige que não haja nenhuma mudança ou abandono durante a votação, e cada eleitor mostra um ou mais nomes de candidatos adequados para a posição. Arrolados os nomes propostos, e descartados aqueles que não cumprem o requisito de idade, o resto seria submetido à votação, e entre aqueles que obtivessem pelo menos 22 das 32 bolas brancas, seriam escolhidos os *protettori*. O mais votado ocuparia o cargo de *sindicare*.

O papel dos *protettori* na gestão da *Casa di San Giorgio* é tão crítico que cada eleição seria considerada um evento solene, ao qual o Estatuto dedica um capítulo especial (capítulo X), com toda uma cerimônia para sua celebração. Ela começaria com as boas-vindas dirigidas pelo *prior* selecionado, continuando com a saudação de despedida aos quatro *protettori* expirados. A cerimônia oficial terminaria com um grande almoço para todos os *protettori* no cargo ou expirados.

As funções executivas, ou seja, a execução das ordens dadas pelos magistrados, seriam confiadas a um funcionário do corpo que o Estatuto define como “ministro”: um termo que, no uso antigo, designa precisamente aqueles que prestam serviço a um superior, no caso, os juízes de *San Giorgio*.

O Estatuto distingue várias categorias: balconistas, caixas, prefeitos, cônsules, funcionários, jovens, governadores de *gabelles*, e mesmo os níveis de cuidadores, mensageiros e carregadores. A duração do emprego seria devida ao critério do *protettori*, não podendo exceder um máximo de cinco anos. Ambos os ministros permaneceriam também pelo período de cinco anos, avaliados em cada início de ano.

Os órgãos executivos assumiram – de acordo com os papéis de 1631 – cerca de 770 tarefas remuneradas, a maioria pertencente a assuntos distintos, enquanto os outros foram agrupados e atribuídos em acumulação para a mesma pessoa.

Excluindo os 44 magistrados com diretrizes, a *Casa de San Giorgio* naquele ano ocupou 573 unidades, que envolveram (incluindo honorários, salários, presentes de Natal e outras taxas) uma despesa anual de 200 mil libras.

De acordo com as leis de 1671 a 1673, as horas de trabalho variaram, dependendo da estação, de seis a sete horas nos escritórios centrais e de sete a oito horas em alfândega. O coração batendo da *Casa di San Giorgio* estava no prédio erguido no corpo do palácio do século XIII.

Em 1443, o governo deu uso ao *Officium Sancti Georgiium*. Em 1451,

ele também vendeu as outras instalações desde que pagou os custos extraordinários de reparo do edifício, que estava em mau estado de conservação. Desde então, a administração central da Câmara, que consistiu em uma centena de unidades de quadros supremos, “ministros” e funcionários executivos, ocupou os níveis inicial e superior.

Os trabalhadores restantes realizavam duas funções (estabelecidas no piso térreo), no porto livre e em inúmeras estações aduaneiras localizadas no porto, na raiz das docas de pouso da cidade às portas de acesso por mar e terra, e no domínio, correspondência dos principais desembarques e rotas obrigatórias de mercadorias que entram ou vão para o exterior.

Assim, a versão final do *Statuto* foi entregue em 26 de maio de 1568, data de sua última revisão, do trabalho apresentado em 1565. Foram três anos de extensa revisão e análise por parte dos protetores. As leis da *compere* não foram formuladas em termos comuns, de fácil acesso a todos. São formadas por dados técnicos que não apresentam informações completas sobre compras, origem e destinação de recursos. Parte do resumo desse trabalho feito serviu para ser utilizado, em língua vernácula, nos documentos da *Casa*, até meados de 1765.

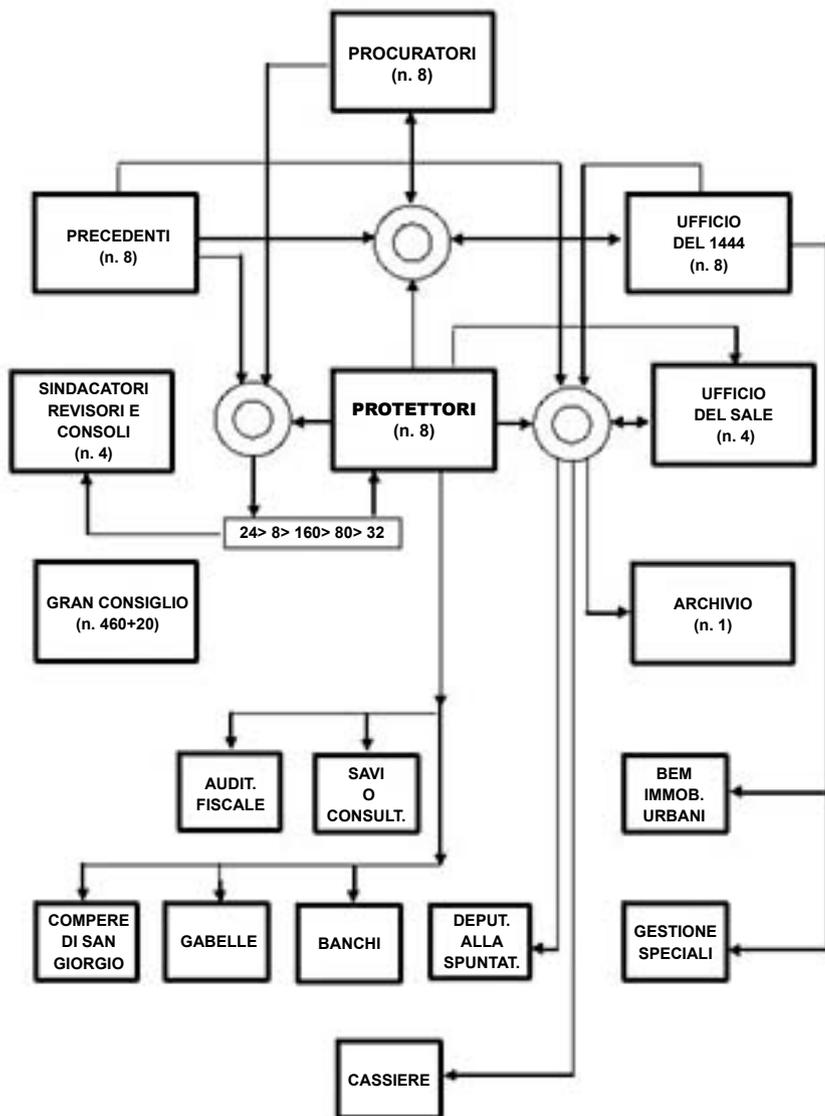
Em 1688, a estrutura administrativa da *Casa* seria modificada, atendendo a demandas explicitadas pelos sócios. Houve uma articulação dos escritórios originalmente definidos pelo *Statuto di 1568*, integrada pelos responsáveis pela administração de possessões territoriais concedidas em 1562. Houve, com essa revisão, um aumento da complexidade do arranjo de relações internas dos escritórios: os *protetoris*, o Escritório de 1444, os *procuratoris*, os *sindicatoris* e o Escritório do Sal. O ajuste na revisão do Estatuto de 1560, realizado em 1688, aparece na Figura 2.

Na Figura 2, nota-se a manutenção do mesmo grau de níveis hierárquicos na organização. Contudo, o deslocamento do eixo dos setores de “fiscalização cruzada”, entre 1560 e 1688, chama a atenção. Há, de maneira geral, uma descentralização nos setores hierárquicos secundário e terciário, privilegiando-se a supervisão a partir de dois setores, ao invés da generalizada e centralizada, no sentido ascendente do organograma, o que acontecia em 1568.

É provável que isso se deva à própria evolução dos cargos administrativos na *Casa* ao longo das décadas, cujo poder simbólico tende a se sobrepor às demandas do ofício. É possível, ao mesmo tempo, afirmar que, se o topo do conselho gestor da *Casa di San Giorgio* diagnosticou

o problema organizacional de criação de cargos laterais na administração, ao mesmo tempo parece não tê-lo resolvido com eficácia.

Figura 2 – Casa di San Giorgio: estrutura administrativa de 1688



Fonte: <http://www.lacasadisangiorgio.it>.

De toda forma, não há diferenças significativas no funcionamento da administração na *Casa de São Giorgio* entre 1550 e 1688, no sentido de que as variações ocorridas podem ser consideradas de relevância marginal: o desaparecimento das administrações territoriais (ainda que mencionadas marginalmente), a transferência da auditoria pelos *protetori* aos *sindicatori*, a existência de um arquivo organizado e a participação de quatro escritórios, e não apenas dos *protetori*, na revisão de 1688 do Estatuto.

4.3 Instrumentos financeiros e creditícios

4.3.1 *Censo costitutivo*

O *Censo costitutivo* foi um dos modelos contratuais desenvolvidos pela igreja durante a Idade Média. Sua movimentação financeira se dava como um protótipo de hipoteca que foi reproduzido com pequenas modificações ao sistema genovês, tanto na esfera pública quanto na privada, como demonstra o *Statuto* (Casa di San Giorgio, 2014).

Embora chamado por nomes diferentes de acordo com o país que o estabelecia (depósito, montante, prestação, receita, anuidade), esse tipo de dívida pública dispunha de benfeitorias substanciais tanto para o Estado quanto para os credores. O Estado instituía os *censos* para levantar grande somas de receitas, devolvendo-as como o convinha ou transformando-as, muitas vezes, em dívidas perpétuas; e os credores (*comperisti*) poderiam movimentá-las como lhes cabia, vendendo a sua participação para terceiros, se fosse de interesse.

4.3.2 *Compera*

Compera significa o contrato pelo qual um grupo de capitalistas empresta ao governo uma certa quantia por um período acordado e em troca obtém o direito de recolher o seu próprio benefício, até o retorno da hipoteca. Era nada menos do que um instrumento financeiro análogo às obrigações indexadas à flutuação de preços de hoje, cujo interesse se modificava ao longo do tempo, ou seja, taxas flutuantes dependendo de certos parâmetros, como a receita fiscal.

A administração das *compere* seria realizada por três cargos estreita-

mente relacionados, para os quais era exigida a qualificação de escrivão: os escribas das colunas (*colonne*), o escriba da segregada e os membros para os registros da folha de pagamento. Sua função seria essencialmente elaborar e atualizar os números de série dos credores públicos, no cálculo da consistência e acompanhar os movimentos do capital de compras, creditando as receitas anuais aos *luogatori*, registrando as transferências subsequentes até o vencimento. Às suas atividades e ligações recíprocas o *Statuto* dedica várias páginas (65 a 69 e 83 a 97), a partir das quais ele claramente capta as características do setor.

4.3.3 *Gabelle*

O *Statuto*, nas páginas 22 e 23, demonstra que as *gabelles*, em sua maior parte, são impostos indiretos sobre o comércio de mercadorias, incluindo taxas sobre o volume de receitas sobre o Comércio Exterior e em negociações de alimentos básicos (trigo, vinho, sal), sendo muito menos importantes os impostos diretos e *ad valorem*.

As funções que lhes são atribuídas nessa circunstância são 75 e permanecem em torno desse nível nos anos seguintes (Casa di San Giorgio, 2014). Em 1539, durante um novo acordo das contas com a República, a venda das *gabelles* para a *Casa*, até então estabelecida de forma temporária no pressuposto teórico de um retorno de empréstimos, é declarada perpétua, o que significa transformar *comperas* em dívida pública irredimível.

A venda das *gabelles* é feita em leilão público realizado no palácio da loja ou em bancos. Em prazo de oito dias, os vencedores deveriam fornecer à *Casa* garantias adequadas (chamadas “pelo chifre”) da integração de dois terços do ativo, sob a forma de garantia das pessoas inscritas no registro especial (“livro de gasto”) e o terço restante em meio circulante ou penhora da *Casa*, que são *luoghís* ou lucros (Casa di San Giorgio, 2004). Para aqueles que não pagassem na data de vencimento, se fossem os principais devedores (compradores e participantes) ou garantidores, existia o leilão de promessas e sua propriedade estável ou móvel para a cobrança do montante devido.

5. Considerações finais

Sobre os instrumentos de crédito e financiamento da *Casa di San Giorgio*, é importante, em primeiro lugar, ver que seu embasamento obedece a uma relação de dupla partida, emprestada da teoria contábil, de extrema utilidade aos negociantes, navegadores, cruzados, banqueiros e empreendedores em geral do período. Como nas partidas dobradas, em que “a todo débito, corresponde um crédito, e vice-versa”, no *Statuto* as garantias financeiras são ativos materiais, o que representa um passo além do *Codex Justinianum*.

Coube a Gênova o crédito por ter inventado as *comperas*, uma nova forma de débito público, destinada a afirmar-se em todos os lugares. Esse tipo de operação, documentada desde 1141, difundiu-se amplamente, incluindo a possibilidade de resgate antecipado pelo Estado (1150), através dos censos complementares.

A *Casa di San Giorgio* não pode ser considerada exatamente um órgão ágil ou enxuto para enfrentar as flutuações e o crescente espírito concorrencial do capitalismo mercantil que se consolidava no Mediterrâneo moderno. Ela não apresentou condições de, mesmo identificando problemas organizacionais como a criação de cargos laterais em sua administração, realizar uma reestruturação em tempo que o teria colocado em condições de competir com as casas bancárias que surgiriam nos Países Baixos nos séculos seguintes. Essa rigidez progressiva, que garantia em um primeiro tempo a contratualidade de suas relações, assegurando sua consolidação como casa bancária e creditícia, terminaria por conduzi-la ao declínio e, no século XIX, ao fim.

A *Casa di San Giorgio*, como se pode afirmar após o presente exame, teve um papel histórico fundamental, não apenas na constituição do capitalismo mercantil ou do renascimento urbano e comercial da Europa pós-medieval, mas também na história das instituições bancárias e financeiras.

Dois tipos de pressões externas causaram o surgimento de uma instituição como a *Casa*. A primeira foi a expansão comercial do Mediterrâneo e a segunda foi a própria pressão por sobre o principado genovês. A possibilidade de captar crédito para gastos e investimentos, eliminando a pressão de dívidas através de instrumentos que permitiriam capitalização, rolagem, refinanciamento de passivos com vencimento iminente,

entre outras inovações, viria não apenas como solução a um volume crescente e incapacitante de dívidas que o principado já acumulava à época, mas também como uma possibilidade de empoderamento das cidades-estados mercantis europeias do Mediterrâneo.

Durante a maior parte da existência da *Casa* enquanto um ente bancário, ela possuiu também um caráter público. A *Casa di San Giorgio* foi autorizada pelas autoridades estaduais a operar em benefício de todos em Gênova; a única exceção foi durante o período de 1445 a 1530. Nele, a casa bancária limitou-se a atender àqueles com quem mantinha relações diretas, como credores do Estado ou seus devedores de imposto de renda, fornecedores de bens e serviços, entre outros.

Sabe-se que a estrutura da *Casa* foi concebida, em larga medida, com a finalidade de financiar, pela outra ponta, não apenas as rotas comerciais mediterrâneas, mas a expansão de dois impérios ultramarinos sediados na Península Ibérica, Portugal e Espanha. Tratava-se de um instrumento monetário, financeiro, fiscal e creditício totalmente novo, com volume para abarcar a pressão da demanda por abastecimento de mercadorias para a Europa, advindas do comércio. A *Casa di San Giorgio* acabaria por se tornar, virtualmente, o primeiro banco público moderno, matriz da criação de vários outros, e um paradigma no campo das instituições financeiras modernas. É surpreendente que quase não seja mencionada, nem sua importância reconhecida, seja por seu papel central no esgotamento do ciclo de Gênova, seja por sua engenhosa e influente estrutura administrativa. Entendida a fase final dos ciclos acumulativos como favorecedora do capital financeiro (Arrighi, 1996), o papel da *Casa di San Giorgio* se torna ainda mais importante.

Esse pioneirismo das cidades-estados da Península Itálica, com destaque para a *Casa di San Giorgio*, em Gênova, marcaria não apenas o *locus* do dinamismo do primeiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista como as próprias características deste, qual seja, sua intrínseca relação entre o capital mercantil e o usurário, pela necessidade de instituições afinadas com as necessidades gerais e características dessas formas.

A existência da *Casa di San Giorgio* duraria sem interrupção até dezembro de 1797, quando a nova República Italiana se apropriou dos impostos que lhe foram atribuídos no passado, *a compera*, deixando-a apenas com a função bancária, exercida sob o nome de *Banco di San Giorgio* até a sua supressão decretada por Napoleão em 4 de julho de 1805.

Vista em perspectiva, a *Casa di San Giorgio* parece reunir as características enunciadas por Wallerstein (2004, 2011) como mote para o desenvolvimento dos ciclos sistêmicos de acumulação em sua primeira fase, a saber: inovação tecnológica, através de instrumentos fiscais e de financiamento, integrados em um processo de constante expansão de fronteiras geográficas, psicológicas, intelectuais e científicas, o qual encontra sua materialidade na expansão marítimo-comercial europeia do século XVI. Enquanto permaneceu na ponta desse processo, a *Casa* encontrou sua demanda, seu mercado, as suas inovações. Mesmo sua sobrevida, até praticamente o início do século XIX, parece ter se embasado sobre as externalidades criadas por tais inovações no processo de sua organização e seus métodos administrativos, os quais teriam difusão e influência amplas.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *Caos e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Tomo I – As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Tomo III – Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRUSSI, Antônio José Escobar. Recorrência e evolução no capitalismo mundial: os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 5, p. 383-409, 2011.
- CASA DI SAN GIORGIO, Amministrazione ed etica nella Casa di San Giorgio (1407 – 1803). Lo Statuto del 1568. A cura de G. Felloni. Firenze: Leo S. Olschi editore, 2014.
- CIPOLLA, Carlo M. *Introdução ao estudo da história econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FABER, Marcos. O primeiro ciclo sistêmico de acumulação: o capitalismo genovês. Disponível em <<http://www.historialivre.com/moderna/genoves.htm>>. Acesso em 10 fevereiro 2018.
- FELLONI, Giuseppe. A profile of Genoa's "Casa di San Giorgio", a turning point in the history of credit. *Rivista di storia economica*, n. 3, p. 335-346, 2010.
- FELLONI, Giuseppe. *La Casa delle compere e dei banchi di San Giorgio (1407-1805)*: Inventario dell' archivio. Disponível em <<http://www.lacasadisangiorgio.it/>>. Acesso em 10 fevereiro 2018.
- HARVEY, David. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH,

- Leo; LEYS, Colin (Org.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- HECKSCHER, Eli. *La época mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económico, 1983.
- HOBSON, J. A. *Estúdio del imperialism*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph A. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-system analysis: an introduction*. Durham and London: Duke University Press, 2004.

reparações e dívidas no entreguerras: as dificuldades político-econômicas da alemanha à luz das contribuições de hjalmar schacht*

reparations and debts in the interwar period: germany's political and economic difficulties in the light of hjalmar schacht's contributions

Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório**

Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Arthur Osvaldo Colombo***

Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Diego Gonçalves Favorato♦

Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

RESUMO

O artigo versa sobre a Alemanha e os principais desdobramentos dos pagamentos feitos por esta em reparação à Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Esses desdobramentos serão reconstituídos à luz das contribuições do presidente do Banco Central alemão,

ABSTRACT

This article brings a discussion about Germany and the main developments resulting from the reparation payments provided by that country, as a consequence of the World War I (1914–1918). Such developments will be reconstituted in light of the contributions

* Submissão: 06/07/2019; aprovação: 29/08/2020.

** Graduada em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco) da UFES. E-mail: sarahpatrocinio@hotmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0795-0140>>.

*** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco) da UFES. E-mail: arthur_colombao@hotmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1128-9140>>.

♦ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco) da UFES. E-mail: dfavorato@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7106-5408>>.

Hjalmar Schacht. Inicialmente, apresentar-se-ão as perdas humanas e as dificuldades econômicas dos países europeus após esse conflito. A seguir, dar-se-á ênfase ao caso alemão, em razão das sanções do Tratado de Versalhes. Sobre este, observa-se ao longo do texto que Schacht, embora tenha participado ativamente dos Planos Dawes e Young, lutou intransigentemente pelo fim das reparações. Ao final, discute-se sobre os motivos pelos quais esses planos foram infelizes e demonstrar-se-ão as distintas medidas acerca da quantia paga pela Alemanha aos vencedores da guerra.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial. Tratado de Versalhes. Alemanha. Schacht.

of Hjalmar Schacht, the president of German Central Bank. Initially, we will present the human loss and the economic difficulties faced by European countries after that conflict. Secondly, we will emphasize the German situation, due to the Treaty of Versailles' sanctions. In this regard, it is noticeable throughout the text that Schacht fought uncompromisingly for the end of such reparations, although he actively participated in the Dawes and Young's Plans. Finally, we will discuss the reasons why such plans were unfortunate and demonstrate different measures taken in reference to the amount paid by Germany to the Winners of the War.

Keywords: First World War. Treaty of Versailles. Germany. Schacht.

Introdução

Em 11 de novembro de 1918 foi firmado o armistício entre alemães e o bloco dos Aliados ocidentais, dando fim ao mais sangrento conflito que o mundo havia conhecido, a Primeira Guerra Mundial (Mazzucchelli, 2009). Em junho do ano seguinte foi celebrado o Tratado de Paz, o qual se assenta sobre dois conceitos essenciais: a perda de território e a indenização financeira a ser paga pelo país tido como responsável pela guerra. A Alemanha tinha provocado tal guerra. Tão óbvia era essa afirmação aos olhos dos Aliados que nem sentiram a necessidade de fundamentar tal afirmação no texto do Tratado de Versalhes.¹ Os termos do referido tratado não deixaram dúvidas sobre a pretensão do bloco dos Aliados em retardar o reerguimento econômico da Alemanha, o que a tornou, poucos anos depois, uma nação ansiosa por revanche (Keynes, 2002; Schacht, 1931).

No que segue, o presente artigo examina o impacto da Primeira Guerra Mundial (IGM) nas nações que participaram no conflito, em especial a Alemanha. Buscou-se demonstrar as várias consequências trazidas pela IGM; dentre as principais, pode-se citar as consequências

¹ No decorrer do trabalho, leia-se “Aliados” como os vitoriosos na guerra (Estados Unidos, França, Reino Unido e os demais).

sociais, econômicas e políticas, como o grande número de mortos durante o conflito e os elevados níveis de desemprego e instabilidade política e monetária. A fim de demonstrar empiricamente essas consequências, o artigo faz uma descrição dos principais pontos que foram celebrados em Versalhes sob a perspectiva de diferentes autores, descrevendo e analisando os valores a serem pagos pela Alemanha.

Visto isso, o artigo objetiva apresentar a concepção alemã acerca das reparações de guerra, bem como apresentar suas dificuldades político-financeiras para honrar esses pagamentos. Os livros de Hjalmar Schacht, presidente do *Reichsbank* no período entreguerras, são as principais referências neste texto, pois tal literatura narra as políticas e sanções econômicas sofridas pelos agentes externos e as políticas que esse economista implementou na Alemanha.²

Schacht foi figura chave na formulação da política econômica no período, participando ativamente nas questões referentes às reparações de guerra e à hiperinflação, uma vez que essas foram as principais causas de infortúnio dos alemães nos primeiros anos após a IGM. Ademais, cumpre ressaltar que a visão do banqueiro alemão é convergente com a obra *As consequências econômicas da paz*, de John Maynard Keynes, obra que obteve amplo sucesso e aceitação desde o seu lançamento (Favorato; Colombo, 2019). Com isso, nota-se que o prisma de interpretação de Schacht e Keynes vai de encontro ao dos países aliados, de modo que, dentre estes, a França era a nação que apresentava o posicionamento mais rigoroso em relação às reparações de guerra (Keynes, 2002).³

² Horace Greeley Hjalmar Schacht nasceu na cidade de Tingleff, em Nordschleswig (atual região da Jutlândia, Dinamarca), no dia 22 de janeiro de 1877. Schacht concluiu os estudos na Johanneum em 1895 e em 1899 alcançou o título de Doutor em Filosofia Econômica. Entrou para o *Dresdner Bank* (1908-1923) e fez longa carreira como banqueiro, até que, vendo as dificuldades do seu país no pós-guerra, optou pela carreira pública, na qual comandou a política econômica alemã da República de Weimar até o III *Reich* (1924-1939). Embora não esteja dentro do escopo temporal deste trabalho, é importante mencionar que no ano de 1934 Hitler nomeou Schacht como General Plenipotenciário para a Economia de Guerra, cargo que surgia da fusão entre a presidência do *Reichsbank* e do Ministério da Economia (Schacht, 1999).

³ Utiliza-se, aqui, a versão traduzida da obra original de Keynes, *As consequências econômicas da paz* (1919) elaborada por Marcelo de Paiva Abreu (2002).

No entanto, foram diversas as dificuldades apresentadas pela Alemanha para honrar essas reparações, uma vez que, além de limitações financeiras, a execução dos pagamentos também esbarrava em questões políticas (Abreu, 2002a). Outrossim, ocorreria que, a partir de 1929, o mundo passou por uma crise severa, o *crash* da bolsa de Nova York, circunstância esta que minou ainda mais as possibilidades na execução do que fora acordado em Versalhes. Assim, em meio às turbulências e contratempos da década de 1920, foram instaurados dois grandes planos econômicos, os planos Dawes e Young, cujos objetivos eram pariformes: criar condições para a Alemanha honrar seus compromissos financeiros (Straumann, 2019; Mazzuchelli, 2009; Ahamed, 2009).

Isso posto, tem-se que, além dessa introdução, este artigo está organizado em outras quatro seções, seguidas pelas considerações finais e as referências bibliográficas. Na primeira seção, trata-se brevemente das perdas humanas ocasionadas pela IGM. A segunda seção, por sua vez, apresenta as cláusulas do Tratado de Versalhes e os obstáculos políticos e econômicos enfrentados pelas nações no período imediato após a IGM, com ênfase no caso alemão. A terceira seção descreve as distintas interpretações a sobre do Tratado de Versalhes, assim como as diferentes concepções dos países a respeito do mesmo. A terceira e a quarta seção trazem as interpretações de Schacht para as questões alemãs da época; na quarta seção, os planos Dawes e Young são abordados, destacando-se como as ações do então presidente do *Reichsbank* se tornaram mais determinantes no que tange ao desfecho do pagamento das reparações.

1. Consequências sociais da Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial – chamada à época de Grande Guerra – marcou uma profunda ruptura entre o antes e o depois da história europeia e mundial (Hobsbawm, 1995). As principais potências europeias embarcaram numa guerra generalizada e dividiram-se em duas grandes alianças diplomáticas: a primeira, a Tríplice Aliança, era inicialmente composta pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália. Ainda no ano de 1914, o Império Otomano entra na guerra por meio de uma aliança germano-otomana; a segunda era a Tríplice Entente, constituída pelo Reino Unido, França e o Império Russo, em apoio à Sérvia. Mais

tarde a Tríplice Entente recebeu a adesão dos Estados Unidos da América (Hobsbawm, 1988).⁴

É de suma importância esclarecer que em ambos os lados da contenda esperava-se que a guerra fosse de curta duração – cerca de quatro meses no máximo – de modo que todos pudessem passar o Natal com suas famílias. Todavia, as expectativas de que a guerra seria curta, edificante e até “divertida”, deram lugar a um desagradável sentimento acerca da enormidade e da intratabilidade dos infindáveis combates. Sobre essa questão, Schacht (1967, p. 77, tradução nossa) faz uma comparação: “enquanto a guerra franco-prussiana de 1870 durou sete meses, a Primeira Guerra Mundial levou mais de cinquenta meses”.

Nessa Grande Guerra, o Estado, a sociedade e a produção industrial voltam-se, exclusivamente, para sustentar o esforço de guerra; ou seja, é a junção dos meios nacionais com os avanços tecnológicos. Por esse motivo, a produção agrícola e industrial exigia uma plena consciência de organização e administração, pois a guerra era, na verdade, o maior empreendimento até então conhecido do homem. Queria-se, inclusive, que a escala de produção da guerra fosse planejada para operar nos tempos de paz, embora seja sabido que algumas indústrias, como a têxtil (que fabricava os uniformes militares), inevitavelmente sentiriam um impacto de queda na demanda maior que outros segmentos da indústria (Hobsbawm, 1995).

⁴ Mesmo antes da formação de ambos os blocos para o grande conflito bélico, é possível observar que existiam alguns acordos bilaterais entre as potências europeias, o que polarizou as disputas econômicas entre as nações. A formação inicial da Tríplice Aliança detinha um acordo de neutralidade que vigorava desde 1882, isto é, caso um dos países declarasse guerra os outros deveriam, ao menos, permanecer neutros. Algumas outras questões também estavam acordadas. Em um possível ataque da França aos italianos, de imediato austríacos e alemães deveriam apoiar a Itália. Ao passo que se os alemães sofressem um ataque por parte da França os italianos deveriam se unir em prol dos alemães. Além disso, se, eventualmente, duas nações europeias quaisquer entrassem em conflito com qualquer membro deste bloco, os outros integrantes deveriam dar suporte. Do lado da Tríplice Entente, em 1904, França e Inglaterra acordaram que os ingleses teriam direito de explorar a região do Egito, enquanto os franceses teriam seus interesses garantidos no Marrocos. Não obstante, Inglaterra e Rússia apresentavam interesses conflitantes, no que dizia respeito à exploração econômica do Oriente médio e Ásia Central. Com intermediação diplomática em 1907, essas diferenças foram postas de lado. Isso possibilitou, em um primeiro momento, a consolidação da Tríplice Entente (Araripe, 2006).

No que toca aos aspectos da existência humana, observa-se que os terríveis acontecimentos entre 1914 e 1918 deixaram marcas cravadas nos homens, nas famílias, nas sociedades e nos Estados. As mortes, as privações e os traumas vividos causaram feridas profundas, de modo que o desejo de cicatrizar essas feridas suscitou em muitos a utopia de voltar aos tempos dourados da *Belle Époque* (Mazzucchelli, 2009).

Os números dessa Grande Guerra podem ser conferidos na Tabela 1, que aponta de maneira destacada o caso da França, que teve 78% da Força Total Mobilizada (FTM) vitimada durante o conflito, o equivalente a mais de seis milhões de pessoas entre mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos. Desta FTM, 17% foram mortos, cerca de 1,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 3,4% da sua população no ano de 1914 (Hastings, 2014).

Tabela 1 – Relação do total de vítimas da Grande Guerra por país

País	FORÇA TOTAL MOBILIZADA (FTM)	TOTAL DE VÍTIMAS	MORTOS %	% VÍTIMAS POR FTM
França	7.891.000	6.178.800	17%	78%
Império Austro-Húngaro	9.000.000	6.920.000	12%	77%
Rússia	15.798.000	9.250.000	11%	59%
Alemanha	13.200.000	7.405.858	15%	56%
Império Otomano	2.998.000	1.454.000	27%	48%
Império Britânico e Domínios	8.904.467	3.190.235	10%	36%
Total	57.971.467	34.398.893	15%	60%

Fonte: British Council (2014, p. 24).

Nota: dados adaptados e ranqueados pelos autores pelo maior percentual (%) de vítimas por FTM. Entende-se por vítima: mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos. O quadro se ateve a apresentar os dados dos principais países de cada bloco do conflito: Tríplice Aliança e Tríplice Entente (Aliados).

Essa tabela apresenta com alguma exatidão o número de militares envolvidos na IGM, porém é importante frisar que é ainda mais difícil estimar com precisão o número de mortes de civis, pois muitos padeceram por desnutrição e doenças relacionadas às condições insalubres do ambiente de guerra. Números mais precisos ainda estão em discussão, visto que existem diferentes definições e parâmetros que podem ser utilizados como medida. Isso porque, enquanto alguns países conseguiram manter em segurança um vasto acervo de registros de fontes oficiais,

outros não mantiveram praticamente nenhum. Ainda assim, a estimativa de mortos em nível global, de quase 10 milhões de militares e 6,5 milhões de civis, dá alguma ideia da magnitude da catástrofe (British Council, 2014).

Por fim, tem-se que a Grande Guerra foi marcada pela derrota da Tríplice Aliança e, portanto, também a derrota da Alemanha. As mudanças foram drásticas, dinastias seculares e impérios, como o Alemão, o Austro-Húngaro e o Turco, foram varridos do mapa, dando lugar a novos países. Dessa maneira, o mapa-múndi foi redesenhado e a Europa perdeu a exclusividade dos assuntos geopolíticos internacionais. Destarte, abriu-se uma época de grandes transformações, onde “mudar o mundo” havia deixado de ser apenas uma expressão retórica, e a prática revolucionária estava na ordem do dia, a começar pelo exemplo da Revolução Russa, em 1917 (Araújo, 2009).

2. Consequências político-econômicas da Grande Guerra: o Tratado de Versalhes e suas incumbências para a Alemanha

Em 1919 as forças aliadas que venceram a IGM realizaram uma Conferência de Paz na cidade de Versalhes, na França, para tratar das estratégias que garantiriam a paz no continente europeu. Com o passar dos dias, a Conferência foi relegando a garantia da paz a um plano secundário, e foi se revelando uma reunião cujo fim era apenas estipular quanto a Alemanha deveria pagar pelas perdas decorrentes da Grande Guerra. O resultado da Conferência ficou exposto no Tratado de Versalhes. As pressões do tempo tornaram-se tão agudas que ele foi, ao final, lançado como uma grande enxurrada, porque, apesar do Tratado ter sido elaborado por um comitê internacional, este não fora devidamente coordenado, em virtude das diferentes opiniões e posicionamentos das nações vencedoras (Couto; Hackl, 2007). Esse documento foi apresentado aos alemães em uma tensa cerimônia no Palácio de Versalhes no dia 7 de maio de 1919. Todavia, suspeitava-se que poucos haviam lido o Tratado de Paz na íntegra, e por isso acreditava-se que ninguém estava muito certo do conteúdo deste. Assim, essencialmente sob a forma de um ultimato, o Tratado foi assinado pelos Aliados e pelos represen-

tantes alemães em 28 de junho de 1919, exatos cinco anos após o estopim do conflito (Marks, 2003).

Segundo Joaquim Couto e Gilberto Hackl (2007), dentre as 440 cláusulas das mais de 200 páginas do tratado, as imposições que trouxeram maiores consequências à economia alemã foram:

(a) o pagamento de reparações de guerra aos países vencedores, cujo valor seria posteriormente definido; b) a destruição de todos os armamentos e equipamentos de guerra alemães; (c) a proibição de edificar qualquer espécie de construção militar na região das margens do rio Reno; (d) a perda da região mineradora do Sarre para a França, como compensação aos prejuízos causados durante o conflito; (e) a entrega de oficiais alemães nominalmente escolhidos para julgamento; (f) a imposição à Alemanha de toda a responsabilidade moral pela guerra; (g) a perda dos territórios do Togo (para a Grã-Bretanha e a França), de Camarões (para a França), da Tanzânia e Namíbia (para a Grã-Bretanha), de Ruanda-Burundi (para a Bélgica), das Ilhas Marianas e Ilhas Carolinas (para o Japão), do Arquipélago de Bismarck (para a Austrália), além da anexação da região da Alsácia-Lorena pela França e da anexação das regiões germânicas da Pomerânia, Prússia Ocidental e Alta Silésia pela Polônia. (Couto; Hackl, 2007, p. 314-315)

Observa-se que o empenho dos Aliados estava em assegurar que a Alemanha, depois da guerra, não tivesse mais recursos industriais ou militares para iniciar outro conflito. Entretanto, é interessante notar o paradoxo que são essas imposições feitas à Alemanha, pois para assegurar que as dívidas de guerra fossem pagas seria preciso promover o desenvolvimento e prosperidade do país, correndo um grande risco de que, uma vez próspera, ela não mais aceitaria ser explorada durante muito mais tempo pelos seus vencedores (Becker, 2011).

Nas palavras de Schacht (1967), a alegação dos vencedores de que os perdedores deveriam compensar os gastos que estes primeiros tiveram com a guerra era algo desproporcional à realidade da Alemanha, visto que esta havia gasto todas as suas reservas de ouro durante o curso da guerra e, portanto, considerava-se incapaz de pagar os custos estimados:

O custo total da Primeira Guerra Mundial foi estimado na época em 850 bilhões de marcos de ouro. A participação da Alemanha nessa perda foi estimada em 150 bilhões. Os aliados, portanto, visavam à restituição de 700

bilhões, que deveriam ser pagos pela Alemanha. Na verdade, a primeira exigência do ministro da economia francês, Klotz, foi de 420 bilhões. Entretanto, era um absurdo aceitar tais somas em moeda alemã [...] pois o marco alemão tinha poder de compra apenas na Alemanha [...]. Os vencedores então voltaram aos métodos de compensação da história antiga. Todos os bens móveis que poderiam ser úteis foram levados [...]. A Alemanha poderia fornecer carvão, potássio, navios, vagões e locomotivas, produtos químicos, aço e outros produtos industriais. É claro que isso também logo despertaria oposição nos países vitoriosos, cujas indústrias queriam fabricar e vender essas coisas por si mesmas. (Schacht, 1967, p. 91-92, tradução nossa)

Para a França parecia existir apenas uma única doutrina econômica na cartilha das finanças: a obtenção dos pagamentos de reparação da Alemanha. Contudo, sem o apoio de seus aliados, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, a França, a rigor, não detinha pujança material e militar suficiente para impor a sua vontade (Arthmar, 2011). Diferentemente da França, os Estados Unidos tinham a convicção de que “a recuperação econômica da Alemanha consistia em fator essencial ao progresso de uma Europa pacificada, o que significava, no plano prático, uma maior moderação nas pretensões francesas de extrair o máximo de reparações do inimigo” (Arthmar, 2002, p. 108). Nota-se que o objetivo americano era de conceber uma paz mais justa e não punitiva a partir do Tratado de Versalhes, criando, ainda que ao seu modo protecionista e isolacionista quanto às políticas internacionais, uma nova ordem mundial baseada na Liga das Nações.⁵ Assim, de maneira gradual e dentro da ordem existente, as nações desfavorecidas seriam, por etapas, incorporadas a um sistema cada vez mais próspero e equilibrado pautado no padrão-ouro (Costigliola, 1984).

Os britânicos, por sua vez, estavam com o pensamento alinhado com os americanos, pois reconheciam que a recuperação do Estado Alemão era importante para o comércio internacional, sobretudo para reanimar a sua economia interna. Afinal, a Grã-Bretanha queria evitar contrariar

⁵ A Liga das Nações foi criada logo após o final da guerra e tinha os países Aliados como seus principais membros. O principal objetivo era evitar outro grande conflito armado, tendo em vista a grande catástrofe que foi a IGM. Porém, enquanto a instituição tinha como objetivo a reparação mundial pós-guerra, França e Inglaterra acabam utilizando-a para fins particulares, fadando ao fracasso com a chegada da Segunda Guerra Mundial.

desnecessariamente os Estados Unidos, a fim de ter uma política comum com eles – política “anglo-americana” –, já que eles são o único país com quem nutria um relacionamento estratégico especial, principalmente no período entre 1919–1920, quando sofria aflições e agruras por indefinição em congregar-se mais rapidamente ao sistema de padrão-ouro (Ferris, 1989). Também é importante mencionar que a Grã-Bretanha buscava recuperar o seu nível de exportações à Europa, e que por isso havia um receio de a Alemanha fazer uma política de exportação mais agressiva, o que geraria uma intensa competição pelos mercados continentais, mas sabe-se que isso só se estabeleceria caso a Alemanha fosse coagida a obter expressivos superávits comerciais a fim de angariar as divisas necessárias ao pagamento das reparações; e por isso a Inglaterra tentava neutralizar os ânimos da potência vizinha, a França (Arthmar, 2002; Nogueira, 2010).

Segundo John Ferris (1989), ora afirmava-se que o poderio francês era essencial para a estabilidade europeia, ora afirmava-se que apenas uma aliança com a França poderia garantir a segurança britânica contra a Alemanha. Jean-Jacques Becker (2011), no entanto, afirmava que o essencial era, na verdade, duas coisas: os comportamentos da opinião francesa e da opinião norte-americana:

O comportamento da opinião francesa, pois foi a França que suportou o principal peso da guerra, e o da opinião norte-americana, porque sem eles os Aliados não teriam ganho a guerra. Em 1919 a opinião francesa estava mais preocupada em retomar uma vida normal, [...] em livrar-se da “vida cara”, da crise econômica, das greves, do que discorrer sobre vantagens e falhas de um tratado que evidentemente não era o desejado pela França, mas o imposto pelos anglo-saxões. (Becker, 2011, p. 175)

Ainda que na visão alemã o Tratado de Versalhes seja considerado demasiadamente rigoroso, é necessário ressaltar que boa parte do território ao nordeste da França havia sido destruído durante a guerra. A Alemanha se apossou de fábricas e até mesmo do gado de origem francesa. Ademais, quando bateram em retirada, tropas alemãs inundaram minas de carvão francesas justamente com o intuito de enfraquecer o inimigo. Com isso, é possível perceber que a França enfrentava dois grandes problemas, as dívidas internas e a reconstrução, enquanto a Ale-

manha tinha necessidade de se preocupar apenas com o primeiro (Mouré; Martin, 2002).

Da mesma maneira, também é necessário ressaltar que os aliados buscavam com o Tratado de Versalhes elaborar uma agenda de pacificação, enquanto os alemães apresentavam um pensamento, no mínimo, equivocados, de que seriam tratados como iguais durante as negociações desse documento. Uma vez que não se concretizou tal ilusão alemã, as opiniões que nutriam o ódio e as imposições feitas em Versalhes começaram a se formular. Isto é, a percepção errada dos alemães ajuda a explicar o clima de revanchismo que foi gerado com o Tratado. Porém, é curioso notar que, embora Keynes (2002) insista em apontar que o objetivo da França com as reparações era, a todo custo, enfraquecer a Alemanha, as cláusulas consideradas as mais duras (231 e 232) foram, na verdade, de autoria americana e não francesa. No entanto, cumpre observar que as carências da França em parte contaram com o apoio anglo-saxão. Além disso, é plausível considerar que as reparações atenderam parte dos interesses britânicos ao conseguirem alcançar a segurança naval e reduzirem o aparato naval alemão (estipulado no Tratado), bem como quando inseriram no documento pensões e subsídios em indenizações, a fim de beneficiar os contribuintes britânicos.⁶ Também é interessante enfatizar que a Inglaterra e os Estados Unidos esperavam reintegrar uma Alemanha reconciliada, mas com seu “*status de nação*” reduzido. Justamente por isso, ajudaram a formular a parte do Tratado referente à Renânia, atendendo, assim, as requisições francesas (Boemke; Feldman; Glaser, 1998).

Além das mortes, a guerra também demonstrou a supremacia do poder financeiro como base do poder econômico, sendo este a base para

⁶ É interessante citar a participação de um importante membro da comissão britânica presente na elaboração do Tratado de Versalhes, Sir Robert Cecil. Um dos papéis de Cecil era fazer com que a Alemanha reconhecesse que foi a culpada de iniciar o conflito, mas ao mesmo tempo não ser execrada por isso. Dessa forma, Cecil, junto com Keynes, criaram um plano econômico de conteúdo moderado para ser apresentado aos representantes do grupo dos Aliados e para a Alemanha. Embora a proposta formulada por Keynes e Cecil estivesse amplamente fundamentada, para a frustração dos dois ela fora rejeitada. Cecil pediu para seu companheiro de delegação, Keynes, que o ajudasse a reformular o plano econômico para ser reapresentado ao Conselho, porém este negou, afirmando que o Tratado caminhava para um rumo que não buscava a reconstrução da Europa, mas sim lesar ao máximo a Alemanha. Mesmo com os esforços de Cecil, o Conselho optou por impor reparações pesadas à economia alemã do pós-guerra (Dehne, 2019).

o poder militar. De um modo geral, os governos consideravam as finanças como um elemento mais importante de poder do que a força armada. Um exemplo disso é que, ao final da guerra, o crédito fora considerado a fonte de todo poder econômico de uma nação. A ideia era: “se o crédito realizou tanto durante um período de destruição, o que não poderia realizar então em um período de reconstrução?” (Ferris, 1989, p. 34, tradução nossa). A resposta não era simples, e os caminhos eram diversos. A França, por exemplo, pegou empréstimos não só para financiar a reconstrução das áreas devastadas, mas também para realizar muitas outras políticas nacionais, como repassar esses créditos aos seus estados em uma escala muito ampliada. A Grã-Bretanha, por sua vez, escolheu o caminho mais doloroso: escolheu liquidar os dividendos existentes antes de pegar mais crédito, e por isso conseguiu atingir uma posição financeira de solvência básica. A política de crédito alemã, por sua vez, assemelha-se mais com a da França do que com a da Grã-Bretanha, devido ao financiamento interno, as obrigações das reparações e a inflação da moeda (Moulton; Lewis, 1926).

A intenção da Alemanha em pegar uma série de empréstimos internacionais era de indenizar os governos aliados, uma vez que assim “preservaria os recursos da nação, evitaria a tributação dos cidadãos alemães e exigiria uma reformulação da escala de pagamentos em condições mais aceitáveis para os bancos norte-americanos comprometidos com o país” (Arthmar, 2002, p. 107). Entretanto, o que ninguém sequer imaginaria era que os dias de amargura não havia ainda se encerrado. Pouco mais de um ano após o Armistício, em maio de 1929, a economia internacional sofreria um grande abalo: o colapso das bolsas de valores de Nova York. As vendas e a produção ao redor do mundo, em todos os ramos do atacado e do varejo, em especial na América do Norte e na Europa, despencaram assustadoramente, roubando de uma hora para outra o sustento de milhões de trabalhadores remessados ao desemprego. Isso ocorreu, dentre outros motivos, porque as vendas de armas e munições foram quase que instantaneamente substituídas por uma grande demanda por alimentos, matérias-primas e bens de capital, com fins de socorrer as populações famintas e atender às necessidades de reconstrução das nações europeias.

Tabela 2 – O endividamento interaliado referente ao ano de 1923 (valores nominais em dólares – 00,00 omitidos)

CREDORES						
Devedores	Grã-Bretanha	França	Itália	Rússia	EUA	Total
Grã-Bretanha	-	359.8	133.8	1.265.2	4.661.0	6.419.8
França	2.927.6	-	96.6	-	3.990.7	7.014.9
Itália	2.568.6	163.9	-	-	2.015.0	4.747.5
Rússia	4.322.0	1.165.7	7.2	-	241.9	5.735.9
Estados Unidos	-	-	2.8	-	-	2.8
Total	9.818.2	1.689.4	240.4	1.265.2	10.908.6	23.921.8

Fonte: Fisk (1924, p. 9).

Nota: dados adaptados pelos autores, apresentando apenas os principais países aliados.

Na França, a depreciação do franco exigiu taxas de juros cada vez mais elevadas para a rolagem da dívida pública, comprometendo a execução financeira do Tesouro de forma irremediável. Emile Moreau, diretor geral do Banco da França (1926-1930), permaneceu inflexível em sua recusa de intervir no mercado cambial, pois estava temeroso de que, ao frear a valorização da moeda, viesse a ser deflagrada uma nova investida dos especuladores em favor da desvalorização. Se essa situação se concretizasse, o Banco da França não teria reservas suficientes para estancar o processo e, com vistas a superar o problema, Moreau teria de recorrer aos empréstimos externos. Todavia, essa solução estava obstruída pela falta de aprovação dos acordos sobre as dívidas interaliadas, expressas na Tabela 2 (Arthmar, 2011).

É importante destacar que o total desta tabela (\$ 23.921.800) representa 85% do total apresentando (\$ 28.261.100), utilizando os montantes de apenas cinco países. Essa diferença (\$ 4.239.300) entre os totais foi esmiuçada pelo autor na contabilidade dos empréstimos de outros 20 países, além dos países de domínio do Império Britânico. No ano seguinte, 1924, a dívida da França com os Estados Unidos somava 3,7 bilhões de dólares e 627 milhões de libras com a Inglaterra. No entendimento da França, tais valores sequer deveriam ser cobrados por se tratarem de parte do esforço de guerra aliado. Essa posição, porém, era contrária ao entendimento dos Estados Unidos, que impuseram um embargo financeiro ao país até a resolução definitiva da questão, ou seja, até que fossem realizados os devidos pagamentos das dívidas (Bonnefous, 1960).

No entanto, o governo dos Estados Unidos estava tentando encerrar suas atividades de empréstimo, e para isso ele queria forçar a Grã-Bretanha, sua maior devedora, a combinar os acertos dos créditos cedidos. Os britânicos, preocupados com o seu equilíbrio na balança de pagamentos, não estavam dispostos a aumentar o seu próprio endividamento através da concessão de créditos abertos a terceiros. Isso posto, nota-se que, no que toca ao crítico caso francês, não havia esperança de que o Congresso americano aprovaria o cancelamento dos empréstimos ou qualquer ação que reduza seu valor. Não obstante, essa recusa americana de cooperação fez com que os franceses se voltassem novamente para a questão das reparações de guerra a serem pagas pela Alemanha (Orde, 1990). Segundo Jean-Jacques Becker (2011), a morosidade nos pagamentos por parte da Alemanha estava assentada em dois principais motivos: porque os alemães incrementavam meios para não pagar (nem o mínimo possível) e em virtude das tentativas da França de se apossar “indevidamente” do território alemão às margens do rio Reno.

Em defesa da Alemanha, Schacht afirma que a política financeira do país se adaptou totalmente à guerra, de modo que as exigências econômicas se tornaram constantes e crescentes. Outrossim, cumpre observar que os países beligerantes que participaram da IGM saíram do conflito de maneira muito semelhante: com problemas fiscais e monetários. Ademais, o economista também acredita que “os enormes custos incorridos pela Primeira Guerra Mundial [...] podem muito bem ter sido a razão para as proporções astronômicas em que os Aliados avaliaram o pagamento de danos de guerra” (Schacht, 1956, p. 126, tradução nossa).

Desse modo, após as informações apresentadas ao longo desta seção, pode-se concluir que, diferentemente do que é comumente acreditado, a IGM não cessou em virtude das batalhas, das greves ou das revoltas civis. Na verdade, foi a perene fuga dos recursos econômicos das nações beligerantes – em especial a Grã-Bretanha, França e Alemanha – a responsável pelo colapso da IGM (Schacht, 1956). Por último, Schacht (1967) escreve que a IGM deixou duas grandes lições para futuros belicistas: em primeiro lugar, é necessário possuir uma quantidade de matérias-primas e alimentos suficiente para cobrir todas as necessidades durante a guerra, ou pelo menos pela duração de tempo pela qual ela está prevista. Em segundo lugar, aqueles que estão em guerra devem estar preparados, se necessário, para dedicar toda a renda nacional ao

esforço de guerra, e que os sacrifícios necessários devem ser distribuídos justa e uniformemente.

3. Tratado de Versalhes: concepção dos termos e condescendência dos pagamentos

Há ao menos duas interpretações principais para o Tratado de Versalhes: a de Sally Marks em seu livro *A ilusão da paz* (2003) e a de John Maynard Keynes em seu livro *As consequências econômicas da paz* (1919). A interpretação de Marks (2003) aponta algumas questões fantasiosas acerca do Tratado; a autora descreve o que os alemães pensavam do Tratado e como eles convenceram a todos de que era abusivo. Keynes, por sua vez, é condolente ao sentimento alemão e enxerga o documento de forma exageradamente perversa. Nas palavras do autor:

O Tratado de Paz não contém qualquer disposição orientada para a reabilitação econômica da Europa – nada que transforme as Potências Centrais derrotadas em bons vizinhos, nada que permita dar estabilidade aos novos Estados europeus, nada para salvar a Rússia; não promove de nenhuma forma um pacto de solidariedade econômica entre os próprios aliados. Em Paris nada se fez para restaurar as finanças desordenadas da França e da Itália, ou para ajustar os sistemas do Velho e do Novo Mundo. (Keynes, 2002, p. 157)

A concepção de Keynes municiou os argumentos dos defensores da teoria de que o Tratado de Versalhes, como foi estabelecido, era na verdade uma espécie de “paz cartaginesa” e, como consequência, traria ao invés de paz, apenas sentimentos de ódio e motivações para uma futura revanche por parte dos alemães (Favorato; Colombo, 2019). Abreu (2002b) aponta que a obra de Keynes é extraordinária justamente por abarcar questões políticas, técnicas e de relações internacionais, tanto antes como após 1914, com o intuito de auxiliar na formação de uma paz que proporcionasse uma recuperação para a Europa que havia sido destruída física e financeiramente com a guerra. No entanto, o que foi alcançado em Versalhes era, no mínimo, insatisfatório na visão de Keynes:

O Tratado nasceu de suas disparidades e fraquezas, filho dos menos valiosos atributos de seus pais: sem nobreza, sem moralidade, sem intelecto [...]. Na sua análise do Tratado de Versalhes, Keynes considera separadamente as suas condições gerais e as reparações. Quanto ao tratado em geral, Keynes analisa uma longa lista de cláusulas que considerava indevidamente lesivas aos interesses alemães que vão desde o tratamento da propriedade privada de cidadãos alemães nas ex-colônias e na Alsácia-Lorena até a interferência na operação das ferrovias alemãs passando pelo volume de entregas de carvão à França, considerado inviável. Keynes questionou acertadamente as avaliações francesas sobre os danos provocados pela guerra que eram cerca de seis vezes maiores do que o razoável. (Abreu, 2002b, p. 8-9)

É oportuno mencionar que ao longo desta seção também será apresentada a visão de Schacht. Trata-se de uma ótica alemã acerca dos desdobramentos do Tratado onde se utilizará, dentre outras literaturas, o livro *O fim das reparações* (1931). Cumpre mencionar que a visão desse autor possui diversas similitudes com a visão keynesiana, haja vista que, em vários momentos, tanto Keynes como Schacht, advertiram que a busca da paz deveria passar pelo fortalecimento e reconstrução da Alemanha, e não o contrário (Mazzucchelli, 2009):

É razoável elucidar que o livro de Keynes influenciou análises e as atitudes do banqueiro alemão Hjalmar Schacht, que tinha por objetivo acabar com as crises enfrentadas pela Alemanha no pós-guerra. Schacht considerava que o Tratado como foi proposto tornava impossível o pagamento por parte da Alemanha das reparações de guerra, principalmente levando em consideração o período conturbado vivido pela nação no pós-guerra. Schacht durante várias vezes auxiliou nas negociações das cifras que envolviam as reparações de guerra, inclusive participando de reuniões com representantes franceses em 1921 para explicar qual era a situação financeira alemã naquele período, comprovando que não havia possibilidade da Alemanha honrar com o valor imposto inicialmente no Tratado. Em 1923 fez o mesmo em uma reunião com representantes da Inglaterra, afirmando que as reparações nas presentes cifras acentuariam o problema da inflação vivido pelo povo alemão. (Favorato; Colombo, 2019, p. 16)

Para Schacht o Tratado de Versalhes exigiu da Alemanha não apenas compensações pelos danos causados à população civil dos Aliados e suas propriedades, mas também impôs ao país uma enorme indenização,

astuciosamente escondida sob a palavra “reparação”, causando à Alemanha uma vergonha moral, de forma que a imoralidade do Tratado foi reconhecida desde o início, não apenas dentro do país, mas também no exterior, por vários países membros do grupo dos Aliados, em especial pelos Estados Unidos. Na concepção desse economista, é preciso abandonar a ótica do Tratado de Versalhes que enxerga a Alemanha e os seus aliados como os únicos responsáveis pela guerra. Tal concepção, segundo ele, baseou-se em evidências incompletas e nem sempre sólidas (Schacht, 1931). Essa premissa de evidências incompletas questionada por Schacht está calcada no artigo 231 do Tratado, o qual complementa e justifica o artigo 232. São elas:

231 – Os governos aliados e associados declaram e a Alemanha reconhece que ela e seus aliados são responsáveis por todas as perdas e todos os danos sofridos pelos governos aliados e associados e seus cidadãos em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e de seus aliados;

232 – A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens. (Becker, 2011, p. 62)

Esses artigos estão entre as mais famosas cláusulas do Tratado, pois são onde mais se concentram as críticas de prós e contras do documento. Por exemplo, no entendimento keynesiano, o artigo 231 impõe à Alemanha duras sanções e reparações despropositadas (Mazzucchelli, 2009), já para Marks (2003), esse artigo foi definido de maneira pouco precisa, o que levou para a história uma ideia de que houve muita hostilidade com o povo alemão. Para a autora essa ideia não passa de um truque, “onde os países vitoriosos poderiam assegurar ao eleitorado que ganhariam muito mais do que foi pedido, e os políticos alemães poderiam angariar votos ao lutar contra estas supostas demandas de ordem astronômicas” (Marks, 2003, p. 14, tradução nossa).

Sobre o Artigo 232, Marks diz ainda que este restringe o artigo anterior (231), de modo que a responsabilidade dos civis está calcada no comprometimento com os reparos da guerra, ou seja, com as indenizações. Sobre estas, o Tratado de Versalhes condenou a Alemanha a pagar de imediato 20 bilhões de marcos-ouro até que a responsabilidade total do país pudesse ser efetivamente calculada pela Comissão de Reparação, a

qual era composta por membros do bloco dos países aliados. Essa quantia inicial poderia ser paga em dinheiro e em produtos diversos, como carvão, madeira e produtos químicos. Durante os anos em que não se tinha em mão o valor fixado pela comissão, a Alemanha teve margem para propagar reclamações sobre um cheque que ainda estava em branco.⁷ Além disso, o país não cumpriu com os pagamentos previamente estipulados, transferindo apenas 8 bilhões de marcos-ouro no período entre maio de 1919 e maio de 1921. Um valor muito abaixo do pagamento interino estabelecido (Marks, 2003).

Em defesa da Alemanha, Keynes (2002) escreve que esses 8 bilhões correspondem a um alto percentual da renda nacional alemã, cerca de 20% da renda do ano de 1921. Ocorre que, dois anos após a assinatura do Tratado de Versalhes, em 27 de abril de 1921, a Comissão de Reparação anunciou sua decisão: a Alemanha deveria pagar um montante de 132 bilhões de marcos-ouro.⁸ A distribuição desses pagamentos, conforme relatado oficialmente pela comissão, seria dividido entre as várias potências aliadas e associadas. O rateio, se feito proporcionalmente, dar-se-ia da seguinte maneira: França, 52%; Império Britânico, 22%; Itália, 10%; Bélgica 8%; e outros, 8% (Fisk, 1924).

A preocupação francesa era justificável, pois seria ela quem mais se sacrificaria se houvesse uma redução do valor das reparações, dado o montante a ser recebido (Maier, 1988; Lewis, 2003). Todavia, os reclames franceses não foram considerados, e em 5 de maio do mesmo ano houve uma flexibilização desse montante estipulado pela Comissão de

⁷ Alguns números discutidos na conferência de Versalhes foram tão astronômicos, que chegaram a ser 16 vezes maior que o montante definido em 1921 (Marks, 2003).

⁸ Na verdade, esse valor simbolizava um compromisso. Tratava-se de um montante quatro vezes menor do que o pretendido pelos franceses, mas ainda assim era uma quantia aceitável (Maier, 1988, p. 241, tradução nossa). Entretanto, há divergência entre os autores quanto ao valor das cifras impostas à Alemanha, pois estes utilizaram diferentes taxas de conversão. De acordo com Hackl (2005), para Bubholz (2002), eram 132 bilhões de marcos-ouro; já para Bresciani-Turroni (1989), eram 136 bilhões de marcos-ouro; e Reís (2005) calculava 90 bilhões de marcos-ouro. Dessa maneira, este trabalho seguirá à luz das referências de Schacht, que em sua autobiografia reconhece que há discordância de valores, sendo a primeira cifra tornada pública a do ministro francês das finanças, Klotz, de 450 bilhões de marcos-ouro. Mais adiante Schacht diz que foi no Ultimato de Londres, no ano de 1921, que “as reparações foram fixadas definitivamente em 120 bilhões de marcos-ouro” (Schacht, 1999, p. 230, tradução nossa).

Reparação. Nesse episódio, a França fez oposição à flexibilização dos pagamentos, enquanto os delegados belgas e italianos concordaram com os britânicos que Berlim simplesmente não poderia pagar a dívida inicialmente estipulada, visto que culminava em uma “impossível” parcela de 8 bilhões de marcos-ouro a ser pago por ano. Isso irritou ainda mais a França, porque dias antes ela havia concordado em deixar a Bélgica receber o primeiro bilhão de marcos a ser pago pela Alemanha (Maier, 1988).

Essa flexibilização ocorreu no chamado Ultimato de Londres, e fez cair em mais da metade o então cronograma de pagamentos, tornando os 132 bilhões marcos-ouro apenas um cálculo burocrático. No novo acordo, ficou estabelecido que a dívida alemã seria reduzida para 50 bilhões de marcos-ouro (já incluindo os 12 bilhões não pagos dos primeiros 20 bilhões), a ser paga com base em um complexo cronograma de depósito de dinheiro e entrega de mercadorias, como o carvão, com vistas a pagar o juros e amortizações desses 50 bilhões de marcos-ouro (Marks, 2003). Nesse novo acordo, diante da unânime ameaça dos países aliados em invadir o Vale do Ruhr caso não aceitasse os termos da agenda, a Alemanha se comprometeu a efetuar um pagamento de 2 bilhões de marcos-ouro no início de cada ano.⁹ Uma quantia fixa que, somada a um pagamento de quantia variável, iria aumentar o montante gradativamente até chegar a cifra de 6 bilhões de marcos-ouro por ano, totalizando 120 bilhões de marcos-ouro ao final do período, que seria de mais ou menos 40 anos (Schacht, 1999). Charles Maier (1988) explica que o novo total foi calculado da seguinte forma:

Berlim foi inicialmente obrigada a pagar os juros e amortizações dos 50 bilhões de marcos-ouro, os chamados bônus “A” e “B”, pagando uma anuidade fixa de 2 bilhões de marcos-ouro, mais um pagamento variável equivalente em valor a 26% das exportações alemãs. Somente quando os lucros do comércio exterior alemão aumentarem o suficiente para amortizar os títulos “A” e “B”, bem como pagar juros sobre os 82 bilhões de

⁹ Esta ocupação imediata do Vale do Ruhr para forçar a Alemanha a produzir um plano de pagamentos trata-se de uma sugestão francesa feita na Conferência de Hythe, na Inglaterra, no dia 24 de abril de 1921, poucos dias antes do anúncio oficial da Comissão de Reparação. Na ocasião os ingleses então entrevistaram, dizendo que o Tratado de Versalhes só permitia a ocupação do Ruhr como uma espécie de “sanção” por inadimplência, não como meio de pressão (Maier, 1988; Lewis, 2003).

marcos-ouro restantes, é que entraria em cena a emissão das obrigações dos títulos “C”. Entretanto, muitos especialistas achavam que os títulos “C” eram um compromisso falso, projetado para apaziguar aqueles que ainda insistiam em um grande total. Mesmo que essas projeções estivessem corretas, a Alemanha não iria flutuar os títulos “C” antes do final da década. Isso significou a redução do valor presente da dívida das reparações para 108 bilhões de marcos-ouro. (Maier, 1988, p. 242, tradução nossa)

Mesmo com a flexibilização proposta na Conferência de Londres (1921), a Alemanha alegava que eram “pagamentos economicamente impossíveis e socialmente intoleráveis” (Schacht, 1931, p. 20, tradução nossa). Isso porque os pagamentos anuais fixados na conferência correspondiam a 10% da renda nacional alemã, e para que essa transferência fosse exequível, o saldo da balança comercial da Alemanha deveria ser o equivalente a 80% das exportações em 1920-1921. Entretanto, o país enfrentava competição direta com as exportações dos antigos inimigos, o que, na concepção de Keynes (2002), inviabilizava política e economicamente o pagamento das reparações. Marks (2003) vai de encontro a esse pensamento keynesiano, e diz que o pagamento das reparações era, sim, viável economicamente, mas não politicamente, uma vez que se tratava de um período de sérias perturbações internas (1923-1924), a exemplo da latente hiperinflação alemã.¹⁰ Por esse motivo, houve a

¹⁰ A chamada era da inflação na Alemanha são os anos compreendidos entre 1920 e 1924. Tratar da era da inflação é tratar do bloqueio da entrada de alimentos no país, mas também da mortalidade infantil crescente; é tratar da entrega de bens a potências estrangeiras, mas também da inexistência de direitos políticos e do crescimento da criminalidade; é tratar do empobrecimento da pequena, média e alta burguesias, mas também da revolução social (Schacht, 1967). Foi para colocar fim à hiperinflação que Schacht se tornou comissário de moeda e presidente do *Reichsbank* em 1923. Porém, para isso o economista precisou vencer dois grandes inimigos da estabilização monetária: o mercado paralelo e o dinheiro de emergência (*Notgeld*), sendo este último emitido tanto pelo setor público quanto pelas empresas privadas. Dessa forma, Schacht elaborou seu plano de ação baseado em três procedimentos: a) rejeição do dinheiro de emergência pelo *Reichsbank*; b) implementação do *Rentenmark* como meio de pagamento legal; c) por fim, a especulação contra o câmbio oficial do *Reichsbank*. Cumpre destacar que para Schacht a inflação era um efeito de fora para dentro do país, um movimento malevolamente forçado pelos aliados em episódios que contribuíram para a instauração da hiperinflação alemã, como a invasão do Vale do Ruhr e a cobrança das reparações (Schacht, 1956; 1999).

necessidade de realizar uma reorganização das finanças alemãs, a qual se deu por meio do Plano Dawes.¹¹

4. Os planos econômicos e a crise de 1929 na Alemanha

Em agosto de 1924, um novo acordo sobre o pagamento das reparações da Alemanha foi alcançado com o Plano Dawes. O principal objetivo desse plano era a retomada da confiança dos agentes econômicos dentro e fora da Alemanha, mantendo o capital alemão dentro do país, mas também atraindo capital estrangeiro, o que levou a capacidade de pagamento das reparações a níveis factíveis, haja vista que os pagamentos deveriam ser feitos em moeda alemã e esta estava ancorada em ouro (Eichengreen, 1992; Pocklington, 2017).

A Conferência Dawes se realizou em Paris (janeiro de 1924), tendo como presidente o general norte-americano Charles Dawes. No dia 23 de janeiro, Schacht prestou esclarecimentos aos membros da Conferência sobre a situação econômica da Alemanha [...]. O Plano Dawes foi assinado por ambas as partes em agosto de 1924, porém o total das reparações não foi fixado. O relatório final do Plano tinha os seguintes pontos principais: a) reforma monetária para estabilizar o marco (já realizada por Schacht); b) criação de novos impostos, para sanear o déficit público; c) revisão dos valores das reparações (o montante a ser pago anualmente seria de 1 bilhão de marcos-ouro nos quatro primeiros anos, e depois 2,5 bilhões pelos anos seguintes); d) *empréstimos oferecidos pelos Estados Unidos*; e) a França retiraria parte de suas tropas da Alemanha; f) reestruturação do *Reichsbank*, com a introdução de um grêmio fiscalizador. (Couto; Hackl, 2007, p. 324-325, grifo nosso)

A partir do Plano Dawes, foi minorada a enorme pressão que havia por parte dos países Aliados sobre a Alemanha, haja vista que os empréstimos norte-americanos facilitariam, em termos, o pagamento das reparações. Além disso, esses capitais americanos, de origem privada, possibilitaram investimentos municipais e estaduais o que alavancou

¹¹ Essas perturbações internas na República de Weimar (1919-1933) só cessaram com um acordo entre industriais, governo alemão e Aliados, culminando na estabilização monetária alemã e na negociação do Plano Dawes, em 1924 (Schacht, 1931).

atividades regionais na Alemanha. Entre 1924-1928, as exportações cresceram por volta de 80%, enquanto o PIB cresceu mais de 30% e o desemprego caiu de 13,6% para 8,4% (Mazzucchelli, 2009). Com isso, o Plano Dawes possibilitou a reorganização das finanças alemãs, que, a partir de então, passavam a contar com supervisão externa:

Para também garantir a boa vontade da Alemanha de pagar as reparações, o Comitê Dawes colocara homens de confiança no *Reichsbank* e em outras organizações econômicas. Assim, os subordinados ao agente de reparações Parker Gilbert controlavam a solvência alemã. Tinham de cuidar para que a Alemanha pagasse suas reparações em dia. (Schacht, 1999, p. 294)

Portanto, mediante as questões mencionadas antes, do ponto de vista econômico, pode-se considerar que o Plano Dawes alcançou relativo sucesso na Alemanha entre 1924-1928. No entanto, do ponto de vista político, era um plano ambíguo, porque, embora tenha tido algum êxito, haja vista que os franceses desocuparam o Vale do Ruhr em 1925, os fatores políticos externos, lê-se a supervisão norte-americana, levaram a discussão não mais para o quanto a Alemanha pagaria, mas, sim, se ela pagaria (Marks, 2003).

Cumprir ressaltar que o valor que o governo alemão considerava viável pagar era de uma quantia máxima de 20 bilhões de marcos-ouro, um sexto da quantia fixada no Ultimato de Londres. Para Schacht, esses 20 bilhões eram apropriados, pois a Alemanha já havia pagado muito mais do que lhe era viável, visto que ela entregou materiais e territórios aos países Aliados. Segundo o economista, no período compreendido entre 1919 e 1924, a Alemanha pagou o equivalente a 29 bilhões de marcos-ouro, cerca de 6,9 bilhões de dólares.¹²

Vamos então resumir o que a Alemanha pagou entre o Armistício e 1º de setembro de 1924, quando o Plano Dawes entrou em vigor. Nesse período a Alemanha pagou: cerca de 2 bilhões de marcos (em dinheiro); 3 bilhões de pagamentos em mercadorias (gado, carvão, produtos manufaturados e

¹² O valor de 6,9 bilhões de dólares foi calculado por meio da paridade do *Rentenmark* com o dólar, estabelecida em 1923 pelo *Reichsbank* da seguinte maneira: 1 marco-ouro = 1 *Rentenmark*; e 4,2 *Rentenmarks* = 1 dólar; logo, 1 marco-ouro = 0,2380 dólares.

materiais de construção); 9 bilhões pelo fato de ter sido obrigada a renunciar a todos os direitos e interesses dos seus cidadãos e empresas de serviço público; 6,5 bilhões por ter entregue materiais marítimos e rodoviários aos aliados; cerca de 3 bilhões por ter deixado para trás, em território inimigo, materiais não militares; e 5 bilhões em perda de propriedades estatais, para as quais nenhuma compensação foi feita a respeito das porções de terra do antigo território que foram cedidas. Até aqui somam-se 29 bilhões em perdas econômicas reais. (Schacht, 1931, p. 19-20, tradução nossa)

Naturalmente, a Comissão de Reparações não aceitou esses números ao registrar os créditos pagos na conta das reparações do Tratado de Versalhes, isso porque, com exceção dos pagamentos em dinheiro, os bens materiais (alimentos, carvão, produtos carboníferos, químicos e manufaturados, e material de construção) têm um valor diferente para quem paga e quem recebe. Em vista disso, entende-se que os valores pagos não foram devidamente contabilizados pela Comissão de Reparações, e sim considerados os mais baixos possíveis, a exemplo do carvão, que foi creditado a preço interno e não nas taxas do mercado internacional (Schacht, 1931). Um fator comum entre alemães e Aliados é que o primeiro pagamento das reparações, estabelecido na agenda de Londres (2 bilhões de marcos-ouro), foi feito integralmente em dinheiro.¹³

As disputas por território continuavam intensas mesmo no entre-guerras, o que impactou diretamente o território do império alemão, que passou de 2.915.069 km² para apenas 540.000 km². Nesse caso em específico, a Alemanha não somente “cedeu” todas as suas colônias no ultramar, mas foi desapossada de importantes territórios particularmente ricos em produtos agrícolas e minerais (Hobsbawm, 1995).

Sob o Tratado de paz de Versalhes, a Alemanha perdeu 10% da sua população e 13,5% do seu território anterior à guerra. Ela perdeu suas colônias, Alta Silésia, Alsácia-Lorena, distrito de Sarre, a maior parte do território de

¹³ Os demais pagamentos, datados para janeiro de 1922 e de 1923, foram muito aquêem dos níveis fixados, o que levou à efetiva ocupação do Vale do Ruhr pelos franceses e belgas no dia 11 janeiro de 1923 (Maier, 1988, p. 242). Essa invasão ao coração industrial da Alemanha, somada a outras perdas territoriais, como da região do Sarre e da bacia do Reno, custou 80% de seus recursos de minério de ferro e 40% dos seus altos-fornos, o que reduziu drasticamente a base econômica alemã (Lehmann-Hasemeyer; Opitz, 2017).

Posen e parte da Prússia Ocidental, Schleswig, Danzig, a parte báltica do território de Memel, os distritos fronteiriços ocidentais da Europa, entre outros territórios [...]. A partir de então a Alemanha passou a depender de um maior volume de importações de produtos alimentícios e matérias-primas, pois as regiões que foram perdidas eram particularmente as mais ricas do país no âmbito da agricultura e da indústria. A Alemanha perdeu 15% de suas terras cultiváveis e 75% de seus depósitos de minério de ferro. Sua capacidade de produção de ferro-gusa foi reduzida em 44%, a de aço em 38% e de carvão em 26%. (Braun, 1990, p. 33)

Ainda assim, as perdas territoriais alemãs foram talvez maiores do que o esperado, mas não excepcionalmente exageradas se comparadas com os termos pretendidos pela Alemanha, se ela tivesse vencido a guerra. Também cabe dizer que durante a IGM o povo alemão não havia sofrido invasão territorial, o que contribui para que o seu dano material fosse praticamente inexistente. Visto que os alemães não sentiram os conflitos da guerra em seu solo, estes ficaram convencidos, por si mesmos, que não haviam perdido a guerra. Dessa forma, qualquer diminuição do seu território ou qualquer restrição deste era, por definição, considerada injusta (Marks, 2003; Moses, 2015).

Com isso, observa-se que em Versalhes, na Conferência da Paz, prevaleceu a máxima de Richelieu que diz que, em política, os fracos (e os vencidos) nunca têm razão. Certamente essa frase se aplica à IGM, principalmente por se tratar de uma guerra com mais de trinta beligerantes, na qual, entre os vencedores, estão grandes impérios como o britânico, o russo e o francês (Lousada, 2016). Não obstante, com o passar dos anos, a Alemanha conseguiu reverter o jogo, e ao longo dos desdobramentos dos pagamentos das reparações, ela foi dando passos rumo à paralisação desses pagamentos. Como se as dificuldades naturais do pós-guerra não fossem suficientes, as nações de todo o mundo tiveram que lidar com a crise. Em 1929, o colapso da bolsa não ficou restrito à periferia do sistema econômico mundial. Impactou diretamente as economias europeias industrializadas

A Alemanha, que já não estava em uma situação confortável devido às imposições do Tratado de Versalhes, também sentiu os impactos dessa grande recessão mundial. Os dados da Tabela 3 ilustram a situação da nação germânica no período entre 1928 e 1932. O primeiros combates à crise em questão se deram via forte austeridade fiscal, entretanto, tal

estratégia se mostrou completamente ineficiente, mergulhando a economia alemã em uma profunda crise (Nurkse, 1944). Em 1928 o desemprego na Alemanha não ultrapassava a casa dos 1,5 milhões de pessoas; já em 1932 salta para 5,6 milhões. No mesmo período, as exportações despencaram de 12,3 milhões de RM (*Rentenmark*) para 5,7 milhões de RM. As importações seguiram o mesmo ritmo, caindo de 14 milhões de RM para 4,7 milhões de RM. Se considerarmos, através de número índice, a produção industrial alemã de 1928 representando 100, em 1932 encontramos o valor 58, ou seja, um abrupto apequenamento desta produção. Outrossim, também é possível citar as vertiginosas quedas tanto do PNB (Produto Nacional Bruto) e da renda nacional que, neste período (1928-1932) foram de 89,5 milhões de RM para 57,6 milhões de RM, e de 75,4 milhões de RM para 45,2 milhões de RM, respectivamente (Overy, 1996; Mazzucchelli, 2009).

Tabela 3 – A Depressão na Alemanha (1928-1932)

	1928	1929	1930	1931	1932
PNB (bilhões RM)	89,5	89,7	83,9	70,4	57,6
Renda nacional (bilhões RM)	75,4	76,0	70,2	57,5	45,2
Produção industrial (1928 = 100)	100	100,1	87,0	70,1	58,0
Exportações (bilhões RM)	12,3	13,5	12,0	9,6	5,7
Importações (bilhões RM)	14,0	13,5	10,4	6,7	4,7
Desemprego (milhões)	1,4	1,8	3,1	4,5	5,6

Fonte: Mazzucchelli (2009, p. 149). Com base nos dados de Overy (1996, p. 14).

Assim, em meio ao caos da *crash* da bolsa de valores de Nova York, em 1929, era necessário um novo plano. A partir disso, foi criado o Plano Young que acabou se sobrepondo ao Plano Dawes. Isso aconteceu porque percebeu-se que as reparações não estavam sendo realmente pagas, pois a Alemanha quitava suas dívidas com o dinheiro emprestado, e não com os excedentes da balança comercial.

Diante de tal situação, foi convocada uma nova conferência, preparada durante o ano de 1928 e realizada em fevereiro de 1929, novamente em Paris. Presidida pelo financista norte-americano Owen Young, a Conferência tinha duas questões importantes para serem resolvidas. A primeira referia-se ao valor que a Alemanha deveria pagar de reparações ao ano; a segunda dizia respeito à capacidade da Alemanha de transferir essa quantia em moeda

estrangeira, de modo a não prejudicar o crescimento de sua economia. [...] Durante a Conferência Young, Schacht propôs a criação de um banco internacional que seria responsável pela distribuição dos pagamentos das reparações, mas que também fornecesse empréstimos aos países subdesenvolvidos para que pudessem se industrializar e, dessa forma, comprar os equipamentos da Alemanha. Com isso, o país teria divisas para pagar as reparações. (Couto; Hackl, 2007, p. 326-327)

Ademais, o Plano Dawes não havia fixado em específico nenhum montante a ser pago e o Plano Young veio suprir essa necessidade ao estabelecer que o montante total das reparações fosse de US\$ 26,36 bilhões, o equivalente a 121 bilhões de *Reichsmark*. De acordo com esse novo plano, os pagamentos seriam findados em 1988, de modo que as parcelas se dariam da seguinte maneira: “1,6 bilhões de *Reichsmark* deveriam ser pagos em janeiro de 1930 com anuidades aumentando para 2,3 bilhões de *Reichsmark* em 1987. A anuidade final a ser paga em 1988 seria de 898 milhões *Reichsmark*” (Braun, 1990, p. 46). Contudo, nenhum destes pagamentos chegou a acontecer.

Cabe aqui ressaltar que, na visão de Schacht, o Plano Young não era nem exequível nem necessário.¹⁴ Isso porque, segundo o presidente do *Reichsbank*, as reparações de guerra já estavam totalmente pagas, conforme demonstrou em uma prestação de contas que ele fez em 1931 nos Estados Unidos acerca do que entrou e saiu do país nos seis anos após a inflação (1924-1930). O economista também aproveitou o ensejo para falar abertamente sobre o quanto de propriedade alemã havia ficado com o exterior após a guerra, sem que isso fosse classificado como reparações, embora fosse; tratava-se de uma quantia de cerca de 148 bilhões de marcos-ouro, como consta na descrição a seguir:¹⁵

¹⁴ Embora se tenha chegado a um acordo comum, que efetivou a assinatura do Plano Young, ocorreram diversos manifestos contrários às negociações deste. O próprio Schacht, antes da assinatura desse novo plano, já demonstrava sua franca rejeição às reparações, tanto econômica quanto politicamente. No entanto, mesmo a contragosto, ele assinou os termos do plano, pois ponderou que a não assinatura com certeza teria agravado ainda mais os efeitos da crise econômica de 1929.

¹⁵ Não foram considerados os ônus com as tropas de ocupações e nem os custos de guerra, pois entende-se que os demais participantes da guerra também tiveram esses gastos. Além disso, ao converter esses 148 bilhões de marcos-ouro, usando a métrica já exposta anteriormente (1 marco-ouro = 0,2380 dólares), obtemos o valor de 35,2 bilhões de dólares.

Durante os cinco anos em que o Plano Dawes estava funcionando, de setembro de 1924 a 31 de agosto de 1929, a Alemanha pagou cerca de 8 bilhões de marcos, aproximadamente metade em dinheiro e metade em material. Até a invasão do Ruhr, a Alemanha pagou indenizações no valor de 29 bilhões de marcos. [...] Além disso, a Alemanha perdeu 11 bilhões pela apreensão de propriedades privadas no exterior, e a perda das suas colônias soma um valor de 80 a 100 bilhões de marcos. Os próprios custos da guerra da Alemanha chegavam a cerca de 150 bilhões, a maioria dos quais, uma vez que dificilmente poderia ser criado novo capital durante a guerra, foi tirada diretamente do suprimento nacional de capital. As perdas da Alemanha pela inflação não podem ser contadas. E sobre essa economia nacional flagelada, o Plano Young ainda impôs uma nova carga de obrigações futuras, cujo valor presente é de 40 bilhões de marcos. (Schacht, 1931, p. 22, tradução nossa)

Dessa maneira, é possível traçar uma linha de conclusão lógica que inicia no Tratado de Versalhes em 1919, passa pelo Plano Dawes (1924) e chega ao Plano Young (1929), de modo que este foi a última grande emissão estrangeira em nome da Alemanha, a qual, quinze meses após seu nascimento, chegava ao seu fim (Eichengreen, 1992). Destarte, a Tabela 4 apresenta cronologicamente as medidas engendradas e implementadas no período compreendido entre 1919 e 1929:

Tabela 4 – Os desdobramentos dos pagamentos das reparações segundo os aliados e segundo a Alemanha (1919-1932) em bilhões de marcos

OCASIÃO	TOTAL A PAGAR	PAGO SEGUNDO OS ALIADOS	PAGO SEGUNDO A ALEMANHA
Junho de 1919 – Tratado de Versalhes	20 bilhões ¹	8 bilhões	111 bilhões ²
Abril de 1921 – Comissão Reparação	132 bilhões	-	29 bilhões ³
Maiode 1921 – Ultimato de Londres	120 bilhões	2 bilhões	-
Agosto de 1924 – Plano Dawes	Não estabelecido	2 bilhões	8 bilhões
Julho de 1929 – Plano Young	121 bilhões	-	-
Total	-	12 bilhões	148 bilhões

Fonte: Schacht (1931; 1999). Elaboração própria dos autores.

Nota 1: na ocasião do Tratado de Versalhes havia cláusulas a respeito da entrega de territórios no continente europeu e de colônias ultramarinas.

Nota 2: os alemães alegam que a apreensão das suas propriedades privadas no exterior equivale a um total de 11 bilhões de marcos, e suas colônias somam um valor de 100 bilhões de marcos.

Nota 3: a Alemanha alega que desses 29 bilhões, apenas 2 bilhões foram pagos em dinheiro, o restante se deu em mercadorias e materiais marítimos e rodoviários.

Após o Plano Young houve outras questões econômicas de grande impacto no que tange à questão das reparações, como a grande depressão de 1929 e a declaração da moratória de Hoover (1931). Após mais de 10 anos de tentativas malsucedidas, a moratória de Hoover suspendeu tanto o pagamento das reparações quanto as dívidas de guerra interaliadas e, por isso, com fins de discutir o futuro dessas obrigações, fora convocada a Conferência de Laussane, na Suíça, em junho de 1932 (Schacht, 1956; Keynes, 2002).

Nessa conferência, a Alemanha conseguiu cancelar praticamente todos os seus compromissos de reparação, sendo que dos 120 bilhões prescritos em 1921, apenas 10% havia sido pago, segundo os Aliados. Além disso, permaneceram pendentes mais de 20 bilhões pegos em empréstimos externos até o ano de 1930. Ou seja, os governos aliados embolsaram os dez a doze bilhões referentes às reparações, mas os investidores privados estrangeiros “perderam” o dinheiro emprestado à Alemanha (Marks, 2003). Portanto, assim estava selado o término das reparações, e Schacht enfim conseguiu seu grande feito: as reparações, já mortas, estavam agora efetivamente enterradas (Eichengreen, 1992; Schacht, 1931; 1999).

Considerações finais

Mesmo as grandes potências, França e Inglaterra, pertencentes ao bloco vencedor, saíram da guerra enfraquecidas em várias instâncias, em especial a França. O que se pode apontar é que alguns países se beneficiaram com a guerra, tal como os Estados Unidos. O sucesso americano tinha raízes fincadas no padrão-ouro, na sua capacidade de outorgar crédito ao mundo e nas facilidades produtivas, devido ao fato da IGM não se ter dado no perímetro do seu território.

Com cooperação norte-americana, outros países também reestabeleceram a sua paridade com o nobre metal dourado. A Alemanha foi um desses países, porque, assim como os demais países europeus, estava passando pelas turbulentas e penosas questões do pós-guerra (inflação, contas públicas, reinserção dos combatentes, reconstrução da produção industrial e agrícola, reparações, dívidas de guerra, entre outros).

A economia alemã, embora debilitada, conquistou paulatinamente

certa autonomia, dada as políticas que Schacht foi tomando enquanto estava no comando das políticas fiscais e monetárias do país. Um exemplo disso foi ter tido êxito na estabilização monetária do país sem o auxílio norte-americano. Esse feito foi resultado de uma ação conjunta de diversos fatores e circunstâncias, sendo a principal delas a firme disposição de Schacht para implementar políticas contracionistas. Foi por essa via que a Alemanha pôs fim à hiperinflação e reconstruiu sua credibilidade no cenário internacional.

Ao longo dessa reconstrução foi necessário o laço de cooperação internacional, como a que aconteceu entre Schacht e Montagu Norman, presidente do Banco Central da Inglaterra, para a fundação do *Golddiskontbank* no ano de 1924 (Pocklington, 2017). Outrossim, é importante observar que grande parte dos acontecimentos econômicos no mundo no período entre 1920 e 1930 teve influência dos quatro grandes banqueiros mundiais da época: Benjamin Strong, do Federal Reserve Bank de Nova York; Émile Moreau, do Banque de France; e os já citados Schacht e Norman.

Há autores que afirmam que esses homens padeciam da mesma falha: tinham apego à ortodoxia econômica. Exemplo disso ocorreu no *crash* da bolsa de Nova York, quando, ao invés de atuarem de maneira mais enfática para uma recuperação mais forte da economia mundial, esses banqueiros agiram de maneira contida e tardia, o que, segundo Liaquat Ahamed (2009), agravou a recessão.

Para Ahamed (2009), a obsessão dos Aliados para que a Alemanha pagasse montantes de reparações de guerra foi outro fator que acentuou a crise de 1929. Entretanto, cumpre mencionar que esse ponto estava fora da alçada desses quatro banqueiros, haja vista que eles possuíam posicionamentos distintos acerca dessa problemática.

Com o passar do tempo a cooperação entre esses grandes banqueiros foi se esvaindo, de modo que a falta de cooperação entre os bancos centrais minou a vigência do padrão-ouro. Segundo Marks (2003), isso aconteceu porque quando a responsabilidade com a cooperação internacional entrava em conflito com os objetivos nacionais, estes últimos prevaleciam.

Embora esse seja um posicionamento de praxe da política norte-americana, nota-se que essa também foi a conduta alemã. Afinal, as reparações de guerra, estipuladas na agenda de Londres em 1921, minguraram

dez anos depois com a moratória de Hoover, em 1931. Segundo os franceses, isso aconteceu porque foram incrementados meios para protelar e não pagar o que fora calculado em reparação.

Tanto Schacht quanto Montagu eram incisivamente contrários ao tamanho das reparações exigidas. Não obstante, a maneira como se findou essa questão do pagamento das reparações, em 1932, na Conferência de Laussane, prejudicou os países a quem eram devidos tais proventos, os quais pouco ou nada receberam. Dentre eles, a França se destaca entre os países que mais passou por suplícios no período do entreguerras, tanto de ordem financeira quanto moral e civil.

A Alemanha, porém, também viveu suas mazelas na década de 1930, pois, com o fim da república de Weimar, voltou a sofrer por baixo crescimento, desemprego elevado, instabilidade monetária e déficits orçamentários. Tal cenário, segundo Straumann (2019), tornou-se um terreno fértil para a ascensão de Hitler e o Partido Nazista.

A Inglaterra também padeceu com a crise nas suas finanças públicas e na indústria nacional, tornando-se incapaz de impor sua hegemonia em âmbito mundial. Os Estados Unidos, por outro lado, em seu isolamento continental, colhiam os frutos da excepcional expansão econômica dos anos de 1920, oriunda da inabalável segurança em continuar progredindo com base nas próprias forças (Ferris, 1989).

Por último, no que tange à ascensão do nacional-socialismo antes citado, Schacht (1999) afirma que essa é uma questão de responsabilidade de todos os envolvidos nas relações econômicas do entreguerras. Ele que, em 6 de março de 1930, renunciou ao seu posto de presidente do *Reichsbank*, o fez de caso pensado, mas também um tanto desiludido. Este foi, na verdade, um sinal de desprendimento e de fidelidade às suas ideias. Um ato que contaria positivamente no futuro, pois ele não tardaria a voltar ao seu cargo. Afinal, a Alemanha não podia prescindir de seus serviços.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. Keynes e as consequências econômicas da paz. In: KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, p. 9-30, 2002a.

- ABREU, Marcelo de Paiva. Keynes e as consequências econômicas da paz. *Textos para discussão*. Rio de Janeiro, n. 454, 2002b. Disponível em <http://www.dbd.puc-rio.br/depto_economia/td454.pdf>. Acesso em 5 julho 2019.
- AHAMED, Liaquat. *Lords of finance: the bankers who broke the world*. New York: Penguin, 2009.
- ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demetrio (Org.). *A história das guerras*. São Paulo: Contexto, p. 219-353, 2006.
- ARAÚJO, George. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918-1923. *História Social*. Campinas, v. 17, n. 2, p. 49-73, 2009. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/273/248>>. Acesso em 5 julho 2019.
- ARTHMAR, Rogério. Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n.29, p. 97-117, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2156>>. Acesso em 5 de julho de 2019.
- ARTHMAR, Rogério. Política e economia na Terceira República francesa: Emile Moreau e a batalha do franco. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 187-208, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00187.pdf>>. Acesso em 5 julho 2019.
- BOEMEKE, Manfred; FELDMAN Gerald; GLASSER, Elisabeth (Org.). *The Treaty of Versailles: a reassessment after 75 Years*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press and The German Historical Institute, 1998.
- BONNEFOUS, Édouard. *Histoire politique de la Troisième République: Cartel des Gauches et Union Nationale (1924-1929)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.
- BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRAUN, Hans-Joachim. *The german economy in the twentieth century*. London: Ed. Routledge, 1990.
- BRITISH COUNCIL. *Remember the world as well as the war*. Exeter: University of Exeter, 2014. Disponível em <<https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/remember-the-world-as-well-as-the-war-report.pdf>>. Acesso 5 julho 2019.
- COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto Melo. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 16, n. 3, p. 311-334, 2007. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642810>>. Acesso em 5 julho 2019.
- COSTIGLIOLA, Frank. *Awkward dominion: american economic political and cultural relations with Europe, 1919-1933*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- DEHNE, Phillip. *After the Great War: economic warfare and the promise of peace in Paris 1919*. London: Bloomsbury Academic, 2019.
- EICHENGREEN, Barry. *Golden Fetters: the gold standard and the great depression, 1919-1939*. New York: Oxford University Press, 1992.
- FAVORATO, Diego Gonçalves; COLOMBO, Arthur Osvaldo. *Keynes e Mantoux: distintas deduções sobre o Tratado de Versalhes*. XI ENCONTRO INTERNA-

CIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA – DESAFIOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA KEYNESIANA, 2019, Campinas. *Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Campinas, 2019.

FERRIS, Jonh Robert. The elements of strategic policy, 1919-1926. In: FERRIS, Jonh Robert. *The evolution of british strategic policy: 1919-1926*. London: Ed. Palgrave Macmillan, p. 31-52, 1989.

FISK, Harvey Edward. *The inter-ally debts: an analysis of war and post-war public finance, 1914-1923*. New York: Bankers Trust Co., 1924.

HASTINGS, Max. *Catástrofe – 1914: a Europa vai à guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HACKL, Gilberto Melo. *Hjalmar Schacht e a economia alemã na primeira metade do século XX*. Paraná: UEM, 2005 (Monografia de graduação em Ciências Econômicas da UEM).

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-191*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2002. Disponível em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/42As_Consequencias_Economicas_da_Paz.pdf>. Acesso em 5 julho 2019.

LEHMANN-HASEMEYER, Sibylle; OPITZ, Alexander. *The value of political connections in the first german democracy: evidence from the Berlin stock exchange*. Hohenheim discussion papers in business, economics and social sciences. Hohenheim, n. 24, p. 1-55, 2017. Disponível em <<https://economics.unihoenheim.de/organisation/publikation/the-value-of-political-connections-in-the-first-german-democracy-evidence-from-the-berlin-stock-exchange>>. Acesso em 5 julho 2019.

LEWIS, Arthur. *Economic survey: 1919-1939*. London: Routledge, 2003.

LOUSADA, Abílio Pires. As transformações e lições da Grande Guerra. *Revista Militar*. Lisboa, v. 68, n. 5, p. 389-428, 2016. Disponível em <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/1122>>. Acesso em 5 julho 2019.

MAIER, Charles. *Recasting bourgeois Europe: stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

MARKS, Sally. *The illusion of peace: international relations in Europe, 1918-1933*. New York: Macmillan, 2003.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. Campinas: UNESP-FACAMP, 2009.

MOULTON, Harold; LEWIS, Cleona. *The french debt problem*. New York: Macmillan, 1926.

MOSES, John. The war guilt question: a note on politics and historiography in the Weimar Republic. *Australian Journal of Politics and History*. Canberra, v. 61, n. 1, p. 128-134, 2015.

MOURÉ, Kenneth; MARTIN, Alexander. *Crisis and renewal in France, 1918-1962*. New York: Berghahn Books, 2002.

- NOGUEIRA, Flávio Schluckebier Pinto Saraiva. O papel dos EUA e da URSS na reconstrução do Estado alemão na República de Weimar. *Revista de Economia Política e História Econômica*. São Paulo, v. 7, n. 22, p. 73-117, 2010. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EC9XHjmJSPMJ:arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2010248177090d5490878baedbea12cc/Revista_de_economia_politica_e_historia_economica..pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 5 de julho de 2019.
- NURKSE, Ragnar. *International currency experience: Lessons of the Inter-War Period*. Princeton, NJ: Princeton University Press for the League of Nations, 1944.
- ORDE, Anne. *British policy and european reconstruction after the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OVERY, Richard James. *The nazi economic recovery 1932-1938*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- POCKLINGTON, Jay. *Behind the curtain of the old wizard: the german economic recovery under Hjalmar Schacht, 1933-1937*. Berlin: Freie Universität Berlin, 2017 (Dissertação de mestrado em Economia).
- REIS, Bruno Cardoso. Portugal e as pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918. *Relações Internacionais*. Lisboa, n. 42, p. 35-61, 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992014000200004>. Acesso em 5 julho 2019.
- SCHACHT, Hjalmar. *Confessions of the old wizard: the autobiography of Hjalmar Horace Greeley Schacht*. Boston: Houghton Mifflin, 1956.
- SCHACHT, Hjalmar. *The end of reparations*. New York: J. Cape & H. Smith, 1931.
- SCHACHT, Hjalmar. *The magic of money*. London: Oldbourne, 1967.
- SCHACHT, Hjalmar. *Setenta e seis anos de minha vida: a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- STRAUMANN, Tobias. *1931: debt, crisis, and the rise of Hitler*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

o caso do paraguai à luz das teorias latino-americanas da industrialização tardia: as circunstâncias do atavismo econômico no cone sul*

the case of paraguay in the view of latin american theories of late industrialization: the circumstances of economic atavism in the southern cone

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil

RESUMO

A literatura sobre a industrialização na América Latina, e particularmente sobre como sua tardia indústria teria derivado de uma base exportadora primária, é polarizada por duas visões. Ao passo que o argumento dos “choques adversos” liga a industrialização às condições desfavoráveis no setor externo, a abordagem alternativa a enxerga do ponto de vista do crescimento da renda trazido pela elevação nas exportações. Esse artigo traz uma coleção de dados sobre a evolução econômica do Paraguai, mostrando que sua capacidade de importar restou relativamente constante durante a Depressão dos anos 1930. A suavidade do choque externo significativo foi seguida por um contínuo crescimento das exportações e nenhuma tendência em direção à industrialização. O objetivo deste artigo é ajustar uma interpretação do atavismo paraguaio à luz do referencial polarizado por essas duas teorias.

Palavras-chave: Paraguai. Choques adversos. Crise de 1929. Depressão. Atraso industrial.

ABSTRACT

The literature about the industrialization of Latin America, and particularly about how its late industry would have stemmed from a primary export base, is polarized by two versions. Whereas the “adverse shock” argument links industrialization to unfavorable conditions in the external sector, the alternative approach views it from the standpoint of the growth of income brought by the rise of exports. This article brings a collection of figures on the economic evolution of Paraguay, showing that its import capacity remained relatively unaffected along the 1930s Depression. The softness of the external shock has then been followed by the continuous growth of exports, and no detectible trend towards industrialization. The aim of this article is to adjust an interpretation of the Paraguayan atavism according to the referential polarized by these two theories.

Keywords: Paraguay. Adverse Shocks. 1929 Crisis. Depression. Industrial backwardness.

* Submissão: 17/07/2018; aprovação: 03/11/2019.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rlmds.foz@gmail.com

Introdução: a sub-industrialização no Paraguai e seu interesse

Em agosto de 2018, prestou juramento no Palácio dos López o militar e empresário paraguaio Mario Abdo Benítez. Durante o mandato de seu antecessor, Horacio Cartes, foi concluída a construção de uma linha de transmissão em 500 kV, entre a Hidrelétrica de Itaipu e a subestação de Villa Hayes, na região metropolitana de Assunção.¹ Por essa fortuita culminação dos acordos de 2009, nos quais o Brasil se comprometeu a elevar os benefícios ao Paraguai por Itaipu, colocou-se diante do país mediterrâneo a prerrogativa de livre utilização de sua devida parcela na capacidade geradora da usina binacional compartilhada com o vizinho. Nesse mesmo espírito, Abdo Benítez inauguraria em 2019 uma linha de transmissão análoga, dessa vez partindo da Represa de Yaciretá, que o Paraguai detém com a Argentina.²

O Paraguai atravessa hoje uma conjuntura relativamente favorável, no seio da qual se acrescenta ainda a súbita elasticidade de oferta hidroeétrica, justo nas adjacências de um gigante industrial predisposto ao carecimento energético. Cartes e Abdo Benítez, nesse contexto, têm transmitido em seus discursos uma ênfase ao papel estratégico da indústria como alavanca do destino paraguaio.³ Induzida pelo diferencial de custo energético, e pelo acesso franco ao mercado brasileiro, entre outros diferenciais tributários e de legislação trabalhista *vis-à-vis* o Brasil, a industrialização paraguaia teria enfim chances de deslanchar.

Subliminarmente, o discurso industrializante de Cartes e Abdo Benítez denuncia a persistente especialização primária do tecido produtivo do Paraguai, país onde a produção avança celeremente, mas ainda sem diferenciar-se rumo às atividades fabris. As estatísticas atestam que a manufatura tem sido responsável por uma fração quase constante do valor produzido pelo Paraguai desde os anos 1930, quase sempre oscilando entre 12-17% (Gráfico 1). Em uma economia sempre dominada pelo campo, só o setor de construção despontaria ocasionalmente como uma força de diferenciação econômica, ganhando transitório espaço na

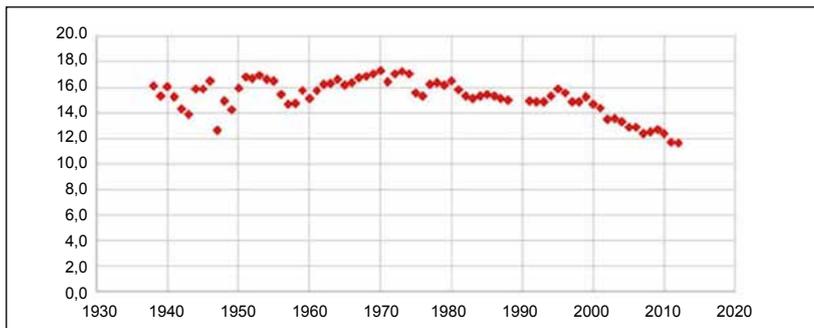
¹ Veja reportagem no jornal *Correio Brasiliense* (2013).

² Veja reportagem do jornal *Última Hora* (2019).

³ Veja reportagem no jornal *La Nación* (2013) e do jornal *Diario Libre* (2019).

formação do PIB às expensas da agricultura, justo no clímax dos esforços faraônicos de Itaipu e Yaciretá. Mesmo assim, esfriados os trabalhos nessas barragens binacionais, em meados dos anos 1990, observa-se a redução de sua importância. Recrudescer logo em seguida a histórica liderança setorial da agricultura, como consequência da expansão do complexo sojicultor, ora emulada pela escassez de bens primários nos mercados globais (Masi; Borda, 2011).

Gráfico 1 – Paraguai: participação da manufatura no PIB (em %)



Fonte: 1938-1970: CEPAL (1978); 1971-1988: CEPAL (1991); 1991-2012: Serviço de Estatísticas do Banco Mundial.

Nos maiores países da América Latina, a discussão sobre as origens, determinantes e limites do processo de industrialização há muito suscita curiosidade acadêmica. É um tema clássico, em que despontam estudos seminais, escolas de pensamento demarcáveis e embates intelectuais longevos acerca da seguinte questão: o que terá despertado e que balizadores limitam a formação da indústria tardia? Seja no Chile, no Brasil, no México ou na Argentina, as principais estatísticas concernentes já foram repetidas vezes publicadas e ventiladas, e há até um amplo acervo didático ou de divulgação que reporta os debates sobre os móveis da transição industrial a um público mais amplo. Infelizmente, essa agenda interpretativa jamais alcançou o domínio dos países menores da região. Seja no Paraguai, Equador ou Bolívia, o debate sobre a não eclosão ali de um processo de industrialização tardia não chegou a tomar corpo. E, desse modo, uma pergunta importante segue pendente na historiografia econômica: o que terá poupado esses países de vivenciar um legítimo ciclo de industrialização?

Mirando o caso paraguaio, buscamos uma resposta a essa pergunta à luz do referencial teórico que tradicionalmente se utiliza nos maiores países do continente, identificando as condições perpetuação de uma economia primário-exportadora com mínima diferenciação urbana. Principiaremos por situar esse referencial, para depois discutir o caso paraguaio. Na Parte 1, começaremos por revisar a bibliografia sobre a formação da indústria brasileira, caso mais emblemático de industrialização na América Latina. Nesse esforço, analisaremos primeiro a chamada “teoria dos choques adversos”, associada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que costuma compreender a industrialização na América Latina como decorrência histórica de uma severa crise externa que se abate sobre os setores primário-exportadores. Enfatizaremos tanto os eixos fundamentais dessa teoria quanto sua compreensão do processo brasileiro de industrialização. Logo em seguida, novamente enfatizando o Brasil, discutiremos a teoria “industrialização induzida por exportações”, que identifica elos entre a prosperidade do setor primário-exportador e a gênese do parque industrial. Para essa escola, a indústria brasileira teria nascido muito antes da era de crises ocorrida entre as duas Guerras Mundiais. Ou seja, qualquer política econômica aplicada durante ou após as crises teria contado com uma base fabril e institucional preexistente. Tendo ambas as teorias como referencial, o esforço subsequente será generalizar a discussão para todo o continente, verificando em quais países da América Latina tal base estaria desenvolvida antes dos anos de crise. Além disso, qual a gravidade do choque externo que atinge cada país? A severidade relativa do choque e o desenvolvimento relativo de requisitos fabris e institucionais permitirão que discutamos as repercussões políticas, seja impondo mudanças nos regimes econômicos ou apenas reforçando o *status quo*.

Esse considerável esforço nos conduzirá à Parte 2 deste artigo, âmago do trabalho, diretamente voltada à compreensão da trajetória da economia paraguaia. Assim, teremos três dimensões principais a observar: a) comparativamente aos demais países latino-americanos, qual a dimensão da crise externa que atinge o Paraguai durante a Depressão?; b) podemos falar de uma base fabril e instituições aptas a fomentar a industrialização no Paraguai dos 1930?; c) como caracterizar processo político e a política cambial do governo paraguaio durante as severidades internacionais de 1930? Demonstraremos que os choques externos dos 1930 atingem

o Paraguai de forma mais suave que Chile, Brasil e Argentina. No Paraguai de então praticamente não existiam indústrias e a economia era dominada por “enclaves” rurais. A ordem política vigente não teria que abrir espaço a nenhum setor social emergente. Nesse contexto, a intervenção do governo no mercado cambial é apenas emergencial, desvanecendo-se à medida que a crise externa refluí. Por último, teceremos conclusões.

1. A controvérsia sobre as origens do processo de industrialização na América Latina

O fenômeno da industrialização tardia – ou, mais especificamente, seus determinantes e limitantes, bem como a postura cabível ao Estado diante do processo de diferenciação industrial – tem inquietado gerações de historiadores econômicos nos maiores países da América Latina. Afinal, um ciclo mais ou menos longo de diferenciação industrial constitui capítulo crucial da história econômica de alguns países latino-americanos no século XX.

No Brasil, a industrialização foi um processo cumulativo ao menos desde as políticas cambiais do Governo Provisório de 1930, culminando com os contornos bastante diversificados que sua economia adquire nos anos 1980. Na Argentina, processo análogo transcorre entre a ascensão à presidência e a morte de Juan Perón – ou seja, entre 1946 e 1974 –, mesmo que tenha sofrido muitos revezes, até ser abruptamente interrompido pelo choque liberal da ditadura de 1976. No Chile, a “Substituição de Importações” foi diligentemente perseguida durante o ciclo que se inicia com os governos da Frente Popular (1938-1952) e termina com a deposição de Salvador Allende (1973), perdendo espaço político posteriormente ante o regime ultraliberal de Augusto Pinochet. No México, a industrialização substitutiva tem como marco a posse do presidente Manuel Ávila Camacho, em 1940, prosseguindo continuamente até os terríveis desdobramentos da Moratória de 1982. Na Colômbia, esse modelo de industrialização constitui o imo da política econômica do presidente Carlos Lleras Restrepo (1966-1970), e permanece um referencial importante até o fim dos anos 1980. Até mesmo no Uruguai um processo mais tímido de industrialização irrompe de

forma involuntária durante o governo José Luis Gabriel Terra (1932–39), até a “Substituição de Importações” ser efetivamente assumida como proposta mobilizadora do *neobatllismo* do presidente Luis Batlle Berres (1947–1951), perdendo impulso dinâmico depois.⁴

No caso arquetípico do Brasil, a expressiva expansão do setor industrial constitui a modificação fundamental de sua economia a partir de 1930. Já após 1933, o setor industrial nitidamente lidera as taxas de crescimento do produto e do emprego. A aparente saturação por prazo indefinido das exportações primárias recomendava que a economia fosse redirecionada à produção com vistas ao mercado interno. Pela intuição presidencial ou como vetor resultante de uma miríade de forças políticas contraditórias, o fato é que política econômica governamental de fato emitiu sinais nessa direção, enquanto prosseguia a construção de um novo setor urbano-fábril sob o pressuposto do protecionismo comercial duradouro.

A origem do tecido industrial brasileiro seguramente remonta ao século XIX, quando alguns estabelecimentos fabris já liberam sua fumaça pelo país. A constelação de manufaturas cresce e se diversifica durante a Primeira República, quando surgem empreendimentos cujas marcas comerciais ainda integram a cesta de consumo nacional. É, pois, muito anteriormente aos anos 1930 que se inicia a longa marcha da “substituição de importações”. Mesmo assim, o setor agrícola nunca deixaria de ditar o ritmo do conjunto da economia dali até a crise de 1929. O setor industrial se expandia, mas em ritmo sistematicamente inferior ao crescimento das exportações. É a grande crise global que assinala um divisor de águas, precipitando o advento de um longo ciclo, especialmente após 1933, no qual o ritmo do crescimento industrial supera o crescimento do conjunto econômico, passando aparentemente a guiar toda a economia. Tendo em vista a distinção entre a mera criação de manufaturas e a anteposição econômica de um setor manufatureiro em consolidação, cumpre distinguir a “substituição de importações”, aludindo ao fato de o país começar a produzir o que importava, e aquilo que usualmente chamamos “processo de substituição de importações”,

⁴ No que diz respeito a esses processos nacionais de diferenciação industrial, veja: Ramírez de la O (1980); Garuz e Garcia (2007); Mattei e Santos Júnior (2009); Giraldo (2017) e Arnábal, Bertino e Fleitas (2010).

etapa particularizada pela franca liderança do setor industrial no crescimento do conjunto econômico.

1.1 A perspectiva dos “choques adversos”

Assumindo que o perfil do crescimento industrial guardará uma relação dinâmica crucial com a evolução do setor exportador, já que este na origem governava toda economia, a literatura a respeito das origens e limites do desse processo versa sobre a natureza dessa relação inter-setorial. A agenda de pesquisa sobre a relação biunívoca entre o comportamento do setor agroexportador e a industrialização dos países latino-americanos tem início com economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). É de autoria deles o postulado amplamente conhecido como “teoria dos choques adversos”. Em termos simplificados, argumenta-se que, com a Crise de 1929, uma súbita contração da receita das atividades exportadoras teria engendrado condições macroeconômicas para que a demanda por bens manufaturados se voltasse para alternativas locais aos itens de consumo previamente importados. Pois a redução da receita oriunda das exportações ditava profunda alteração na taxa de câmbio, encarecendo os preços das manufaturas importadas, em benefício da produção local. Assim, o “choque adverso”⁵ teria determinado uma onda particularmente intensa de “substituição de importações”.

Na sequência, esse “choque” externo se transmuta em crise crônica das exportações agrícolas, e a conjuntura econômica internacional evolui ambigualmente ao longo dos anos 1930, ensejando então um permanente redirecionamento de ênfase na política econômica. Nesse contexto, a mera “substituição de importações” evolui para um nítido “processo de substituição de importações”. A agricultura é doravante penalizada em nome da indústria, à qual é compelida a transferir recursos. A liderança da indústria na formação do produto e no emprego urbano se cristaliza, ao passo que seu vigor futuro passa cada vez mais claramente a depender da manutenção da nova abordagem industrialista da política econômica.

⁵ Por “choque adverso”, tomamos aqui essencialmente uma súbita deterioração dos termos de troca.

Em síntese, o “choque” e as privações subsequentes teriam estimulado um reequilíbrio setorial da economia, e este tendia a perdurar e ser ativamente aprofundado, sob pena de graves consequências para a atividade econômica. Em um texto de 1951, “Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico”, Prebisch propõe pioneiramente uma mediação explicativa entre elementos estruturais e conjunturais como determinantes da crise externa. Do lado estrutural, ele intuía que à medida que crescesse a renda mundial, diminuiria a demanda relativa por bens primários, ao passo que aumentaria a demanda relativa pelos industriais, deteriorando os termos de intercâmbio dos países primário-exportadores. Do lado conjuntural, Prebisch apontava tanto o ciclo econômico dos países centrais, em fase descendente, quanto o baixo coeficiente de importações mantido pelos Estados Unidos. A confluência dessas duas situações teria aberto à América Latina uma etapa de fraca demanda por suas exportações, e, como tal, tendente escassez de meios de pagamento internacionais.

Contrações abruptas das exportações não constituíam um fenômeno novo na experiência latino-americana. Crises dessa natureza se verificavam antes de 1930. A crise dos anos 1890, no bojo da moratória argentina, e a Primeira Guerra Mundial, com efeito, representam no Cone Sul precedentes tangíveis de ruptura nas expectativas prevaletentes quanto aos preços e condições de exportação. Mesmo assim, a magnitude e a profundidade ímpares da Grande Depressão é que teriam determinado, na visão de Prebisch, o redirecionamento definitivo da economia.⁶ Para o caso específico do Brasil, a tese que se pode então propor sobre o advento do “processo de substituição de importações” é que a compressão da capacidade importadora impunha *per se* uma taxa de câmbio mais depreciada, encarecendo os artigos importados de consumo, ao passo que a renda disponível também declinava. Celso Furtado esclarece que “Nos anos da depressão, ao mesmo tempo em que se contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das

⁶ “A grande depressão mundial marca definitivamente o fim desta forma de desenvolvimento [...]. Ante a impossibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações – principalmente das indústrias – para contrabalançar essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos” (Prebisch, 1964, p. 1830).

mercadorias importadas, conjugando-se os dois fatores para reduzir-se a procura de importações” (Furtado, 1998, p. 197). Movia-se o pêndulo dos preços relativos, direcionando a demanda às manufaturas localmente produzidas.

Além da mecânica puramente macroeconômica, a situação crítica teria imposto ao Governo de 1930 a adoção – como ato de emergência – do racionamento seletivo das divisas disponíveis, priorizando a aquisição de bens de investimento em detrimento do consumo.⁷ A escassez geral de divisas era adicionalmente reforçada pelo governo, ao passo que se preservava o acesso do setor industrial às divisas necessárias para comprar máquinas e insumos. Pelo acesso ao câmbio em condições privilegiadas, o investimento industrial era ensejado, e este acabava re-introduzindo pressões na Balança Comercial por força do caráter intensivo em importações dos bens de investimento. Configura-se uma espécie de círculo vicioso no mercado de câmbio. A produção local é uma resposta à escassez de divisas, mas enfim acaba por aprofundá-la à medida que o investimento se prova exitoso.⁸

De acordo com a elucubração aqui proposta, o limite da capacidade instalada de produção era dilatado pelo máximo esforço de aproveitamento, adiando a incidência do paradoxo da produção substitutiva que amplia o dispêndio em importações. Caberá a Maria da Conceição Tavares produzir um modelo razoável de explicação dessa retroalimentação entre crise cambial, esforços substitutivos e reincidência da crise cambial. O dilema básico da “substituição de importações”, esclarece Tavares (1972) em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, seria o paradoxal aumento do volume de importações que decorre da própria tentativa de promover sua substituição. Isso ocorreria por dois fatores: (1) em um mundo já industrializado, o processo de industrialização

⁷ Furtado não empreende uma análise profunda da política cambial. Para esse tema, veja Laan, Cunha e Fonseca (2011).

⁸ É Furtado quem primeiro registra esse impasse de difícil solução: “É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade [...], sem importar máquinas e equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante da primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. [...] outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão.” (Furtado, 1998, p. 198).

envolve importação de máquinas, tecnologias, peças, insumos etc.; (2) a industrialização desloca trabalhadores de atividades de baixa produtividade para outras de alta produtividade, promovendo o crescimento econômico, incrementando o consumo e, logo, o consumo de importados.

A autora endossa a tese cepalina segundo a qual “as restrições do setor externo [...] representam o alicate sobre o qual se realizam as próprias transformações estruturais num processo de substituição de importações” (Tavares, 1972, p. 102). Mas enfatiza que, sem uma estratégia satisfatória para lidar com o paradoxo mencionado, a industrialização tardia seria impossível. O avanço da produção manufatureira doméstica redundaria em instabilidade cambial progressiva, limitando a continuidade da diferenciação produtiva. No limite, o “processo de substituição de importações” terminaria por acarretar uma crise cambial aguda, detonando um intenso processo inflacionário. Há um conjunto de políticas econômicas de que se pode lançar mão com vistas ao racionamento cambial, adiando a escassez absoluta de divisas, e permitindo que estas sejam prioritariamente direcionadas àquilo que se supõe funcional à industrialização, seguindo um cronograma racional.

Dinamicamente, a narrativa cepalina é de que o fio condutor da política industrial brasileira seria uma longa sucessão de medidas de intervenção no mercado cambial, combinadas com uma política industrial coerente e persistente, por décadas a fio, logrando tortuosamente um relativo sucesso na administração da escassez cambial em prol da industrialização. Afinal, ao haver êxito temporário em fortalecer a oferta interna em detrimento da importada, acabava por recolocar-se a ameaça do “estrangulamento cambial”, aconselhando não mais que aprofundamento ou aprimoramento na administração cambial, o que reporia a marcha da industrialização, reiniciando o circuito. Desse prisma, a industrialização não derivava de uma opção política consciente; constituía, ao contrário, uma decorrência não planejada da forma pela qual o governo tendia a lidar com as crises cambiais.

Quando o paradoxo cambial do impulso substitutivo foi devidamente enunciado, a partir dos estudos cepalinos dos anos 1960, a abordagem de política econômica que se podia sugerir já tinha sido desvendada por homens práticos de Estado, e as virtudes da economia política do “processo de substituição de importações” já estavam testadas. Teoricamente, só o fim da conexão entre desajuste externo, industrialização e reinici-

dência do desajuste autorizaria nova abordagem das políticas cambial e industrial. Idealmente, isso só ocorreria com a construção de um “edifício industrial” minimamente completo, para que aumentos marginais no consumo não redundassem mais em aumentos tão automáticos nas importações líquidas.

Deve-se ressaltar que o âmago dos esforços de investigação da CEPAL concernia à hipótese de industrialização na América Latina, ou seja, a discussão nunca esteve limitada ao caso brasileiro. A abordagem resultante, em suas linhas mais gerais, provou-se amplamente receptiva à reinterpretção análoga de outras tentativas concomitantes de industrialização tardia. Essa perspectiva, assim, enseja outros ensaios de explicação histórico-estrutural da crise da economia primário-exportadora, engendrando esforços de substituição de importações. Sincronicamente a Celso Furtado, Aníbal Pinto Santa Cruz elabora *Chile: un caso de desarrollo frustrado*, de 1959. Motivado pela leitura do autor paraibano, temos o trabalho de Aldo Ferrer, *La economía Argentina*, de 1963. E para o Noroeste Africano, temos *L'économie Du Maghreb*, redigido por Samir Amin em 1966. O próprio Furtado ilumina a magnitude distinta do choque externo que se abate sobre alguns países latino-americanos.

[A partir de 1929, a] industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador. A exceção a essa regra estaria representada precisamente pelos países que conhecem uma fase de forte crescimento de suas exportações em período subsequente, tal como a Venezuela, o Peru e os da América Central. (Furtado, 1969, p. 1310)

Ou seja, a explicação da não industrialização desses países principia pela alegada ausência, ali, de um “choque adverso” de proporções análogas ao ocorrido no Chile ou no Brasil. Mas é imperioso ressaltar que Furtado não penetra a fundo o domínio dessas evidências de segunda ordem de sua teoria: os descaminhos de Paraguai e Bolívia na Depressão, por exemplo, não são alvo de nenhum comentário seu. Paralelamente, precondições de natureza interna podem ser identificadas como elementos que teriam contribuído às trajetórias diferenciais de distintos países afetados pelo choque externo. Conceição Tavares, reiterando o relativo êxito da industrialização substitutiva no Brasil, sugere fatores

estruturais domésticos que teriam selado esse destino: disponibilidade interna de terra e trabalho, permitindo que a indústria crescesse ao mesmo tempo em que a agricultura de exportação não fosse desmontada, e a existência *a priori* de um grande mercado interno.

Podemos considerar [...] que esse conjunto de fatores internos apresentou aspectos bastante favoráveis ao desenvolvimento da economia brasileira dentro do novo modelo, que por si só justificam o seu maior avanço em relação à maioria dos países da América Latina e de outras áreas subdesenvolvidas do mundo. (Tavares, 1972, p. 102)

Segue-se, como linha de explicação complementar, que países com mercados internos menores e menor disponibilidade de trabalho e terra teriam piores condições de capitalizar o choque externo como impulso substitutivo. Essa hipótese subjaz ao texto, mas a autora tampouco elenca casos concretos que, em segunda ordem, corroborariam sua perspectiva.

1.2 A tese da “industrialização induzida por exportações”

Em que pese a persuasiva argumentação dos autores que apoiam a conexão entre o choque externo e o desencadeamento do processo de industrialização, o debate que se forma a respeito no Brasil dá à luz algumas alternativas consistentes de interpretação. Uma crítica tradicional à perspectiva dos “choques adversos” destaca que, no Brasil, a criação de estabelecimentos industriais data de períodos muito anteriores à Depressão, de modo a sustentar que não haveria clara mudança de regime econômico na década dos 1930. Sem apresentar qualquer distinção qualitativa entre “substituição de importações” e “processo de substituição de importações”, nos termos anteriormente definidos, alude-se à rica evidência histórica dos primórdios da atividade fabril, indubitavelmente remontando ao Império ou à Primeira República. Pela diferenciação do tecido industrial existente muito antes da Depressão, busca-se desabonar o valor explicativo daquilo que seria uma cronologia excessivamente dual da formação industrial, contrapondo sequencialmente os regimes agroexportador e de substituição de importações, entremeados pela crise de 1929. O processo de industrialização é assim apresentado como a sedimentação lenta, gradual, e horizontal dos dispositivos que marcam

um organismo industrial moderno, surgindo a partir do núcleo de uma próspera economia agroexportadora, e em decorrência de seu contínuo crescimento e diversificação. Tal crítica começa a ser formulada por Carlos Manuel Peláez no artigo “A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira”, de 1968.⁹

Fazendo uma análise da produção têxtil no Brasil, Peláez nega o nexo entre a crise de 1930 e uma suposta decolagem da produção local, pois o autor visualiza uma estagnação setorial antes e depois de 1929. A crise deixa de ser apresentada como um choque de consequências positivas. Se não houve aceleração da atividade têxtil com a Depressão, não faria sentido algum tributar a industrialização aos efeitos de um “choque adverso”. Essa crítica reaparece, com maior profundidade, na monografia “Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café-1906-1945”, de 1971. Mediante uma avaliação pormenorizada de muitos pressupostos e prognósticos atribuídos a Furtado, o autor sentencia que “A história e o pensamento econômico estruturalista são postulados na base de fenômenos econômicos de medição precária, geralmente sem apoio na teoria” (Peláez, 1971, p. 203).

Mesmo assim, a censura detalhista de Peláez à perspectiva cepalina da industrialização não desagua em uma teoria alternativa da industrialização. Muito mais energia é devotada à apreciação das teses estruturalistas que à eventual proposição de uma abordagem alternativa. Como norte, o que permanece é fundamentalmente o suposto liberal de que, se não é o “acidente histórico de 1930” que explica a gênese da indústria brasileira, esta deverá ter resultado da lenta sedimentação de um moderno complexo fabril, como derivação espontânea da expansão da agricultura de exportação. É uma proposta interpretativa aderente à tradição dominante de reflexão econômica, mas que dificilmente permite destilar razões compreensíveis para a ausência de processo análogo em outras regiões exportadoras suficientemente prósperas, como o Peru ou a Venezuela. Na busca dessas especificidades, que supostamente teriam garantido a diferenciação industrial brasileira sob égide da fortuna agrícola, a sustentação da tese liberal da “indústria induzida por exportações”

⁹ “1930 não foi um ano de prosperidade para a indústria têxtil mas a continuação de um período de estagnação. A Grande Depressão não significou uma nova era para essa indústria. O consumo de tecidos muito provavelmente caiu na depressão [...]” (Peláez, 1968, p. 38)

recairá mais sobre a reflexão sociológica que econômica. Pois se muitas regiões exportadoras foram prósperas na América Latina, aquelas capazes de industrializar-se deveriam ostentar prerequisites sociais, culturais e institucionais enunciáveis.

Quase sincronicamente a Peláez, o sociólogo norte-americano Warren Dean publica *A industrialização de São Paulo*, contendo argumentos compatíveis com a perspectiva liberal da industrialização, igualmente tributando a origem da indústria à prosperidade do complexo exportador. Ao mesmo tempo em que a conexão entre o choque externo e o desenvolvimento industrial é negada, reafirma-se o nexos direto entre a prosperidade do setor exportador e a industrialização: “durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa [...]. Durante os anos maus do comércio do café [...] a indústria local agonizou” (Dean, 1971, p. 93-94).

O fio-condutor que tipifica a abordagem proposta consiste, novamente, em demonstrar que a indústria brasileira já existia e ostentava relativa importância antes de 1930. O crescimento industrial posterior à Depressão não é alvo de atenções, e não são buscadas distinções qualitativas entre o conjunto industrial anterior e o posterior a 1930. Afinal, o que se objetiva é demonstrar que, qualquer que fosse o crescimento posterior, este somente se tornara imaginável com o amadurecimento de uma formação industrial com corolários institucionais, deitando raízes anteriores. Warren Dean sustenta então que um conjunto amplo de prerequisites para a produção fabril se sedimenta no Brasil sob liderança da economia cafeeira. É aí que reside o componente distintivo de sua contribuição, pois variados elementos são elencados como condições que, derivados direta e indiretamente da atividade exportadora, teriam alavancado a diferenciação industrial pelo sucesso das exportações.

Entre esses requisitos, figuram a renda interna gerada pelas exportações de café, o capital acumulado nas mãos de famílias de fazendeiros e outros empreendedores urbanos, o mercado interno para manufaturas e a infraestrutura física do país – estradas de ferro, portos, abastecimento de água, eletrificação, serviço postal, as escolas de engenharia, etc. A caracterização do quadro institucional e cultural em que desponta a indústria paulista parece ser a chave para pensar, a partir do ponto de vista da “industrialização induzida por exportações”, as razões da ausência de processo análogo em países menores da América Latina. Como lembra

Dean, “um comércio externo animado e em rápida expansão não conduz necessariamente a uma empresa industrial nacional de certa importância” (Dean, 1971, p. 15).

Seria demasiado mecânico resumir a perspectiva liberal da industrialização a uma correlação positiva estanque entre o crescimento das exportações primárias e a prosperidade urbano-fábrica, o que equivaleria a assumir mecanicamente que nos países onde a indústria não deslança o vigor do complexo exportador deverá apenas ter sido menos expressivo. É possível propor, a partir dos próprios escritos de Warren Dean, que os requisitos que selaram o sucesso do caso paulista extrapolariam a mera prosperidade da agricultura, ainda que esta prosperidade fosse, da sua ótica, um requisito *sine qua non* da diferenciação produtiva.

O convite a pensar esses atributos condicionantes em corte comparativo regional parte de análise pioneira Fernando Henrique Cardoso, primeiro a penetrar na agenda de pesquisas que Warren Dean alavancaria: “[...] as considerações sobre São Paulo podem ser referidas comparativamente a outras áreas não brasileiras, resultando de sua análise explicações que possuem interesse geral” (Cardoso, 1960, p. 31-32). Isto é, ao investigarmos as origens da não diferenciação industrial de uma parte expressiva da América Latina, vale considerar aspectos sociais, culturais e institucionais, capturando a complexidade do “desenvolvimento capitalista” logrado ainda antes do clímax da industrialização. Um esforço nessa direção viria desse mesmo autor, no clássico *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicado com Enzo Faletto. Nessa obra, o equilíbrio político vigente antes e depois do choque é focalizado, e relacionado com o processo de diferenciação socioeconômica vivido em cada país antes dos anos 1930. Na seção subsequente, analisaremos outros países latino-americanos, para verificar a magnitude do choque externo, bem como averiguar se esse mesmo quadro de diferenciação socioeconômica ocorrido previamente no Brasil havia sido neles igualmente caracterizado. Logo em seguida, analisaremos como ambas as dimensões poderiam ter repercutido na esfera política iluminada por Fernando Henrique.

1.3 A base fabril anterior a 1929 e a magnitude do choque em países da região:

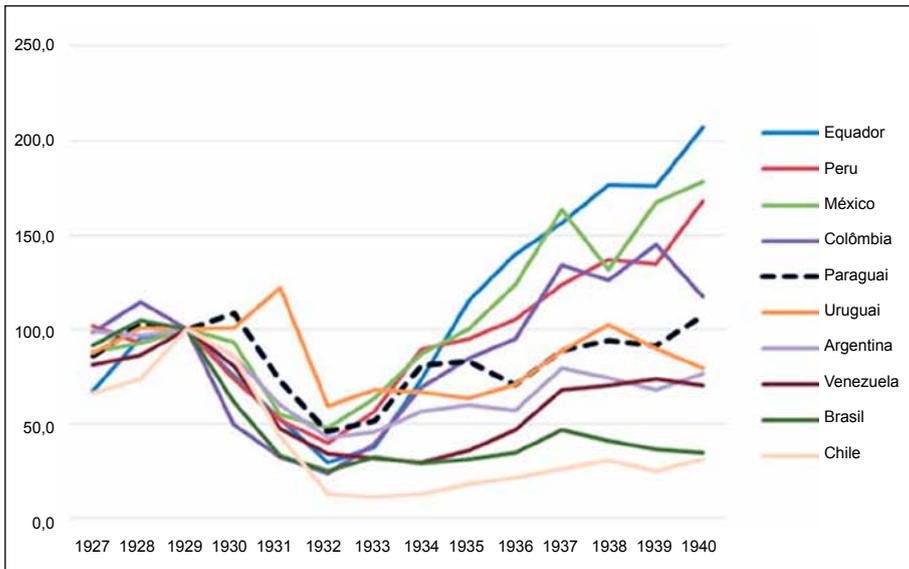
Em outros países latino-americanos que atravessaram um processo de substituição de importações, despontam estudos sobre a base fabril e institucional anterior à exposição aos choques externos ocorridos entre as duas Guerras Mundiais. No caso do Chile, a constelação fabril começa a ser formada no último quartel do século XIX, no rastro das exportações de salitre. A imigração e o crescimento das cidades acaba permitindo um lento aprofundamento na divisão social do trabalho, determinando maior diferenciação social. Nesse processo, acaba sendo conformada uma camada empresarial fabril, que com o tempo irá reivindicar mais espaço na vida política nacional. Quando irrompe a Depressão, o Chile já possuía uma vida urbana consolidada, instituições de educação técnica e superior, um aparato estatal minimamente preparado para os desafios decorrentes da sofisticação da vida econômica, além de setores sociais propensos à mobilização política em prol da industrialização.¹⁰

No que concerne à mensuração do choque externo de 1929, temos uma fonte confiável nos Anuários Estatísticos da Liga das Nações. Eles foram publicados para os biênios entre 1934 e 1944, contendo dados sobre o comércio internacional desde 1927. Nesses relatórios, temos dados anuais sobre o comércio exterior de dezenas de países, cada qual em sua própria moeda. Para permitir a comparação, podemos construir um indicador comparativo de exportações, assumindo o montante exportado em 1929 como 100, em todos os casos. O Gráfico 2, logo a seguir, demonstra que o Chile sofreu uma aguda e prolongada contração na capacidade de importar durante os anos 1930. A tese dos “choques

¹⁰ No Chile, “A formação e organização do setor industrial passou por diversas etapas. Na década de 1870, o grupo esteve composto por uma alta proporção de estrangeiros já residentes e não houve diferenciação entre artesãos e industriais, []. Na década de 1880 se aprecia um câmbio qualitativo na conformação e alcance do grupo pró-industrializador. Produto do crescimento econômico e de uma maior complexificação e diversificação social, a elite trasladou e expandiu suas atividades, dando possibilidades de integração dos industriais ao setor dirigente. [] O tão ansiado consenso político e social para tornar efetivo o paradigma [industrializador] só foi possível na década de 1930, [] com o fracasso do modelo liberal de crescimento para fora.” (De Vos Eyzaguirre, 1999, p. 95-96)

adversos” encontra ali um formidável álibi, pois houve a combinação de um quadro socioeconômico propício, como antes descrito, com uma incapacitante contração da capacidade de importar. Dotado de uma rede fabril, uma camada empresarial emergente e trabalhadores dispostos a se mobilizarem por suas condições de vida, a “substituição de importações” teria firmes anteparos para prosperar.

Gráfico 2 – Importações anuais: países selecionados, 1910 = 100



Fonte: Anuários estatísticos da Liga das Nações de 1935-1936 (para os anos 1927-1934) e 1943-1944 (para os anos 1935-1940).

Esse processo de emergência e consolidação de uma vida urbano-fabril ocorreria simultaneamente na Argentina.¹¹ Ali também, o fim do século XIX é marcado por abundante chegada de imigrantes, formação de uma rede urbana, construção de uma malha ferroviária e ampla diversificação da cesta de consumo, especialmente nas cidades. A constelação fabril doméstica é criada, ainda que o ritmo da economia nacional

¹¹ “A ideia generalizada de que o crescimento industrial da Argentina, em sua face moderna, começa na década dos trinta – isto é, durante a Depressão – é inaceitável sem substanciais retoques. Estritamente falando, a industrialização argentina, em termos gerais, começou muitos anos antes.” (Villanueva, 1972, p. 475).

permanecesse guiado pelo setor exportador. Nesse período, o organismo estatal se sofisticava, os serviços públicos são aperfeiçoados e a educação superior é difundida, à medida que crescem as classes médias urbanas. Nesse ambiente, a indução da industrialização pelo Estado se torna uma ideia defensável, ao passo que os empresários fabris consolidam seu prestígio e inserção política. Mesmo assim, o Gráfico 2 deixa claro que a contração da capacidade de importar é menor na Argentina quando contraposta àquilo que ocorreu no Chile ou no Brasil. Esse dado parece se coadunar com o caráter tardio do desenvolvimentismo do presidente Juan Perón, em comparação com o *varguismo* brasileiro ou o *frentismo* chileno. Ou seja, em três países onde havia uma análoga sofisticação da vida urbano-fabril, a magnitude e a extensão do choque externo devem ter influenciado na velocidade e na intensidade da inflexão de regime econômico.

Tal qual nos quatro países acima aludidos, o nexos entre a inserção primário-exportadora e a diversificação da vida urbana marca a Colômbia das últimas décadas do século XIX. Seja no rastro da mineração ou da posterior emergência da cafeicultura,¹² o departamento de Antioquia, onde está a cidade de Medellín, vivenciou um processo de formação de uma camada fabril muito semelhante àquele descrito por Warren Dean em São Paulo.¹³ Mesmo assim, o Gráfico 2 assinala que o choque externo que se abate sobre a Colômbia, embora agudo, foi rapidamente aliviado. Em 1940, as importações de Brasil, Chile e Argentina ainda não atingiam o nível de 1930. Mas já haviam voltado a crescer vigorosamente na Colômbia. Previsivelmente, o desenvolvimentismo de Car-

¹² “A acumulação de grande parte do capital e a criação do mercado interno pertencem à era do café, mas os empresários eram um produto da mineração.” (Brew, 1977, p. 35-36).

¹³ “Havia pois em Antioquia um conjunto de pré-condições sociais que se pode relacionar à expansão do café para criar uma nova divisão do trabalho na região, que permitiu em muitos de seus poros novas oficinas de artesanato, fábricas semi-artesanais, pequenas indústrias mecanizadas, estabelecimentos manufatureiros e até fabris que cobririam as necessidades de consumo da população (cerveja, gorduras e sabão, chocolate, tecidos e sapatos), bem como as necessidades da própria produção (máquinas de café, debulha, sacolas de café, matérias-primas e produtos intermediários para a nova produção artesanal, manufatureira, para uma crescente agricultura comercial que bordeava as cidades) e também atendendo os requerimentos das obras públicas e de construção de moradias (cimento, materiais de construção, tubos, etc.)” (Kalmanovitz, 1983, p. 82).

los Lleras Restrepo despontará tardiamente quando comparado ao argentino, chileno e brasileiro. Assim, a Colômbia é outro testemunho da correspondência entre magnitude do choque e a inflexão de regime econômico, supondo bases socioeconômicas já aptas a capturar o estímulo decorrente da mudança conjuntural.

Por outro lado, temos países onde o choque, grande ou pequeno, se depara com uma base urbana ainda atrofiada. Esse era o caso do Uruguai, onde os estabelecimentos manufatureiros já existiam há muito, mas a divisão social do trabalho não havia atingido o mesmo nível dos países antes citados, dada sua dimensão relativamente pequena.¹⁴ No Peru tampouco havia despontado uma ampla base urbano-fábrica,¹⁵ pois a economia urbana deixa de se diferenciar no princípio do século XX.¹⁶ No Peru e no Uruguai, a vida socioeconômica ainda pouco diferenciada se soma à relativa estabilidade do setor exportador, em comparação com Brasil, Chile e Argentina. Temos, como na Colômbia, um choque externo de menores proporções. Não surpreende que a proposta substitutiva tenha decolado no Uruguai apenas em breves momentos, ao passo que no Peru essa agenda não chegue propriamente a se constituir.

Um caso particular é o dos países exportadores de petróleo: Venezuela e México. No caso do México – como no Brasil, Chile, Argentina e Colômbia –, já havia uma considerável base urbano-fábrica na década de

¹⁴ [] no início dos anos trinta, nosso país [o Uruguai] estava com [] seu setor manufatureiro desenvolvido de forma incipiente, atendendo apenas fragmentariamente o mercado interno de bens que satisfaziam as necessidades básicas” (Faroppa, 1965, p. 33).

¹⁵ “Em meados desse século [XX], o Peru estava em um nível de industrialização significativamente menor que o de outros países latino-americanos de tamanho e potencial econômico semelhante.” (Thorp; Bertram, 1977, p. 63).

¹⁶ “A partir de 1890 [] houve em Lima uma expansão vigorosa de setores econômicos não exportadores, incluindo manufatura, serviços públicos e finanças. [...] O declínio no ritmo da industrialização local foi [] um processo gradual: se acelerou, no entanto, provavelmente a partir de 1907, ano que marca a influência que a depressão da economia americana e européia teve em todos os países da América Latina, principalmente sob a forma de cortes repentinos nos créditos e na provisão de capital em todas as suas formas. Os cortes de crédito reduziram as importações, causando importantes desarticulações. 1907 também foi também um ano de má colheita, com redução de ganhos. A depressão subsequente deu fim a novas iniciativas. Os anos subsequentes, até 1913, foram dominados por problemas políticos que tendiam a minar a confiança nos negócios e a impedir uma expansão voltada para o mercado interno.” (Thorp; Bertram, 1977, p. 64-65 e 78).

1930.¹⁷ Aliás, essa base remontava ao período de Porfirio Díaz, entre 1876 e 1911. Portanto, o aprofundamento da divisão social do trabalho no México dos anos 1930 figura entre os casos latino-americanos de maior desenvolvimento da rede urbano-fábril. Já na Venezuela, a cons-telação fábril deitava raízes antigas, mas, tal como no Peru, vivera um processo de estagnação antes da crise dos 1930.¹⁸ O choque externo que recai sobre o México e a Venezuela é de natureza aguda. No caso do primeiro, a recuperação é célere, e o crescimento das importações é retomado ainda nos anos 1930. No caso da Venezuela, essa recuperação tarda mais a ocorrer. Mesmo assim, cabe ressaltar a natureza finita do petróleo. A perspectiva de esgotamento futuro das reservas petroleiras constitui um encorajamento para que, especialmente em tempos de bonança após um período de crise da economia petroleira, deva ganhar popularidade o ideal de “semear o petróleo”, como se definiu na Vene-zuela, favorecendo ocasionalmente iniciativas de industrialização.¹⁹ Ou seja, a experiência de uma crise exportadora aguda poderá representar um futuro álibi em prol do fomento da industrialização, especialmente em momentos de boas exportações. Se assim for, como a recuperação das exportações mexicanas é mais rápida, e sua base urbano-fábril pré-va é mais desenvolvida, não surpreende que o desenvolvimentismo de Manuel Ávila Camacho (1940), no México, seja anterior ao de Marcos Perez Gimenez (1953), na Venezuela. Também não causa surpresa que

¹⁷ “A indústria manufatureira mexicana se desenvolveu durante a era de Porfirio Díaz [...]. O impulso desse desenvolvimento proveio das ferrovias custeadas com finan-ciamiento externo, que permitiram o desenvolvimento de um mercado nacional junto à eliminação de impostos intra-estaduais.” (Theisen, 1972, p. 501).

¹⁸ “Periodizamos a pré-industrialização [venezuelana] em três etapas. A primeira, 1820-1870, que se caracterizou pela introdução de múltiplas iniciativas de novas indústrias, dentro de um marco econômico liberal, e de existência relativamente curta. A segunda, 1870-1914, na qual o auge da pré-industrialização se torna mais patente, cujo marco a destacar é a tarifa protecionista de 1880. A terceira etapa, 1914-1936, consideramos de relativa estagnação marcada pela crise de 1921, 1929, a revalorização do Bolívar em 1934, a política migratória restritiva, as importações do setor petroleiro que tiram dinamismo do setor industrial.” (Lucas, 1998, p. 161-162).

¹⁹ “[] a atividade petroleira aportou ao longo de muitas de décadas uma experiência enriquecedora em matéria de avanços tecnológicos, treinamento de recursos humanos e incorporação de conceitos associados à idéia de semear o petróleo .” (Banko, 2007, p. 144).

substituição de importações avance mais no México, pelas décadas adiante.

1.4 A base fabril anterior a 1929 e o cenário político

Ao estalar a crise de 1929, era possível subdividir a América Latina em dois grupos de países, tendo em vista o nível de desenvolvimento urbano-fábril já alcançado. De um lado, temos países como Chile, Argentina, Brasil, México e Colômbia, onde a economia urbana já havia se diferenciado muito. De outro lado, no Peru, no Uruguai e na Venezuela, o setor urbano continuava atrofiado. Na obra clássica *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto (1970) relacionam os novos setores urbanos que despontavam em alguns países latino-americanos à presença de novos “grupos sociais” pressionando as antigas estruturas de poder.

A existência desse setor empresarial capitalista [...] é precisamente o que dará origem às possibilidades estruturais distintas na fase de transição. [...] a hipótese que aqui se sustenta afirma que as características que adquiriu o processo de desenvolvimento depois da crise de 29 mudaram fundamentalmente em função do tipo de transformação havida no sistema político como consequência da pressão dos já mencionados novos grupos sociais [...]. (Cardoso; Faletto, 1970, p. 55 e 73)

Em alguns países, a crise de 1929 coincidiu com a crise do regime político vigente, abrindo caminho para que setores emergentes reivindicassem poder. Essa esgarçada do tecido político teria sido fundamental para que fossem levadas a cabo novas políticas econômicas francamente favoráveis ao desenvolvimento do setor urbano. Na visão do autor, no Brasil a crise assinala a derrocada do antigo regime político, abrindo caminho para que as “classes médias tradicionais” fossem incorporadas como protagonistas em esferas cruciais para o exercício do poder político, à medida que a dominação oligárquico-burguesa entrava em crise. A reforma subsequente do Estado seria uma decorrência desse reequilíbrio de forças, deitando raízes no processo de diferenciação econômica descrito por Warren Dean.

[No Brasil,] A antiga aliança oligárquico-capitalista, que expressava os interesses regionais dos setores exportadores, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova "classe média" e os setores operário-populares. (Cardoso; Faletto, 1970, p. 67)

Um caso oposto seria o colombiano. Ali, o setor urbano não teve condições políticas de promover uma mudança substancial no regime político, e, conseqüentemente, a mudança de regime econômico ocorrida no Brasil não seria replicada na Colômbia. Para Fernando Henrique, a ausência de condições para a ruptura da ordem econômica colombiana deita raízes não somente no nível de diferenciação econômica do setor urbano-fábril, senão na relação entre essa diferenciação e o poder de reação dos grupos estabelecidos. Como vimos antes, é possível traçar um paralelo entre as histórias econômicas de São Paulo e Antioquia. Mas a camada primário-exportadora colombiana era um conjunto muito mais coeso do que a miríade de oligarquias regionais existentes no imenso Brasil. Assim, na Colômbia, a emergência da Antioquia urbana foi contraposta à coesão dos interesses agro-exportadores.

Realiza-se, assim, na Colômbia uma composição política que abarca o conjunto todo da classe dominante, desde seus setores mais atrasados até grupos economicamente mais progressistas e, inclusive, incorpora dentro de uma mesma ordem os setores médios rurais e provinciais. [...] o caráter monolítico das camadas oligárquico burguesas freiam o acesso dos grupos médios ao poder [...]. (Cardoso; Faletto, 1970, p. 70-71)

O caso da Colômbia é uma advertência para que evitemos recair em uma transposição mecânica da diferenciação socioeconômica para a diferenciação política. Ou seja, um setor urbano pode florescer economicamente até certo ponto, mas permanecer incapaz de mover o pêndulo da política econômica em seu benefício, tendo em vista o poder de resposta dos grupos estabelecidos. Além disso, como vimos acima, o choque externo atinge a Colômbia menos severamente que Chile ou Brasil. A substituição de importações tardaria a ser levantada como alternativa econômica. Quando finalmente o for, será por menos tempo.

Tendo essas referências em perspectiva, cabe refletir sobre o caso do Paraguai. Sabemos que esse país se singularizará dentre os vizinhos do Cone Sul por não vivenciar, ao longo da segunda metade do século XX, qualquer sinal de diferenciação urbana-industrial do tecido econômico. E sabemos, pelo Gráfico 2, que o choque externo dos 1930 afeta a economia paraguaia de modo intermediário. Ou seja, a contração das importações é menor que em países como Chile e Brasil, mas maior do que aquela que vitima a Colômbia. Adiante, caracterizaremos a base socioeconômica que prevalecia no Paraguai dos 1930, bem como a natureza do choque externo que atinge sua economia, e como a política o acomodará.

2. O atavismo paraguaio à luz das teorias da industrialização na América Latina

Integrando as duas linhagens acima discutidas e a experiência histórica dos países apresentados, podemos propor a interpretação do “choque adverso” não como um Deus *ex-machina*, subitamente induzindo a industrialização a partir do zero, senão como um poderoso catalisador que apenas reage quando diante de um conjunto econômico que tivesse atingido certo desenvolvimento institucional e manufatureiro prévio. Mais ainda, o conflito de interesses eclodirá sob um sistema político preexistente. Assim, ao estudar o caso paraguaio, teremos doravante três parâmetros de comparação com os casos de industrialização por substituição de importações na América Latina: a) a dimensão do choque externo que atinge o Paraguai; b) a presença prévia dos requisitos formativos aludidos por Warren Dean; c) o processo político e a política cambial de seu governo – antes, durante e depois do choque .

2.1 A dimensão do “choque adverso” no Paraguai dos anos 1930

O pesquisador que buscar dados que permitam acompanhar a evolução da economia do Paraguai nos anos da Grande Depressão topará com consideráveis dificuldades. A bibliografia sobre o tema é pequena e, ainda, de difícil acesso mesmo no Paraguai. Os dados existentes são poucos, e será trabalhoso obtê-los. Tendo em vista o caráter praticamente

indevidado desse tópico de investigação, buscamos ora reunir e interpretar algumas estatísticas fundamentais.

No Gráfico 2, apresentado anteriormente, vimos que os valores calculados para dez países latino-americanos iluminam que a queda das importações que acossa a região é intermediária no caso do Paraguai. A contração das importações é menor do que nos casos clássicos de industrialização substitutiva, quais sejam, Chile, Brasil e Argentina – países que se destacam pela contração de sua capacidade importadora no referido período. Por outro lado, o Paraguai não toma parte da recuperação comercial que, após 1935, beneficia Equador, Peru, México e Colômbia. Ratifica-se, assim, a relativa estabilidade de sua posição comercial nos anos 1930. Qualquer que fosse a conformação do tecido econômico paraguaio, este esteve relativamente abrigado de flutuações significativas no mercado externo de sua produção.

Penetrando as razões dessa relativa estabilidade, cumpre tecer algumas considerações sobre o perfil de suas exportações, que eram então bastante variadas. Ao estalar a crise, uma ampla parcela das vendas paraguaias consistia em artigos de elasticidade-renda tipicamente baixa, respectivamente, tabaco e erva mate. Isso suscita a proposição de que o caráter preço-inelástico da demanda por esses produtos teria operado ali para amortecer o choque. Mas os dados anuais de venda desses artigos não sancionam tal hipótese. Em 1934, o *quantum* das exportações de mate já havia declinado 66% em relação a 1929. Paralelamente, o *quantum* exportado de tabaco caíra quase 50% (Doria, 2010, p. 420).

Quanto ao mate, como explica Washington Ashwell (1996), “em quinze de janeiro de 1930, o governo argentino proibiu a importação de erva paraguaia. Com isso, o país perdia seu maior mercado para esse produto”. Como o mercado do mate é fundamentalmente platino, a restrição comercial explica a significativa queda das receitas com vendas externas desse item. Já naquilo que diz respeito ao tabaco, as quedas do preço e do *quantum* exportados devem ser compreendidas à luz das condições de produção dessa *commodity* nos Estados Unidos, país que importa e produz tabaco. Ali, os preços desabam com a Depressão, e segue-se uma guinada protecionista após 1933. Os produtores são subsidiados e estimulados a reduzir o plantio (Euwer, 1948). Isso, claro, acarretaria dificuldades para todos os exportadores mundiais de fumo. Enquanto isso, as exportações de carne registram péssimo desempenho.

Paralelamente, o extrato de *quebracho*, uma madeira da qual se extrai um tanino utilizado para colorir couros, constitui uma *commodity* cujas condições de exportação nos anos 1930 representam o derradeiro fator de estabilidade à economia paraguaia. Primeiro, as vendas desse produto eram originalmente muito superiores às daquelas de erva mate.²⁰ Segundo, o valor das exportações de extrato de *quebracho* se mantém mormente constante durante a década de 1930 (Doria, 2010). Essa estabilidade deriva do uso marcadamente militar desse produto, “como demonstra a alta monumental de seu preço nos mercados mundiais durante as épocas em que se concretizavam tensões militares” (Krauer, 2011, p. 25).

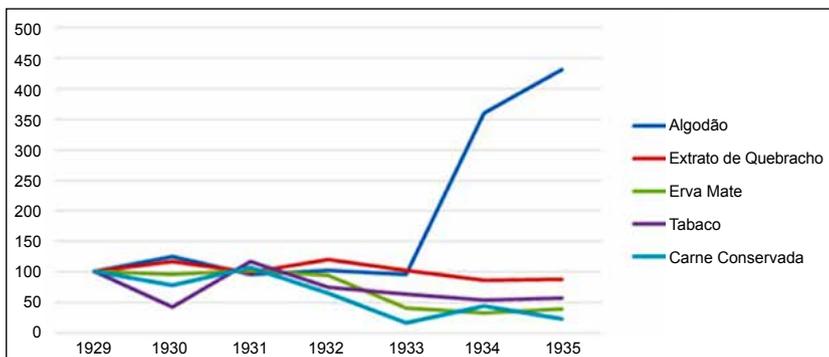
Para além das fortuitas exportações desse tanino, o Paraguai logra participar do pujante mercado de exportações de algodão, que se forma no bojo da escassez desse produto nos países do Eixo, e que igualmente constitui um capítulo relevante da história comercial do Brasil.²¹ O valor das exportações paraguaias de algodão em 1938 é nada menos que 4,2 vezes superior ao registrado em 1929. Nesse ano de 1938, o valor das exportações algodoeiras já excede as de extrato de *quebracho* (Krauer, 2011, p. 39). O Gráfico 3 faz uma síntese do comportamento dos principais setores exportadores paraguaios entre 1929 e 1935. Do ponto de vista das exportações, então, o choque que vitima a economia paraguaia suaviza-se à medida que grande parte da pauta da pauta repousava em um produto que atravessa favoravelmente a Depressão – o *quebracho* –, além da rápida diversificação exportadora com o crescimento do algodão. O Gráfico 4 compara as exportações do Paraguai com nove países, iluminando a relativa estabilidade de suas vendas ao exterior nos anos 1930.

Já do ponto de vista das importações, um choque de proporções bem maiores se fará sentir. Vejamos como. Tradicionalmente, a Argentina era o principal destino das exportações do Paraguai. O mercado interno do país platino absorvia sua produção de mate e madeira. Paralelamente, parte significativa das outras exportações paraguaias era consignada à Argentina e dali despachada ao mercado mundial: tanino de *quebracho*, algodão, couros e tabaco. Como o pagamento das exportações à Argentina era frequentemente feito em moeda argentina, a disponibilidade

²⁰ O valor exportado em extrato de *quebracho* é 2,2 vezes o valor exportado de erva mate em 1929.

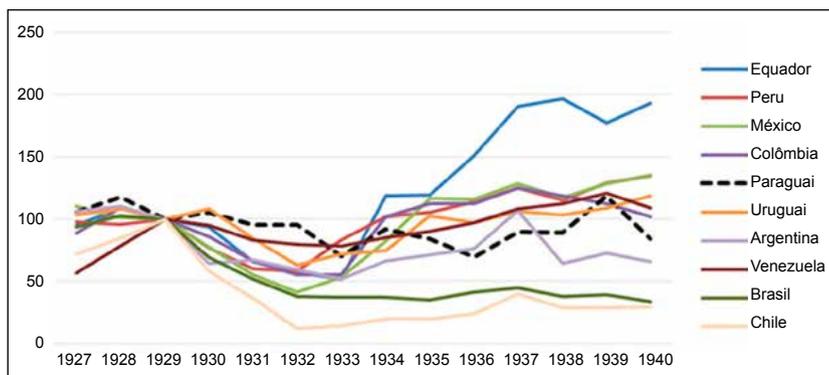
²¹ Um dossiê do *boom* brasileiro do algodão, que foi concomitante, pode ser encontrado em Brannstrom (2010).

Gráfico 3 – Índices de exportação de alguns produtos vendidos pelo Paraguai, 1929 = 100



Fonte: elaborado a partir de Krauer (2011, p. 39) e Doria (2010, p. 421).

Gráfico 4 – Exportações anuais: países selecionados 1



Fonte: Anuários estatísticos da Liga das Nações de 1935-1936 (para os anos 1927-1934) e 1943-1944 (para os anos 1935-1940).

dessa moeda no Paraguai era estruturalmente maior do que as necessidades de pagamento na praça de Buenos Aires. Enquanto o sistema monetário argentino foi de livre-convertibilidade, o Paraguai utilizava esse excedente para adquirir as outras moedas necessárias a suas importações. Mas a livre-convertibilidade seria interrompida com a Depressão. Em 1931, a Argentina adota um sistema de controle de câmbios, dificultando severamente a obtenção dessas outras moedas estrangeiras por parte do Paraguai. Essa situação acarretaria considerável impacto sobre as importações e sobre as receitas fiscais.

Em junho de 1932, foi criada a Comissão de Controle de Câmbios do Paraguai, para trabalhar com sua contraparte argentina, de modo a distribuir uma quota de moeda argentina atribuída ao Paraguai. Nesse contexto de escassez cambial, o Paraguai imediatamente decreta uma moratória de sua dívida em Londres. Logo adiante, em abril de 1933, a Argentina bloqueia os fundos de empresas e indivíduos de países limítrofes depositados em seu sistema bancário, cerceando assim a obtenção de divisas de importação por agentes paraguaios. Completando as severidades, entre 1932 e 1935 é travada a Guerra do Chaco, entre Bolívia e o Paraguai. Para fazer frente aos custos do conflito, o Estado acabou por utilizar uma significativa parcela dos depósitos conversíveis da Comissão de Câmbios. Como já havíamos demonstrado no Gráfico 2, houve afinal sensível compressão nas importações paraguaias entre 1931 e 1939. Determinada por esse constrangimento monetário e não por um choque nas exportações, essa queda figura mesmo assim entre as menores observadas no continente.

2.2 A ausência de precondições para industrialização no Paraguai dos anos 1930

O tecido econômico do Paraguai da primeira metade do século XX foi caracterizado por Campos Doria como uma “economia de enclaves”,²² assinalando uma fundamental distinção com respeito à clássica economia de *plantations* sul-americana:²³ na formação econômica paraguaia, sobressaíam os estrangeiros não residentes como proprietários rurais arquetípicos. Caracteristicamente, esses empresários absenteístas detinham unidades rurais de grande porte, voltadas à produção de gêneros primários exportáveis. Seja no caso da agropecuária ou do extrativismo vegetal, os trabalhos eram modulados sob a suposição de uma precária ou inexistente oferta preexistente de serviços urbanos e rurais com os quais se pudesse contar. Assim, nos grandes complexos produtores carne, fumo, tanino ou erva-mate do Paraguai, desenvolvia-se uma miríade de

²² Por enclave, o autor entende “uma empresa [...] que utiliza abundante capital, uma tecnologia mais sofisticada que a utilizada no país, quantidade de terra, de mão de obra numerosa e barata, com vistas a abastecer um mercado em grande escala (internacional) que geralmente dominam”. (Doria, 2010, p. 130).

²³ Segundo a acepção clássica de Thompson (1935).

atividades anexas ao negócio principal, minimizando o recurso a bens e serviços fornecidos por outros empreendimentos. A estrutura resultante foi a de uma empresa de imenso porte e encapsulada, praticamente autossuficiente em relação à economia local, e propensa a realizar trocas apenas com o exterior do país, de onde insumos eram obtidos, e para onde a produção e os lucros eram encaminhados.

A origem dos enclaves paraguaios é indissociável da baixa inserção do país no mercado mundial de produtos primários, bem como da grande devastação que acomete esse país após o fim da Grande Guerra de 1864-1870. Com a dissolução do Vice-reino do Prata, o Paraguai emerge como um país mediterrâneo, sem acesso ao Oceano. Os setores exportadores mais dinâmicos que ali se desenvolvem são os couros, a erva-mate e o tabaco – especialmente o último. Nos três casos, a produção dependia da livre navegação nos rios da Bacia Platina, de modo a atingir o Brasil e a Argentina, para onde a produção seguia. As reformas econômicas de Solano López nada mudaram no padrão de inserção internacional do país. Antes, durante e depois de seu governo, o Paraguai teve uma participação indireta no mercado internacional de produtos primários, mediante escasso comércio com os seus vizinhos. Diante da tímida inserção do país nos mercados internacionais, a sociedade paraguia não orbitava necessariamente as atividades exportadoras, restando entre esta e a produção de subsistência.

Os couros, o sebo e outros subprodutos de origem animal sempre se situaram atrás da erva e do tabaco como produtos de exportação do Alto Prata. Buenos Aires tinha pouca necessidade dos produtos que seus próprios estancieros poderiam fornecer em abundância, e, assim, tampouco estava interessada em promover nenhum comércio de couros que não fora o seu próprio. [...] o tabaco desempenhou um papel fundamental na economia do Alto Prata. Tanto o produto legal como o contrabando encontraram sempre um mercado nas províncias rio abaixo. As variações políticas poderiam ser uma ameaça para aquele comércio, e de fato o foram, porém, a qualquer oportunidade, aquele comércio lograva recuperar-se. [...] as exportações de erva não chegaram a igualar o êxito de outros produtos paraguaios, em particular o tabaco. (Wigham, 2010, p. 128, 87 e 41)

Com a Guerra, essa tímida base econômica seria obliterada. Reber (1998, p. 290) estimou as mortes relacionadas ao conflito entre 7 e

18,58% da população previamente existente. Mais recentemente, analisando dados censitários de 1870 recém-descobertos, desde então desaparecidos, Whigham e Potthast (1999, p. 185) estimaram as perdas entre 60 a 69 por cento. Utilizando outro censo, de 1873, Kleinpenning (2002, p. 141-142) calcula as fatalidades ente 43,1 e 51,5% da população prévia. Em que pese a divergência considerável dessas estimativas, todas apontam para uma compressão abrupta e muito expressiva da população economicamente ativa. Em qualquer caso, seja a redução de 7-18% ou 60-69%, com a mortalidade incidindo sobre os mais aptos ao trabalho, haveria graves consequências para o restabelecimento ulterior da atividade econômica. Ademais, somou-se a essa compressão do fator trabalho, como corolário de uma guerra total, a óbvia dilapidação dos rebanhos e da infraestrutura econômica preexistente. Sem risco de pecar pelo exagero, podemos caracterizar como pós-apocalíptico o cenário em que o Estado paraguaio consente com a paulatina sujeição a atores estrangeiros das terras sob sua jurisdição territorial.²⁴

Originalmente sob propriedade fiscal,²⁵ a superfície arável do país foi rapidamente privatizada após a Guerra. Foi um processo errático e onde o Estado era figura passiva, sem um plano ou programa efetivo de distribuição fundiária, culminando com a privatização irrestrita e açodada. Segundo Pastore (2008), já em 1872, é promulgada uma lei que adjudicava terras públicas em lotes de pequeno porte. Mesmo assim, o impacto dessa iniciativa foi tímido. A lei foi pouco divulgada, e, no

²⁴ “Antes da contenda, o Paraguai contava com a existência de mais de dois milhões de animais bovinos criados nas Estâncias da Pátria e em fazendas particulares. Em 1879, baixou a somente 15.000 cabeças. Dos 205.000 hectares cultivados em todo território nacional, no primeiro quinquênio do pós-guerra se reduziram a 64.000 hectares [] Com relação às vias de comunicação, os caminhos reais existentes desde o período colonial, as picadas e pontes foram destruídos durante a guerra. Grande parte das ferrovias foi arruinada pelas tropas paraguaias em sua retirada. Alguns vagões de trem foram levados à Argentina. A marinha mercante, tão próspera [], havia desaparecido depois da batalha do Riachuelo [...]” (Moreira, 2005).

²⁵ Carrón (2005b) explica que “López estabeleceu, por decreto em 2 de janeiro de 1846, que todas as plantas de erva mata e todas as madeiras de construção naval eram propriedade do Estado [...]. Pouco tempo depois, por outro decreto de 7 de outubro de 1848, declarou de propriedade do Estado os bens e terras dos 21 povoados de índios situados no território do Paraguai, que foram assim despojados do que lhes havia concedido a Coroa espanhola como último refúgio. Um ano depois, o Estado paraguaio era proprietário de quase a totalidade do território da Região Oriental e de trezentas mil cabeças de gado bovino.”

imediatamente pós-guerra, havia outras urgências materiais para a população além da posse da terra. A mesma lei também ensinava a venda facilitada de terras públicas, na qual o Estado doava $\frac{1}{4}$ do lote e financiava os $\frac{3}{4}$ restantes. O alcance dessa modalidade de venda foi igualmente reduzido. Por outro lado, havia no Código Civil a previsão de “prescrição” de terras, figura jurídica mediante a qual o Estado reconhecia a propriedade da terra por quem já vivia nela por 10, 20 ou 30 anos. Em função da falta de informação e instrução da população rural, esse direito foi pouco respeitado. Em 1883 começa então a privatização irrestrita, como medida emergência fiscal,²⁶ angariando fundos que seriam mesmo assim brevemente exauridos.

Em poucos anos, estaria conformada uma estrutura agrária marcada pelo latifúndio. As grandes extensões se encontravam predominantemente nas zonas de Itapúa, Alto Paraná, San Pedro, Misiones, Paraguari e no Chaco. Por outro lado, houve um nicho menos importante onde acabou predominando propriedades de médio e pequeno porte, com uma estrutura tipicamente familiar e onde prevalecia a agricultura de subsistência: Cordillera, Guairá, Caazapá, Paraguari e Central. Os agricultores dessa zona acabavam constituindo um estoque potencial de trabalhadores para as frentes de trabalho organizadas nas grandes propriedades.

Parte importante das terras alienadas, especialmente as terras maiores, terminou sob titularidade de capitais estrangeiros, vislumbrando atividades de exportação com mínimos encadeamentos com o destacadado tecido econômico local. O predomínio dos compradores estrangeiros deve ser compreendido à luz do óbvio interesse do governo na venda de extensões consideráveis, permitido angariar rapidamente recursos substanciais.²⁷ Como decorrência da venda das terras fiscais, era desmantelado

²⁶ “a venda massiva de terras públicas se inicia com a lei promulgada em outubro de 1883 [...]. Esta lei autorizava o poder executivo vender terras públicas pelo valor de 150.00 pesos fortes, em bônus de tesouraria ou em moeda metálica. Com o estímulo dos recursos adicionais obtidos pelas vendas, em 16 de julho de 1885 o executivo promulga a lei sancionada pelo Congresso Nacional no dia 11 do mesmo mês, autorizando alienar todas as terras públicas. [...] Graças a estas leis, se vendeu mais de 80% da superfície total do país.” (Carrón, 2005b).

²⁷ “Ao governo somente interessava a venda de grandes extensões, destinadas mais à pecuária e à exploração florestal, que podiam originar receitas importantes, e não a venda de pequenas parcelas [...]. E como a população paraguaia não tinha capacidade alguma de pagamento, o governo somente pensava nas vendas a estrangeiros e aos provedores do Estado.” (Ashwell, 1989).

o regime até então vigente de exploração do mate, no qual entes privados recolhiam a erva de reservas públicas administradas pelos municípios, e vendiam ao Estado a totalidade da produção para que fosse comercializada no exterior. Sob esse velho modelo, o Estado realizava importantes ganhos ao vender externamente uma mercadoria adquirida sob regime de monopólio. A partir de 1885, porém, a produção e a comercialização externa do mate são assumidas por empresários.²⁸

Doria (2010) traz um verdadeiro inventário dos “enclaves” constituídos sobre essas terras alienadas ao capital estrangeiro. Primeiro, a propósito da exportação de taninos, comenta o exemplo da empresa Carlos Casado LTDA, que chegou a contar com cerca de 5,6 milhões de hectares, superfície equivalente aos territórios de Bélgica e Países Baixos reunidos. Seu complexo fabril e portuário contava com geração própria de eletricidade, 54 quilômetros de ferrovias, lojas, padarias etc. Parte da mão de obra utilizada era constituída de indígenas que ali habitavam desde tempos remotos, expostos abruptamente ao mercado de trabalho pela súbita perda de suas terras. Boa parte dos trabalhadores, indígenas ou não, era atada à empresa por dívidas derivadas do uso de vales. As autoridades constituídas pelo Estado dentro do enclave – juizes, policiais etc. – recebiam subvenções diretamente da empresa. Prosseguindo em sua caracterização desses “enclaves”, Doria penetra em outros exemplos representativos, respectivamente, dos negócios da erva-mate, madeira e pecuária. Por fim, reúne tabelas que listam dezenas de “enclaves” nesses vários ramos de atuação, reunindo ali informações cruciais para sua caracterização.

De acordo com a perspectiva proposta por Doria, foram esses os empreendimentos que moldaram a economia paraguaia após a Guerra de 1864-1870. Ao estalar a Crise de Outubro de 1929, o Paraguai era não mais que uma “economia de enclaves”, com mínima diferenciação social, vida urbana atrofiada, com um organismo estatal ainda muito

²⁸ “Quarenta e seis entidades, em sua maioria de capital estrangeiro, adquiriram a riqueza ervateira do Paraguai. [...] A venda de terras públicas, após dar uma efêmera e enganosa sensação de prosperidade, conduziu o país a um círculo vicioso em que o desenvolvimento das forças produtivas e a formação de capital paraguaio estavam seriamente obstaculizados, em que os capitalistas estrangeiros se beneficiavam com a exploração das riquezas naturais do país, e em que o Estado crescia cada vez mais, sem contar com recursos genuínos para financiar suas atividades.” (Carrón, 2005a).

pouco constituído, e fortemente dependente de um pequeno conjunto de grandes empresas rurais incorporadas por estrangeiros. Esse quadro dificilmente poderia distar mais daquilo que, em São Paulo, Dean (1971) entendeu ser uma base fecunda para o deslanche da industrialização.

2.3 A política cambial do Paraguai na Depressão

Após o fim da Grande Guerra, o Paraguai vive uma longa sequência de crises políticas, golpes de Estado e guerras civis. Apesar da existência continuada de dois partidos políticos, Colorado e Liberal, o processo político sofria reincidentes descontinuidades. Contudo, entre 1924 e 1932, houve uma breve era de estabilidade, com Eligio Ayala, José Patricio Guggiari e Eusebio Ayala completando cada um seus quatro anos de mandato. Desde os primeiros anos do século XX, Paraguai e Bolívia disputaram a posse do Chaco, buscando a ocupação militar da área sob litígio. Após choques cumulativos, eclode o conflito conhecido como a guerra do Chaco (1932-1935), em que os paraguaios vencem, sob liderança de José Félix Estigarribia. Ou seja, durante o ápice da Depressão, os paraguaios estavam em guerra com a Bolívia.

Terminado o conflito com a Bolívia, desponta no Paraguai um movimento político que buscava reformar as instituições do país. Nesse contexto, o coronel Rafael Franco, crítico da postura do governo paraguaio na Guerra do Chaco, é exilado na Argentina, desencadeando um movimento revolucionário que derruba o governo e o conduz ao poder a 17 de fevereiro de 1936, com respaldo popular. Empregando métodos autoritários, Franco promulga leis sociais e trabalhistas e nacionaliza fontes de matérias-primas, além de promover certa distribuição de terras. Esse processo de reforma econômica é refreado por um golpe militar, porém, em 1939, os reformistas elegem para presidente o herói de guerra José Félix Estigarribia. Uma constituição reformista é promulgada em 1940. A reforma econômica é novamente refreada, com a morte do presidente em um acidente aéreo. Enfrentando nova ditadura militar, sob Higinio Morínigo (1940-1948), as liberdades civis são suprimidas e a primazia dos latifundiários reiterada. Em síntese, após muita instabilidade o Paraguai irá atravessar os anos 1930 sem qualquer inflexão no regime político, pois as oligarquias rurais logram reafirmar seu poder.

Para compreender como foi a política econômica vigente nesse pe-

ríodo, cumpre detalhar melhor a natureza da política cambial aplicada. Dois antecedentes devem ser visitados como ponto de partida para caracterizarmos a política cambial paraguaia dos anos 1930. O primeiro é a Lei do Regime Monetário, de 14 de julho de 1885. Ela estabelecia a convivência de duas unidades monetárias: o *peso orosellado* e o peso forte de curso legal (a moeda-papel efetivamente em circulação). O peso ouro selado foi estabelecido pelo governo da Argentina mediante a Lei nº 1.130 de 5 de novembro de 1881,²⁹ para servir de lastro à moeda-papel para circular naquele país. Pela lei de 1885, o Paraguai se exime de cunhar moedas de ouro e adota o padrão argentino de lastro. Nos anos seguintes, a Argentina alterará a paridade de sua moeda-papel perante o *peso oro sellado*. O Paraguai teoricamente lastreava sua moeda no referencial metálico argentino, mas, na prática, acumulava reservas em peso-papel argentino, pressupondo a manutenção do lastro da moeda-papel do vizinho, o que nem sempre ocorria. Esse detalhe sempre trouxe vulnerabilidade ao esquema monetário vigente no Paraguai. Em uma sorte de ilusão monetária, parecia mais importante ao Paraguai vincular sua moeda àquela do seu principal parceiro do que ao ouro que fundamentava seu valor. No limite, como explica Robert Triffin (1946), “a moeda[-papel paraguaia] não tinha relação alguma como o peso ouro de 1881, nem de fato guardava relação [estável] com o ouro em si”.

O segundo antecedente a comentar é a Lei nº 550, de 25 de agosto de 1923. Por seu intermédio, foi estabelecido que a *Oficina de Cambios* teria a faculdade de emitir bilhetes, assegurando sua convertibilidade em ouro selado ou divisas e moedas estrangeiras. Não se autorizava a operação desse ente em atividades creditícias, nem de redesconto, confinando seu raio de atuação estritamente à atividade cambial. A perspectiva do governo era de enfim aderir duradouramente ao padrão-ouro, permitindo evitar uma valorização continuada da moeda nacional, dado o superávit em balanço de pagamentos, o que engendraria prejuízos aos exportadores. Como a lei era omissa em fixar qualquer paridade-ouro da moeda nacional, coube ao arbítrio da *Oficina* a cotização do papel moeda. Foi estabelecido que o ouro selado corresponderia a 42,61 pesos-papel

²⁹ O governo argentino originalmente estabeleceu que o ouro *sellado* equivaleria a 1,612g e 900 milésimos de ouro ou 25g e 900 milésimos de prata.

paraguaios, o que determinava a taxa de câmbio de 18,75 pesos paraguaios por peso argentino (dado o distinto lastro de cada moeda em *oro sellado*). Da lei de 1923 até 1931, o peso paraguaio continuou sendo convertido à mesma quantidade de ouro selado, ao passo que o peso argentino teve seu lastro-ouro por vezes alterado.

Em dezembro de 1929, cerca de dois meses após o debacle da Bolsa de Nova Iorque, o presidente argentino Hipólito Yrigoyen firma um decreto suspendendo o funcionamento da *Caja de Conversión*, ente responsável por assegurar a convertibilidade da divisa argentina. Em janeiro de 1930, um decreto permite a mobilização rotativa das reservas detidas pela *Caja de Conversión* por parte do *Banco de la Nación Argentina*. Inaugura-se, assim, um período de câmbio flutuante no país platino, permitindo que sua moeda nacional se depreciasse significativamente. Com o sistema financeiro argentino à beira do colapso, em abril de 1931 foi autorizado o redesconto de papéis comerciais pela *Caja de Conversión*, injetando recursos na economia. Contudo, o *Banco de la Nación* sofria agudas restrições de liquidez, suscitando discussões sobre o relaxamento da relação entre dinheiro fiduciário e reservas de ouro.

Em setembro, cinco meses depois de instaurada essa nova política de redescontos, uma tormenta financeira varre o mundo, com a suspensão da convertibilidade da libra esterlina. Nesse contexto tumultuoso, recrudescer a desconfiança com respeito ao câmbio flutuante. Em dezembro de 1931, o governo argentino ata o peso ao dólar e ao franco francês, duas moedas importantes ainda sob regime de convertibilidade metálica.³⁰ Paradoxalmente, como as reservas metálicas argentinas não garantiam lastro suficiente à plena convertibilidade, fora instituído o racionamento de câmbios. Segue-se substancial pressão de empresários britânicos, cujas operações financeiras acabavam sendo atingidas pela restrição do acesso a divisas. Com o Tratado Roca-Runciman,³¹ a quitação de débitos com entes britânicos, qualquer que fosse o credor, devia ser prioridade máxima no regime de controle cambial. Nesse sentido, em novembro de 1933, efetua-se uma reforma, estabelecendo uma taxa oficial e outra livre. Para adquirir as divisas vendidas à taxa oficial, era necessário obter

³⁰ Mesmo assim, o dólar seria desvalorizado em 1933, e o franco somente em 1936.

³¹ Acordo celebrado em 1º de maio de 1933, com o fim de mitigar os efeitos para a Argentina da nova política comercial britânica, deliberadamente favorável aos países da *Commonwealth*.

uma permissão prévia concedida pela *Comisión de Control de Cambios* (Gerchunoff; Machinea, 2015).

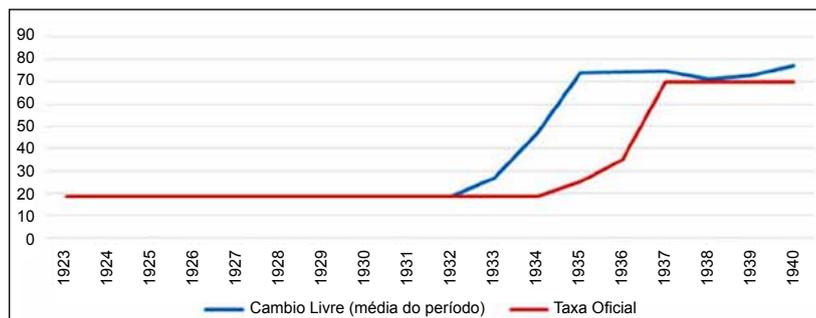
Seguindo a tendência argentina, a Lei nº 1.170 de 12 de setembro de 1930 amplia o rol de prerrogativas da *Oficina de Cambio* paraguaia. Esta passa a estar habilitada a (a) receber valores em custódia, (b) efetuar pagamentos e cobranças em nome de terceiros, mediante cobrança de comissões, (c) aceitar depósitos sem juros de fundos fiscais e judiciais, (d) exercer as funções de agente financeiro do governo, se solicitada, (e) redescotar letras das carteiras dos outros bancos, com endosso destes, em prazo inferior a 90 dias, derivadas de operações genuinamente comerciais, (f) emitir papel moeda de curso legal para o redesconto, até 40 milhões de pesos de curso legal, desde que aprovado pelo Ministério da Fazenda e desde que os bilhetes fossem recolhidos uma vez quitada a operação. Com o sistema financeiro sob estresse, tratava-se, como no caso argentino, de dotar o escritório de câmbios de meios de intervenção típicos dos bancos centrais (Krauer, 1988).

Uma taxa de cambio de 42,6136 pesos papel por peso ouro – equivalente a 18,75 pesos paraguaios por peso argentino – foi mantida pela Oficina de Câmbios até o início da Guerra do Chaco em 1932. [...] Quando a Guerra do Chaco somou seu impacto aos efeitos da crise mundial, a tarefa de manter ao menos a relativa estabilidade monetária construída em 1923 se tornou desalentadora. [...] Desde 1932 a 1935, os gastos bélicos se fizeram em grande medida com recurso da *Caja*, e novas emissões fiduciárias foram autorizadas pelas Leis 1251, 1280 e 1284 para o financiamento da guerra. (Triffin, 1946)

Como mostra o Gráfico 5, houve desvalorização do peso paraguaio entre 1932 e 1935. Como já afirmamos, os exportadores paraguaios usualmente recebiam pagamentos em moeda argentina, negociada em bases flutuantes, com tendência de desvalorização, e sob racionamento cambial. Por isso, a moeda argentina passou a ostentar duas taxas também no Paraguai. Uma quota dessa moeda era distribuída oficialmente pela *Comisión* argentina ao Paraguai, sendo redistribuída pelo governo por valor oficial, mas havia um mercado livre onde a taxa era mais desvalorizada. O grosso das operações cambiais era realizado pela segunda taxa. O hiato entre ambas as taxas praticadas no Paraguai para o peso argentino é iluminado pelo gráfico. Ele diminui entre 1935 e 1937, refletindo

a redução do diferencial entre as múltiplas cotações vigentes na Argentina após 1934. Em 1937, essas cotações estavam nitidamente convergindo, e esse fenômeno reverbera no Paraguai.

Gráfico 5 – Câmbio oficial e câmbio livre no Paraguai (em unidades de peso papel paraguaio por cada peso papel argentino)



Fonte: Krauer (1988).

Mas esse relaxamento cambial não eliminara a escassez de meios de pagamento ainda vigente, precipitando adiante a dilapidação das reservas. Em 1941, o Paraguai se aproxima de um colapso cambial. Ao longo dos últimos anos, a *Oficina de Cambios* vinha assumindo um perfil cada vez mais próximo a um banco central. O Decreto-lei nº 11, de 22 de fevereiro de 1936, já a havia renomeado como *Banco de la República del Paraguay*. Depois, a Lei nº 256, de 20 de outubro de 1939, proclamara este ente como *Banco Nacional*. O iminente esgotamento das divisas levou à introdução de um regime cambial inteiramente novo. Pelo Decreto-Lei nº 5017, de 10 de fevereiro de 1941, estabeleceu-se um controle estrito sobre todas as importações e exportações. Outorgou-se o monopólio das operações de câmbio ao Banco da República, ao mesmo tempo que a taxa oficial se acercou daquela praticada nas ruas. A livre circulação da moeda argentina foi vetada, e moeda nacional torna-se a única de curso legal no território paraguaio. O racionamento de câmbio prosseguiu até as reservas se recuperarem. Ainda antes do fim da Guerra, à medida que crescia a oferta de divisas, quase todas as permissões de câmbio foram outorgadas. O choque cambial havia sido dissipado.

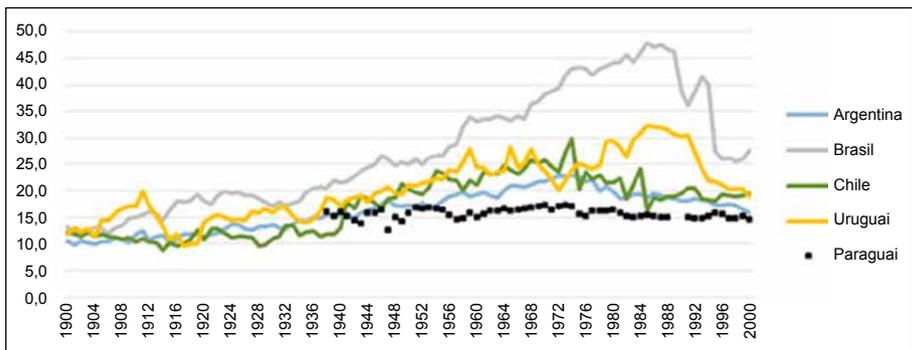
Em síntese, a experiência de racionamento cambial no Paraguai é

tardia em relação aos casos clássicos de substituição de importações. O contraste com o Brasil é elucidativo. No Paraguai, o monopólio cambial se materializa apenas em 1941, mais de dez anos depois de ser adotado no Brasil. Além disso, o racionamento dura pouco, sendo suspenso até o fim da II Guerra. No Brasil, o controle de câmbio perduraria quase continuamente até 1961.

Conclusão

O objetivo deste artigo é explicar o Gráfico 6, que deixa claro que o Paraguai se singulariza ante seus vizinhos do Cone Sul por não vivenciar um ciclo de diferenciação industrial ao logo do século XX. Temos várias conclusões a enumerar.

Gráfico 6 – Países do Cone Sul: participação da indústria no PIB (em %) – 1900–2000



Fonte: Paraguai: CEPAL (1978, 1991) e Banco Mundial; Argentina: Ferreres (2005); Brasil: Haddad (1975, 1978) e IBGE; Chile: Braun-Illona (1998).

Verificamos que a crise internacional dos anos 1930 efetivamente imprime sua marca no Paraguai. As exportações atravessam a Depressão com notável estabilidade, mas os descaminhos da política cambial argentina, com corolários monetários e cambiais para o vizinho, comprimiram a capacidade de importar do Paraguai. Esse foi o “choque adverso” fundamental que atinge sua economia: um conjunto de impasses de ordem monetária e financeira que acaba tendo consequências comerciais. Entretanto, esse foi um choque de proporções intermediárias: mais severo que na Colômbia, mas menos grave que no Brasil.

Também podemos concluir que a magnitude desse “choque adverso”, na ausência de um quadro prévio que predispusse o país à substituição de importações à medida que mudassem os preços relativos, não chegou a produzir qualquer impulso rumo à industrialização. Vimos que o Paraguai era uma “economia de enclaves” com mínima diferenciação urbana. Como projeção desse quadro, a política paraguaia dos anos 1930 é tumultuada por intentos reformistas, no bojo da guerra com a Bolívia. Mas essas iniciativas não logram produzir nenhuma reforma efetiva no regime econômico do país. Com efeito, a política cambial paraguaia não chega a mover-se para um sistema coerente de racionamento das divisas cambiais, que foi a marca fundamental dos “processos de substituição de importações”. A política de câmbio livre retorna após a Segunda Guerra Mundial, como também as oligarquias rurais preservam seu monopólio da política. Por muito tempo, o Paraguai permaneceria uma econômica primário-exportadora atávica, com baixa diferenciação urbana.

Referências

- ARNABAL, R.; BERTINO, M.; FLEITAS, S. Una revisión del desempeño de la industria en Uruguay entre 1930-1959. *Serie Documentos de Trabajo/FCEA-IE/DT02/11*, 2011.
- ASHWELL, W. *Historia económica del Paraguay: colapso y abandono del sistema liberal, 1923 a 1946*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1996.
- ASHWELL, W. *Historia económica del Paraguay: estructura y dinámica de la economía nacional, 1870-1925*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1989.
- BANKO, Catalina. Industrialización y políticas económicas en Venezuela. *Cadernos PROLAM/USP*, v. 6, n. 10, p. 129-147, 2007.
- BERTINO, M.; TAJAM, H. *El PBI de Uruguay: 1900-1955*. Montevideo: Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, UdelaR, 1999.
- BRANNSTROM, C. Forests for cotton: institutions and organizations in Brazil's mid-twentieth-century cotton boom. *Journal of Historical Geography*, v. 36, n. 2, p. 169-182, 2010.
- BRAUN-LLONA, J. et al. Economía chilena 1810-1995. Estadísticas históricas. *Documento de Trabajo*, n. 187, 1998.
- BREW, Roger. *El desarrollo económico de Antioquia desde la Independencia hasta 1920*. Bogotá: Banco de la República, 1977.
- CARDOSO, F. H. Condições sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasileira*, n. 28, p. 31-46, 1960.

- CARDOSO, F. H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARRÓN, J. M. Conclusiones. In: CARRÓN, J. M.; MOREIRA, M. G. L.; AYALA, A.; GIMENEZ, S. *El régimen liberal, 1870-1930*. Sociedad, economía y cultura. Assunção: Arandurã Editorial, 2005a.
- CARRÓN, J. M. El contexto socioeconómico en el período 1880-1904. In: CARRÓN, J. M.; MOREIRA, M. G. L.; AYALA, A.; GIMENEZ, S. *El régimen liberal, 1870-1930*. Sociedad, economía y cultura. Assunção: Arandurã Editorial, 2005b.
- CARRÓN, J. M. Introducción general. In: CARRÓN, J. M.; MOREIRA, M. G. L.; AYALA, A.; GIMENEZ, S. *El régimen liberal, 1870-1930*. Sociedad, economía y cultura. Assunção: Arandurã Editorial, 2005c.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). América Latina y el Caribe: series regionales de cuentas nacionales a precios constantes de 1980. *Cuadernos Estadísticos de la CEPAL*. Santiago: Naciones Unidas, 1991.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Series históricas del crecimiento de América Latina. *Cuadernos de la CEPAL*. Santiago, 1978.
- CORREIO BRASILIENSE. Presidente Dilma inaugura no Paraguai linha de transmissão de Itaipu. Brasília, 3 nov. 2013.
- DEVOS EYZAGUIRRE, Bárbara. *El surgimiento del paradigma industrializador en Chile, 1875-1900*. Dirección de Biblioteca Archivos y Museos, 1999.
- DEAN, W. A. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.
- DIARIO LIBRE. Mario Abdo habla de desarrollo al poder retirar toda la energía de Yacyretá. Santo Domingo, 27 dez. 2019.
- DORIA, L. A. C. *Apuntes de historia económica del Paraguay: desarrollo, auge y decadencia de una economía de enclaves*. Assunção: Intercontinental Editora, 2010.
- EUWER, C. M. Federal Control of Leaf Tobacco Marketing. *Maryland Law Review*, n. 9, p. 133-171, 1948.
- FAROPPA, L. *El desarrollo económico del Uruguay: ensayo de interpretación*. Montevideo: CECEA, 1965.
- FERRERES, O. J. *Dos siglos de economía argentina (1810-2010)*. Buenos Aires: Norte y Sur, 2005.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editores, 1969.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1998.
- GARUZ, J. T.; GARCÍA, C. M. Chile: de la industrialización mediante sustitución de importaciones a la liberalización y diversificación comercial. *Boletín Económico de ICE*, n. 2914, 2007.
- GERCHUNOFF, P.; MACHINEA, J. L. Circulando en el laberinto: la economía política de la salida del patrón oro en la Argentina (1929-1933). *Revista CEPAL*, n. 117, p. 109-126, 2015.
- GIRALDO, H. A. Industrialización por sustitución de importaciones un análisis histórico del crecimiento económico colombiano (1966-1980). *Revista Digital Isoquanta*, v. 2, n. 11, p. 46-53, 2017.

- HADDAD, C. *Crescimento do produto real no Brasil. 1900-1947*. Rio: FGV, 1978.
- HADDAD, C. Crescimento econômico do Brasil. 1900-1976. *Revista Brasileira de Economia*, v. 29, n. 1, p.3-26, 1975.
- KRAUER, J. C. H. *Crecimiento económico en el Paraguay: la herencia de las “Dos Guerras”*:1864-1870/1932-35. In: MASI, F.; BORDA, D. (Org.). Estado y economía en Paraguay, 1870-2010. Assunção: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, 2011, p. 22-54.
- KRAUER, J. C. H. La política económica durante la era liberal. *Cuadernos Históricos*, v. 2, n. 9, 1988.
- KALMANOVITZ, S. Los orígenes de la industrialización en Colombia: 1890-1929. *Cuadernos de economía* (Santafé de Bogotá), v. 5, n. 5, p. 79-126, 1983.
- KLEINPENNING, J. M. G. Strong reservations about “New Insights into the Demographics of the Paraguayan War”. *Latin American Research Review*, v. 37, n. 3, p. 137-142, 2002.
- LAAN, C. R.; CUNHA, A. M.; FONSECA, P. C. D. Política cambial e industrialização no Governo Provisório de 1930: uma revisita aos pilares institucionais do início do PSI. XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC), 2011. *Anais...*, 2011.
- LA NACIÓN. La industrialización del Este está “bajo la lupa” del nuevo Gobierno”. Buenos Aires, 9 jun. 2013.
- LUCAS, Gerardo. *La industrialización pionera en Venezuela: 1820-1936*. Universidad Católica Andrés Bello, 1998.
- MASI, F.; BORDA, D. (Org.). *Estado y economía en Paraguay, 1870-2010*. Assunção: CADEP, 2011.
- MATTEI, L.; SANTOS JÚNIOR, J. Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. *Revista de Economia UFPR*, n. 35, v. 1, p. 93-115, 2009.
- MOREIRA, M. G. M. L. *La década de la posguerra*. In: CARRÓN, J. M.; MOREIRA, M. G. L.; AYALA, A.; GIMENEZ, S. *El régimen liberal, 1870-1930*. Sociedad, economía y cultura. Assunção: Arandurá Editorial, 2005, p. xx-xx.
- PASTORE, C. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Assunção: Editoria Intercontinental, 2008.
- PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 2, n. 1, p. 15-47, 1969.
- PELÁEZ, C. M. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 5-211, 1971.
- PORTAL EFE. Paraguay avanza hacia la industrialización con una línea eléctrica. Assunção, 27 dez. 2019.
- PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

- PREBISCH, R. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- RAMÍREZ DE LA O, R. Industrialización y sustitución de importaciones en México. *Comercio Exterior*, v. 30, n. 1, p. 31-37, 1980.
- REBER, V. B. The demographics of Paraguay: a reinterpretation of the Great War, 1864-1870. *The Hispanic American Historical Review*, v. 68, n. 2, p. 289-319, 1988.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio: Zahar, 1972.
- THEISEN, G. La mexicanización de la industria en la época de Porfirio Díaz. *Foro Internacional*, v. 12, n. 4 (48), p. 497-506, 1972.
- THOMPSON, E. T. *The plantation*. Chicago: University of Chicago, 1935.
- TRIFFIN, R. *Monetary and banking reform in Paraguay*. Baltimore: Federal Reserve Bank of New York, 1946.
- VILLANUEVA, J. El origen de la industrialización argentina. *Desarrollo económico*, p. 451-476, 1972.
- WHIGHAM, T. *La economía de la independencia*. Assunção: Intercontinental Editora, 2010.
- WHIGHAM, T.; POTTHAST, B. The Paraguayan Rosetta Stone: new insights into the demographics of the Paraguayan War, 1864-1870. *Latin American Research Review*, v. 34, n. 1, p. 174-186, 1999.
- THORP, R.; BERTRAM, G. Industrialización en una economía abierta: el caso del Perú en el período 1890-1940. *Economía*, v. 1, n. 1, p. 63-106, 1977.

formação da sociedade de classes e a necessidade de descolonização no brasil*

the formation of class society and the need for decolonization in brazil

Jaime Winter León*

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Maria Mello de Malta**

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo é analisar as origens do processo de revolução burguesa no Brasil a partir da específica formação social brasileira sob o capitalismo dependente teorizada por Florestan Fernandes. A hipótese sinaliza que a origem do processo, iniciado com o golpe de 1930, remete à conformação colonial da sociedade brasileira e determinou: os condicionantes de uma sociedade tipicamente capitalista; um marco para a discussão do “povo” brasileiro; os caminhos de conformação da consciência de classe no Brasil, tanto burguesa quanto trabalhadora; e as possibilidades de mudanças sociais enquanto descolonização, ao condicionar o tipo de democracia possível. Este é um trabalho interdisciplinar sobre História do Pensamento Econômico Brasileiro e que segue o método das controvérsias do pensamento econômico elaborado por Malta e outros (2011).

Palavras-chave: Revolução burguesa. Descolonização. Raça. Democracia. Formação Social.

ABSTRACT

The objective is to analyze the origins of the process of bourgeois revolution in Brazil since the specific Brazilian social formation under the dependent capitalism theorized by Florestan Fernandes. The hypothesis stresses that the origin of this process, initiated with the 1930 coup, refers to the colonial conformation of the Brazilian society and it has determined: the conditions of a typically capitalist society; the milestone for the Brazilian “people”; the ways that class consciousness in Brazil is shaped, both that of the bourgeoisie and that of the working class; and the possibilities for social change as decolonization, by conditioning the type of possible democracy. This is an interdisciplinary work on History of Brazilian Economic Thought that follows the method of the controversies of economic thought developed by Malta et al. (2011).

Keywords: Bourgeois revolution. Decolonization. Race. Democracy. Social formation.

* Submissão: 24/03/2020; aprovação: 13/10/2020.

** Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRJ). E-mail: jaime.leon@ie.ufrj.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8400-2801>>.

*** Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRJ). E-mail: mariammalta@yahoo.com.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5538-940X>>.

1. Introdução

A formação social brasileira, categoria marxista que trata da complexidade de coexistência de mais de um modo de produção em um certo período e país, deu-se, desde a colonização europeia, por uma lógica diferente das formações dos países que atualmente são conhecidos como o centro da ordem global. Na verdade, em grau, ritmo e intensidade distintos, a sociedade de classes nos países da América Latina foi construída com uma característica comum à periferia: a influência do desenvolvimento desigual e combinado. Tal ideia foi cara a Florestan Fernandes, um militante e sociólogo marxista, que será a referência do debate sobre a formação socioeconômica e da necessidade de descolonização do Brasil que é proposto neste trabalho.¹

Os caminhos diferentes que os processos de formação da “nação” assumiram, tanto no centro como na periferia, determinaram o alcance, as possibilidades e as finalidades das revoluções burguesas latino-americanas. Afirma-se que na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, o processo de formação social, na direção da construção de nações, no sentido de coletividades com um projeto autodeterminado de futuro e orientado para os anseios da maioria da população, não foi completado e determinou um tipo de revolução burguesa específica: a revolução burguesa dependente. Essa é uma marca do início de organizações societárias tipicamente capitalistas estruturadas em classes sociais conflitantes.

A revolução burguesa periférica também conformou Estados que expressam sua forma de dominação e direção políticas numa forma específica, estabelecendo parâmetros para a democracia que se estabeleceu na região. A seguinte afirmação de Octavio Ianni, discípulo direto de Florestan Fernandes, aponta esse sentido das mudanças vistas:

Na América Latina, a revolução burguesa compreende um processo histórico de ampla envergadura, com surtos, descontinuidades, recuos.

¹ A ideia de desenvolvimento desigual e combinado foi formulada por León Trotsky a partir da formulação de desenvolvimento desigual de Lenin e se baseava basicamente na existência de tempos históricos distintos dentro de um mesmo país e nas relações assimétricas entre países no cenário internacional causadas pelo ritmo distinto em que o capitalismo foi penetrando os diferentes países e regiões do globo.

Conforme o país, desenvolve-se larga e contraditoriamente, desde as revoluções de independência e entrando pelo século XX. Há casos em que os seus principais desenvolvimentos se dão em algumas décadas. Naturalmente são diversas e muito peculiares as condições nacionais sob as quais se dá a revolução burguesa. Mas é possível dizer que essas condições, em cada um e em todos os países da América Latina, não produziram a consolidação da democracia. Ao contrário, consolidou-se o Estado forte, abrangente, autoritário, intimamente acoplado com o poder econômico, bastante vinculado aos interesses estrangeiros. (Ianni, 1988, p. 2)

O objetivo aqui é dar um passo atrás na análise sobre o processo de revolução burguesa e aprofundar o debate sobre sua origem e seu desencadeamento no Brasil a partir da contribuição da formação social brasileira sob o capitalismo dependente elaborada por Florestan Fernandes. A hipótese sinaliza que esse processo, iniciado com o golpe de 1930, remete à conformação colonial da sociedade brasileira e determinou: os condicionantes de uma sociedade tipicamente capitalista no país; um marco para a discussão do “povo” brasileiro; os caminhos de conformação da consciência de classe no Brasil, tanto burguesa quanto trabalhadora; e as possibilidades de mudanças sociais enquanto descolonização, ao condicionar o tipo de democracia possível dentro dos marcos destacados por Octavio Ianni.

O que se tratará de fazer é ver as conexões entre identidade, povo e nação concretizadas nessa formação social colonial. Isso será feito a partir de um resgate da perspectiva crítica de Florestan Fernandes, um intelectual orgânico das massas.² Assim, este é um trabalho interdisciplinar de História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) e História Econômica que faz uma interpretação histórica, econômica e

² O intelectual orgânico é para Gramsci ([1934] 1999–2006) a pessoa que se constrói politicamente junto com a classe à qual ele está aderido e que tem como função dar homogeneidade e construir, junto com a classe, a consciência desta classe para atingirem um novo projeto de sociedade. Defende-se que Florestan Fernandes foi um intelectual orgânico nesse sentido por sua trajetória de vida, de sua atuação política em partidos que tinham como bandeira a defesa dos interesses da classe trabalhadora (Partido Socialista Revolucionário na década de 1940 e Partido dos Trabalhadores no fim da década de 1980 até meados da década de 1990) e suas bandeiras de luta em áreas como a educação pública, as causas indígena e negra, a luta pela democratização no período do Estado Novo, durante o regime civil-militar entre 1964 e 1985, durante o período Constituinte e por sua trajetória acadêmica.

sociológica da formação brasileira. A contribuição do texto é retomar, num período onde a discussão de classes está praticamente posta de lado, a linha de interpretação da teoria da dependência, da qual Florestan é importante representante, e resgatar a importância da categoria de capitalismo dependente para o estudo do Brasil.³ Ao longo dessa argumentação, sempre que possível, a obra de Floresta Fernandes será comparada com a de outros intérpretes do Brasil, a fim de sublinhar convergências ou divergências.

Vale comentar que no plano da discussão da descolonização, Florestan Fernandes está dentro de um grupo de autores que pensaram a necessidade de descolonização na América Latina, como, por exemplo, José Mariátegui e Aníbal Quijano no Peru, ou autores que pensam esse processo fora da América, como Achille Mbembe na África e Edward Said no Oriente Médio. Apesar do reconhecimento da importância desses debates, o debate aqui apresentado será centrado no caso brasileiro.⁴

O método utilizado é o construído coletivamente para a HPEB em Malta e outros (2011) e desenvolvido em Curty e Malta (2019). Segundo tal método, a História do Pensamento Econômico (HPE) é um campo de disputa de ideias, na qual o mesmo objeto pode ser reivindicado de diferentes formas por interpretações distintas. Nesse sentido, não há na HPE linearidade cumulativa de conhecimento. Este é marcado por descontinuidades, rupturas e reviravoltas, pois a HPE é o próprio pensamento em processo, em movimento. Assim, a HPE pode

³ Florestan foi um marco na discussão da teoria da dependência. Além de sua interpretação, no Brasil, existem outras interpretações a partir da ideia de dependência que merecem ser citadas como: a teoria marxista da dependência de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank; a teoria da dependência weberiana de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; as teorias do capitalismo dependente, como de Octávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho; as teorias do capitalismo tardio, como de João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares; ou ainda a teoria do subdesenvolvimento estruturalista de Celso Furtado.

⁴ Vale comentar que, como lembram Pradella (2016) e Badaró (2019), o debate sobre descolonização ou simplesmente anticolonial já estava presente em Marx nos estudos sobre a Índia e a China na década de 1850, no qual Marx conecta as questões coloniais com as crises sistêmicas do capitalismo, está presente também durante a década de 1860 ao escrever sobre a guerra civil estadunidense e mais adiante na década de 1870 quando Marx se debruça sobre a questão irlandesa.

ser contada através das controvérsias sobre cada objeto de pesquisa. A HPEB trataria justamente das controvérsias da formação do Brasil a partir dos pontos de vista dos chamados intérpretes do Brasil, pensadores que se debruçaram sobre o presente do Brasil a partir da pesquisa de seu passado com a finalidade de propor um projeto para o Brasil futuro. A controvérsia contada aqui é a da necessidade de descolonização da sociedade brasileira, uma formação nacional inconclusa que traz em sua dinâmica traços do passado colonial.

O pressuposto é que a revolução burguesa periférica no Brasil, assim como no restante da América Latina, foi originada na transição das sociedades coloniais para as sociedades de classes e conformou o capitalismo dependente (Fernandes, [1972] 1973). Tal variedade de capitalismo tem como característica própria a “dupla articulação” entre segregação social (e do estilo de dominação que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação das comunidades nacionais e o “mundo internacional dos negócios”), que produzem o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente como barreiras que impedem o controle dos meios e dos fins da mudança social de forma autônoma por parte do povo.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo conta com duas seções. A primeira trata das formas como se deram as organizações sociais no Brasil antes da conformação da sociedade de classes e quais os seus dínamos; a segunda trata de como o povo, sendo os elementos humanos negro, mestiço e indígena as bases da sociedade ao lado do branco, surgiu na formação social brasileira e aponta para os limites impostos à conformação de algo como uma “democracia brasileira” a ser construída.

2. O sentido da construção do capitalismo no Brasil

2.1 A ordem social colonial

A história do Brasil contemporâneo é a história da transição incompleta do Brasil colônia para o Brasil Nação (Prado Jr., [1942] 2011). Essa frase se refere à evolução dos fatos sociais, econômicos e políticos que se desenrolam desde a chegada dos portugueses no território que hoje

se conhece como Brasil (note-se que há implícita uma ideia polêmica de que o Brasil contemporâneo passou a existir com a colonização). Ancorado nessa ideia de Caio Prado Jr., Fernandes ([1981] 2015) afirmaria que o dilema brasileiro em fins do século XX era que, na América Latina, a descolonização ainda estaria inconclusa.

A forma como o Brasil estava inserido no modo de produção capitalista se devia ao fato de o país ter sua história moderna como parte da expansão da civilização ocidental e do papel histórico que a colonização portuguesa teve para o país. Como resultado, não poderia existir, desde o começo da colonização, formas sociais que extrapolassem o desenvolvimento do ordenamento social que ocorria em Portugal ou na Europa durante os séculos XV a XVIII. Ao contrário, na colônia haveria a “tentativa de transplantação de um regime estamental português” (Fernandes, [1972] 1973, p. 13) combinada com elementos próprios da dinâmica que viria a vigorar na colônia, a saber: a grande plantação; a escravidão e a expropriação colonial (Fernandes, [1968] 1981).

A dependência brasileira seria construída pelos agentes históricos que moveram e movem a história do país de forma particular. Essa heteronomia é uma condição permanente, mas instável e mutável, dados os nexos da dependência (ora colonial, ora neocolonial, ora imperialista), da polarização da hegemonia global e do poder de determinação do núcleo dominante.

Desde os tempos coloniais, o país vem passando por transições da ordem social que vigora internamente. Segundo Fernandes ([1960] 2008), o foco central dos dinamismos das mudanças sociais é justamente a forma de organização da sociedade. A ordem social é, segundo a caracterização weberiana desenvolvida por Florestan Fernandes, a forma como a sociedade organiza suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais em determinados períodos.

De acordo com Heloísa Fernandes, filha do sociólogo, a categoria weberiana de ordem social diz respeito especificamente à ordem estamental, tipificada pela honra, pelo modo de viver e pela desvalorização do trabalho físico e é colocada em risco quando o lucro econômico e a aquisição material dominam o modo de viver. Portanto, a ordem social, em Weber, seria mais uma ordem econômica (Fernandes, 2015). Já a categoria de “ordem social” elaborada por Florestan Fernandes, extrapola essa noção weberiana ao assumir a possibilidade de múltiplos orde-

namentos sociais num mesmo tempo e por se preocupar com as tendências sociais de mudanças. Esse traço de mudanças sociais é uma influência de Émilie Durkheim sobre o autor brasileiro. Como o próprio Florestan aponta, seu trabalho teórico foi construído sob uma rotação de perspectivas que não são mero amálgama, mas síntese das discussões relevantes de autores como Weber, Marx e Durkheim (Fernandes, [1968] 1981). De Marx, Florestan teria retido principalmente sua preocupação com a transformação revolucionária da sociedade.

Como ressalta Ricupero (2015), tanto Prado Jr. ([1942] 2011) quanto Fernandes ([1975] 2011) dão um caráter especial à existência e à relação entre o setor da economia voltado “para dentro” e o setor voltado “para fora”.⁵ Segundo Caio Prado Jr., haveria na sociedade colonial, de um lado, um “setor inorgânico” orientado para as atividades que sustentavam indiretamente as atividades principais de exploração extrativa ou que não podiam ser classificadas como relacionadas à grande exploração rural, como a pecuária e a agricultura necessárias para a sustentação do mercado que garantia a subsistência da vida social internamente e atividades como a vadiagem, a prostituição etc.; já, de outro lado, o “setor orgânico” seria composto por todas as atividades relacionadas diretamente à grande exploração e, basicamente, sustentadas pelo braço escravo.

Ambos, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, apontariam a relevância que o setor voltado para dentro passaria a determinar para a formação social brasileira. Florestan também se aproximaria de Caio Prado Jr. ao apontar que, após a independência, a estrutura econômica da sociedade colonial persistiria, mas somente aos poucos iria abrir a possibilidade de internalização das fases de comercialização da produção; por fim, ambos convergem na ideia de que a formação de um Estado nacional foi um marco para a sociedade brasileira a partir do acontecimento histórico de 1822, a Independência política.

⁵ Apesar de reivindicar e seguir os trilhos de Caio Prado Jr., Florestan se afasta do historiador ao apontar a transição da predominância do capital mercantil para o capital industrial, o que, adiante, no período de industrialização por substituição de importações, daria ao processo de industrialização – através da *modernização* – um potencial subestimado por Caio Prado. Por fim, vale destacar que a análise de Florestan explora muito mais sociologicamente os dinamos internos da sociedade brasileira que a obra de Caio Prado Jr. (Ricupero, 2015; Fernandes 1995).

A maneira pela qual a história, enquanto prática da vivência das relações sociais de homens e mulheres, é conformada em determinados períodos é o horizonte teórico de Florestan Fernandes. Assim, para ele, é fundamental recorrer às ordenações sociais que antecederam o regime de classes no Brasil para que se possa entender os condicionantes e as possibilidades postas para uma ordem social em classes.

Segundo o militante paulistano, durante quase três séculos o sistema de colonização e de dominação externo brasileiro, e do restante da América Latina, foi construído de acordo com o “antigo sistema colonial”. Este subordinava a colônia à metrópole. Combinadas algumas das categorias teóricas de Prado Jr. (1979) e Furtado ([1972] 1975), vemos como o sociólogo paulistano aponta que vigorou um regime de grande empresa agrária assentado na força de trabalho escrava, no latifúndio monocultor e na produção primária voltada para o exterior que conformava um verdadeiro “sistema de poder”, o qual subordinava os trabalhadores rurais à lógica do “sentido da colonização”. Essa rede de negócios fazia com que fosse necessário um aparelhamento institucional da colônia para dar vazão ao fluxo de escravos no país.

No que concerne aos termos sociológicos da sociedade colonial, esse antigo sistema de subordinação da colônia exigia fundamentos legais e políticos que permitissem que os interesses da coroa e dos colonizadores pudessem ser garantidos institucionalmente e, mais importante, que pudessem ser reproduzidos e intensificados. Então as estruturas de estratificação social ibérica foram transplantadas para o Brasil e para o restante da América Latina, sendo adaptadas à instituição do trabalho escravo negro, mestiço e nativos e do trabalho forçado dos nativos. Formou-se um sistema colonial estratificado com a combinação de castas e estamentos em que a exploração era ilimitada. Segundo o sociólogo:

[...] uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica *sociedade colonial*, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “européia”. A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. (Fernandes, [1972] 1973, p. 13)

Essa combinação peculiar do sistema de castas – que refletia uma hierarquia social sem mobilidade e determinada pela herança familiar aos escravos e indígenas – com o sistema de estamentos – o qual refletia uma hierarquia social determinada pelo prestígio social dado pelo poder monárquico e que garantia pouca mobilidade social entre os setores privilegiados – seria marca da ordem social colonial e uma especificidade sociológica brasileira (Fernandes [1972] 1973).⁶

Conforme o sociólogo, tentou-se transplantar a ordem social portuguesa a fim de construir-se um “novo-Portugal”. As especificidades dos trópicos, da pilhagem e da abundância de terras impuseram ao colonizador limites para a classificação estamental, porém esta só viria a funcionar para os brancos, na maioria portugueses. Fora dessa ordem gravitavam as populações nativas que foram transformadas de “aliados” e “submetidos” para uma situação de “escravos de fato”. Com a subsequente disputa por territórios e pelo uso da força de trabalho nativa para extração de pau-brasil e para uso nas feitorias, o *status* de escravos para os nativos foi institucionalizado. Com a posterior produção de açúcar com força de trabalho negra, as diferenças do ordenamento social português com o ordenamento realmente existente no Brasil ficaram ainda mais patentes.

De acordo com Fernandes ([1976] 2010), a estrutura social estamental era, basicamente, composta por uma raça branca dominante e pela força de trabalho escrava nativa, negra e mestiça. Entre elas havia uma população livre de posição incerta: mestiça de brancos e indígenas, com identidade de lealdade e de solidariedade com os setores dominantes,

⁶ Sobre a especificidade da formação social brasileira, segue Florestan Fernandes: “Suscitaram-se falsos debates, resultantes de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como a tentativa de restabelecer a ‘sociedade feudal’ sobre a escravidão mercantil. Ou proscreveram-se conceitos, como o de casta e estamento, essenciais para a explicação de sociedades estratificadas nas quais a desigualdade econômica, social e política não se vincula ao capital industrial (e, portanto, à institucionalização do trabalho livre e da mais-valia relativa). Aqueles conceitos encontram largo uso entre os especialistas da sociologia histórica e da sociologia comparada – e mesmo os criadores do marxismo, Marx e Engels, os utilizam quando pretendem introduzir um máximo de saturação histórica no manejo das categorias gerais. Ao se evitar o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como ‘casta’, ‘estamento’ e ‘classe’ perde-se, portanto, aquilo que seria a *diferença específica* na evolução da estratificação social no Brasil.” (Fernandes, [1976] 2010, p. 62-63).

mas que nem sempre era incluída na ordem estamental, dependendo do grau de crescimento colonial em cada região geográfica. Este setor ambíguo mestiço (branco e indígena) servia como uma força paramilitar subserviente aos setores dominantes que garantia a proteção do território, a defesa de povoações e a demarcação de novas fronteiras.

Já os escravos indígenas, africanos e mestiços formavam em relação aos setores estamentais (brancos portugueses e mestiços brancos e indígenas), uma subordem de castas. Seria com a posterior libertação dos escravizados que a esses setores seria concedida a condição estamental, embora ainda fossem tratados sob uma situação de castas. Tal ordenação pressupunha expectativas de tratamento e de comportamento hierárquico de estamentos aristocráticos.

Nesse quadro, é necessário frisar o que representa a “periferia” no âmbito de uma colônia de exploração tal como foi o Brasil. Nela, por mais que os senhores participassem do esbulho colonial e tivessem acesso regular e institucionalizado ao processo de acumulação de capital mercantil ao participar do comércio de escravizados e do comércio de outras mercadorias, esses mesmos setores dominantes internos se viam limitados pela falta de interesse das nações hegemônicas externas e das metrópoles de imprimir um padrão de produção e organização social análogo, ou mesmo similar, ao que prevalecia na Europa. Em outras palavras: os setores dominantes no Brasil – embrenhados na escravidão e com o capital comercial através do capital mercantil – não tinham como tirar benefícios dos “efeitos de infiltração” do capitalismo industrial, pois não estavam inseridos na realidade dos países europeus (Fernandes, [1976] 2010).⁷

Segundo o autor, o modo de produção escravista associado ao capital comercial e ao investimento em capital mercantil baseava-se na

⁷ Segundo Cano (2010), o capital mercantil é anterior à acumulação primitiva, pois existe desde que começam as trocas mercantis de bens e serviços. Koutchin (2015) destaca as especificidades da discussão sobre o capital comercial e capital mercantil na quarta parte do livro três de *O Capital* de Marx. Segundo Koutchin, o capital mercantil se subdivide em duas formas: o capital comercial e o capital financeiro. O que faz Marx seria diferenciar como as formas funcionais do capital industrial (capital-mercadoria e capital-dinheiro) se convertem em capital comercial e capital financeiro (formas funcionais do capital mercantil). O capital comercial seria a forma como o capital se transforma na esfera da circulação de mercadoria para dinheiro e de dinheiro para mercadoria.

apropriação do trabalho escravo e na exploração da força de trabalho escravizada. Porém, a apropriação e a exploração do escravizado, que era quem gerava excedente econômico, davam-se com fins de perpetuação do circuito comercial e não para mero usufruto do senhor de escravizados.

Seguindo a argumentação de Florestan Fernandes, ao contrário do que se tem como senso comum, durante o período colonial a escravidão não era o núcleo econômico da colônia e nem o elemento central de perpetuação do patrimonialismo, quem tinha essa função era a terra. Como destaca Ricupero (2015), ao contrário da obra de Faoro ([1958] 2011) acerca da existência e função do patrimonialismo brasileiro advindo da precocidade do absolutismo do Estado português, Florestan explora a categoria do patrimonialismo, como, aliás, já haviam feito Vianna ([1920] 2005), Freyre ([1936] 2013) e Holanda ([1936] 1995), antes dele. Para Florestan Fernandes, o patrimonialismo, uma categoria de influência weberiana, teria se consolidado com a Independência na medida em que a figura do “senhor-cidadão” ganha poder de comando exponencialmente na vida social, inclusive tendo dentro do Estado, após o fim da dependência política com relação a Portugal, uma fonte de socialização dos privilégios senhoriais em forma estamental através de um quadro administrativo para gerir essa socialização.

O império português contava com um complexo Estado patrimonialista que se desdobrava desde o poder do soberano para a nobreza, o clero e os homens ricos, interna e externamente, que conformavam uma verdadeira empresa militar, econômica, política e religiosa. Essa afirmação é importante, pois é dessa origem patrimonialista do Estado português, em que os vassalos reportam ao suserano, que se origina a concentração da propriedade fundiária no Brasil.

Segundo Fernandes ([1976] 2010), a doação de sesmarias tinha a função de transferir a estrutura estamental de Portugal para o Brasil. Ao demarcar estruturas de poder, que não deveriam ser alteradas, a base societária do Estado patrimonialista português se mantinha. As doações de sesmarias concentravam socialmente a terra criando o latifúndio e excluindo o grosso da população livre da posse da terra e, logo, do poder local e do direito de ter relações diretas com o Estado. Portanto, a terra, no Brasil, aparece desde os tempos coloniais como uma figura que confere privilégios e dominação.

A ordem estamental portuguesa, quando transplantada para o Brasil,

foi profundamente alterada pelo contato com a escravidão. Esta esvaziou aquela de muitas de suas funções econômico e sociais. A produção agroexportadora colonial contava com um substrato humano muito heterogêneo que extrapolava a divisão entre “senhores” e “escravizados”. A estrutura social tinha na figura do branco um imperativo estratégico que fazia com que a escravidão não existisse no vácuo e acabava por exigir o desenvolvimento de alguns povoados com um mínimo de funções urbanas. Nesse sentido, para Florestan Fernandes, a escravidão tornava a ordem estamental portuguesa débil e inflexível na medida em que todos os estamentos viam os escravizados como indispensáveis para tudo e colocavam o “povo miúdo” em um “conformismo sociopático”. Assim, castas e estamentos eram superpostos, o estamento dominante ficava com o controle da situação e colocava os outros estamentos e estratos a reproduzirem os interesses senhoriais.

A superposição de estamentos de uma “raça” dominante e de castas de “raças” dominadas era muito complexa por combinar patriarcalismo com patrimonialismo e paternalismo com burocracia e colocava a ordem colonial em permanente tensão. O uso da força bruta em sua forma mais selvagem coexistia com a violência institucionalizada e legitimada pela “sacralidade” das tradições, da moral católica, do código legal e do Estado. O escravizado era posto como inimigo doméstico e inimigo público e o poder era monopolizado e utilizado livremente por uma minoria sempre que ela o achasse conveniente para a manutenção da ordem (Fernandes, [1976] 2010).

Havia uma “racionalidade senhorial” que imperava sobre os fluxos das concessões aos escravizados, mas, em linhas gerais, havia forte resistência a que a estruturação estamental e de castas da colônia fosse alterada, pois significaria uma mudança nas estruturas e dinâmismos de poder da colônia. Destaca-se o fato de que a ordem colonial era muito dura com a figura da pessoa escravizada. Como o povo colonizador não era suficientemente numeroso, ele realizava uma transição demográfica no sentido de libertar alguns escravizados para preencherem funções mecânicas. Além disso, de acordo com as flutuações do mercado mundial, a pessoa escravizada era jogada da economia de plantação para a economia de subsistência.

Já o Estado, só atuaria contra o senhor nas situações em que o livre gozo do poder senhorial se tornasse tão violento a ponto de transgredir

níveis considerados “normais”. Se a violência do senhor acarretasse instabilidade no sistema de dominação e eventuais riscos para a ordem, o Estado intervia. Mas ele não atuava de forma a promover qualquer tipo de proteção ao agente humano objeto de escravidão.

Vale lembrar que, conforme aponta a pesquisa de Martins (2017), o Brasil não possuía um “código do negro” que protegesse minimamente o escravizado e a escravizada no tocante às suas condições morais, físicas e sociais de vida. O que existia era um conjunto aleatório de alvarás e regimentos monárquicos e imperiais que versavam muito mais sobre as condições do tráfico negreiro. Note-se, entretanto, que havia a preocupação para que as pessoas capturadas e escravizadas chegassem vivas e em condições mínimas para serem exploradas em terras brasileiras. É nesse sentido que se pode falar que existia uma espécie de “código negreiro”, e não um “código do negro” que visava à proteção da dignidade do elemento negro, tal como existia nas formas de exploração e dominação vigentes na França em 1685 e na Espanha, com a Real Cédula de 1789. Tal discussão remete, dentro das controvérsias que estão sendo apontadas, à discussão feita por Joaquim Nabuco, expoente do movimento abolicionista em fins do século XIX, em *O abolicionismo* (Nabuco, [1883] 2000).

Joaquim Nabuco versa sobre o tema afirmando que a constituição de 1824, a fim de defender ideais liberais, não versava sobre o tema da escravidão, como se essa instituição inexistisse no Brasil. As questões referentes aos escravizados eram, no máximo, consideradas pelo Código Civil, que era marcado pela brutalidade que o senhor podia empregar no trato com o elemento negro. O senhor de escravo tinha a propriedade sobre este. O elemento negro contava como uma mercadoria e, portanto, o senhor poderia fazer com ela praticamente tudo que lhe desse vontade, desde que não transgredisse os direitos de propriedade de outros. Martins (2017), também sobre o tema, afirma que o conjunto de alvarás e regimentos sobre o assunto se preocupavam, basicamente, com as condições do tráfico, condições de fiscalização que refletiam na arrecadação desse comércio e, no máximo, com questões de segurança pública que brutalizavam, com claro teor racista, o elemento negro que praticasse crimes. Toda essa legislação ignorava as condições desumanas de captura, de transporte até o litoral e as condições de vida que cabiam ao elemento escravizado. Afirma também que isso era feito com vistas

a garantir a rentabilidade do negócio negreiro, fato ao qual se junta a deliberada política de não incentivo à reprodução do negro em terras brasileiras.⁸

Para Florestan Fernandes, o sistema de colonização e dominação colonial entrou em crise, principalmente, por três fatores:

1) A metrópole portuguesa (assim como a metrópole espanhola, no caso do restante da América Latina) não era econômica nem politicamente forte o bastante para garantir o financiamento de atividades de descoberta, exploração e crescimento da colônia. Por essa razão, a metrópole portuguesa seria suplantada por Veneza e, posteriormente pela Holanda, que forneceram as bases financeira, tecnológica e comercial para a exploração das colônias e tornaram-se os núcleos do capitalismo mercantil. Os novos epicentros desse tipo de capitalismo tornaram a dinâmica vigente muito onerosa para os agentes privilegiados e exploradores coloniais, e, logo, eles pressionaram pela emancipação política dos países latino-americanos.

2) A luta entre as potências coloniais – Holanda, França e Inglaterra – pelo controle das colônias latino-americanas, combinada às mudanças econômicas, políticas e culturais da Europa de fins do século XVIII e começos do século XIX desencadearam a desagregação do controle externo das potências ibéricas sobre suas colônias.

3) Por fim, havia setores das populações coloniais que eram duramente afetados pela rigidez da ordem colonial e eram diretamente interessados na destruição do antigo sistema colonial. Tais setores, em sua maioria, provinham de descendência mista e se identificavam com a internalização do poder econômico e político.

Segundo o sociólogo, a partir dessa crise, a transição da ordem colonial para a ordem neocolonial se deu como uma transição pacífica,

⁸ Segundo Paes (2013), no Brasil vigoraram até 1916 as Ordenações Filipinas de 1603 que tratavam da questão do escravizado em sua maioria no âmbito do Direito Civil e do Penal. Apesar de diversas disposições terem sido revogadas ao longo do século XIX com o advento do Código Criminal de 1830 e do Código de Processo Criminal de 1832, o direito civil continuou sendo orientado por aquelas ordenações. O comércio do elemento humano negro era muito lucrativo para a coroa portuguesa e, depois, para o império britânico. Este fato histórico sobre as condições dos escravizados foi notado por Marx (1867 [2012]) ao falar sobre o intenso fluxo de navios negreiros com destino ao Brasil na cidade Liverpool no século XVIII no seu capítulo sobre acumulação primitiva.

uma revolução dentro da ordem e de modo a incorporar o Brasil no mercado mundial. Esta foi a chave para a longa duração do antigo sistema colonial, só que a partir de então esse sistema se daria em novas bases. Apesar de todas as tensões e de todos os conflitos, a associação dos colonos com o império foi mantida muito íntima e o colono nunca se tornou um agente autônomo, sempre foi um correspondente do poder imperial.

Nas palavras de Fernandes ([1976] 2010, p. 81), “o colono de *status* senhorial não só era o vassalo e o representante da coroa na colônia: ele era, simultaneamente, a base material visível e a mão armada invisível da existência do império colonial”. O patrimonialismo fundou as bases dessa interdependência entre colono e coroa. Enquanto o poder da coroa era baseado num Estado patrimonial do império, o do colono se baseava na plantação, no modo de produção escravista. Aqui chegamos a um ponto chave de nossa proposta.

A ordem social colonial foi a forma como sociedade brasileira foi estruturada nos três primeiros séculos de colonização europeia. Ela nasceu com a tentativa de transplantação do sistema português para o Brasil, mas ao ter contato com a realidade e as funcionalidades da vida na colônia, essa ordem social resultou em algo totalmente distinto do que era em Portugal. Foi com a vinda da família real em 1808 e, principalmente, com a Independência política de 1822, uma verdadeira revolução política, que o país se emanciparia politicamente de Portugal para estreitar e intensificar os laços de dependência econômica com as potências capitalistas. Essa transição instaurou os germes de uma revolução burguesa no Brasil e os traços de permanência do *status* colonial, apesar de findada a dependência política.

2.2. A ordem social neocolonial

Em sua obra mais madura de interpretação do Brasil, *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes ([1975] 2011) mostra que no caso brasileiro, o processo de desagregação do antigo sistema colonial é marcado por uma longa trajetória iniciada com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que demandou a criação de novas instituições em território brasileiro. Se, no plano político, a Independência concertada com Portugal em 1822 representou a emancipação política do Brasil em

respeito à sua metrópole, não representou uma emancipação no plano econômico, pois o sentido da colonização brasileira se manteve orientado pelos negócios de exportação de produtos primários – o Brasil passaria a participar do mercado triangular entre Europa, África e América – com um mercado interno incipiente correspondente à reprodução básica de condições de vida da engrenagem do grande setor exportador. Esse momento histórico instaurou as bases da dependência comercial em relação à potência emergente no capitalismo industrial, a Inglaterra do período da *Pax Britannica* (1815-1914).

A Independência marcou, portanto, o começo da era moderna no Brasil, pela qual uma série de ideias, instituições sociais e técnicas vindas da Europa chegavam ao Brasil ao nível das normas de comportamento, de cooperação ou conflito. Essas mudanças se deram ao longo do tempo histórico europeu, isto é, sob o controle dos interesses dos agentes europeus e dos setores internos associados àqueles interesses. Mais do que o começo do regime capitalista, a era moderna foi marcada pela crise do “antigo sistema colonial”.

A emancipação “nacional” representou transformações econômicas importantes à medida que houve o desaparecimento da apropriação colonial e implicou o desenvolvimento de um novo setor da economia urbano-comercial, embora não tenha representado o rompimento da estrutura baseada em torno do monopólio da terra, da propriedade do escravizado e dos privilégios da aristocracia. Com a redefinição, pela aristocracia agrária, do controle das funções administrativas, políticas e legais, que eram historicamente da coroa, o Estado senhorial e escravista pode prevalecer.

Portanto, pela mudança econômica, a apropriação colonial que os senhores agrários faziam foi extinta e se transformou em apropriação do produto do trabalho regulada a partir de dentro e, pela primeira vez, pelos interesses da aristocracia agrária sem o peso de “espoliação colonial”; como uma mudança política importante, o Estado passou também a ser controlado pelos interesses econômicos senhoriais que promoviam uma política econômica de autodefesa que não alterou o estatuto da escravidão e a condição do escravo (Fernandes, [1976] 2010).

Na verdade, a Independência, para Florestan Fernandes, significa a criação de uma espécie de Estado nacional nos marcos possíveis do prolongamento do colonialismo ao nível econômico, dependência cultural

e social e emancipação política. Ao contrário de Oliveira Vianna, um dos pais do pensamento social autoritário no Brasil, para o sociólogo paulistano, o Estado não surge sem vínculo com o meio social do qual surge (um clã de fazendeiros que lutam entre si). Para Florestan, é justamente pelo Estado que os interesses das oligarquias, e futuramente das burguesias brasileiras, poderiam ser universalizados e defendidos como interesses de um estamento ou classe social, dando um caráter essencialmente político à revolução burguesa.⁹

O beneficiamento do senhor aristocrata ficaria claro com a expansão da economia do café (Fernandes, [1976] 2010). Esse ciclo expansivo significou o auge do ordenamento de estamentos e castas e resultou na expansão das esferas de participação na vida econômica dos senhores, os quais passaram a voltar seus interesses para as cidades. Por ser, basicamente, o único setor social que concentrava capital (isso era feito por meio da expropriação do trabalho escravo), os senhores eram os principais agentes que se destacavam na corrida para se transformarem em homens de negócios tipicamente capitalistas, por mais que tenham prolongado ao máximo o uso da força de trabalho escravo.

Tal dependência foi orientada pela ocupação do “vácuo econômico” deixado por Portugal. Muito mais do que ter exercido um poder imperial, a Inglaterra usufruiu da rede de exportação já montada e, como os produtos internos não tinham alto valor econômico e o mercado consumidor era relativamente grande, foi mais vantajoso o controle das esferas comerciais e financeiras, o que acabou por desenvolver os centros urbanos do Brasil.

O desmonte do antigo sistema colonial seria consolidado, segundo Fernandes ([1976] 2010), por dois processos históricos fundamentais para a sociedade brasileira: a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação

⁹ Ainda no campo das controvérsias, Florestan Fernandes teria também uma visão sobre o idealismo utópico das burguesias brasileiras distinto de Oliveira Vianna. Segundo o primeiro, realismo e idealismo, atribuídos a conservadores e liberais seriam uma unidade, lados da mesma moeda, que promoveram de modo revolucionário um embrião de sociedade nacional, mas que manteve a antiga estrutura social. Autonomia e heteronomia seriam uma unidade dialética. Já para Vianna, haveria uma disputa entre idealistas utópicos e idealistas orgânicos conservadores. Para os primeiros, bastaria a cópia das instituições liberais europeias para que algo como um *self-government* fosse criado; e para os segundos, haveria diferenças substanciais entre os estados europeus e as nações latino-americanas (Ricupero, 2015).

da república em 1889. Antes, porém, desde meados do século XIX, com a formação do que ele chamaria de “capitalismo competitivo”, já se pode falar que os setores estamentais conhecido como “senhores” já se identificavam como um grupo com interesses econômicos, políticos e sociais comuns e com força para monopolizar o poder político estatal e comandar a economia interna. Os senhores adotariam um liberalismo que se resumia na liberdade do senhor e que impedia qualquer possibilidade de revolução nacional. Portanto, data da época neocolonial, época em que nasce o capitalismo no Brasil, a conformação da classe capitalista brasileira, no sentido de conformação de uma consciência de classe “em si” e “para si” para os senhores no país que unia a oligarquia tradicional do Vale do Paraíba com a oligarquia moderna do Oeste Paulista.¹⁰

O antigo sistema colonial produziu o agente principal de que precisava: o senhor colonial. De mentalidade ultraconservadora e egoísta, este agente satisfazia-se com seus próprios e mais imediatos interesses. O período de crise da ordem escravocrata e senhorial surgiu de baixo para cima com as dificuldades impostas para manutenção da escravaria e da reprodução do trabalho escravo. Nessa época foi intensificada a expansão do setor capitalista novo, baseada na força de trabalho livre após a abolição, que se difundiu das cidades para o campo, adaptando os senhores a uma nova realidade histórica. Conforme descrito por Florestan:

Portanto, apogeu e crise aparecem como dados concomitantes. O senhor

¹⁰ Vale comentar que a noção de modernidade da oligarquia do Oeste Paulista, tratada por Fernandes ([1975] 2011), deve ser ponderada. Paula Beiguelman, importante referência para o estudo da formação socioeconômica e política brasileira por ter se debruçado em temas como a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre e os aspectos políticos do complexo cafeeiro brasileiro, apresenta a crítica da ideia culturalista de que os fazendeiros do Oeste Paulista foram homogeneamente inovadores e modernos, em oposição aos fazendeiros do Vale do Paraíba, supostamente atrasados. Segundo Beiguelman (1977), dentro do Oeste Paulista poder-se-ia traçar uma diferença entre um “antigo Oeste Paulista”, centrado em Campinas, que se empenhou em ficar ligado aos traços do regime escravista; e um novo Oeste Paulista, centrado em Ribeirão Preto, no qual as plantações de café se desenvolveram já após a decadência e o fim do tráfico de escravos. Por essa característica, o novo Oeste Paulista, desde o seu início, teve fortes conexões com a imigração e teve, consequentemente, vantagem na disputa por força de trabalho numa sociedade em que o trabalho livre e subvencionado pelo Estado ganhava centralidade.

não sai dessas transformações como era antes. Porém, se ele aproveita, agora em estilo tradicional-patrimonialista e em estilo capitalista, o momento de apogeu, ele não se converte em vítima da crise final dessa ordem. A vítima foi o “negro” como categoria social, isto é, o antigo agente do modo de produção escravista que, quer como escravo, quer como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele não houve “alternativa histórica”. Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de *trabalho livre* das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuoso, ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica. (Fernandes, [1976] 2010, p. 84)

Ao se preocupar com o que aconteceu dentro das sociedades coloniais, ou seja, com o processo de eclosão da onda modernizadora do nascente capitalismo na América Latina, o sociólogo afirma que as “economias exportadoras de gêneros tropicais” nasceram extremamente especializadas e que essa característica foi imposta pelas antigas metrópoles e pelo mercado mundial depois dos processos de independência. Não obstante, depois da emancipação política, os novos países não deixaram de ter uma “especialização colonial” que alimentava estruturas e dinamismos coloniais. Eles não podiam ser destruídos, uma vez que se almejava um tipo específico de modernização. Essa modernização seria própria de um capitalismo moderno, urbano, comercial e que deveria se difundir para o campo. Esta seria a modernização dependente (Fernandes, [1976] 2010).

De fato, o autor afirmaria que as formas de produção e estruturas coloniais vinham tanto de dentro como de fora. Os grupos dominantes e os países industriais dominantes e os dinamismos do mercado mundial impunham uma perene colonização que colocava a descolonização como uma realidade que, através de composições, revelariam um lado necessário do capitalismo da periferia da Europa e do nascente capitalismo industrial. Portanto é da conformação de uma sociedade neocolonial, em transição do antigo sistema colonial para uma sociedade de classes, que nasce a urgência da descolonização para Florestan Fernandes.

A adoção de instituições representativas durante a ordem neocolonial não visava excluir o “povo” da participação política e das estruturas do

poder, ela servia como um instrumento para manter a concentração social do poder sob o controle das classes sociais dominantes e intermediárias. Portanto, foi erigida uma “sociedade civil ultrasseletiva” segundo a qual todas as funções do Estado poderiam ficar dentro da ordem vigente.

Esse período do século XIX, de controle de mercado e dos processos econômicos das colônias pelas novas potências hegemônicas e de desmonte do antigo sistema colonial, foi uma marca da transição da ordem social colonial para a ordem social neocolonial. A dominação externa deixa de ser direta para tornar-se indireta. A monopolização dos mercados latino-americanos se dá, dentre outras maneiras, através da expansão da rede bancária, financeira e comercial e do prosseguimento dos negócios agroexportadores dos setores dominantes, que, sob o argumento de que as colônias não possuíam estrutura econômica para produção dos bens importados, funcionavam de forma a concentrar os mercados latino-americanos nas mãos de poucos agentes econômicos.

Os primeiros impulsos de internacionalização de um mercado capitalista moderno foram sentidos, uma vez que os produtores de bens primários puderam absorver parte do que antes lhes era expropriado pela metrópole. A dominação externa seguia, todavia. Com a complacência dos setores dominantes, constituídos pelos produtores rurais, pelos agentes comerciais e os comerciantes urbanos. Portanto, Fernandes ([1972] 1973) afirmaria que o período neocolonial reproduziu o *status quo ante* da economia, pois os esforços requeridos para mudar a estrutura econômica foram considerados tão dispendiosos para os setores sociais dominantes, que estes preferiram assumir um papel econômico subsergente e dependente sob as bases erguidas no antigo sistema colonial.

Com essa ideia, afirma-se que na fase neocolonial um novo tipo de relação entre escravidão mercantil e acumulação originária seria construído. Foi nessa época que o escravismo desempenhou certas funções construtivas para o desenvolvimento do capitalismo europeu e que o capitalismo comercial começou a se tornar uma realidade histórica brasileira. Os interesses comerciais e financeiros se concentraram nas cidades para organizar os negócios de exportação, o que consolidou o escravismo como base material do capitalismo comercial.

Além dos efeitos da crise do trabalho escravo, é necessário ponderar os “efeitos de encadeamento” do fim do ciclo da mineração, pois esta

suscitou a expansão da economia de plantação para outras regiões e colocou o escravizado no centro de uma revolução econômica dentro da ordem. A transição para o ciclo do café se deu em sentido horizontal com a incorporação de novas fronteiras à economia agroexportadora. Como alerta Fernandes ([1976] 2010), a história brasileira tem sido contada através de uma perspectiva branca e senhorial, deixando agentes humanos e econômicos fundamentais de fins do século XIX na penumbra: o negro e a negra e os mestiços. A escravidão mercantil tornaria esses agentes sociais a base material de reprodução da ordem senhorial e escravocrata e a base da ordem de classes que estava por nascer, por mais que seus *status* humano fosse restaurado.

Ao aderir à república, os senhores, agora na sua versão burguesa de fazendeiros, resolviam o problema que a abolição impusera, contratavam a força de trabalho imigrante e abandonavam os antigos escravizados à sua sorte. Mais importante: salvavam o monopólio da terra e o poder oligárquico impondo à revolução burguesa iminente seus próprios ritmos históricos, combinando elementos “arcaicos e modernos” e o seu padrão mandonista. O sociólogo sintetiza a ideia da transição da ordem colonial para a neocolonial desta forma:

Portanto, a ordem escravocrata e senhorial *foi destruída a partir de dentro*, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi, ao mesmo tempo, *suplantada e substituída a partir de fora*, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária. (Fernandes, [1976] 2010, p. 95)

A digressão feita até aqui consistiu em apontar as características de organização social nos períodos denominados ordem social colonial e ordem social neocolonial. A exposição não foi desenvolvida em detalhes propositalmente. Primeiro porque não se poderia aqui aprofundar a análise de quase quatro séculos de colonização formal e, segundo, porque se pretende construir um caminho de argumentação para mostrar, e aqui sim com profundidade, a conformação da sociedade de classes no Brasil como algo específico a essa formação social.

Se, até agora, foi priorizada a sinalização dos aspectos que comandaram a dinâmica do sentido da colonização brasileira, relacionando-os

aos interesses da metrópole portuguesa, das novas potências neocoloniais de fins do século XVIII e dos setores dominantes – produtores rurais, agentes e entrepostos comerciais exportadores e comerciantes urbanos – agora a análise será restrita naquilo que Fernandes ([1964] 2008) denominou como o surgimento do povo brasileiro: a abolição da escravidão em 1888 e seus impactos sobre a integração do negro e do mestiço na sociedade de classes. Será destacada a análise nos “condenados e semi-integrados ao sistema”, parte fundamental e majoritária da sociedade brasileira. É crucial apontar que os fatos históricos da abolição e da proclamação da república marcam o começo de outra transição lenta de ordenamento social: da ordem social neocolonial para a ordem social de classes.

3. O surgimento do povo no Brasil e as possibilidades abertas à “democracia”

A emergência de elementos de uma sociedade de classes no período neocolonial no Brasil foi marcada por uma especificidade: a questão do negro e da negra, assim como de mestiços e mestiças, enquanto sujeitos históricos de suma importância, tem conexão inexorável com aquele movimento. Segundo Florestan Fernandes ([1964] 2008), eles só emergem na sociedade civil como sujeitos capazes de desempenhar papel social ativo, enquanto povo, depois da formal abolição da escravidão. Vale dizer que não se considera aqui o povo como somente a massa da população representada pelos negros, negras, mestiços e mestiças, ou seja, aqueles que foram libertos pela abolição. Os indígenas e outras comunidades, chamadas de “minorias”, como as outras etnias que constituem a realidade da população brasileira também estão incluídas. A questão é que a abolição influenciou a maioria da população ao influenciar direta e indiretamente com aqueles grupos mencionados.

Concomitantemente, acontecia na América Latina uma onda de revoluções burguesas periféricas que demarcariam as possibilidades de mudanças sociais em cada país. A solução encontrada na abolição, e em todos os movimentos legais relacionados à questão racial que a antecederam e a ela se seguiram, influenciou o grau de integração do negro, da negra, e dos mestiços e mestiças nas sociedade civil e política brasileiras.

De acordo com Heloísa Fernandes (2015), é em Fernandes ([1964] 2008) que o sociólogo eleva a discussão sobre o dilema social brasileiro de resistência às mudanças sociais, marca das classes dominantes no Brasil, a um outro patamar. Esse dilema seria um verdadeiro sintoma sociopático de apego às formas de dominação do passado, portanto as resistências às mudanças sociais eram psicológicas e políticas (Fernandes, [1960] 2008). O desenvolvimento da democracia ficava impedido pelo fato dessa resistência negar a condição de integrado àqueles que viriam a se apresentar como povo pela primeira vez no país: a massa de recém-libertos.

Conforme Cohn (2015), é em *A integração do negro na sociedade de classes* que Florestan está analisando a difícil integração do povo, visto do “ponto de partida daqueles com pior ponto de partida histórico”, com a constituição da sociedade de classes. O sociólogo paulistano estaria convencido de que tal processo ainda não estava completo e, segundo os elementos dinâmicos da sociedade dependente, não teria como ocorrer definitivamente nos marcos da ordem do capitalismo dependente. Segundo Cohn (2015), a dificuldade com que Florestan se depara nessa pesquisa é a de dar o salto entre a captura da figura vaga do *povo* para apreender a imagem específica da *classe*. Esse passo seria dado a partir de outro salto não trivial, da *raça* para a *classe*, o que, anteriormente, demanda a identidade dos negros, negras, mestiços e mestiças enquanto uma *raça*.

Como sinalizado, a emancipação “nacional” (independência política) não representou o colapso da economia colonial, pois a estrutura do antigo sistema colonial foi mantida. Para que houvesse uma crise daquela economia seria necessário que os escravizados, os libertos e os vários setores da população pobre participassem ativamente de um processo, inexistente, de descolonização. De acordo com Fernandes ([1976] 2010), a “crise final irreversível da escravidão” no Brasil data das quase três décadas entre 1860 e 1888. Dialeticamente, se é verdade que sem a abolição não haveria capitalismo no Brasil, também confere que se chegara até aquele ponto de evolução do capitalismo graças à escravidão mercantil e que, como os fatos mostrariam, o fim do sistema escravocrata seria necessário para o desenvolvimento do capitalismo.

Nesse período de quase três décadas, há uma mudança qualitativa nas relações da economia urbano-comercial. O capital mercantil acu-

mulado com a produção escravista pôde ser aproveitado, junto com o capital mercantil conseguido no exterior, na construção de uma infraestrutura econômica, na modernização urbana, no crescimento da grande lavoura, no incentivo à industrialização e também à imigração, na expansão da pequena propriedade etc., configurando um verdadeiro processo de mudança social em função da incipiente revolução burguesa.

Em relação à modernização, Florestan se aproxima de Gilberto Freyre, por apontarem que uma repetição de casos “clássicos” não se daria na periferia. De um lado, Freyre ([1936] 2013) aponta que com a mudança ocorrida no império com a preponderância da rua na vida social e dos “sobrados e mocambos”, em detrimento da “casa grande e da senzala”, haveria uma modernização conservadora algo positiva, mas que o conservadorismo do sociólogo o fez rejeitar. De outro lado, Florestan vê a forma específica que a revolução burguesa assume no Brasil também como uma modernização conservadora que, assim como em Freyre, traz um “equilíbrio de antagonismos”. Porém, ao contrário do sociólogo de Apipucos, Florestan vê a revolução burguesa como limitadora da democracia no Brasil (Ricupero, 2015).

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e esse processo foi precedido de mudanças no quadro legal do país. Institucionalmente, em 1831, foi promulgada a Lei Feijó, segundo a qual os escravos desembarcados no país deveriam ser libertados. Na prática, porém, essa lei se mostrou ineficaz, uma vez que foi substancialmente ignorada; em meados do século XIX, a Inglaterra impusera o fim do tráfico negreiro com o *Bill Aberdeen* de 1845 – que seria oficialmente acatado pelo Brasil em 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz – que intencionava que os regimes escravistas fossem substituídos por regimes assalariados; em 1871, com a Lei do Ventre Livre, os recém-nascidos de mães escravas eram considerados livres e ficavam sob o cuidado dos senhores ou do Estado até que completassem vinte e um anos de idade e depois eram considerados livres; em 1885, foi promulgada a Lei do Sexagenário, pela qual os escravos que atingissem os sessenta anos estavam libertos; acontece que um escravo atingir tal faixa etária em meados do século XIX era algo raro e, logo, o que essa lei realmente fazia era desobrigar os senhores de escravos de se responsabilizarem por pessoas idosas que haviam sido escravas, uma vez que não tinham de considerar e providenciar as medidas mínimas de integração desses idosos na sociedade como cidadãos.

Destacadamente, a mudança institucional mais relevante em termos socioeconômicos fora a Lei de Terras de 1850, que impedia a posse de terras por invasão ou por uso com fins de trabalho. Suas implicações são sentidas até os dias de hoje, seja com a aglomeração habitacional na periferia e nas favelas ou pelo falso “déficit habitacional”, que coloca em marcha movimentos por terra e por moradias (falso, pois o que falta na verdade é uma melhor distribuição de terras e moradias). A sociedade de classes no Brasil nasceu, portanto, carregando o elemento característico de seu patrimonialismo.

Segundo essa Lei de Terras, a posse da terra ficaria restrita à compra pecuniária e à cessão por herança. As terras ocupadas de outra forma seriam confiscadas pelo Estado, que poderia aliená-las posteriormente. Ademais, a Lei de Terras previa subsídios governamentais para a imigração de força de trabalho europeia para servir de forma assalariada no Brasil. Essa lei representou, naquela transição de ordem neocolonial para uma sociedade de classes, o principal mecanismo legal perpetuador da dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa, pois impedia que os futuros libertos pudessem ter qualquer tipo de acesso à propriedade fundiária e seria a base para a reprodução da grande exploração rural moderna tratada por Caio Prado Jr. (1979).

A abolição e seus desdobramentos se deram de forma a impedir a participação dos libertos e libertas na sociedade civil brasileira. Como destaca Paixão (2015), já em 1890, o Código Penal brasileiro punia manifestações da população negra e mestiça em praça pública, como a capoeira, o batuque, o espiritismo etc. Como mostra Ianni (1988; 1989), a questão social foi convertida em questão de polícia, impedindo qualquer forma de conscientização de grupos com identidade de interesses comuns e contrários aos interesses dos grupos dominantes. Note-se, todavia, que no período da Primeira República (1889–1930) ainda não se pode falar em classes sociais plenamente constituídas no Brasil, pois o país ainda não se estruturava em dinamismos tipicamente capitalistas, a luta de classes típica do capitalismo ainda estava se desenhando. Assim, a questão racial foi muitas vezes retratada a partir de óticas culturalistas ou assimilacionistas, não levando em consideração a questão de classe, de opressão social e da resistência de negras e negros.

É verdade que Fernandes ([1972] 1973; [1975] 2011) trataria da emergência da classe burguesa no país como fruto de uma transformação dos

setores cafeicultores, e agroexportadores em geral, em grupos cada vez mais atrelados aos interesses urbanos e associados aos interesse estrangeiros e que incorporavam os interesses políticos, financeiros e econômicos dos agentes comerciais e urbanos. Também procede que em *A integração do negro na sociedade de classes*, o sociólogo faria um profundo estudo dos “condenados do sistema” e os caracterizaria como o povo brasileiro.

Por ser a cidade que mais intensamente apresentava o desenvolvimento do regime de classes e da incipiente revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes elege São Paulo como ponto de análise desse período de transição. O autor mostra como a instauração e evolução de uma ordem social competitiva no fim do império e durante a Primeira República motivaram mudanças institucionais e uma liberalização jurídico-política orientada pelos interesses da adaptação da “grande empresa agrária” ao regime de trabalho assalariado e às relações de mercado implícitas.

Em vez de equiparar o agente recém-liberto com o trabalhador branco, nacional ou estrangeiro, a ordem que surgia expunha o negro e o mestiço ao desajustamento econômico, ocupacional e social. Os interesses dominantes da grande empresa agrária se transmutavam para o meio urbano e redefiniram geográfica, demográfica, econômica e socialmente o perfil de uma sociedade que passava de uma ordem de castas e estamentos para um regime de classes. Seria só com o início do processo de industrialização por substituição de importações no começo dos anos 1930, com as políticas varguistas, que o meio urbano se autonomizaria da grande empresa agrária.

A mensagem do sociólogo paulista era de que a sociedade que emergia no período neocolonial se mantinha fechada para os “mais iguais” – brancos nativos, em geral, e brancos estrangeiros – ao deixar negros e mestiços longe da integração positiva na nova ordem de classes. Assim, o autor mostra que a abolição de 1888 serviu, funcionalmente, muito mais ao agente branco que era senhor do que ao recém-liberto negro, pois este foi largado à sua própria sorte, tendo que se reeducar e se transformar para se adequar aos padrões de uma nova ordem sem receber qualquer espécie de reparação ou indenização por seus trabalhos forçados. Mais do que disso, nenhuma instituição existente, nem o Estado e nem a Igreja, responsabilizaram-se pelos libertos.

Dessa forma, para o sociólogo, o negro, a negra, o mestiço e a mestiça foram deliberadamente colocados em um estado de anomia que os impediam de se formar como uma categoria social à parte ou mesmo de se integrarem às categorias sociais abertas à sua participação. Esse estado de anomia lhes colocavam uma barreira para que algo como uma “solidariedade de classe” pudesse emergir. Portanto, aquilo que Cohn (2015) apontara na obra de Florestan aparece claro aqui: não foram estimulados mecanismos de identificação dos elementos negro e mestiço com a raça e, tampouco, da raça com a emergente classe trabalhadora livre.

A tese sobre a integração do negro na sociedade de classes nascente feita por Florestan Fernandes causou controvérsia. Paixão (2015) aponta que, segundo alguns comentadores, como Célia Marinho de Azevedo, ao exaltar o estado de anomia do negro, do mestiço, da mestiça e da negra, Florestan acabou supervalorizando argumentações de que, por conta das sequelas do sistema escravista, o elemento negro teria ficado incapacitado de competir no mercado de trabalho. Dessa forma, as oligarquias modernas teriam priorizado o agente imigrante para as plantações de café. Sinaliza-se, sem intenção de resguardar Florestan, que essa afirmação não é errônea, mas deve ser ponderada. É verdade que a escolha pelo fator humano imigrante nas plantações de café foi uma escolha deliberada dos senhores e, como o Estado estava em função desses senhores, é verdade também que foi uma opção assumida institucionalmente pelo Estado brasileiro. A justificativa seria a de, ao se deixar ao relento os libertos, manter-se sob controle uma “revolução negra”.

Porém, conforme apontado por Florestan, além de um definhamento material e moral de um estado de anomia, os próprios setores recém-libertos perceberam suas dificuldades em se ajustar às condições de integração e de expansão de uma ordem capitalista (Fernandes, [1964] 2008). Ao contrário de suposições de que os setores libertos “não tinham ambição”, o sociólogo aponta que esses grupos, justamente por possuírem ambições de classificação social, autoimpuseram-se opções extremamente rígidas e negativas, colocando-se fora do surto capitalista. De certa forma, essa era uma forma de resistência da população negra.

O movimento de colocar o negro em estado de prostração era deliberado e respondia ao medo de que essa imensa parcela da população se revoltasse contra a ordem instituída. Portanto, se é verdade que os

negros, as negras, os mestiços e as mestiças foram privados intencionalmente dos elementos econômicos, culturais e sociais de equiparação com os outros setores da sociedade, também vale, em parte, que esses próprios setores sociais refutavam uma classificação social através do assalariamento, tal como os imigrantes europeus faziam, devido ao histórico de dominação, humilhação e depredação moral que o trabalho braçal lhes ativava na memória. Conforme explica o autor:

A explicação desse fato parece se encontrar na peculiar condição psicossocial do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da “rebelião negra” [...]. Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. (Fernandes, [1964] 2008, p. 73)

Este fato tinha implicações sobre as possibilidades de mudanças sociais por afetar as aspirações de mobilidade social dos setores mais diretamente impactados pela abolição. Então a anomia deliberada imposta foi combinada com um processo deliberado de pauperização (empobrecimento e embrutecimento), acentuada no caso específico da cidade de São Paulo, e com a concorrência da força de trabalho europeia. Importante destacar: a pauperização, ao desorganizar socialmente o elemento negro, atuou como fator sociodinâmico essencial, mas a pobreza extrema não produziu a anomia. Nem, tampouco, a anomia produziu a situação de miséria. Foi a forma como o processo de pauperização se desenrolou socioeconomicamente que fez com que anomia e miséria se combinassem, se influenciassem e desfizessem quaisquer aspirações de ascensão dos setores libertos. Aos recém-libertos sobravam oportunidades de trabalho pré-capitalistas e de péssima remuneração e a impossibilidade de competição com o agente imigrante branco, pois a sociedade não enxergava o ex-escravizado como um concidadão. Nas palavras do autor:

O negro e o mulato não foram convertidos ao estado de extrema pobreza

e dependência após um período de intensa participação das potencialidades culturais do ambiente. Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si. Doutro lado, as formas de absorção do liberto na sociedade escravocrata e senhorial não corrigiram esses efeitos senão de forma parcial e incompleta. Em consequência, o negro e o mulato emergem na cena histórica paulistana como portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à sua situação, como agentes de trabalho pré-capitalista no mundo rústico adjacente. Eles não podem, por conseguinte, fazer face à competição com trabalhadores brancos, especialmente os de origem européia, e a substituição populacional adquire, para eles, um sentido estrito e impiedoso. Portanto, a pauperização do negro e do mulato na cidade de São Paulo possui traços específicos. Ela decorre da degradação que ambos sofreram com a perda do monopólio de certos serviços e sua exclusão concomitante, só corrigida incidentalmente (pelas oportunidades de trabalho fornecidas por formas econômicas pré-capitalistas subsistentes ou por áreas marginais da economia urbana), do sistema emergente de relações de produção. Trata-se, em suma, de uma pobreza associada quer à privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontínuas e infimamente retribuídas. (Fernandes, [1964] 2008, p.270-271)

Esse quadro implicava que o negro vivia nas cidades, mas não pertencia dinamicamente a elas. Essa era uma verdadeira situação de extremo isolamento cultural e de marginalização socioeconômica. O progresso existia para o elemento branco ou imigrante; para o negro restou, em geral, o pauperismo, o desalento e a desorganização social. Após a abolição, de certa forma, o trabalho passou a ser a esperança de alguma classificação social para o recém-liberto na medida em que, através dele, o agente humano podia participar institucionalmente da vida social e tentar montar projetos de vida. Não obstante, o branco dominante ficou preso a um sistema de dominação racial de valores análogo aos da ordem estamental e de castas.

Segundo o sociólogo, a omissão dos setores brancos da sociedade lhes tornou efetivamente os principais responsáveis pela falta de “democracia racial”. Aliás, o mito de que existe democracia racial, expresso no ocultamento das opressões baseadas na raça, isenta de responsabilidade

o branco no processo de exclusão do negro e do mestiço, atribui certa irresponsabilidade ao negro e conforma uma consciência da realidade racial brasileira espúria que perpetua parcialmente antigas formas de dominação patrimonialistas assentadas no desajuste entre a ordem racial de castas e estamentos e a ordem de classes. A democracia no Brasil aparece, então, como dependente da resolução da questão racial. Segundo Florestan:

A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente, ela forneceu, no início um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer a dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos “ideais democráticos”). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem social racial e a ordem social existentes. Os “brancos” constituirão a “raça dominante” e os “negros” a “raça submetida”. Doutro lado, enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente, pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de cor”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos em geral”. (Fernandes, [1964] 2008, p. 326-327)

Vale o comentário de que no trato da democracia e da descolonização vigente e possível no Brasil, Florestan se afasta de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, [1936] 1995) ao analisar a incipiente sociedade de classes de começos do século XX. Ao analisar o Brasil sob o período nazista e integralista, Sérgio Buarque aponta os traços da democracia no Brasil como um “lamentável mal-entendido”, pois as classes dominantes (burguesas) brasileiras, rebentas das oligarquias, distorceram os princípios e valores das lutas burguesas europeias pela democracia liberal, adaptando-os de forma a manterem seus privilégios em terras americanas.

Criaram uma caricatura de democracia burguesa imposta de “cima para baixo”, dos dominantes para os dominados. As transformações vistas no Brasil, aliás, davam-se, segundo Sérgio Buarque, pelos intelectuais e por motivos sentimentais do “homem cordial”, movido pelos impulsos do coração, atingindo a massa do povo despreparada para tais mudanças. Portanto, sua tentativa era de denunciar as tendências fascistas e autoritárias da manifestação desse movimento antidemocrático no Brasil (o integralismo) e de apontar mudanças bruscas na sociedade brasileira que, não coincidentemente, resultaram na emergência de um Estado autoritário (Estado Novo em 1937) apenas um ano após a publicação de *Raízes do Brasil*.

Caudilhismo e liberalismo são postos como antítese para Sérgio Buarque de Holanda ([1936] 1995), e a superação de ambos seria condição necessária para a concretização de “nossa revolução” proposta por ele, aquela que acabaria com os traços coloniais e patriarcais na sociedade brasileira, aquela que lidaria com a descolonização. De um lado, o personalismo caudilhesco seria a base da nossa vida social. De outro, o oligarquismo seria a manifestação no tempo e no espaço daquele personalismo que foi capaz de dar a aparência de estabilidade política em distintos momentos-chave de nossa história. A mensagem de Sérgio Buarque é uma esperança de transformações democráticas para o Brasil. Já Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, vai além ao dar uma dimensão racial, social, política e econômica para a questão democrática no Brasil, porém com uma perspectiva mais restrita sobre as possibilidades de inclusão democrática.

Dentro do debate do mito da democracia racial e da necessidade de descolonização, vale apontar ainda que Clóvis Moura, um militante, sociólogo, jornalista e poeta negro, realizou uma crítica ao marxismo brasileiro. Segundo ele, o marxismo dominante no Brasil não conseguia apontar o racismo como elemento estruturante da sociedade de classes brasileira. Portanto, o marxismo brasileiro não conseguiria apontar o ponto fulcral da descolonização a se construir no Brasil. Clóvis Moura, no que toca ao desafio da questão racial e sua conexão com as classes e ao próprio destino da sociedade brasileira, foi além de Florestan Fernandes ao aprofundar o debate da questão da resistência negra, do processo de aculturação do negro e da reminiscência da lógica colonialista.

Em um artigo sobre Florestan Fernandes, Clóvis Moura (1995) afirma

que as teses de Florestan Fernandes na década de 1960 foram importantes para desbancar o mito da democracia racial, porém eram demasiado acadêmicas. Entretanto, exalta Florestan Fernandes ao apontar que as polêmicas que ele suscitou seriam revistas ou mais bem explicadas quando o próprio Florestan esteve mais organicamente envolvido com o movimento negro durante o período em que atuou como deputado constituinte após o fim do regime civil-militar. O resultado dessa militância mais orgânica pode ser visto na obra *Significado do protesto negro* (Fernandes, [1989] 2017).

Assim, fica claro que para Florestan Fernandes o nascimento de uma sociedade tipicamente de classes no Brasil dependeu do sentido da colonização apontado por Prado Jr. ([1942] 2011) e que a democracia que se desenhava no país desde o princípio da revolução burguesa dependia da maneira como o povo brasileiro se encontrava e da possibilidade de descolonização total.¹¹ O golpe de 1930, sob a liderança de Vargas, marca o início do processo de revolução burguesa no sentido de que foi um ponto de inflexão da atuação, e aqui não importa se foi intencional ou não, do Estado brasileiro em direção à construção de uma sociedade de classes em vias de se industrializar em prol dos interesses das burguesias brasileiras (aquelas que nasceram dos setores agroexportadores e começavam a se autonomizar em relação ao meio rural nas cidades) e das burguesias estrangeiras. Ocorre, porém, que esse processo viria a reforçar o padrão de capitalismo dependente que Florestan Fernandes visualizou aumentando a segregação social e a dependência externa, dificultando ainda mais um debate sobre a possibilidade de uma democracia no país prezar pela igualdade dos cidadãos e pela autonomia nacional.

4. Considerações finais

Décadas após a proclamação da Independência, que marcou a emancipação política de Brasil em relação a Portugal, a abolição da escravidão

¹¹ Uma importante discussão feita contemporaneamente sobre o debate da descolonização brasileira a partir das ideias de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Celso Furtado está sintetizada em Sampaio Jr. (2017) e se direciona à tese de que o Brasil está em processo de “reversão neocolonial”.

e a proclamação da república marcaram a transição da ordem social colonial, na qual vigorava no Brasil uma total dependência econômica, política, cultural e social da colônia brasileira para a ordem neocolonial. Esta, por sua vez, manteve a lógica do antigo sistema colonial, sem que o Brasil mantivesse um *status* político de colônia. Essa ordem seria marcada no seu fim por uma potencial revolução social, na medida em que o povo pôde emergir na história com a libertação dos negros e mestiços, das negras e das mestiças, a base e a maioria da sociedade brasileira.

A libertação do elemento negro foi, porém, tutelada e controlada pelos grupos dominantes – oriundos sobretudo dos setores cafeicultores que passavam a voltar seus interesses para o meio urbano e por agentes e prepostos comerciais, financeiros e bancários dos setores exportadores, de forma a colocar os novos setores em um verdadeiro estado de anomia social, sem perspectivas concretas de serem integrados à nova ordem de classes que vislumbrava emergente, a ordem social competitiva (ou sociedade de classes). Ademais, a dinâmica do processo se deu de forma a pauperizar os setores recém-libertos, mantendo os traços patrimonialistas dos setores dominantes e a desorganização social dos mais vulneráveis.

Essa combinação de anomia e pauperismo atuou de forma a restringir condições objetivas e subjetivas para que revoltas e inconformismos sociais dos negros e negras, mestiços e mestiças se dessem dentro e mesmo contra a ordem de classes que emergia, não obstante a prévia conformação dos quilombos e outras formas de resistência. Assim, a democracia possível no Brasil estaria indelevelmente marcada pela necessidade de descolonização total, fosse econômica, política e cultural, e da efetivação da maioria da população como um povo que comanda seu destino a partir dos objetivos da maioria. Isso demandaria a inclusão dos recém-libertos nas sociedade civil e política que se formavam no fim da ordem social neocolonial e começo de uma sociedade de classes.

Este estudo foi um primeiro passo para o entendimento da formação social brasileira, do caminho histórico construído para a conformação de uma sociedade de classes no país e do que se entende por resistência às mudanças sociais no Brasil: a falta de vontade política das camadas dominantes de permitirem que algo como uma revolução econômica, democrática, popular e social ocorra de fato no país. Isso não necessariamente se dará nos marcos das revoluções burguesas tidas como clássicas, mas sim nas possibilidades impostas ao capitalismo dependente.

O artigo aponta para a necessidade de uma pesquisa posterior, também de natureza interdisciplinar e com referência na análise de Florestan Fernandes, sobre como se deu efetivamente o processo de revolução burguesa no Brasil a partir do golpe de 1930 de Vargas e qual é o seu significado econômico, social e político uma vez concluído com o regime civil-militar iniciado em 1964. Esse processo histórico possibilitou a amplos setores da sociedade brasileira um estilo de vida mais próximo ao que se tem no centro do capitalismo mundial, mas reforçou a segregação social e a dependência externa. O presente estudo sobre a origem da revolução burguesa servirá de base para as reflexões sobre os limites e significado do desenrolar desse processo histórico.

Referências

- BADARÓ, Marcelo. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEIGUELMAN, Paula. (1973). *Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana no Brasil. *Têxto para discussão IE-UNICAMP*, Campinas, n 177. 2010. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1807&tp=a>>. Acesso em 12 outubro 2020.
- COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores. In: CEPÊDA, Vera.; MAZUCATO, Thiago. *Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória*. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 33-46.
- CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago (Org.). *História do pensamento econômico brasileiro: pensamento econômico brasileiro*. Niteroi: Eduff; São Paulo: Hucitec. 2019. p. 95-132.
- FAORO, Raimundo. (1958). *Os donos do poder? Formação do patronato político brasileiro*, São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Caio Prado Júnior: a rebelião moral*. São Paulo, 1995. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/110625208/Caio-Prado-Jr-Rebeliao-Moral-Florestan-Fernandes>>. Acesso em 8 fevereiro 2019.
- FERNANDES, Florestan. (1972). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERNANDES, Florestan. (1976). *O circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

- FERNANDES, Florestan. (1964). *A integração do negro na sociedade de classes*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. (1960). *Mudanças sociais no Brasil*: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, Florestan. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2011.
- FERNANDES, Florestan. (1981). *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. (1989). *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FERNANDES, Florestan. (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahars, 1981.
- FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: CEPÊDA, Vve.; MAZUCATO, Thiago. *Florestan Fernandes 20 anos depois*: um exercício de memória. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 13-31.
- FREYRE, Gilberto. (1936). *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2013.
- FURTADO, Celso. (1972). *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. (1934). *Cadernos do cárcer*, v. 1-6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2006.
- HOLANDA, Sérgio. (1936). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. A questão social. *Revista USP*, São Paulo, n. 145, p. 145-154, 1989.
- IANNI, Octavio. As raízes da anti-democracia na América Latina. *Lua nova*, São Paulo, p. 17-22, 1988.
- KOUTCHIN, André. Apontamentos sobre a conversão do capital-mercadoria e do capital-dinheiro em capital comercial e capital financeiro como formas do capital mercantil. VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX & ENGELS, 2015, Campinas. Resumo: *GT 1 – A obra teórica de Marx e Engels*. 2015.
- MALTA, Maria e outros. *Ecos do desenvolvimento*: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- MARTINS, Roberto. A obsessão com o tráfico, a legislação escravista e os códigos negreiros portugueses. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Niterói: ABPHE, 2017.
- MARX, Karl. (1867). *O capital*: crítica da economia política, v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NABUCO, Joaquim. (1883). *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PAES, Mariana. O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações manuelinas e filipinas. V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IBHD, 2013.
- PAIXÃO, Marcelo. *Antropofagia e racismo*: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais, 2015. Disponível em <<http://flacso.org.br/files/2015/10/ANTROPOFA->

- GIA-E-RACISMO-MARCELO-PAIX%C3%83O.pdf.> Acesso em 3 fevereiro 2019.
- PRADELLA, Lucia. Crisis, revolution and hegemonic transition: the America civil war and emancipation in Marx's Capital. *Science & Society*. v. 80, special issue, p. 454-467, 2016.
- PRADO JR., Caio. (1942). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RICUPERO, Bernardo. Florestan Fernandes e as interpretações do Brasil. In: CEPÊDA, Vera.; MAZUCATO, Thiago. *Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória*. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 47-63.
- SAMPAIO JR., Plínio. *Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.
- VIANNA, Oliveira. (1920). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

as ideias econômicas de heitor ferreira lima: resgatando as obras publicadas nos anos 1950 e 1960*

the economic ideas of heitor ferreira lima: rescuing books published in the 1950s and 1960s

Janaína Fernanda Battahin*

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/FCLAr), Araraquara, SP, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar e analisar as ideias econômicas apresentadas por Heitor Ferreira Lima nas obras publicadas nos anos 1950 e 1960. Assim, são apresentadas *Evolução industrial de São Paulo* (1954), *Formação industrial do Brasil: período colonial* (1961), *Mauá e Roberto Simonsen* (1963) e *Do imperialismo à libertação colonial* (1965), discutindo as especificidades de cada uma delas e a maneira como o autor se apropriou de conceitos como formação, evolução, indústria, técnica etc. Esses trabalhos apresentaram como ideia fundamental a importância do conhecimento da história econômica. O argumento central do autor ligou a ideia de progresso e a superação do atraso do Brasil ao estabelecimento de uma indústria nacional.

Palavras-chave: Heitor Ferreira Lima. História do pensamento econômico. Industrialização. História econômica. Progresso industrial.

ABSTRACT

This article aims to rescue and analyze the economic ideas presented in Heitor Ferreira Lima's books in the 1950s and 1960s. Thus, the article will present the books *Industrial Evolution of São Paulo* (1954), *Industrial formation of Brazil: Colonial period* (1961), *Mauá and Roberto Simonsen* (1963) and *From imperialism to colonial liberation* (1965), discussing the specificities of each one of them and the way in which the author appropriated concepts such as training, evolution, industry, technique etc. These works are fundamental to the understanding of the economic history. The author's fundamental argument linked the idea of progress and overcoming the backwardness in Brazil to the establishment of a national industry.

Keywords: Heitor Ferreira Lima. History of economic thinking. Industrialization. Economic history. Industrial progress.

* Submissão: 20/02/2020; aprovação: 05/10/2020.

** Doutoranda em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/FCLAr). Graduada em Economia com Ênfase em Controladoria na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). Email: janainabattahin@hotmail.com. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-8828-8728>>.

Introdução

Heitor Ferreira Lima nasceu em Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, em 1905. Foi um dos grandes nomes do pensamento de esquerda do Brasil juntamente com figuras como Caio Prado Júnior, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Considerado um dos pioneiros da historiografia econômica brasileira, teve uma formação marxista particular ao ser o primeiro brasileiro a ingressar na Escola Leninista de Moscou em 1927, onde permaneceu três anos (Pinheiro; Roio, 1990). Nessa época, Ferreira Lima enriqueceu suas leituras e estudou história contemporânea, economia política do capitalismo, além de presenciar de perto as decisões do Partido Comunista Soviético e sua relação com os demais países (Roio, 1990).

Apesar de se firmar como nome importante da primeira geração de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos de 1920 e 1930, a partir dos anos de 1940, devido às frustrações dentro do PCB resultantes da luta interna pelo seu controle, iniciou um abandono gradual da militância, limitando-se, a partir de 1945, a acompanhar pela imprensa os acontecimentos do partido (Lima, 1982). Tomou assim, novos rumos e “passou a se preocupar de fato com a definição da sua vida profissional” (Rocha, 1990, p. 19), começando a escrever e publicar em jornais, revistas e livros.

Debruçou-se, então, sobre os estudos de economia e de história econômica (Antunes, 1990). Suas pesquisas se transformaram em uma vultosa obra “pioneira em muitos sentidos, que tem prestado serviços à historiografia brasileira” (Rocha, 1990, p. 17), comtemplando temas como história do Brasil, história econômica, formação industrial e história do pensamento econômico.

Os meus trabalhos eram sempre especializados, referentes ao nosso movimento econômico em geral, com exposições, exames e, às vezes, críticas do desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, nível de vida, medidas governamentais estimuladoras ou cerceadoras, assuntos urbanos, bancários, capitais estrangeiros, comentários de relatórios de ministros e líderes patronais. Procurava fazê-los de forma objetiva, como jornalista, tendo em vista o interesse coletivo. Percorrendo-os agora verifico com surpresa que, não obstante o imediatismo com que eram escritos, encerram

boa parte da vida material do país daquela época, confirmando o que li recentemente num artigo do Tristão de Athayde, ao dizer que o “cronista é o historiador do presente e o historiador é o cronista do passado”. (Lima, 1982, p. 268)

Seu trabalho de destaque foi o exercido na *Revista Brasiliense* entre 1955 e 1964. A revista tinha um caráter mais político e os artigos de Heitor Ferreira Lima não se limitavam apenas aos dados descritivos, mas penetravam mais nos ângulos analíticos e críticos. Esse periódico, aliás, desempenhou importante papel na abordagem das questões nacionais daquele tempo, tendo, para isso, excelentes colaboradores em todos os setores. Por esse motivo, marcou sua época (Lima, 1982).

Em 1944, ingressou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo como membro do Conselho de Economia Industrial, onde permaneceu até a sua aposentadoria. Foi a partir desse trabalho que se especializou como técnico em economia e participou de eventos importante como o Congresso de Bretton Woods (1944) e a Conferência Nacional das Indústrias (1946). Ainda ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigiu a *Revista Industrial de São Paulo* de 1946 a 1949. Transformou-se, assim, num admirador de Roberto Simonsen (Roio, 2014).

Em 1942, publicou seu primeiro livro: *Castro Alves e sua época*. Posteriormente, publicou *Evolução industrial do Brasil*, em 1954; *Formação industrial do Brasil*, em 1961; *Mauá e Roberto Simonsen*, em 1963; e *Do imperialismo à libertação colonial*, em 1965. Nos anos de 1970 e 1980, publicou *História político-econômica e industrial do Brasil* (1970), *Três industriais Brasileiros* (1976), *História do pensamento econômico no Brasil* (1976)¹, *Caminhos percorridos: memórias de militância* (1982) e *Perfil político de Silva Jardim* (1987).

Dessa forma, podemos perceber que Heitor Ferreira Lima tem uma produção significativa sobre a história econômica e industrial do país. Porém, como salientado por Pericás e Secco (2014), não foi um nome de destaque dentro da história do pensamento econômico; ao contrário, o autor é um nome pouco conhecido e, muitas vezes, apontado como um intérprete “renegado” pela academia brasileira.

¹ Lançamento de uma segunda edição em 1978.

Posto isso, este trabalho tem como objetivo resgatar e analisar as ideias econômicas apresentadas por Heitor Ferreira Lima nas obras publicadas nos anos 1950 e 1960, recorte que, além de contemplar um período de rica produção teórica pautada no estudo da história econômica, abrange suas primeiras obras nessa área de estudo, ou seja, seus primeiros trabalhos de fôlego pautados num “sólido arcabouço teórico”, o que, de certa forma, marcou o amadurecimento das suas ideias, que até o momento tinham ficado restritas à análises fragmentadas e parciais em jornais e periódicos.

Outro ponto a salientar, é que a partir de meados do século XX, o Brasil passou a vivenciar uma divisão ideológica chamada “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”. Essa discussão se dividia entre os que defendiam o liberalismo econômico², preocupados em garantir ao Brasil *status* de agrário, e os chamados desenvolvimentistas, voltados à implementação da industrialização através da intervenção estatal. Esse dualismo, inclusive, já havia se apresentado na década anterior por meio das figuras de Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, mas foi somente nos anos 1950 que o debate ganhou fôlego por meio de instituições e vários outros intelectuais (Mantega, 1984). Assim, até os primórdios de 1950 as análises e orientações teóricas no Brasil provinham de autores como Raul Prebisch, Gunnar Myrdal e Ragnar Nurkse; a partir da segunda metade da década, os primeiros trabalhos nacionais surgiram e deram consistência às vozes dos intelectuais brasileiros.

O nome de Heitor Ferreira Lima surgiu em meio a uma geração de intelectuais que pensaram e propuseram mudanças para o Brasil através de um estudo sistemático da realidade brasileira e da construção de um panorama historiográfico nacional. Ferreira Lima fez parte de uma geração que incomodava as elites intelectuais das classes dominantes, e diferente de nomes como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, tinha menor influência no estado e na sociedade. O trabalho de Heitor Ferreira Lima ganhou posto secundário e não foi plenamente incorporado no pensamento nacional, o que conferiu à sua obra um caráter “rene-

² Segundo Mantega (1987, p. 12), consistia em uma “corrente que repetia os velhos princípios da regulação automática do mercado, com sua alocação ótima de recursos e a sublinhar a excelência da Teoria das Vantagens Comparativas.” Cita como alguns dos expoentes dessa “corrente ideológica”: Eugênio Gudín, Octávio de Bulhões, Glycon de Paiva, Alexandre Kafka, Tristão da Cunha, Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto.

gado” como já apontado anteriormente. Roio (2014, p. 31-32) salientou que talvez Ferreira Lima tenha se transformado em um “intelectual orgânico da burguesia”, sempre entusiasta da industrialização e sem senso crítico quanto às classes dirigentes. Além disso, muitas lacunas são apontadas no pensamento do autor, como sua “a noção genérica” dada à indústria”, considerando-a como qualquer “atividade transformativa”; os privilégios exagerados à questão da técnica de produção, deixando de lado “o problema das relações sociais e dos processos de trabalho”; e o esquecimento das classes oprimidas na fase de intelectualidade, pois “mal se nota em seus textos a presença dos grupos sociais explorados e oprimidos ao modo de protagonistas” (Roio, 2014, p. 31-32). Mesmo sua obra tendo se constituído sob “um exemplo de interpretação da realidade brasileira que é característica de sua época, em particular os anos 1950 e 1960”, ela não alcançou uma articulação mais elaborada e sistemática” (Roio, 2014, p. 27-28). Traçando um comparativo com nomes clássicos, podemos elucidar que Celso Furtado, por exemplo, desvinculou-se de suas origens de “classe média” e rompeu com esquemas de investigação e com a defesa de seus interesses de classe, utilizando um “marco histórico de dimensão regional” (Rodríguez, 1983, p. 954). Alguns intelectuais aplicam o saber “que vem do exterior, considerado validade universal”, e talvez Heitor Ferreira Lima tenha sido alocado nesse leque (Mallorquím, 2014, p. 289).

Caio Prado Júnior, por sua vez, apesar de, assim como Ferreira Lima, ter o marxismo como método analítico, já em 1942 apontou uma evolução em ciclos no Brasil: “fases sucessivas de progresso, seguido pela decadência, resultando num sistema e processo econômico em que a produção e o crescimento se subordinavam a contingências extrínsecas” (Pericás; Wider, 2014, p. 193); assim, o desenvolvimento significaria superar esse passado colonial. Em 1933, em *Evolução política do Brasil*, produziu um “marco nos estudos marxistas brasileiros”, dando ênfase às “massas populares e a importância de sua integração à realidade do país” (Pericás; Wider, 2014, p. 195).

Apesar dessas incursões, apontar o motivo de Heitor Ferreira Lima ser um interprete renegado carece de um debate mais aprofundado e conciso. Este artigo talvez possa contribuir, de certa maneira, para que uma parte de sua obra seja esmiuçada e ganhe maior destaque. Embora possa contribuir nesse sentido, o objetivo aqui não é esse. O objetivo

deste trabalho consiste em apresentar as obras *Evolução industrial de São Paulo* (1954), *Formação industrial do Brasil: período colonial* (1961), *Mauá e Roberto Simonsen* (1963) e *Do imperialismo à libertação colonial* (1965), discutindo as especificidades de cada uma delas e a maneira como o autor se apropriou de conceitos como formação, evolução, indústria, técnica etc. Assim, foi feito um esforço para reunir as ideias de Heitor Ferreira Lima sobre passado e seu possível projeto de futuro nessas obras, num esforço de sistematizar seu pensamento e contribuições para a história econômica do Brasil.

Para isso, além desta breve introdução, o trabalho conta com uma segunda parte discutindo as quatro obras salientas; posteriormente, apresentar-se-á algumas conclusões sobre o debate realizado.

1. Heitor Ferreira Lima e as obras publicadas entre 1950 e 1960

1.1 *Evolução industrial de São Paulo*

Heitor Ferreira Lima publicou, em 1954, seu primeiro livro sobre história econômica, chamado *Evolução industrial de São Paulo*, obra na qual acompanhou o processo de industrialização do estado de São Paulo³ através da análise de relatos, recenseamentos estatísticos, relatórios de empresas e instituições financeiras – embora assumisse que havia muitas disparidades, em grande parte dos registros industriais, e uma insuficiência de estatísticas.

Considerada uma homenagem ao aniversário de fundação de São Paulo, essa obra apresentou um “esboço histórico” do desenvolvimento industrial da cidade, mostrando a formação do maior parque manufatureiro nacional, com base no material disponível e uma parte já publicada pelo autor na *Revista industrial de São Paulo* e *O observador econômico e financeiro*. Mesmo assumindo alguns “vazios” e defeitos, a realização dessa obra se fez necessária porque ninguém até aquele momento havia escrito sobre a “história das nossas realizações no campo industrial”. Um dos objetivos da publicação de *Evolução industrial de São Paulo*, segundo

³ Desde as manufaturas coloniais até a estrutura formada em 1950.

Ferreira Lima, foi despertar o estímulo dos demais pesquisadores em uma época em que os “estudos de economia ocupavam um lugar de crescente relevo na nossa formação cultural” (Lima, 1954, p. 10).

Nessa obra, três pontos fundamentais merecem atenção: a utilização do termo “evolução” em seu título, a definição de indústria e a associação da indústria ao progresso.

Referente ao primeiro ponto, quando nos indagamos sobre o motivo que levou Heitor Ferreira Lima a utilizar o termo “evolução” no título desse livro, temos que ter a clareza do seu objetivo. O intuito na obra foi destacar três fases do desenvolvimento industrial no estado de São Paulo: a primeira fase, intitulada “período colonial”, que se estendeu até o final do século XVIII; a segunda fase, marcada pela chegada da corte portuguesa ao Brasil no século XIX; e a terceira fase, destacada pelo impulso industrial nos primeiros 50 anos do século XX.

Como se pode observar, o autor abordou uma sucessão de acontecimentos, relacionados à indústria, marcados pelas “mudanças ao longo do tempo” e, no caso, mudanças cada vez melhores. Isso tem total sentido para Heitor Ferreira Lima, pois ao procurarmos o conceito de evolução⁴ no dicionário histórico, encontramos que ele consiste na “mudança ao longo do tempo” e o progresso no “direcionamento para essas mudanças sempre para melhor” (Silva; Silva, 2009, p. 131). É exatamente esse

⁴ Para “definirmos evolução, precisamos inevitavelmente definir também outro conceito influente na História: progresso”, tornando-se essa associação inevitável. A ideia de que “toda evolução é necessariamente um progresso” está na base do pensamento ocidental que sofreu influência da Revolução Industrial. O contexto da Revolução Industrial no século XIX impulsionou a ideia de progresso como “necessário, inevitável e benéfico” para a sociedade, passando a associá-lo ao liberalismo e ao imperialismo. Com a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, essa definição de progresso passou por algumas modificações, renascendo com a teoria desenvolvimentista de crescimento econômico do Terceiro Mundo que se alicerçava diante da ideia de que “a Europa (mas agora também os Estados Unidos) era o modelo a ser seguido, e os países não industrializados deveriam se sentir atrasados diante do estágio alcançado pelo capitalismo norte-americano e europeu” (Silva; Silva, 2009, p. 134). Assim, o conceito de evolução, a partir da “ascensão da economia industrial no Ocidente”, no século XIX, passou a se associar diretamente ao progresso. Quando Ferreira Lima utilizou o termo “evolução” no título de sua obra, estava se referindo ao conceito ocidental que o associa ao “progresso”. Ele relacionou ambos ao processo de ascensão econômica. Ou seja, alicerçou sua ideia no argumento de que precisávamos crescer, assim como os países industrializados.

significado que o autor buscou atribuir ao título dessa obra: mudanças cada vez melhores nas indústrias ao longo do tempo.

E a característica de cada mudança se tornou crucial para que Ferreira Lima construísse o significado de indústria em sua obra. Quando o leitor se depara lendo sobre os estabelecimentos industriais no Brasil colonial, pode ser tomado por questionamentos e certa confusão. O que seria indústria para Heitor Ferreira Lima? Estaria o autor cometendo anacronismo? Não seria muito pretencioso escrever sobre indústrias nos séculos XVI ao XIX? Para responder a essas perguntas, este trabalho se debruçou sobre as páginas de *Evolução industrial de São Paulo* antes de qualquer julgamento precipitado ou iníquo. Ferreira Lima sabia exatamente o que queria dizer, pois uma de suas primeiras justificativas na obra de 1954 se refere à utilização da palavra indústria, eximindo-se de qualquer acusação de anacronismo.

Segundo o autor, no livro de 1954, não utilizou o termo indústria, “na moderna acepção da palavra”⁵, ao se referir à São Paulo colonial. O significado de indústria, no sentido moderno da palavra, ligava-se ao surgimento da máquina automática e à produção em grande quantidade para a exportação. No entanto, essas máquinas só foram utilizadas no Brasil anos mais tarde, e São Paulo, naquele período, vivia de uma “economia quase que primitiva, bastando-se a si mesma”, resumindo-se à lavoura e às atividades primitivas como a “preação de índios, conquista de territórios e descoberta de minas” (Lima, 1954, p.17-25).

Isso evidencia que Ferreira Lima admitiu que a indústria possuía vários sentidos que dependiam de seu contexto/período histórico. Ao abordar a produção no período colonial do estado de São Paulo, utilizou termos como “indústria de tecidos”, “grande indústria açucareira” e “atividades industriais”. Esses termos foram empregados para se referirem a todas as atividades que elaboravam a matéria-prima e apresentavam um produto acabado com o uso da força humana, considerada técnica rudimentar.

No início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa e algumas das suas decisões,⁶ o terreno industrial ficou impossibilitado de

⁵ Ao utilizar o termo “acepção moderna” de indústria, o autor estava se referindo ao seu sentido, já que a palavra acepção significa “sentido em que se emprega um termo”. Isto é, refere-se ao sentido da industrialização em cada contexto.

⁶ A vinda da família real portuguesa ao Brasil teve como reflexo: abertura dos portos

qualquer avanço e expansão. As “únicas medidas de vulto”, em São Paulo, nessa época, foram dois principais empreendimentos na área siderúrgica e outros que, segundo o autor, embora numerosos, não tiveram tanta importância (Lima, 1954, p. 29-34). Nesse contexto, o autor assumiu o termo indústria da mesma maneira que no período colonial: como a transformação da matéria-prima em produto por meio da força braçal.

Já referente ao século XX, Ferreira Lima destacou os primeiros cinquenta anos que marcaram a “industrialização do Brasil”. Industrialização essa que teve como centro principal o estado de São Paulo, representante do “progresso manufatureiro de todo país” (Lima, 1954, p. 50). Esse “impulso da industrialização paulista” foi mensurado pelo autor através do aumento dos estabelecimentos industriais e da qualidade do que se produzia. Pequenas oficinas e fábricas se transformaram em grandes estabelecimentos manufatureiros, a produção dos bens de consumo passou a ter maior variedade e o ritmo de produção de artigos manufaturados cresceu. Assim, São Paulo deixou de ser “meramente agrícola, produtora de café” para se transformar em um importante “centro industrial” como mercadorias variadas e “alto padrão técnico de produção” (Lima, 1954, p. 115).

Ao apresentar detalhadamente o crescimento do número de industriais/fábricas,⁷ Ferreira Lima teve como objetivo mostrar que passamos a produzir mais e importar menos. Nosso padrão técnico possibilitou que começássemos a produzir artigos de consumo imediato; gêneros alimentícios industrializados; ferramentas e outros instrumentos de trabalho; caldeiras; máquinas como teares; pequenas máquinas operatrizes e mecânicas; produtos da indústria pesada, como ferro gusa, aço, laminados, trilhos; e matérias de transporte como vagões para a montagem dos trens no próprio país. Só não produzíamos, ainda, produtos manufaturados que exigiam “elevado aperfeiçoamento técnico” (Lima, 1954, p. 117).

ao comércio mundial; a revogação do Alvará de 1875, proibindo a instalação de fábricas no país; concessão de privilégios alfandegários à Inglaterra, fazendo com que os artigos manufaturados necessários fossem todos importados (Tratado de Comércio e Navegação de 1810).

⁷ O autor utilizou ambos os termos como sinônimos, embora reconhecesse que estavam longe dessa denominação “na acepção que hoje se dá ao termo” (Lima, 1954, p. 80).

Essa discussão apontou que, ao adotar o uso da palavra “indústria”, Heitor Ferreira Lima tinha em mente o contexto no qual a inseriria, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – O emprego do termo “indústria” em <i>Evolução industrial de São Paulo</i>		
SIGNIFICADO DE INDÚSTRIA		PADRÃO TÉCNICO EMPREGADO NA PRODUÇÃO
Séculos XVI ao XVIII	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	Padrão técnico rudimentar (ferramenta manual e força braçal).
Século XIX	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	Padrão técnico rudimentar (ferramenta manual e força braçal).
Século XX	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	“Alto” padrão técnico de produção/“progresso das forças produtivas” (máquinas).

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, Ferreira Lima fez parte do leque de estudiosos que consideraram a indústria “em si mesma”, ou seja, considerou-a unicamente como “progresso das forças produtivas”, como “progresso técnico” e como “aumento da produtividade”, limitando seus estudos dos aspectos sociais em “como seus frutos são repartidos” (Silva, 1986, p. 13). Essa posição de Heitor Ferreira Lima em relação à indústria vai contra a perspectiva que a defende como um processo social “resultado de um sistema complexo de contradições sociais”, lutas econômicas, políticas e ideológicas. Nesse conceito, considera-se o surgimento da indústria como “o desenvolvimento das forças produtivas/relações sociais capitalistas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes” (Silva, 1986, p. 12). Segundo Silva (1986), na sociedade industrial, as relações de produção capitalista transformam o processo de trabalho.

Dessa maneira, as condições de trabalho capitalistas dominam o trabalhador, indicando “a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas”. Como Ferreira Lima não abordou o desenvolvimento da indústria como um processo social, ele acabou dando margem a interpretações que o acusam de “esconder o verdadeiro conteúdo do processo”, o qual parece ter um “desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas” (Silva, 1986, p. 13-16).

Posto isso, cabe discutir o terceiro ponto: ao esboçar a evolução in-

dustrial de São Paulo, Heitor Ferreira Lima pretendeu ressaltar a importância da indústria como sinônimo de progresso nacional. Somente a indústria nos levaria rumo “à libertação econômica, ao aproveitamento total das fontes de matérias-primas, ao aumento do nível de vida do povo, ao fortalecimento geral de nossa estrutura econômica” (Lima, 1954, p. 50). Essa visão ignora alguns pontos fundamentais levantados por Caio Prado Júnior: a formação de um sistema econômico nacional (indústria) associado ao capital estrangeiro reconstrói um sistema colonial, e, por isso, deve-se reconhecer a necessidade de controle das relações internacionais. O desenvolvimento, que para Ferreira Lima é o progresso, deve objetivar a centralidade do mercado interno reconhecendo a importância do planejamento e da intervenção estatal (Paula, 2006, p. 10). Dessa maneira, ao elucidar a transformação de São Paulo em um importante centro industrial composto por fábricas “adiantadas, modernas e de grande capacidade” e a “rapidez do progresso” (Lima, 1954, p. 115-116), deixou de salientar pontos fulcrais. Mesmo que tenha afirmado que São Paulo venceu “em meio século etapas que outros países realizaram em tempos bem maiores”, passando de uma economia agrária e semicolonial para um sistema industrial capitalista, com problemas a serem resolvidos, ignorou esse último ponto (Lima, 1954). Portanto, essa obra deu ainda mais força à posição de Ferreira Lima sobre a indústria e sua ligação ao progresso. Vale lembrar que o autor se inseria em um contexto no qual o Brasil e os demais países latino-americanos, conscientes ou não, passaram a adotar uma estratégia desenvolvimentista a partir de 1930, aproveitando-se principalmente do enfraquecimento dos Estados Unidos para “formular estratégias nacionais de desenvolvimento” que implicava principalmente a “proteção da indústria nacional” (Bresser-Pereira, 2006, p. 6-7). Chamados de desenvolvimentistas, os economistas, técnicos do governo, empresários e políticos fizeram propostas de política econômica colocando o desenvolvimentismo como objetivo da análise e da ação econômica e política. Para Bresser-Pereira (2006), entre as décadas de 1940, 1950 e 1960, os desenvolvimentistas e keynesianos constituíram o *mainstream* na América Latina.

1.2 Formação industrial do Brasil: período colonial

Heitor Ferreira Lima se dedicou, em 1961, a um trabalho que con-

templasse a formação da indústria no Brasil no período da colônia. Resultado de quinze anos de pesquisa sobre a nossa história e sobre os problemas industriais que chegaram até o autor (devido às funções que exerceu a partir de 1945 no *Conselho de Economia Industrial*), e pelo seu gosto em esclarecer um assunto de importância nacional, *Formação industrial do Brasil* teve como influência fundamental Roberto Simonsen, “entusiasta da industrialização no Brasil” que acreditava que “o nosso progresso se encontrava intimamente ligado ao desenvolvimento industrial” (Lima, 1961, p. 294).

O autor apresentou um levantamento sobre todas as produções realizadas na colônia que consistiam na produção indígena, produção de açúcar, explorações siderúrgicas, produção de tecidos, construção naval, atividades artesanais, casas de moeda e de fundições e outras produções diversas. Para Ferreira Lima, o período colonial foi um período histórico que terminou no final do século XVIII porque a “obra da metrópole estava acabada e nada mais poderia trazer”, esgotando-se suas possibilidades. Ao apresentar um balanço do final do século XVIII, chegou à conclusão de que exportávamos mais do que importávamos. Encontrávamo-nos em “pleno desenvolvimento, com apreciável produção e uma participação no comércio internacional não desprezível” (Lima, 1961, p. 294).

Essa situação deu ao povo “consciência nacional” e “aspiração por independência”, originando reivindicações das forças produtoras, comerciantes, lavradores, industriais e capitalistas. Essas reivindicações foram produto dos benefícios provenientes da indústria, as quais poderiam ser ainda maiores se conquistássemos a liberdade de produção e comércio.

A persistência de uma nação inteiramente subordinada à metrópole impedia qualquer avanço industrial e fazia perdurar uma produção sem o desenvolvimento desejado, técnica retardatária, abastecimento insuficiente do mercado interno. Diante desses fatos, ao desembarcar no Brasil, o príncipe regente promulgou as leis que fizeram do país “praticamente independente”. Porém, ao nos “libertarmos da dominação colonial, cáimos sob a pressão do imperialismo estrangeiro, fazendo isso com que a nossa indústria nascente não encontrasse o almejado campo propício para o seu desenvolvimento”. Fomos submetidos mais uma vez aos interesses externos, predominando “as injunções da política internacional, às quais nós tivemos de submeter” (Lima, 1961, p. 305).

Assim, o autor utilizou a indústria como um motor da história, ou seja, a principal responsável pela mudança de um “período histórico” para o outro: o período colonial para o Brasil Império. Segundo Ferreira Lima, *Formação industrial do Brasil: período colonial* seria a publicação de um “volume inicial” de uma coleção que apresentaria materiais posteriores – os quais abordariam os demais períodos –, mas que, de fato, não se concretizou. A conclusão a que chegamos é a de que se tratou de uma obra que buscou a origem da indústria no país. Isso faz todo o sentido quando pensamos que Heitor Ferreira Lima utilizou no título desse livro a palavra “formação”.

Essa palavra foi utilizada com o intuito de admitir um sentido de constituição, ou parte essencial, de algo. Para analisar a formação da indústria no Brasil, o autor recorreu às origens das atividades produtivas na colônia: a origem da indústria indígena, a origem da indústria açucareira, a origem das explorações siderúrgicas, a origem da construção naval e as origens das demais atividades produtoras coloniais.

Além disso, o autor buscou, também, a origem de dois temas fundamentais para compreender a indústria no contexto mundial: a origem da técnica e a origem da revolução industrial. Esses dois temas se complementaram, no sentido de que Ferreira Lima relacionou a revolução industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII ao surgimento das máquinas na indústria de tecidos. Assim, a máquina de fiar possibilitou a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista; em outras palavras, a substituição da ferramenta manual pela máquina (Lima, 1961, p. 44). Ao afirmar isso, Ferreira Lima evidenciou, assim como na obra de 1954, que a técnica marcou a evolução da humanidade e a “passagem de uma época histórica para a outra”, determinando o “desabrochar das ciências, das letras, das artes e do comércio” e preparando “a era do mundo moderno, em que a indústria iria atingir seu pleno apogeu” (Lima, 1961, p. 20-24).

[...] tem-se ampliado entre nós as pesquisas sobre o nosso passado econômico, o que constitui sintoma salutar e animador, pois dessa forma enriqueceremos um patrimônio de conhecimentos de imensa valia para compreensão do processo de nosso desenvolvimento. (Lima, 1961, p. 5)

Tendo isso em vista, o autor lançou em *Formação industrial do Brasil*:

período colonial os alicerces fundamentais de uma história econômica com características próprias. A história econômica em Ferreira Lima, portanto, partia sempre do estudo das origens e acreditava que o motor da história era a técnica. Para completar essa ideia, outra especificidade do autor que se destacou na obra de 1961 foi a definição peculiar de indústria que já havia tomado forma em *Evolução industrial de São Paulo*.

O fator peculiar diz respeito ao uso do termo indústria para se referir às atividades produtivas desenvolvidas na colônia. Novamente, o autor utilizou essa palavra sem se referir a seu sentido moderno, mas conforme o contexto que se inseria à discussão. Quando se referiu à produção indígena, utilizou a expressão “indústrias indígenas”, embora tenha reconhecido que o termo fora empregado de forma “um tanto exagerado” (Lima, 1961, p. 73). Já referente à “indústria açucareira”, enfatizou que o sentido atribuído foi o “da elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato” (Lima, 1961, p. 94).

Elucidou também as atividades como a produção de tecidos, a construção naval, as casas de moeda e fundição, o artesanato e as explorações siderúrgicas. Ao abordar, por exemplo, a “exploração siderúrgica”, o autor teve como objetivo mostrar como elas auxiliaram no processo industrial em desenvolvimento, pois propiciavam o surgimento de matérias-primas, como o ferro – utilizado na fabricação de armas e instrumentos de trabalho por meio da força braçal.

Essa obra nos faz compreender melhor o conceito de indústria na obra de Heitor Ferreira Lima. A indústria sempre foi considerada pelo autor como todas e quaisquer transformações de matéria-prima em produto acabado. O que define se o termo está sendo utilizado em sua acepção moderna ou não é o padrão técnico de cada contexto histórico. Na colônia, a transformação de matéria-prima em um produto acabado dependia de um padrão técnico rudimentar que consistia na força braçal. Já nos primeiros 50 anos do século XX, foi marcado por um “surto industrial” justamente porque passou a utilizar de um alto padrão técnico.

1.3 Mauá e Roberto Simonsen

Em 1963, foi a vez da publicação de *Mauá e Roberto Simonsen: dois*

pioneiros do desenvolvimento. Nessa obra, o autor examinou esses dois personagens importantes como “testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época”, que, nesse caso, referia-se ao desenvolvimento da industrialização no século XIX e no século XX. A biografia foi utilizada por Heitor Ferreira Lima como instrumento de pesquisa e de saber histórico, embora o saibamos que ela não

[...] tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu [...]. Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, deve-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer delas. A biografia, assim, é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus semelhantes. (Levillain, 2003, p. 176)

Essa, porém, não foi a primeira vez que Ferreira Lima fez uso das biografias como uma ferramenta para fazer história. Em 1942, publicou sua primeira obra, intitulada *Castro Alves e sua época*, na qual buscou compreender os aspectos da economia e da sociedade europeia, os acontecimentos franceses que condicionaram o comportamento ideológico nacional e o surto industrial brasileiro do século XIX, através da visão histórica de Castro Alves (Lucas, 1990). Em 1954, foi a vez de *Evolução industrial de São Paulo*, em que dedicou um capítulo sobre as “Figuras pioneiras da industrialização paulista”. Nele, discutiu, ainda, a concentração industrial e centralização do capital nas mãos de um pequeno número de famílias e escreveu breves esboços biográficos das figuras pioneiras da industrialização paulista, como Coronel Rodovalho, Conde Matarazzo, irmãos Jafet, Jorge Street, Roberto Simonsen, Comendador Pereira Ignacio e Morvan Dias Figueiredo; apresentando ao leitor os vultosos empreendimentos que esses nomes possibilitaram em uma São Paulo de acanhados recursos e inúmeros obstáculos ao avanço.

Para Ferreira Lima, as biografias desses personagens expressavam “a própria história da grandeza industrial de São Paulo e do Brasil” em um cenário de “contínuo florescimento econômico” (Lima, 1954, p. 155-163). E embora reconhecesse o problema da concentração e centralização industrial nas mãos desse pequeno grupo, acreditava que essas figuras

tiveram importância fundamental no salto inicial para que a industrialização nacional se tornasse possível. Representavam, assim, um ponto de movimento na história da indústria no estado de São Paulo: o impulso dessa industrialização após um longo período de evolução.

Já *Mauá e Roberto Simonsen* foi a primeira obra dedicada inteiramente à discussão de dois personagens que marcaram a história da indústria no Brasil. Segundo Ferreira Lima, ele não pretendeu fazer uma biografia desses precursores industriais, mas “focalizar alguns de seus mais importantes empreendimentos”. O trabalho sobre Mauá foi publicado no *Jornal do Comércio*, em 1952, e o trabalho sobre Simonsen fez parte de um livro chamado *Homens de São Paulo*, publicado pela editora Martins, em 1955. O primeiro, com o intuito de “abordar assuntos e figuras do passado, relacionadas ou de interesse ainda com o presente”; o segundo, para compor “uma série de estudos biográficos de eminentes figuras que avultam na história do Estado Bandeirante, tão rica de personagens” (Lima, 1963, p. 5-6).

Sobre Mauá, Ferreira Lima abordou desde a sua ascensão gloriosa como banqueiro, financista e industrial à sua ruína e falência. Houve quem o visse como um patriota que lutou pelo desenvolvimento do país e quem o julgou como egoísta e ambicioso na busca por seus interesses. A posição adotada pelo autor foi a de um Mauá patriota que, “com sua obra, com suas realizações, cuja evidência não pode ser negada, personificou uma das aspirações do tempo, a aspiração capitalista” (Lima, 1963, p. 29). Mauá se destacou como um homem rico e poderoso que concretizou grandes empreendimentos, como a obtenção de uma grande soma de capitais estrangeiros, que marcaram a renovação da economia de sua época através do surgimento de comércio, dos meios de transporte e comunicação, das primeiras indústrias etc. Porém, esse apoio do capital alienígena se limitou aos empreendimentos de infraestrutura, como serviços urbanos, transportes e comunicação. Ao criar fábricas que produziam artigos de consumo, dando um passo inicial para a industrialização do país, chocou-se com os interesses externos – que tinham no Brasil um mercado para compra de seus produtos. Percebendo esse desfavorecimento do capital estrangeiro, o mercado externo usou algumas estratégias como a diminuição das tarifas de 1860 (Lima, 1963, p. 30-34). Assim, ao agir de forma antagônica aos interesses do capital estrangeiro e como adversário do sistema agrário e escravocrata, Mauá teve seus dias

de glória contados. Desse escorço sobre Mauá, conclui-se que a opinião de Lima não foi pautada em elogios a um personagem da classe burguesa, mas na importância desse personagem que abriu, “com sua ação fecunda novo capítulo em nossa evolução econômica” (LIMA, 1963, p. 12), uma nova fase de nossa história.

Já sobre Roberto Simonsen, Ferreira Lima não poupou elogios, considerando-o um “estudioso apaixonado dos problemas nacionais” que agiu de maneira “realista, objetiva e prática”. Sua admiração perdurou inclusive na reedição dessa obra, em 1976, que recebeu várias modificações, inclusive do título, que passou a se chamar *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*, porém, continuou a observar o legado do industrial de forma admiradora.

[...] Roberto Simonsen deu ampla demonstração de sua capacidade profissional como engenheiro, levando a cabo obras de vulto, que requeriam aptidão, largos conhecimentos, qualidades de direção e dedicação ao trabalho. Renovou métodos de trabalho em suas atividades, como a introdução, entre nós, do sistema racional de trabalho e legou valiosa experiência, efetuando construção de larga envergadura, em condições difíceis e variadas. (Lima, 1976, p. 160)

Na obra de 1963, Ferreira Lima examinou a obra de Simonsen para evidenciar sua importância como símbolo de uma fase histórica do século XX marcada pela “decadência do sistema agrário de produção e ascensão do sistema do capitalista, com a importância crescente da industrialização” (Lima, 1963, p. 44).

Segundo o autor, a preocupação fundamental de Simonsen foi como elevar a baixa renda nacional. Para isso, elaborou um programa para a economia do país chamado *A planificação da economia* e apresentou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1944. Nesse documento, enfatizou o planejamento, o papel do Estado na economia e a industrialização como meios para aumentar a renda nacional. Simonsen acreditava que não podíamos continuar limitando nossas atividades à exploração da indústria extrativa e do cultivo de terra “a sabor” dos interesses alienígenas por meio da “vassalagem” dos acordos externos (Lima, 1963).

Para que a industrialização fosse possível, guiado pelos preceitos positivistas, Ferreira Lima defendeu um método científico e organizado

de trabalho para obtenção da máxima eficiência, isso por meio de cursos de profissionalização, popularização de institutos de pesquisa e a viabilização de financiamentos – através da criação de bancos, por exemplo. Consciente de que nossa mão de obra técnico-profissional sofria deficiências, criou a Escola de Sociologia e Política, a fim de preparar especialistas que soubessem dos nossos problemas sociais, econômicos e políticos, encarregando-se da cadeira de História Econômica do Brasil. Não “aspirava somente à formação das elites para assumir a direção de nossos negócios administrativos, públicos e privados”, mas defendia que ela atingisse toda a massa da população e criou, com esse intuito, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Simonsen “[...] estimulava os estudos econômicos, incentivava os debates dos problemas nacionais, reunia equipes, financiava pesquisas, ajudava os interessados nesses assuntos” e, nos anos 1920, fundou o Departamento e Conselho de Economia Industrial da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, propondo estudar os materiais e documentos dessas instituições e acompanhar a evolução econômica e financeira (Lima, 1963). Em 1931, foi a vez do surgimento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que tinha diretrizes estabelecidas para um programa industrial no Brasil. A partir dessas diretrizes, preparou-se um plano econômico que pôde ser representado no I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943.

Roberto Simonsen considerou que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências do capital, tecnologia, *know-how*, capacidade de organização, liderança etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento e o pensamento técnico-científico. (Ianni, 1977, p. 55)

Essa exposição das ideias de Simonsen demonstra que a admiração de Ferreira Lima por essa figura foi além. Além porque percebemos, ao esmiuçar a biografia desse pioneiro industrial, que seus preceitos estão presentes na história econômica construída por Ferreira Lima. Assim como Simonsen, Ferreira Lima encontrou na técnica de produção uma maneira de libertar o país da dependência em relação ao exterior. Somente com o aprimoramento técnico, que segundo Simonsen aconteceria

através da abertura de escolas profissionalizantes e institutos tecnológicos, alcançaríamos a industrialização, mecanismo que possibilitaria a elevação da renda nacional.

Além da técnica como um fator crucial para movimentar nossa história, Simonsen defendeu uma cooperação estrangeira. Organizou, com esse intuito, uma Comissão de Corporação Econômica buscando tornar eficiente essa cooperação estrangeira, principalmente no que se refere à obtenção de auxílio norte-americano e aos planos de desenvolvimento da América Latina. Segundo Simonsen, os norte-americanos deveriam se conscientizar das nossas necessidades e cooperar econômica e tecnicamente ao que tínhamos direito, já que nos sacrificamos na Segunda Guerra Mundial. Seu posicionamento consistia no seguinte: para o financiamento inicial, seriam “empenhados 50% das disponibilidades que então possuíamos no estrangeiro e seria negociado com os Estados Unidos os suprimentos de que carecêsemos em aparelhos e equipamentos a serem importados, representando esse montante menos de 0,2% da renda nacional-americana” (Lima, 1963, p. 84-85). Essa posição de Simonsen em relação ao capital estrangeiro serviu de inspiração para Lima, que defendeu a necessidade para o estabelecimento de indústrias sólidas e fortes, porém, com devida autonomia e movido aos interesses nacionais ao invés dos interesses estrangeiros.

Essa ideia também apareceu quando o autor mencionou a ruína de Mauá e apontou que a principal causa consistiu nos interesses antagônicos aos interesses externos. Enquanto Mauá almejava a criação de fábricas que produzissem para o mercado interno, os interesses externos se pautaram na manutenção do mercado para seus produtos. Mauá pôde contar com o fluxo de capital externo somente até o momento em que o utilizou para a exploração de minas, criação de bancos e exploração de serviços públicos como iluminação, transportes, comunicação e urbanização. Isso porque essas obras demandavam grandes quantidades de produtos estrangeiros que só podiam ser adquiridos via importação. Dessa forma, já naquela época, Mauá mostrou que tinha consciência de que os interesses externos eram completamente estranhos aos interesses nacionais; e mesmo reconhecendo a importância do capital alienígena nos primeiros passos rumo à industrialização, admitiu que gerou absoluta dependência econômica e sacrificou nosso desenvolvimento (LIMA, 1963).

Assim, a obra *Mauá e Roberto Simonsen* nos mostrou aspectos importantes da história econômica construída por Ferreira Lima. Além de evidenciar sua peculiaridade ao utilizar biografias para fazer história, auxiliou-nos na compreensão da posição do autor sobre o capital estrangeiro e na compreensão da influência de Simonsen em seus escritos.

1.4 Do imperialismo à libertação colonial

Em 1965, foi a vez de *Do imperialismo à libertação Colonial*. Nessa obra, Ferreira Lima colocou em discussão duas noções fundamentais da História Econômica: a noção de que existem diversos “sistemas econômicos”⁸ e a noção de “racionalidades econômicas”. Para Ferreira Lima, cada sistema econômico tem uma racionalidade econômica que “não é diretamente aplicável ou mesmo válida em relação a uma outra sociedade no tempo e espaço” (Barros, 2008, p. 15). Apontou, nessa obra de 1965, que não podíamos transplantar para sociedades coloniais/subdesenvolvidas a racionalidade típica do capitalismo norte-americano e europeu.

Assim, Ferreira Lima se insere no leque de historiadores econômicos brasileiros que renovam e atualizam o campo da História Econômica. Consciente de que alguns historiadores e economistas historiadores, ao “levantar e analisar economicamente os fatos relativos a uma sociedade econômica”, consideravam que as teorias econômicas são universais cometendo a “coleta anacrônica de fatos econômicos do passado”, Ferreira Lima propôs a elaboração de postulados e princípios que abarcassem as especificidades e os problemas desses países. A criação de uma teoria que abarcasse esses aspectos particulares libertaria esses países do imperialismo.⁹

Quanto à definição de libertação colonial, devemos atentar a dois conceitos: o de liberdade e o de colonização. O conceito de liberdade

⁸ “Conjunto maior que integra de maneira coerente certos fatos econômicos que de outra maneira estariam dispersos, ressaltando que este sistema possui uma historicidade definida – está definida por um conjunto de relações recíprocas que os fatos econômicos de determinado tipo estabelecem entre si” (Barros, 2008, p. 10).

⁹ Conceito de imperialismo ligado à dependência econômica da América Latina, ou seja, ao domínio financeiro e comercial (Silva; Silva, 2009, p. 218–220).

desperta uma face “abstrata e filosófica”, vigorando, porém, a ideia de “individualismo, como autonomia individual” que dominou a Revolução Francesa e sua luta contra o despotismo e a servidão. Essa luta ganhou força com um “documento símbolo de liberdade”, chamado *Declaração dos Direitos do Homem*. No entanto, outras definições foram aparecendo nas sociedades fora do Ocidente, na escravidão, no cristianismo, na física, entre outros. Assim, a liberdade ora teve uma definição prática (liberdade política e econômica), ora teve uma definição filosófica (liberdade interior). O autor se apropriou da definição prática de liberdade, já que este tipo de liberdade está ligado à necessidade de nações colonizadas, ao se sentirem “tolhidas pelo monopólio metropolitano” e se julgarem “escravas da metrópole”, libertarem-se da condição dependente (Silva; Silva, 2009, p. 264-265). A colonização, por sua vez, define-se como conceito e categoria histórica que significa “expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões”, podendo ter, também, o sentido de “cuidar”, “conquistar” e “mandar”. No Brasil, esse conceito está ligado à ideia de “domínio, exploração e submissão dos nativos” e às “relações de dependência e controle político e econômico”. Obras como *Casa grande & senzala, Raízes do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo* veem a colonização como a explicação dos “problemas sociais” e das “desigualdades” (Silva; Silva, 2009). Essa visão contempla Heitor Ferreira Lima, que empregou o conceito de colonização com esse mesmo sentido.

Para fortalecer a ideia da criação de uma teoria que abarcasse os aspectos particulares dos países subdesenvolvidos, Ferreira Lima esboçou um panorama econômico mundial dos últimos setenta anos (1890 a 1960) dividido em três partes – a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e o período que se estendeu da Segunda Guerra Mundial à libertação colonial – buscando apresentar a teoria econômica/pensamento econômico que prevaleceu em cada um deles (Lima, 1965).

Referente ao início do século XX, o autor destacou o apogeu do capitalismo e do chamado imperialismo, no qual se destacaram “o agrupamento das enormes organizações industriais e monopólios, e o surgimento da oligarquia financeira”, bem como a Primeira Guerra Mundial. Diante desse cenário, o principal problema que preocupava os economistas era a distribuição de renda. Em resposta a essa preocupação, o pensamento econômico foi tomado pela formação de três correntes

distintas: os liberais,¹⁰ os reformistas sociais¹¹ e os socialistas.¹² Embora o marxismo e o reformismo tivessem influência sob os trabalhadores e alguns intelectuais, prevaleceu o pensamento liberal.

Concernente ao período da Grande Depressão, Ferreira Lima apresentou a crise de 1929 e sua extensão pelos diversos países. A maior contribuição em resposta à crise nesse período entre guerras foi o pensamento do economista John Maynard Keynes, que apontou o abandono dos conselhos clássicos como “a baixa dos salários e manejo da taxa de juros” como saída para depressão. Os mecanismos keynesianos de intervenção podem ser resumidos em quatro pontos fundamentais: adoção de uma política monetária que colocasse uma quantidade suficiente de moeda em circulação e mantivesse a taxa de juros baixa; aumento dos investimentos públicos; política protecionista; e redistribuição de renda para as classes que mais gastavam (Lima, 1965).

Já relativo ao período da Segunda Guerra Mundial, o autor evidenciou que todos os interesses econômicos se subordinaram a ela, havendo a perda da liberdade econômica, instaurando-se uma economia de guerra. Após a Segunda Guerra, a realidade dos países mudou e, no campo econômico, observou-se uma redução nas relações comerciais da Europa com o resto do mundo. No campo financeiro, muitos países que eram credores saíram como devedores, a exemplo da Inglaterra e da França, que se tornaram dependentes dos empréstimos norte-ame-

¹⁰ “Os liberais de 1900 continuavam a identificar liberdade como concorrência, vendo no panegírico da concorrência uma justificação do *laissez-faire* [...] não admitiam a intervenção do Estado [...] para as angústias e necessidades dos trabalhadores, propunham a criação das Bolsas de Trabalho, que, conjugadas com a concorrência perfeita, tornariam o preço justo” (Lima, 1965, p. 41-42).

¹¹ “[...] tinham por finalidade melhorar as condições de vida e trabalho das classes operárias, começaram a preconizar o desenvolvimento da ação sindical, o lançamento de impostos fundiários progressivos, a criação de cooperativas, a expansão de explorações públicas etc., como remédio para os males sociais da época” (Lima, 1965, p. 42).

¹² “[...] o marxismo havia adquirido dentro dela uma grande influência, com figuras de destaque como Karl Kaustky e Rosa Luxemburgo, na Alemanha; Paul Lafargue e Jules Guesde, na França; Plekhanov e Lenin na Rússia. Na Inglaterra, o socialismo era representado pelo trabalhismo que tinha como ideológicos os ‘Fabianos’, agrupamento de intelectuais de grande projeção, como Sidney e Beatriz Webb, Bernard Shaw, H. G. Wells e J. Hobson, que não passavam de reformadores sociais empíricos” (Lima, 1965, p. 42).

ricanos. Tinha-se um ambiente de decadência que “comprometeu a produção, arruinou comércios e hipotecou finanças por muitos anos” (Lima, 1965, p. 136). Diante disso, os Estados Unidos elaboraram o Plano Marshall, um programa de recuperação dos países europeus (reconstrução dos Aliados) via crédito americano aos países destruídos. A partir desse Plano, foram criadas duas importantes instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, propondo a “manutenção da estabilidade monetária para facilitar o crédito e a estabilização monetária” (Lima, 1965, p. 136).

A guerra deixou antigas potências como Inglaterra, França, Japão e Itália enfraquecidas. Isso possibilitou que os povos coloniais conseguissem formar “exércitos de libertação” devido ao armamento que conquistaram durante a guerra e o interesse das classes sociais pela emancipação. Exemplos dessa libertação colonial após a Segunda Guerra Mundial foram as colônias do Oriente Médio, da África e de parte da Ásia (Lima, 1965, p. 147-148). Esses países, chamados pelo autor de subdesenvolvidos, tornaram-se “senhores de seus destinos” e, a fim de se libertarem economicamente das metrópoles, criaram indústrias nacionais.

Porém, muitos deles ainda sofriam com os obstáculos da “velha ordem”. Para transformar “tamanho envergadura”, Ferreira Lima afirmou que deveríamos encontrar postulados e princípios para a realidade dos países subdesenvolvidos, já que as teorias econômicas em voga eram insuficientes e contraditórias. Pois foram “elaboradas em outras épocas e em outros meios”, erguidas “dentro de uma base em que o papel assinado às nações subdesenvolvidas era precisamente aquele contra o qual se rebelavam” (Lima, 1965, p. 158) e para países com uma história diferente. O caminho mais curto para solucionar os problemas e as necessidades dos países subdesenvolvidos, segundo Ferreira Lima, era o abandono dessas doutrinas inadequadas. Essa experiência já estava sendo levada a efeito em diversas regiões do mundo por meio de órgãos especializados e de estudos de diversos pensadores. O trecho a seguir ilustra esse ponto

[...] a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para o nosso continente e idêntico órgão da ONU para a Ásia, e autores como Paul Baran, Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, Albert Hirshman, Paul Sweezy,

Arthur Lewis, além de outros, com várias tendências. Entre os brasileiros podem mencionar-se os nomes de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e João Paulo de Almeida Magalhães como os de maior destaque. (Lima, 1965, p. 158).

Para que se desenvolvessem teorias que abarcassem a realidade desses países atrasados, era necessário, e fundamental, compreender os problemas que impediam nosso avanço. Para isso, Ferreira Lima apontou, nas últimas páginas de *Do imperialismo à libertação colonial*, um esboço dos principais problemas que países como o Brasil ainda enfrentavam no início da segunda metade do século XX. O “atraso econômico” e o “lento ritmo de desenvolvimento” ainda persistiam devido aos seguintes fatores:

1º) manutenção, no total ou em parte considerável, da estrutura agrária pré-capitalista, que os caracterizava; 2º) pequeno desenvolvimento da indústria pesada (com raras exceções), freando o processo de industrialização; 3º) manutenção, pelos monopólios imperialistas, de fortes posições econômicas e financeiras, que impedem o desenvolvimento nacional; 4º) substituição do domínio direto pelo indireto, com a transferência do poder a grupos nacionais ligados ou a serviço dos antigos dominantes; 5º) continuação da dependência do mercado internacional para seus produtos de exportação, sempre artigos primários, de cotação decrescente; 6º) participação cada vez maior dos capitais estrangeiros nos limitados processos de industrialização, restringindo assim os volumes de reinvestimento; 7º) lenta substituição dos produtos de importação, refletindo-se nas maiores importações de artigos manufaturados, de matérias-primas e equipamentos. (Lima, 1965, p. 163-164)

Assim, somente quando os estudiosos e economistas entendessem esses pontos de atraso da nossa economia, conseguiríamos estabelecer teorias de fato eficazes.

Mais uma vez, o autor buscou oferecer ao presente as experiências do passado, na tentativa de subsidiar as tentativas de solução do presente. Nessa obra, conseguiu evidenciar que “a teoria não é mais que a experiência concentrada” que “encontra na história” o principal “auxílio para sua formulação”. Em *Do imperialismo à libertação colonial*, Ferreira Lima pode esmiuçar a ideia que apresentou na nota preliminar de *Formação econômica do Brasil: período colonial*, na qual afirmou que

É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Nesse sentido podem prestar ajuda de enorme relevância. [...] Seria altamente meritório, além disso, se os governos (federal, estaduais e municipais) se dedicassem também a esse objetivo, mandando elaborar através de órgãos técnicos e do pessoal competente que possuem, estudos de História Econômica regional, estadual, municipal ou simplesmente de algum produto que no passado ou no presente tenha certa magnitude. Somente depois disso é que se poderá levar a efeito uma obra de síntese perfeita a respeito de nosso passado econômico e social. (Lima, 1961, p. 5-6)

Dessa forma, a importância da história apareceu como aspecto fundamental na elaboração de teorias para países subdesenvolvidos. Ao apresentar um esboço econômico mundial e o pensamento predominante em cada período, Ferreira Lima pretendeu comprovar que as teorias econômicas foram criadas em resposta às necessidades dos países desenvolvidos em cada uma das fases apresentadas. Essa ideia já havia sido apresentada na obra *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*, publicada em 1957 por Caio Prado Júnior. Na obra, o autor evidenciou a necessidade de os “países subdesenvolvidos superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais”, enfatizando que isso só seria possível por meio de “uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham”, requerendo “uma nova teoria econômica” (Prado Júnior, 1957, p. 212).¹³

Assim, ambos reconhecem a necessidade da criação de uma teoria econômica que contemple a realidade dos países menos desenvolvidos, que guardam especificidades em relação às economias desenvolvidas. Enfatizam a necessidade da investigação do passado como principal meio para auxiliar na formulação dessas novas teorias, e que, portanto, uma reflexão sobre a história se mostraria crucial para compreender os dilemas do presente. Os autores não pretenderam desenvolver uma teoria, mas realizar apontamentos com a finalidade de articular melhor a teoria e a prática. Apesar de não colocar o Estado numa posição de destaque em suas obras, Ferreira Lima reconhecia que somente com o apoio do

¹³ Uma análise acerca de alguns aspectos da obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* pode ser encontrada em (Silva; Battahin, 2020).

Estado seria possível instrumentalizar a pesquisa da história no Brasil através de órgãos públicos que dessem apoio aos questionamentos levantados.

2. Conclusões

2.1 Análise do passado e projeto de futuro em Heitor Ferreira Lima

A leitura dessas obras, publicadas em 1950 e 1960, possibilitou compreender as ideias econômicas de Heitor Ferreira Lima nesse período. Esses trabalhos apresentaram como ideia fundamental a importância do conhecimento da história econômica. O argumento fundamental do autor ligou a ideia de progresso e a superação do atraso no Brasil ao estabelecimento de uma indústria nacional. Para que o estabelecimento dessa indústria repercutisse da maneira desejada, fazia-se necessário a reconstituição do passado para que não repetíssemos os mesmos erros no futuro. Assim, Ferreira Lima não só incentivou essa reconstituição como também contribuiu para sua concretização, pois, segundo o autor, havia uma ausência de material sobre uma síntese do nosso passado econômico e social (Lima, 1961).

A pesquisa sobre a história econômica do país prestaria ajuda para as “entidades das classes patronais, as fundações e mesmo as grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade”. O autor acreditava que a instrumentalização de uma síntese perfeita do passado econômico e social nacional caberia ao governo por meio da criação de órgãos técnicos e pessoais (Lima, 1961, p. 6). Dessa forma, compreende-se por que não mediu esforços para esboçar em suas obras a evolução industrial de São Paulo, a formação da indústria na colônia, e analisar a economia mundial.

Em *Formação industrial do Brasil*, quando o autor salientou que essas pesquisas auxiliariam as classes patronais, Ferreira Lima quis evidenciar que essa classe implementaria a indústria nacional no país. Essa ideia Lima apareceu nas obras em que destacou personagens pioneiros da indústria no Brasil, como Visconde de Mauá, Roberto Simonsen, Jorge Street, Conde Matarazo, Coronel Rodovalho, entre outros nomes. Demonstrou

por esses indivíduos considerável admiração, principalmente ao reconhecer que industriais como Mauá e Simonsen lutaram pela criação de um mercado interno que substituiria as importações e faria com que o Brasil alcançasse a tão sonhada independência industrial. Admirava o descontentamento de Mauá com a manutenção da estrutura agrária do país de base escravocrata e o não emprego da mão de obra escrava em seus empreendimentos. Reverenciava, também, a preocupação de Roberto Simonsen em elevar a baixa renda nacional e a tentativa de elevar o padrão de vida da população, reconhecendo a importância da ajuda do capital estrangeiro, das técnicas e do protecionismo para o progresso do país via industrialização. Talvez o que mais tenha contribuído para a admiração de Ferreira Lima em relação a Roberto Simonsen tenha sido sua oposição à vassalagem dos acordos externos nos tratados de comércio e o intercâmbio que favoreciam somente os países industrializados.

Constituiu-se, assim, como intelectual que enfatizou o papel da burguesia industrial na formação das indústrias do país, reconhecendo em *História do pensamento econômico brasileiro*, de 1976, na qual continuou os elogios a Roberto Simonsen, que “a corrente de pensamento econômico melhor adaptada às nossas condições particulares” emergiu da criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e do aparecimento de Simonsen “preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos” (Lima, 1976, p. 5).

Essa admiração pela burguesia industrial custou caro ao autor. Recebeu críticas por deixar de lado as classes exploradas e oprimidas e também a discussão sobre a natureza das relações sociais de produção. Esse papel de destaque foi ocupado pelas classes dirigentes e patronais consideradas implementadoras/promovedoras do progresso que tem “poder inelutável e triunfador” (Lima, 1982, p. 290). Essas críticas, inclusive, fizeram com que muitos intelectuais questionassem o marxismo de Ferreira Lima e afirmassem que “a contribuição marxista ao estudo da problemática brasileira” se confundia várias vezes com “os anseios de crescimento e independência nacional” (Lima, 1978, p. 4). Porém, essa ênfase dada às classes patronais não teve como intuito deixar de lado as classes oprimidas. O ponto crucial foi que o autor trabalhou em defesa da indústria como um meio de atingirmos o progresso e, devido ao fato

da burguesia industrial ser responsável pelo processo de implementação da indústria nacional, enfatizou somente o seu papel.

Críticas também foram direcionadas ao uso da noção de indústria pelo autor, que, segundo Marco Del Roio (2014), é uma noção “genérica”. Porém, quando analisamos as obras de Heitor Ferreira Lima, temos clareza do que quis dizer. Segundo o autor, o significado de indústria dependia do contexto no qual se inseria o termo. Ou seja, atribuía-se um sentido para a palavra indústria em cada período da história.¹⁴ Quando o autor insere o termo indústria para se referir à São Paulo colonial, deixa claro que “indústria, na moderna acepção da palavra, não poderia existir” por várias razões (Lima, 1961, p. 17). Assim, ao se referir à indústria, pensou no progresso produtivo e no aprimoramento técnico decorrente da evolução das manifestações industriais no país. Portanto, o parâmetro utilizado por para mensurar se o termo “indústria” dizia respeito ao sentido moderno da palavra foi o nível técnico. Ao enfatizar, em suas obras, o processo de formação das indústrias como responsável pelas transformações dos períodos históricos, Ferreira Lima admitiu o progresso técnico como a força motriz da história.

É nítido que o campo de interesse de Heitor Ferreira Lima foi o campo da produção, objeto “primordial da historiografia marxista”. Todavia, a teoria marxista abordou o conceito de modo de produção procurando dar conta “de toda a produção da vida material de uma sociedade, a partir da apropriação do trabalho humano e da utilização dos meios de produção (matérias-primas, instrumentos)” (Barros, 2008, p. 37–38). Se levarmos isso em consideração, concluiremos que o autor se inseriu “fora” da teoria marxista ao destacar em suas obras as técnicas de produção e deixando de lado as relações de produção. Enquanto o materialismo histórico acreditava que a História “era a história dos modos de produção e da luta de classes”, Ferreira Lima acreditava que ela era a história do progresso técnico (Barros, 2008, p. 37–38).

Por isso, acreditou que precisávamos preparar melhor os trabalhadores investindo na melhoria das técnicas de produção, já que elas demonstraram ser responsáveis pela passagem de uma época histórica a outra.

¹⁴ Entre os séculos XVI e XIX, referia-se à indústria como matéria-prima elaborada (produto acabado) e padrão técnico rudimentar. No século XX, o termo consiste em matéria-prima elaborada (produto acabado) e alto padrão técnico empregado (máquinas).

Esse enfoque nas técnicas evidenciou a influência de um paradigma importante utilizado pelo autor para “encaminhar sua leitura da sociedade”: o positivismo.

[...] o que se convencionou chamar de positivismo é, na realidade, a escola metódica, influenciada pelo pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke, que supervalorizava o documento e defendia a objetividade na História. A escola metódica teve seu auge no final do século XIX, defendida sobretudo pelos historiadores franceses Langlois e Seignobos, que pregavam uma História narrativa, política, com forte caráter nacionalista. (Silva; Silva, 2009, p. 190)

Esse positivismo foi herdado de sua admiração por Simonsen e tomou forma quando o autor defendeu em sua obra as leis e os métodos objetivos para a sociedade. Isso através do preparo técnico e da realização de pesquisas para diagnosticar os obstáculos ao progresso, apresentando a ciência como o melhor meio para compreender a sociedade, ao invés dos apelos a superstições (Maza, 2004). Porém, como já exposto anteriormente, “nenhum paradigma é melhor que o outro”; longe disso, trata-se de que uma “opção teórica” pode coexistir com outros paradigmas distintos.

Dentre todas essas características presentes nas obras de Heitor Ferreira Lima, uma se mostrou fundamental: a reconstituição do passado. Em *Evolução industrial de São Paulo*, o autor abordou, pela primeira vez, sua ideia sobre a importância da história, recapitulando-a, posteriormente, em *Formação industrial do Brasil*. A história, segundo ele, vai além do interesse acadêmico e da curiosidade pelo passado. A história econômica nos permite compreender a formação do país. Da mesma maneira, os defeitos e distorções que constituem a nação. Através da análise da história e de nossas experiências, encontrar-se-iam soluções para o presente. Considerada investigação do passado, além de tudo auxilia a formulação das teorias, como pudemos observar em *Do imperialismo à libertação colonial*, e não devia ser menosprezada, pois atua como ferramenta necessária na resolução de questões que exigem soluções (Lima, 1954).

O autor realizou todas essas pesquisas, pois sabia que a história auxiliava na solução dos diversos problemas nacionais e cabia ao historiador “oferecer aos seus contemporâneos o leque de experiências do

passado, que são dotadas de condições para subsidiar o desenvolvimento econômico” (Rocha, 1990, p. 21).

Isso também evidencia por que o autor escolheu discutir, nessas primeiras obras, a evolução industrial de São Paulo, a formação industrial do Brasil no período colonial, os personagens pioneiros na industrialização nacional e a economia mundial de setenta anos (1890–1960). Esboçando a evolução dos ramos manufatureiros em São Paulo, em 1954, Heitor Ferreira Lima mostrou a transição de uma economia agrária semicolonial para um sistema industrial capitalista ainda insuficiente, abrindo caminho para a libertação econômica nacional. O objetivo não foi abordar os motivos dessa insuficiência, e sim esboçar o processo e a concentração industrial de São Paulo, assim como a centralização de capital nas mãos de um grupo de famílias poderosas. Ao analisar a formação industrial do Brasil no período colonial, em 1961, lançou um panorama manufatureiro abordando as atividades indígenas, o ciclo do açúcar e todas as atividades coloniais dos três séculos coloniais, com o objetivo de encontrar os motivos que impediram o avanço colonial. As medidas de dominação da coroa portuguesa impediram a libertação colonial e a solução estaria na emancipação da indústria nacional.

Em *Mauá e Simonsen*, recapitulou a história desses dois personagens cruciais para a industrialização do país e publicou num período decisivo para o destino do Brasil, no qual se lutava contra o atraso e o subdesenvolvimento. Já na obra de 1965, enfatizou o papel do passado como peça fundamental para discutir as medidas a serem tomadas para solucionar os problemas do presente que consistem na dominação imperialista que impede a formação de uma indústria autônoma e de força própria.

Dessa maneira, Ferreira Lima alicerçou seus esboços históricos sob o pressuposto da determinação econômica – condições materiais determinam os aspectos da vida social –, ou seja, a economia é a “infraestrutura da sociedade” e determina a “ação dos homens no campo político, administrativo e social em geral” (Lima, 1961, p. 6). Dessa forma, sempre traçou panoramas sob aspectos econômicos como a formação e a evolução da indústria e a liberação colonial via industrialização. O motor da história, para Heitor Ferreira Lima, consiste no desenvolvimento da indústria e do progresso técnico, considerados sinônimos de progresso (Rocha, 1990). Ele escreveu em pleno século XX, momento no qual o conceito de evolução, considerado também progresso, estava relacionado

ao avanço da economia industrial. Assim, ao utilizar esses termos para concretizar seus esboços históricos, o autor fez uso do conceito ocidental, que relacionou evolução e progresso à economia.

Como já vimos, essa ideia de que “o tempo é linear” e “toda evolução é necessariamente um progresso” advinda do Iluminismo e da Revolução Industrial, passou a ser questionada após a Segunda Guerra Mundial. Esse questionamento não se direcionou ao conceito de evolução, mas à ideia de progresso que foi revitalizada por Jacques Le Goff

Hoje, a crítica ao progresso está presente em todas as ciências sociais e humanas, apesar de, como já dissemos, muitas vezes não corresponder à prática. Mas da mesma forma que Foley revitalizou a ideia de evolução, o historiador francês Jacques Le Goff tenta revitalizar a de progresso. Para ele, o progresso pelos direitos humanos deveria ser uma ideia defendida por todos em nossos dias, entendendo essa forma de progresso como a melhoria das condições de vida da humanidade em todas as sociedades. Além disso, ele lembra Lévi-Strauss, que acreditava que o progresso existe em uma diversidade de processos diferentes. Para Lévi-Strauss, a história não é um processo linear de acumulação de conquistas, e nela diversas formas de civilização podem coexistir, representando cada uma um processo diferente de progresso. (Silva; Silva, 2009, p. 1340)

Heitor Ferreira Lima fez uso do conceito ocidental de evolução, que se confunde com o conceito de progresso. Talvez, a maioria das críticas feitas ao autor, que geralmente atribuem a ele o papel de economicista, baseia-se nas ideias difundidas por Le Goff na pós-modernidade. Le Goff defendeu, como observamos no excerto anterior, o “progresso pelos direitos humanos” ligado à “melhoria das condições de vida da humanidade em todas as sociedades” e a ideia de que cada civilização tem um processo “diferente de progresso”. Porém, mesmo utilizando o conceito ocidental de evolução/ progresso, Ferreira Lima tinha essa consciência defendida por Le Goff voltada ao caráter mais humano do conceito. Ao se inspirar no positivismo de Simonsen, Ferreira Lima não realizou uma “transposição de realidades históricas diferentes” para o Brasil; pelo contrário, teve consciência de que de nada adiantaria “copiarmos os modelos estranhos”, cabendo ao Brasil aproveitar “apenas os ensinamentos técnicos” e adotar “os necessários corretivos de ordem política e social, para evitar a transplantação correlata dos males verificados”. Simonsen

defendeu a repartição equitativa dos “frutos produzidos pela tecnologia” para a sociedade e se preocupou com a elevação da renda nacional brasileira, demonstrando esses aspectos que visavam à melhoria de vida das sociedades (Lima, 1963, p. 89-90).

Contudo, mesmo tendo essa consciência, a visão de progresso de Heitor Ferreira Lima – baseada no positivismo de Simonsen – mostrou-se, ao longo do tempo, incapaz de “libertar o homem”. Ao contrário, “as forças produtivas do capitalismo, justificadas e estimuladas pelo saber científico-tecnológico, só fizeram aumentar a dominação predatória do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem”, servindo apenas aos que a “possuem e manipulam” (Silva; Silva, p. 58). Assim como Simonsen, embora tenha demonstrado interesse num primeiro momento pela classe trabalhadora, Ferreira Lima buscou o progresso através de “mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares” (Maza, 2004, p. 234).

Ferreira Lima viveu num Brasil no qual o debate nacional-desenvolvimentista ganhou força após a perda da hegemonia liberal, colocada em cheque depois da crise no cenário internacional nos anos 1930. O Brasil vivia, naquela época, a efervescência de “novas concepções de desenvolvimento, provocando reações diversas, conforme os interesses em jogo. Era um modo diferente de encarar questões antes não resolvidas, com instrumental teórico até aí aceito quase que como um dogma” (Lima, 1978, p. 5).

Ferreira Lima foi um “homem do seu tempo” e escreveu “para esse tempo”, já que, a partir dos anos 1950, a política desenvolvimentista e industrial ganhou força e reinou durante três décadas através de políticas de forte presença estatal, desenvolvimento do mercado interno e intensificação do processo de substituição de importações. Foi apenas nos anos 1980, com a crise da dívida externa, que o modelo desenvolvimentista perdeu forças. Nessa década, Ferreira Lima publicou uma única obra, *Caminhos percorridos*. Dessa forma, os escritos dele mostraram a certeza do contexto no qual se inseria o autor.

Segundo Quentin Skinner, o historiador das ideias deve pensar nos textos a partir dos contextos em que foram criados para compreender o que se pretendia ao escrevê-los. Mais do que compreender o que foi dito, é necessário entender “o que o autor em questão pode ter tido a intenção de dizer ao dizer o que disse” (Skinner, 2005, p. 79). Um his-

torizador das ideias precisa explicar o contexto em que algo foi escrito para assimilar o que o autor quis comunicar, por meio do que diz, aos leitores, e assim encontrar, entre as várias possibilidades de interpretações, a que corresponde ao que se pretende dizer ou às possibilidades de interpretação do dizer. Assim, o conhecimento histórico, que permite identificar os problemas nos quais os autores clássicos escreviam, é inseparável do período em que os textos foram escritos.

Referências

- ANTUNES, R. Um caminho percorrido: a coerência de Heitor Ferreira Lima. In: PINHEIRO, P. S.; ROIO, M. Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- BARROS, J. D. História econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, jan. 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo: São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, 2006. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf>. Acesso em 9 janeiro de 2019.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.
- LIMA, H. F. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, H. F. *Castro Alves e sua época*. São Paulo: Saraiva, 1971.
- LIMA, H. F. *Evolução industrial de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954.
- LIMA, H. F. *Formação industrial do Brasil: período colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- LIMA, H. F. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- LIMA, H. F. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- LIMA, H. F. *Do imperialismo à libertação colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- LIMA, H. F. Mauá e Roberto Simonsen. São Paulo: Editora Edaglit, 1963.
- LIMA, H. F. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.
- LIMA, H. F. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- LUCAS, F. Aspectos da obra de Heitor Ferreira Lima. In: PINHEIRO, P. S.; ROIO, M. Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- MALLORQUÍM, C. Celso Furtado. In: PERICAS, L. B.; SECCO, L. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 287-303.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 2.ed. São Paulo-Petropolis: Polis/Vozes, 1984.
- MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da Nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- PAULA, J. A. de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, n. 1 (29), p. 1-19, 2006.
- PERICÁS, L. B.; SECCO, L. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PERICÁS, L. B.; WIDER, M. C. Caio Prado Júnior. In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 193 - 214.
- PINHEIRO, P. S.; ROIO, M. Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- PRADO JÚNIOR, C. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- ROCHA, A. P. Heitor Ferreira Lima: militante e historiador. In: PINHEIRO, P. S.; ROIO, M. Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- RODRÍGUEZ, A. Los científicos sociales latinoamericanos como nuevo grupo de intelectuales. *El trimestre económico*, Cidade do México, FCE, p. 939-962, 1983.
- ROIO, M. Del. A formação de um quadro dirigente do PCB. In: PINHEIRO, P. S.; ROIO, M. Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.
- ROIO, M. Del. Heitor Ferreira Lima. In: PERICAS, L. B.; SECCO, L. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 27-38.
- SILVA, K.V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- SILVA, R. P.; BATTAHIN, J. F. *Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a História do Pensamento Econômico na década de 1950*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, n. 56, p. 110-141, mai./ago. 2020.
- SKINNER, Q. *Visions of Politics*, v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

a província de santa catarina na primeira metade do século xix: ensaio sobre opressão econômica e suas repercussões*

the province of santa catarina in the first half of the 19th century: an essay on economic oppression and its repercussions

Hoyêdo Nunes Lins**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

A história moderna exhibe ações de poder em que Estados se impõem a outros e partes de uma unidade política fazem o mesmo a outras, provocando-lhes adversidades. O artigo explora esse assunto, abordando as relações entre Portugal e Brasil do final do século XVIII a meados do século XIX, com realce para a situação da Província de Santa Catarina. Examinam-se os efeitos do Alvará português de 1785, que proibiu a produção têxtil no Brasil, e da abertura dos portos em 1808, quando um novo Alvará revogou o anterior e se firmou um tratado comercial com a Grã-Bretanha. Salientam-se os reflexos em Santa Catarina, falando de atividades industriais e pesca da baleia, e se contextualizam as ações sobre imigração, destacando a Colônia do Saí, inicialmente saudada com entusiasmo por conta das adversidades.

Palavras-chaves: Relações Portugal-Brasil. Proibição de manufaturas. Abertura comercial. Santa Catarina. Colonização.

ABSTRACT

Power relations among states or among parts of empires mark modern history. Political units impose conditions on others, weaker ones, adversities normally arising in the latter. The article explores this issue by examining the Portugal-Brazil relations from the last decades of the 18th century to the middle of the 19th century, highlighting the situation of the Province of Santa Catarina. The effects of the Portuguese Alvará of 1785 prohibiting textile production in the colony are looked upon, and also the ports opening in 1808, followed by a new Alvará revoking the previous ban and by a trade treaty with Great Britain that largely benefited this nation. The conditions in Santa Catarina are described, focusing on its manufacturing and whaling. Positions concerning immigration, specially involving the Saí Colony, are considered.

Keywords: Portugal-Brazil relations. Ban of textiles production. Trade opening. Santa Catarina. Colonization.

* Submissão: 12/06/2020; aprovação: 15/11/2020.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Economia e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7438-2951>>

Introdução

A trajetória do mundo moderno é crivada de relações entre unidades políticas, como Estados, ou entre partes de uma mesma unidade, como impérios, que representam opressão nas suas latitudes mais frágeis. Onde incidiu, esse exercício de poder geralmente produziu ou agravou adversidades por inibir ou impedir o florescimento das potencialidades existentes ou a continuidade de práticas tradicionais. Isso nem sempre derivou do uso da força, pois também interações comerciais ajudaram a atrofiar, devido à concorrência, a progressão de atividades nos elos mais frágeis da economia mundial.

Esse é o assunto geral deste estudo. Concretamente, o trabalho focaliza sobretudo a primeira metade do século XIX, que no Brasil “começou” com o deslocamento da corte portuguesa para a maior e mais rica colônia daquele império. O olhar mais atento se dirige à Província de Santa Catarina, cujos principais núcleos urbanos eram (por ordem de surgimento) Nossa Senhora do Rio São Francisco (1645) – atual São Francisco do Sul, no litoral norte –, Nossa Senhora do Desterro (1673) – atual Florianópolis, no centro do litoral – e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676) – atual Laguna, no litoral sul; no interior do território figurava Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lajens (1766) – atual Lages. Desterro sempre foi a capital da província; sua denominação tornou-se Florianópolis somente em 1894.

O principal objetivo é explorar a questão dos efeitos no Brasil, destacadamente em Santa Catarina, de medidas governamentais sobre a indústria e o comércio, executadas pelo governo português durante a colônia e pelo governo brasileiro após a Independência. Baseada em fontes documentais históricas e inspirada também em literatura acadêmica, a abordagem está impregnada do que Ginzburg (1980) designa como paradigma conjectural da semiótica, cujo método envolve a tentativa de edificar conhecimento a partir de fragmentos dos assuntos estudados. Isso quer dizer atribuição de relevância aos sinais e pistas, já que, mesmo opaca, a realidade pode ser traduzida ou decodificada pelos indícios encontrados e analisados.

Saliente-se que em pesquisa histórica os sinais e pistas são aqueles disponibilizados notadamente por documentos, cujo estudo e cuja utilização se confundem, para Michel Foucault, com o próprio “fazer” da

história. De fato, em relação ao documento, a história “[...] considera como sua tarefa primordial [...] trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.” (Foulcault, 2007, p. 7).

O texto possui cinco partes, excluindo a introdução e as considerações finais. Primeiramente, caracteriza-se o período de estudo, de desafios para diversas sociedades externas ao centro do capitalismo por conta da opressão *manu militari* de países europeus, e aborda-se a proibição portuguesa de atividades industriais no Brasil. Depois, utilizando a ideia de “opressão pelo comércio”, fala-se dos reflexos, antes e depois da Independência, da abertura comercial promovida com a transferência da corte para o Brasil em 1808. Na terceira parte, focaliza-se a Província de Santa Catarina, destacando as poucas possibilidades locais, um quadro que, segundo autoridades do período, foi agravado pela concorrência de produtos estrangeiros. Na quarta parte são tecidas algumas considerações sobre a pesca da baleia, que declinou dramaticamente por conta, em boa medida, da concorrência de barcos estrangeiros. Na quinta parte indica-se que as adversidades amargadas na província nutriram discursos pela imigração europeia nas primeiras décadas do século XIX, e alude-se a uma tentativa peculiar de colonização na área do Saí, no atual Município de São Francisco do Sul.

1. Opressão de tipo *manu militari* e reflexos no Brasil

Quase sempre rimaram com coerção e opressão as relações entre Estados que se projetaram além das suas fronteiras, em investidas de conquista ou dominação, e as sociedades atingidas. A manifestação da opressão, especificamente, costuma ser variada, como observa Markusen (1981) em estudo sobre o tema do regionalismo. Seus matizes são políticos, culturais e socioeconômicos, os últimos vinculados às dificuldades impostas às estruturas produtivas e à reprodução da força de trabalho nos ambientes afetados.

Não é difícil encontrar esse escopo da opressão nas relações internacionais. Na literatura sobre o imperialismo, cujo período áureo se desdobrou entre as últimas décadas do século XIX e o começo da Primeira Guerra

Mundial, uma multifacetada opressão transpareceu nas interações entre potências europeias – que retalharam política e administrativamente, *manu militari*, a África e partes da Ásia – e territórios ultramarinos subjugados (Lénine, [1917] 1979).

Não que os problemas assim impostos tivessem começado nesse período. Por exemplo, “Para defender suas indústrias têxteis, [...] a Inglaterra, em 1700 e 1720, a França em 1686, proibem a venda, em território nacional, dos tecidos da Índia.” (Braudel, 1998b, p. 531). A rigor, a opressão, estribada em maior ou menor grau na capacidade de coagir (expressa em forças militares e policiais e em armas), marcou toda a longa trajetória dos Estados europeus, ajudando a explicar suas diferenças desde, pelo menos, o início do segundo milênio, como argumenta Tilly (1990). Contudo, sob o signo do imperialismo a opressão econômica manifestou-se de modo especialmente forte, mostrando-se a opressão social como caudatária e a política como tributária, a cultural expressando-se inclusive em racismo.

Da dinâmica do imperialismo resultou, com destaque na literatura, a destruição da indústria que existia historicamente em territórios que foram dominados. Na esteira da Revolução Industrial, os avanços técnicos e tecnológicos na produção (não só) têxtil permitiram à Grã-Bretanha conquistar o mercado indiano (Wallerstein, 1998). A consequência foi o sistemático aniquilamento das respectivas atividades locais, no que se conjugaram “[...] meios econômicos (proibições de importação na Inglaterra) e extra-econômicos (destruição das cidades industriais de Surat, Dacca, Murshidabad etc.), [...] [com imposição da] especialização agrícola [...]” (Amin, 1973, p. 262).

Daí ter Marx ([1867] 1976) ressaltado que a entrada em avalanche de tecidos de algodão britânicos provocou forte crise social em várias regiões da Índia. É que essa economia “[...] acabou sendo, no século XIX, ‘desindustrializada’, reduzida ao papel de um grande produtor de matérias-primas.” (Braudel, 1998b, p. 484). Através de meios políticos e militares, com suas condições determinadas pelo país imperialista, a opressão traduzida em brutal regressão econômica mostrou-se, com efeito, de corpo inteiro: “Um povo que em outro tempo exportava tecidos de algodão para todo o mundo, agora só exporta algodão que será transformado na Grã-Bretanha, para ser depois reexportado à Índia na forma de tecidos.” (Mandel, 1969, p. 64).

Tentativa de opressão com sentido semelhante caracterizou as relações entre Portugal e suas colônias, notadamente a maior delas, o Brasil. Um adequado ângulo de observação do assunto envolve considerar a situação daquele país em termos mais amplos. Cabe especialmente assinalar que, embora tivesse constituído um sistema com presença na Ásia, na África e no continente americano, Portugal passara a figurar na semiperiferia de uma enorme estrutura em cujo núcleo a Grã-Bretanha, particularmente em virtude dos desdobramentos da Revolução Industrial, sobressaía cada vez mais desde meados do século XVIII (Wallerstein, 1984).

No bojo de vínculos intensificados por tratados comerciais, como os de Methuen (em 1703 e 1713), durante o século XVIII a Grã-Bretanha introduziu no país ibérico “[...] seus tecidos, em fardos fechados, o suficiente para vestir todos os camponeses de Portugal [...]” (Braudel, 1998a, p. 181). Isso refletia o processo pelo qual, logo após aquele tratado, as compras portuguesas na Grã-Bretanha multiplicaram-se velozmente, em contraste com a tímida expansão das vendas do segundo país na direção contrária. O efeito mais catastrófico foi o virtual aniquilamento da indústria têxtil lusitana (Wallerstein, 1984).

Nesse contexto, ampliava-se ainda mais a importância para Portugal dos recursos existentes na sua mais rica colônia, parte da qual fora incorporada desde o século XVI como periferia no sistema mundial – mediante tipo de processo teorizado por Hopkins e Wallerstein (1987). O açúcar e o ouro brasileiros, em particular, eram essenciais para a condição portuguesa no período. Assim, revelaram-se muito graves, para Portugal, os problemas que se instalaram e se aprofundaram na colônia tanto no *front* açucareiro como no da mineração. De acordo com Frank (1977), o açúcar brasileiro mostrava-se cada vez menos capaz de fazer frente à concorrência do produto originário das Antilhas, sob comando francês. E as minas de ouro brasileiras, amargando forte queda da produção desde meados do século XVIII, perdiam mais e mais a capacidade de responder às necessidades portuguesas quanto à quitação das compras de produtos britânicos.

Entre as respostas de Portugal figuraram ações fiscais e para garantir exclusividade na exploração econômica do Norte da colônia. Ao mesmo tempo, o Estado ibérico estimulou a produção manufatureira, principalmente têxtil, no território metropolitano. Entretanto, era a ampliação do controle sobre a economia colonial que figurava como principal

instrumento na busca portuguesa por uma maior independência econômica (Wallerstein, 1998).

As circunstâncias impunham, de fato, tal estratégia, já que, mesmo com a expansão da sua manufatura têxtil, parte considerável das vendas externas de Portugal consistia de reexportações de manufaturados vindos da Grande-Bretanha. Realmente, no século XVIII, cerca de 1/5 dessas exportações britânicas dirigiam-se a Portugal, com os tecidos dessa origem mostrando-se suficientes para fazer “[...] submergir o mercado longínquo do Brasil” (Braudel, 1998a, p. 181). Na contramão, o ouro extraído no Brasil rumava para a Grã-Bretanha, da qual Portugal não representava muito mais, na prática, do que uma colônia comercial.

Por conta disso, aliás, as relações de comércio entre a maior potência europeia e Portugal teriam se traduzido em influência britânica no Brasil com intensidade muito maior do que o observado na maior parte da América espanhola (Wallerstein, 1984). De todo modo, a presença britânica e suas consequências no Novo Mundo foram amplas. A administração colonial espanhola revelou-se sintonizada, a partir das últimas décadas do século XVIII, com os interesses comerciais da Grã-Bretanha, e isso contribuiu para arruinar a produção manufatureira nesses territórios (Quijano; Wallerstein, 1992). Essa manufatura, observe-se, decorreria da busca de opções em face das turbulências vivenciadas na América espanhola no século XVII, um processo no qual a fabricação de tecidos, sabão, artigos de couro e lamparinas de sebo, entre outros, instalou-se em locais como Quito, Nova Granada e Cuzco (Braudel, 1998a).

Foi nesse cenário que, em 5 de janeiro de 1785, o Estado português, tendo à frente a rainha D. Maria I, emitiu Alvará interditando a produção de manufaturados nas suas colônias. Seu texto é o seguinte:

EU A RAINHA Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de Fabricas, e Manufacturas, que de alguns anos a esta parte se tem diffundido em diferentes Capitaniás do Brazil, com grave prejuízo da Cultura, e da Lavoura, e da exploração das Terras Minaeras daquele vasto Continente; porque havendo nelle huma grande, e conhecida falta de População, he evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos Fabricantes, mais diminuirá o dos Cultivadores; e menos Braços haverá, que se possam empregar no descubrimento, e rompimento de huma grande parte daqueles extensos Dominios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: Nem as Sesmarias, que formão outra considerável parte dos mesmos Do-

minios, poderão prosperar, nem florescer por falta do beneficio da Cultura, não obstante ser esta a essencialíssima Condição, com que forão dadas aos Proprietarios delas: E até nas mesmas Terras Minaeraes ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extracção do Ouro, e Diamantes, tudo procedido da falta de Braços, que devendo empregar-se nestes uteis, e vantajosos trabalhos, ao contrario os deixão, e abandonão, ocupando se em outros totalmente diferentes, como são os das referidas Fabricas, e Manufacturas: E consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos Frutos, e Produções da Terra, as quaes somente se conseguem por meio de Colonos, e Cultivadores, e não de Artistas, e Fabricantes: e sendo além disto as Produções do Brazil as que fazem todo o fundo, e base, não só das Permutações Mercantis, mas da Navegação, e do Commercio entre os Meus Leaes Vassallos Habitantes destes Reinos, e daqueles Dominios, que devo animar, e sustentar em comum beneficio de huns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos: Em consideração de tudo o referido: Hei por bem Ordenar, que todas as Fabricas, Manufacturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata; De Velludos, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de Seda: De Belbutes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de outra qualquer qualidade de Fazendas de Algodão, ou de Linho, branca, ou de cores: E de Pannos, Baetas, Droguetes, Saetas, ou de outra qualquer qualidade de Tecidos de Lã, ou os ditos Tecidos sejam fabricados de hum só dos referidos Generos, ou misturados, e tecidos huns com os outros; exceptuando tão somente aquelles dos ditos Teares, e Manufacturas, em que se tecem, ou manufacturão Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuário dos Negros, para enfiar, e empacotar Fazendas, e para outros Ministerios semelhantes; todas as mais sejam extinctas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Dominios do Brazil, debaixo da Pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada huma das ditas Manufacturas, ou Teares, e das Fazendas, que nelas, ou nelles houver, e que se acharem existentes, dousmezes depois da publicação deste; repartindo-se a dita Condemnação metade a favor do Denunciante, se o houver, e a outra metade pelos Officiaes, que fizerem a Diligencia; e não havendo Denunciante, tudo pertencerá aos mesmos Officiaes. [...]

Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de Janeiro de 1785. =
Com a Assignatura da Rainha, e a do Ministro.

(Alvará..., 1828, p. 370-371)

Diversos autores examinaram esse documento, e todos ressaltaram, com mais ou menos contundência, o significado para a colônia sul-americana da rápida extinção das “Fabricas, Manufacturas, ou Teares, e das fazendas”, poupando-se apenas a produção de “Fazendas grossas de Algodão”.

Varnhagen (1857, p. 268) qualificou a proibição como “[...] talvez o acto mais arbitrário e opressivo da metrópole contra o Brazil, desde o princípio do reinado anterior [...]”. Britto (1939, p. 214-215) assinalou que “Ninguém negará a repercussão desastrosa dessa extorsão [...]. A metrópole feria de morte a indústria fabril do Brasil [...], arrebatando-lhe os minguados aparelhos de que se servia para o fabrico de tecidos e de chapéus.”. Caio Prado Jr., frisando que na segunda metade do século XVIII tinham surgido manufaturas têxteis em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, escreveu que o Alvará “Era o golpe de morte na indústria da colônia; e isto apesar da exceção que a lei incluía [...]” (Prado Júnior, [1942] 1961, p. 223).

De toda maneira, não há consenso na literatura sobre as consequências práticas da interdição para a produção têxtil da colônia. Furtado ([1959] 1987) diz ter sido fraca a reação ao Alvará, o que espelhava um diminuto crescimento manufatureiro anterior, expressão da escassa capacidade técnica local para desenvolver esse tipo de atividade em volume expressivo. Mesmo na capital da colônia a presença era limitada. Britto (1939), aludindo a levantamento feito no Rio de Janeiro pouco antes da proibição das fâbricas, fala em somente cinco pessoas detentoras de treze teares para tecidos de ouro e prata e de onze pessoas com teares para tecidos de lã, linho e algodão. Lessa (2000, p. 125) diz que nessa cidade a segunda metade do século XVIII assistiu a não mais que “[...] uma poeira de ensaios manufatureiros”.

Assim, tem sentido dirigir o olhar para além das motivações aparentes da proibição, indicadas no início do Alvará. A razão apontada, em síntese, era que a recente multiplicação das fâbricas e manufaturas prejudicava a agricultura e a mineração na colônia, por reduzir a disponibilidade de trabalhadores para essas atividades. Tal escassez afetaria as estratégias e necessárias descoberta e exploração de novas áreas e de novos recursos no território. A inquietação em face disso, que transparece no Alvará, tinha como principal motivo o fato de que eram, como reconhecido em trecho que aqui se repete, “[...] as Produccões do Brazil as que fazem

todo o fundo, e base, não só das Permutações Mercantis, mas da Navegação, e do Commercio entre os Meus Leaes Vassallos Habitantes destes Reinos, e daqueles Dominios [...]”. (Alvará..., 1828, p. 370).

Ponderações sobre os motivos da interdição crivam a, por assim dizer, exegese do Alvará de 1785 efetuada por Novais (2000). Segundo esse autor, para compreender o sentido do documento é preciso colocá-lo em perspectiva, em relação à política colonial protagonizada por Portugal nas últimas décadas do século XVIII, a qual, por seu turno, fazia parte da política econômica mais geral desse país naquele período. Mais especificamente, é preciso considerar a situação de Portugal no sistema europeu de então, mormente em face da Grã-Bretanha.

A precária situação econômica de Portugal agravava o significado da progressiva queda da arrecadação dos quintos ligados à produção de ouro, um problema claramente indicado no Alvará. Também preocupavam os resultados do comércio entre Portugal e Brasil. Simonsen (2005) relata que na segunda metade do século XVIII essa colônia canalizava mais de 80% das exportações da metrópole, e que metade das vendas de Portugal para o mundo provinha do Brasil (tabaco, algodão, cacau, baunilha, cravo, anil, entre outros produtos), mostrando-se a balança do comércio metrópole-colônia frequentemente favorável à segunda, como documentado por aquele autor para o período 1796-1819. E o contrabando para o Brasil, amplamente realizado por britânicos, juntava-se aos processos que afetavam as vendas portuguesas para a colônia, do que davam prova os registros alfandegários.

Assim, reconhecia-se na corte que “[...] o desenvolvimento manufatureiro de Portugal não podia prescindir do mercado colonial; a colônia porém já começa a dar mostras das primeiras e frágeis tendências para desenvolvimento autônomo.” (Novais, 2000, p. 218). Portanto, foi o declinante desempenho comercial de Portugal nas relações com o Brasil, repercutindo nas atividades fabris da metrópole, que subjazeu, antes de tudo, à emissão do Alvará.

Manufaturas coloniais, descaminhos, contrabandos convergem em idênticos efeitos sobre a economia portuguesa, que [...] não podia dispensar os estímulos do mercado colonial para consolidar seu esforço industrialista. Ao determinar a supressão das manufaturas existentes no Brasil [...], bem como ao intentar coibir a penetração de economias mais desenvolvidas no

mercado ultramarino, a política colonial portuguesa reage a uma situação de fato, que deve ser encarada com objetividade [...]. (Novais, 2000, p. 223-224)

2. Da opressão *manu militari* àquela relacionada ao comércio

A opressão *manu militari* representada pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785 saiu de cena com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. Deixando Lisboa sob a proteção da marinha britânica em face da investida de Napoleão, a corte se instalou no Rio de Janeiro após breve passagem por Salvador.

Iniciativa muito importante do príncipe-regente de Portugal, D. João de Bragança, ao desembarcar em Salvador em 24 de janeiro de 1808, foi abrir os portos do Brasil às nações amigas. Isso ocorreu mediante Carta Régia promulgada meros quatro dias depois, devendo-se assinalar que a Grã-Bretanha era a mais amiga entre todas as referidas nações. Nessa declaração se estipulou taxa alfandegária de 24% sobre os produtos importados, com exceção de “vinhos, aguas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos [...]” (Carta Régia, 1808, p. 1).

Interessa sobretudo registrar que, pouco depois da sua chegada ao Rio de Janeiro (em 8 de março), o monarca revogou o documento proibitório da produção fabril, vigente havia 23 anos. A revogação ocorreu com o Alvará de 1º de abril de 1808, cujo texto é apresentado a seguir.

Eu O Principe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: Que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo hum dos mananciaes della as manufacturas e a indústria que multiplicão e melhorão e dão mais valor aos generos e productos da agricultura e das artes e augmentão a população dando que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistencia a muitos do meus vassallos que por falta delles se entregarião aos vicios da ociosidade: e convindo remover todos os obstaculos que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir e revogar toda e qualquer prohibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos meus Dominios Ultramarinos e ordenar que daqui em diante seja licito a qualquer dos meus vassallos, qualquer que seja o paiz em que habitem,

estabelecer todo o genero de manufacturas, sem exceptuar alguma fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem que mais lhes convém; para o que hei por bem derogar o Alvará de 5 de Janeiro de 1785, e quaisquer Leis ou Ordens que o contrario decidão, como se delas fizesse expressa e individual menção, sem embargo da Lei em contrario.

Pelo que mando, etc. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em o 1º de Abril de 1808. – PRINCIPE com Guarde. – D. Fernando José de Portugal.

(Alvará..., 1836, p. 4)

A proteção tarifária anteriormente definida, nos termos da Carta Régia de janeiro, foi logo depois alterada para nível muito inferior, em decreto de 11 de junho de 1808. Nesse documento se ordenava, argumentando ser necessário remover os entraves ao comércio e revitalizar uma combalida economia,

[...] que todas as fazendas e mercadorias que forem proprias dos meus vassallos, e por sua conta carregadas em embarcações nacionaes, ao entrarem nas Alfandegas do Brazil, paguem de direito por entrada dezeseis por cento sómente; e os generos que se denominam molhados paguem menos a terça parte do que se acha estabelecido [...]. (Brasil, 1808)

Esse rebaixamento representou grande beneficio para a Grã-Bretanha, devido ao poderio da sua indústria. A vantagem obtida cresceu ainda mais quase dois anos depois, por conta do Tratado de Comércio e Navegação firmado entre os dois países em 19 de fevereiro de 1810. Passagens relevantes, considerando-se o ângulo aqui ressaltado, encontram-se a seguir (Tratado..., 1836, p. 242-249).

TRATADO de commercio e navegação, entre os muito altos, e muito poderosos senhores o Principe Regente de Portugal, e El-Rei do Reino-Unido da Gram-Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de Janeiro pelos Plenipotenciarios de huma e outra Côrte, em 19 de Fevereiro de 1810, e ratificado por ambas. [...]

Art. 2.º Haverá reciproca liberdade de commercio e navegação entre os respectivos vassallos das duas altas partes contractantes em todos, e em cada hum dos territorios e domínios de qualquer delas. Elles poderão negociar,

viajar, residir ou estabelecer-se em todos, e cada hum dos portos, cidades, villas, paizes, províncias ou lugares, quaisquer que forem, pertencentes a huma ou outra das duas altas partes contractantes; excepto naquelles de que geral e positivamente são excluídos todos quaesquer estrangeiros [...]

Art.3.º Os vassallos dos dous soberanos não pagarão respectivamente nos portos, bahias, enseadas, cidades, villas ou lugares quaesquer que forem, pertencentes a qualquer deles, direitos, tributos ou impostos [...] maiores do que aquelles que pagão ou vierem a pagar os vassallos da nação a mais favorecida: e os vassallos de cada huma das altas partes contractantes gozarão nos domínios da outra dos mesmos direitos, privilegios, liberdades, favores, imunidades ou isenções em materias de commercio e de navegação, que são concedidos ou para o futuro o forem aos vassallos da nação a mais favorecida. [...]

Art. 15.º Todos os generos, mercadorias e artigos quaesquer que sejam, da producção, manufactura, industria ou invenção, dos domínios e vassallos de Sua Magestade Britannica, serão admittidos em todos, e em cada hum dos portos e dominios de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, tanto na Europa como na America, Africa e Asia, quer sejam consignados a vassallos Britannicos, quer a Portuguezes, pagando geral e unicamente direitos de quinze por cento [...].

Os direitos alfandegários caíram para não mais que 15%, em comércio bilateral envolvendo o país mais rico e industrializado do mundo. Furtado ([1959] 1987, p. 93-94) não contemporizou ao apontar o enorme privilégio concedido à Grã-Bretanha: tratados como esse, “[...] com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos, [...] constituirão, em toda a primeira metade do século [XIX], uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico.”

Assim, mesmo que a proibição das práticas industriais na colônia tivesse desaparecido, a indústria permaneceu defrontada com importantes adversidades no Brasil. Como salientou Prado Júnior ([1942] 1961, p. 223), a produção têxtil tinha

[...] de lutar com fatores adversos muito sérios, de que não foi o menor a concorrência tão bem aparelhada, industrial e comercialmente dos tecidos ingleses, favorecidos pelo franqueamento do comércio externo da

colônia, e pouco depois, pelas vantagens apreciáveis que lhes concedeu o tratado de 1810.

A maior potência europeia não perdeu regalia com a Independência do Brasil: em 1822, D. Pedro I torna-se imperador “[...] com a benção e sob a proteção da Grã-Bretanha.” (Wallerstein, 1998, p. 356). Assim, as ações para promover a indústria na agora ex-colônia iriam

[...] tornar-se sem efeito diante das imposições do mais forte. [...] Entregava-se às manufaturas inglesas o mercado brasileiro, inutilizando todos os esforços despendidos [...] a favor das fábricas nacionais. Nos anos seguintes presenciaremos uma espécie de nacionalismo econômico às avessas – para libertar-se dessa situação vexatória em relação à Grã-Bretanha, o governo brasileiro foi concedendo [...] às outras nações os privilégios auferidos pelos ingleses. Pelo decreto de 28 de setembro de 1828 todas as mercadorias estrangeiras passaram a pagar direitos aduaneiros na razão de 15%, qualquer que fosse a sua nacionalidade. A supremacia incontestável da Grã-Bretanha no mercado brasileiro não foi porém, no momento, comprometida. (Luz, 1978, p. 22-23)

Nos anos 1840, procurou-se instituir uma nova política de proteção às atividades industriais no Brasil, em linha com as aspirações de algumas lideranças em torno da dinamização da economia. Luz (1978) observa que uma nova pauta alfandegária foi outorgada pela Assembleia Geral em 1841, com direitos que variavam de 2% a 60%, e que em 1844 a Tarifa Alves Branco passou a incidir em cerca de três mil produtos: 60% para importações de similares aos brasileiros e 30% para não similares. Embora o favorecimento à indústria têxtil não tenha sido expressivo naquele momento, ainda assim

As fábricas de tecidos de algodão foram [...] agraciadas, em 1846, com uma série de privilégios, para compensar, talvez, a proteção inadequada que a nova pauta lhes dispensava. Foi também confirmada, em 1847, a concessão de isenções de direitos aduaneiros às matérias-primas destinadas às *fábricas nacionais*. (Luz, 1978, p. 25)

Mesmo no Rio de Janeiro os reflexos industriais foram limitados. Lessa (2000, p. 170) afirma que, de uma maneira geral, a cidade “[...] foi

urbanizada sem que houvesse a industrialização”. Surgiram nessa cidade, nas últimas décadas do século XIX, algumas fundições de ferro, fábricas de tecidos, pequenas manufaturas de chapéus, fivelas, sabão e cera, gráficas e unidades de processamento de alimentos, de rapé e de produção de bebidas. Também passaram a ser ofertados materiais para construção civil, e uma indústria têxtil de maior porte apareceu no final do século, assim como a produção de fogões, depois que se começou a fabricar embarcações a vapor. Entretanto, adverte Lessa (2000, p. 172), “É um erro confundir a presença desta ‘poeira’ de manufaturas com a consistência de um processo de industrialização.”

3. A Província de Santa Catarina em face das restrições produtivas

A opressão, com os aspectos anteriormente considerados, não deixou de repercutir na Província de Santa Catarina, particularmente na sua capital. Merece registro, no tocante à situação decorrente do Alvará de 1875, o caso do Padre Lourenço, nascido em 1767 na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio, atual Santo Antônio de Lisboa, na Ilha de Santa Catarina.

Ordenado em seminário no Rio de Janeiro no ano da emissão do Alvará, Padre Lourenço retornou ao Desterro e, nas suas atividades, costumava se manifestar fortemente contra a proibição das manufaturas têxteis e a consequente extinção dos teares domésticos. O modo como demonstrava a sua crítica, envergando somente vestimentas produzidas nesses teares, teria sido por ele conservado quando do exercício da função de Deputado na corte portuguesa, em Lisboa, de 1821 a 1822, representando a Província de Santa Catarina (Memória..., 2018).

No período da proibição, especificamente em 1786, havia centenas de teares na Ilha de Santa Catarina e em freguesias mais ou menos próximas, conforme relatório enviado pelo governador da província ao vice-rei, no Rio de Janeiro. Segundo esse documento, estudado por Silva (2008), os teares se distribuíam como segue: Vila capital de N. Sra. do Desterro – 105; N. Sra. das Necessidades de Santo Antônio – 150; N. Sra. da Conceição da Lagoa – 88; São Miguel – 109; N. Sra. do Rosário da Enseada de Brito – 29.

No tocante à qualidade e aos preços (em réis por vara, uma medida de comprimento então utilizada), o leque detectado era considerável. Faziam parte colchas, tanto de algodão e estopa quanto feitas com fios de bata, entre 4\$000 e 6\$400; toalhas, entre \$640 e \$800; panos, dos mais ordinários aos mais finos, entre \$320 e \$400; estopinhas e estopas, entre \$200 e \$240; riscados e fustões, de \$400 a \$640 (Silva, 2008).

Sobre o contexto da abertura dos portos às nações amigas, com o Alvará de 1º de abril de 1808 e o tratado comercial e de navegação de 19 de fevereiro de 1810, cabe expor, sobre os reflexos na província, os discursos dos presidentes na Assembleia Legislativa. Em 1º de março de 1838, o Brigadeiro João Carlos Pardal assim se pronunciou sobre a questão fabril:

Quanto à indústria fabril, ella consiste no fabrico de louça pela maior parte só propria para usos culinarios, no de flores de escamas, conchas, e pennas, em que se notão progressos na perfeição, e na construcção de poucos navios de mais de cem toneladas, e de outros de menor porte.

Hum ramo desta industria, que já foi mui florecente, acha-se hoje quasi em total decadencia, trato dos tecidos de algodão e de linho, que além de supprirem outr'ora todas as precisoens domesticas, fornecião grande copia à exportação. Provém o seu quase desaparecimento de que, tendo crescido o custo da producção, como o de todas as outras, não pode este genero concorrer com os tecidos estrangeiros, que posto inferiores sejam em duração, vem ao mercado por preços incomparavelmente inferiores. (Discurso..., 1838, p. 16)

Dois anos depois, em ato da mesma índole, o então presidente, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, mostrou-se incisivo na Assembleia Legislativa, em 1º de março de 1840.

A indústria fabril entre nós, não passa de huma fraze vazia de sentido: esses mesmos mesquinhos e grosseiros tecidos a que se davão as classes mais indigentes, não tem podido sustentar-se, e vão a se aniquilar de todo; porque a concorrência das fazendas estrangeiras a muito mais baixos preços, lhes dará o ultimo garrote. Em quanto os Economistas Politicos se esfalfão em nos provar que a liberdade do commercio, sem restricção alguma, he a estrada mais franca para a ventura das Naçoens, e para o seu grande desenvolvimento, os Governos a que eles pertencem, repulsão toda a industria

estrangeira, e seus fabricantes esquadrinhão quaes são as coizas que ainda se fazem nos países que tem aceitado as suas sabias doutrinas, e tratão de imitar essas fazendas, e esses últimos objectos, para os mandarem vender por preços tão diminutos, que dão logo cabo desses últimos ramos de industria; e assim nos vemos abstruídos de algodoens grossos, e até de lombilhos e caronas para que nem isto possamos fabricar. Ociozo he mostrar-vos estes males, que não estaes habilitados a remediar; porém estará talvez da vossa parte estabelecer algum premio [...] a hum certo numero de pessoas que apresentem em alguma feira ou mercado publico, o maior numero de produtos de seus próprios teares, em quanto por outro lado podeis dar preferencia nos uzos domésticos de vossas cazas aos tecidos da Provincia, e tornados assim em moda seguida, poderia ser considerável o seu consumo. Haveria outro meio, e talvez mais seguro para alentar a indústria fabril, e he estar por conta do Governo aberta sempre a compra por preços estipulados, [...] e desse Armazem venderem-se depois a quem mais desse, [...] para se deffundir por todos, na venda a retalho. (Discurso..., 1840, p. 27)

O caráter desses discursos não deveria surpreender, pois o quadro na província era de grandes dificuldades no início do século XIX. Seu litoral sempre se mostrou estratégico para a navegação – por exemplo, a área da Ilha de Santa Catarina, “[...] com razão foi ella, em virtude dos seus portos, e do seu clima e fertilidade, tida, como ainda hoje o deve ser, [...] paragem estratégica mais importante do Brazil, do Rio de Janeiro para baixo.” (Varnhagen, 1857, p. 152-153). O comandante francês Louis I. Duperrey já havia constatado, em 1822, ser a baía norte do Desterro, “[...] depois do Rio de Janeiro, a melhor baía e mais considerável da América meridional [...]” (Ilha..., 1979, p. 272). Mas as condições de reprodução social mostravam-se preocupantemente limitadas na província.

A situação assim se apresentava, por exemplo, no final do século XVIII, cujo último decênio foi de grande miséria junto à população, repetida nos anos 1830 e, com maior duração, nos 1850 (Cabral, 1972b). Nesse período, fases expansivas da economia provincial diziam respeito, entre outros aspectos e com grande destaque, à produção de farinha de mandioca, que tinha no porto do Desterro o seu principal canal de exportação. Hübener (1981) informou que, no biênio 1849-1850, quase 60% dessa farinha exportada pela província foi embarcada nesse porto, dirigida principalmente para Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e províncias platenses.

Mas era maior a pauta de embarques do porto do Desterro, que Cabral (1972b) diz ter sido muito frequentado e acompanhado, em escala de província, por atividades portuárias em Laguna, São Francisco e Porto Belo. Saint-Hilaire ([1851] 1936), que visitou Santa Catarina em 1820, registrou o embarque de óleo de baleia, cal, feijão, milho, amendoim, melado, madeira de construção e marcenaria, couro, louças de barro, peixe salgado, tecidos de linho e tecidos de cânhamo e algodão. Também algum açúcar e grandes quantidades de alho e cebola, além de café e pólvora, compunham os volumes.

Seja como for, comentando a escassa vitalidade econômica local durante a maior parte do século XVIII, Saint-Hilaire ([1851] 1936, p. 34) assinalou: “As proibições impostas pelo governo tornavam o commercio quase nullo [...]”. Embora reconhecendo existir potencial econômico na área, o autor ressaltou que

[...] a província é pobre. Os colonos que ali se estabeleceram [...] não prosperavam; a tyrannia do governo portuguez fora durante muito tempo um empecilho ao surto de qualquer iniciativa individual. Taes são as causas mais remotas da pobreza dessa província [...]. (Saint-Hilaire, [1851] 1936, p. 59-60)

Após a revogação do Alvará de 1785 que proibia a fabricação têxtil, e sob as novas condições de comércio, as relações comerciais com a Inglaterra não deixaram de repercutir na província. Por exemplo, as mulheres das camadas sociais populares, principalmente nos redutos rurais, conseguiam alguma renda com o trabalho de fiação e tecelagem: “[...] a qualquer hora do dia que se passe pelas suas casas ouve-se baterem o algodão” (Saint-Hilaire, [1851] 1936, p. 164). E as mulheres de famílias em melhor situação, sobretudo das mais abastadas, recorriam ao comércio do Rio de Janeiro, cujos padrões de vestimenta e ornamentação eram europeus, o que significava produtos importados.

A rigor, a grande presença de vários tipos de produtos estrangeiros era um proeminente traço da realidade catarinense, mormente no Desterro. Dão conta desse aspecto da vida local várias descrições contidas em Cabral (1972b) e mencionadas em diversos registros de visitantes, como observado em Ilha (1979).

As anotações desses visitantes – viajantes estrangeiros que eram, em

geral, comandantes de navios de passagem pela Ilha (e pelo litoral mais ou menos próximo) entre os séculos XVIII e XIX – permitem também observar a prevalência de uma situação social geralmente problemática. Em alguns desses relatos mencionam-se as restrições impostas tanto *manu militari* como pelo comércio, no sentido discutido anteriormente, às atividades manufatureiras locais.

O capitão estoniano Adam J. von Krusenstern esteve na Ilha em 1803, como chefe de uma expedição russa, em plena vigência do alvará português que interditar a fabricação têxtil. Sobre o mencionado problema dos efeitos locais, esse viajante observou que “[...] os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, [e] seu comércio permanece [...] na mais miserável das condições.” (Ilha..., 1979, p. 151).

O já referido Duperrey, que passou pela Ilha no período de abertura comercial e de forte entrada de produtos estrangeiros, descreveu com detalhes vários aspectos do cotidiano. Sobre a economia, destacou que

[...] os produtos da Ilha jamais excederam em muito no consumo dos habitantes, em geral pobres [...]. Os panos de linho e de algodão são os únicos tecidos manufaturados em Santa Catarina, apenas suficientes às necessidades dos habitantes. Quase todos os outros artigos são importados pelas embarcações nacionais ou estrangeiras. (Ilha..., 1979, p. 279)

Outro depoimento digno de menção, por mostrar-se bastante sugestivo, é o de René P. Lesson, naturalista da expedição de Duperrey. O viajante notou que algumas mulheres “[...] tecem fazendas de algodão; mas em geral sua indústria é bastante restrita, e é do Rio de Janeiro que se traz o pequeno número de artigos que compõem seus vestuários [...]” (Ilha..., 1979, p. 286).

Sendo disseminada a pobreza, o dia a dia era marcado pelo impulso à evasão. Cabral (1972b, p. 11) escreveu que em 1829 “[...] a Câmara do Destêro foi advertida pelo Presidente da Província de que era grande o êxodo da população jovem, que aqui não encontrava meios de vida [...]. Havia para mais de 600 famílias no litoral da Província [...] na mais completa miséria [...]”. Trabalhar como embarcado (em pesca ou comércio) era uma orientação que magnetizava bom número de interessados em tentar a vida alhures.

Tal situação marcava diferentes famílias, constituindo ilustração o que se encontra registrado nas memórias de Luiz Nunes Pires, redigidas como depoimento para seu filho mais velho. Nascido na Ilha em novembro de 1790, o autor embarcou com 17 anos de idade e só retornou ao Desterro, para ficar, 14 anos depois. Explicando as razões da saída e da longa ausência, o autor assinalou, entre outros aspectos: “[...] bem conhecia que as terras de meo pai erão poucas para tantos filhos e que a minha partida deixaria mais lugar [...]” (Memórias..., [1829?] 1967, p. 5)

A estrutura produtiva da província não oferecia mais, de fato, do que escassas possibilidades. Escrevendo sobre a capital, Cabral (1972b) frisou que de algum vulto existia somente a atividade de extração e preparo do óleo de baleia. E, além da já aludida produção têxtil, afetada primeiro pela proibição portuguesa e depois pela concorrência inglesa, havia não muito mais do que olarias (tijolos e telhas) e fabricação de fogos, sabão e velas.

Brito (1829, p. 62), em estudo realizado em 1816, afirmou ter visto “[...] mui boas murcellinas, acolchoados, colchas para camas, e roupa de meza [...]”. Registrou igualmente, e com admiração, a produção de artefatos (cordas, redes de pesca, sacaria e velames para embarcações) com a fibra extraída do gravatá, um arbusto naturalmente copioso na área. Também o peixe seco foi mencionado, com destaque sobretudo para a sua presença em Laguna.

Assim, se eram escassas as oportunidades de trabalho assalariado no Rio de Janeiro durante o século XIX, como nota Lessa (2000), muito mais exíguas eram as chances em província com as características de Santa Catarina. Entre os problemas que agravavam a situação local perfilava-se a precariedade nos transportes e comunicações, registrada por Saint-Hilaire ([1851] 1936) em 1820. Mesmo mais tarde, na década de 1880, Taunay (1926) constatou periodicidade apenas quinzenal na ligação entre o Desterro e São Francisco (litoral norte da província), com escala em porto intermediário correspondente a Itajaí.

Limitações desse tipo perduraram mesmo em quadro nacional de finanças públicas em que, entre a geração de receitas fiscais para o governo imperial e o recebimento de recursos distribuídos desde tal nível, a província catarinense ganhava bem mais do que proporcionava (Diniz, 2005). Assim, também pelas doações financeiras resultantes foi considerada fértil a visita feita ao Desterro por D. Pedro II e a Imperatriz The-

resa Christina, desembarcados em 12 de outubro de 1845 e hospedados por vários dias. Tratou-se do mais importante acontecimento político desse período na província, embora fosse sucedido por outra visita desse monarca duas décadas depois e precedido por rápida passagem de D. Pedro I em 1826, rumo ao Rio Grande do Sul (Cabral, 1972a).

4. Declínio da pesca da baleia, um sintoma da opressão

O quadro de penúria então constatado na Província de Santa Catarina não surgiu de um momento para outro. Saint-Hilaire ([1851] 1936, p. 171) ofereceu a seguinte apreciação a respeito, com base no que registrou em 1820.

O início da decadência de Santa Catharina data já de alguns annos atrás. Antes, existiam em toda a provincia 288 engenhos de assucar; em 1797 havia apenas 256; em 1820, exportava-se muito pouco assucar e hoje esse genero não mais figura entre os que a provincia ainda remette para fóra. Muito embora o abandono das armações não tenha exercido grande influencia na economia da provincia, porque a diminuição da pesca já vinha de longo tempo e se foi operando progressivamente, é fora de duvida [...] que na época em que as mencionadas armações eram florescentes, havia maior riqueza, os habitantes das vizinhanças ganhavam bons salarios e o transporte de azeite de baleia fomentava a cabotagem.

Esse depoimento induz a considerações sobre uma prática histórica no litoral catarinense: a pesca da baleia. Atividade antiga em vários continentes e observada ao longo da costa brasileira, seu início no Atlântico sul deveu-se à presença de pescadores estadunidenses em meados do século XVIII, situação que provocou no governo português o interesse pela captura. Os resultados econômicos eram sedutores, haja vista a elevada e duradoura demanda mundial por óleo e barbatanas de baleia, o primeiro para iluminação de casas e calafetagem de embarcações, por exemplo, e as segundas para a fabricação de variados itens (Ellis, 1972).

Durante décadas caracterizada como monopólio do governo português, que concedia a exploração mediante contratos e o pagamento de direitos, a pesca e as ações vinculadas, especialmente a extração de óleo, deram origem a várias armações na Província de Santa Catarina.

Foram estas as estruturas criadas: Armação da Piedade (1746), a maior do Brasil meridional, situada em área do atual Município de Governador Celso Ramos; Armação de Sant'Ana de Lagoinha (1772), na atual localidade de Armação do Pântano do Sul, na Ilha de Santa Catarina; Armação de São João Batista de Itapocoróia (1778), no atual Município de Penha; Armação de São Joaquim de Garopaba (1795), no atual Município de Garopaba; e Armação de Imbituba (1796), no atual Município de Imbituba.

O período de grande captura durou pouco, todavia. De fato, a atividade apresentou declínio já desde o final do século XVIII.

Em 1785, o francês Jean-François G. de La Pérouse anotou que “A pesca da baleia é muito abundante: mas é uma propriedade da Coroa, arrendada a uma companhia de Lisboa [...]” (Ilha..., 1979, p. 122). O naturalista alemão Georg H. von Langsdorff, observando a prática em 1803, escreveu: “[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas [...]” (Ilha..., 1979, p. 189). Mas o inglês John Mawe, passando pelo Desterro em 1806 ou 1807, assinalou que “[...] a quantidade de baleias que apanham agora é inferior à dos primeiros tempos, quando a média atingida variava de trezentas a quatrocentas, por estação de pesca.” (Ilha..., 1979, p. 206). Quase duas décadas depois, em 1825, o suíço-alemão Carl F. G. Seidler cravava: “[...] em vez das 400 a 500 baleias anuais, só se pescam 6 a 8 [...]” (Ilha..., 1979, p. 304).

Contribuiu fortemente para a redução a intensa concorrência de baleeiros de origem sobretudo estadunidense, além de britânica, entre outras. Sua base era uma capacidade de apresamento e beneficiamento muito superior à existente no Brasil, afetando a presença do cetáceo no Atlântico sul. Tal situação não escapou à observação de Boiteux (1914, p. 12), segundo a qual “Apresentaram-se em nossos mares inumeros baleeiros norte-americanos e taes depredações commetteram que afugentaram d’elles, por muito tempo, as baleias.”

Alvará emitido pela coroa portuguesa em 24 de abril de 1801, abolindo o regime de contratos e, assim, liberando a pesca, não resultou em retomada da atividade (Ellis, 1958). Tanto assim que, em discurso perante a Assembleia Legislativa em 1º de março de 1838, o presidente da Província de Santa Catarina assinalou:

A pesca das Baleias, que em outro tempo tão productiva foi, acha-se hoje mui reduzida; poucas vantagens promete, e essas mesmas contingentes. Geralmente se attribue a raridade do peixe à perseguição, que lhe fazem os pescadores estrangeiros, nas proximidades da Costa, e até das Armaçoens. (Discurso..., 1838, p. 16)

Quase um decênio antes, Brito (1829, p. 65), outro presidente provincial, pronunciara-se em diapasão semelhante:

A pesca das Balêas, e a extracção do azeite destes cetáceos he outro ramo de indústria dos habitantes desta Capitania; e sem duvida aquelle que maiores interesses tem dado ao Estado; porêm acha-se hoje em grande decadencia, e cedo o veremos totalmente extincto, se quanto antes nao se tomarem as convenientes medidas [...].

Nesse processo, instalou-se conjuntura em que os britânicos passaram a suprir as necessidades brasileiras de, entre outros, óleo (“azeite de peixe”) para iluminação. O início desse fornecimento aconteceu na segunda década do século XIX, a reboque da abertura dos portos determinada em 1808. A importação cresceu a partir do término do monopólio da captura da baleia, o que aconteceu em 1801 por meio do Alvará de 24 de abril, e foi “[...] favorecida pelo tratado de Comércio de 1810 e pela posterior influência britânica no Brasil independente [...]. Daí por diante a indústria baleeira do Brasil pertenceria ao passado.” (Ellis, 1972, p. 353).

Essa derrocada cevou o quadro de adversidades da Província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX. La Pérouse constatou, em 1785, que “Os habitantes não passam de meros espectadores desta pesca, que não lhes traz nenhum proveito.” (Ilha..., 1979, p. 122). Entretanto, a economia local ressoava, de algum modo, os impulsos oriundos dessa prática, seja pela associada demanda por alimentos e outros tipos de produtos, seja pelas necessidades de transporte. E as próprias atividades diretamente ligadas à pesca, como Langsdorff notou em 1803, envolviam muitas pessoas, em particular “[...] escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano [...].” (Ilha..., 1979, p. 189).

A vinculação entre aquelas atividades e o uso dessa mão de obra igualmente transparece no registro de Mawe, efetuado em 1806 ou 1807,

sobre a Armação da Piedade: “Neste posto trabalham cerca de 150 negros [...]” (Ilha..., 1979, p. 206). Assim, mencionar a pesca da baleia leva a falar da presença de escravos em Santa Catarina naquele período. É fato que essa província nunca despontou nesses termos no Brasil, mas o uso da mão de obra escrava cresceu em intensidade no seu território durante a segunda metade do século XVIII, em linha com os propósitos econômicos e mesmo geopolíticos do governo português com respeito ao Brasil meridional.

Em Santa Catarina, esses cativos trabalhavam sobretudo em engenhos de farinha e açúcar e na pecuária, segundo a análise de Mamigonian e Bissigo (2018). O abastecimento local dessa mão de obra implicava principalmente compras internas, embora Mamigonian (2005) mencione a partida de embarcações negreiras do litoral catarinense para a África entre 1843 e 1852.

Esse período, cabe assinalar, insere-se na vigência das condições ligadas ao tratado entre Brasil e Grã-Bretanha, ratificado em 1827, que proibiu o tráfico desde 1830. Referindo-se ao respectivo contexto, o suíço-alemão Carl F. G. Seidler, que esteve no Desterro em 1825, indicou a continuidade da chegada de “[...] navios carregados, apenas com a diferença que agora têm de ser contrabandeados [...] a costa brasileira rica em enseadas oferece suficientemente ancoradouros para os navios negreiros.” (Ilha..., 1979, p. 312).

Durante o século XIX, foi progressivo o encolhimento do contingente cativo na província, especialmente após 1850. A compilação de dados realizada por Silva (1951) evidencia a contração: em 1804, nada menos que quatro em cada dez habitantes amargava a condição escrava; quase setenta anos depois, a proporção recuara para patamar de 10% a 12% (Tabela 1). Piazza (1999) sugere terem influenciado esse processo a Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, que previu medidas de combate ao tráfico (Brasil, 1850) – em que pese o implícito e decorrente incentivo ao comércio entre as províncias –, e o crescimento da imigração de origem europeia para o sul do Brasil, envolvendo notadamente alemães, italianos e poloneses.

Tabela 1 – Província de Santa Catarina: evolução populacional, especificando a condição livre e escrava, entre 1804 e 1870

ANOS	POPULAÇÃO LIVRE		POPULAÇÃO ESCRAVA		POPULAÇÃO TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1804	6.142	60,6	4.000	39,4	10.142	100
1810	24.331	77,2	7.203	22,8	31.534	100
1813	25.471	77,3	7.478	22,7	32.949	100
1819	34.859	79,2	9.172	20,8	44.031	100
1838	49.966	78,5	13.658	21,5	63.624	100
1839	51.576	78,6	14.062	21,4	65.638	100
1841	54.678	81,3	12.540	18,7	67.218	100
1844	58.432	80,2	14.382	19,8	72.814	100
1847	60.743	81,3	13.942	18,7	74.685	100
1850	70.789	82,5	14.966	17,5	85.755	100
1851	72.391	82,8	15.057	17,2	87.448	100
1854	87.364	86,0	14.195	14,0	101.559	100
1855	88.485	83,8	17.119	16,2	105.604	100
1856	92.922	83,6	18.187	16,4	111.109	100
1857	104.425	85,0	18.408	15,0	122.833	100
1858	108.655	85,0	19.131	15,0	127.786	100
1859	98.281	85,8	16.316	14,2	114.597	100
1867	104.459	87,6	14.722	12,4	119.181	100
1868	135.000	90,0	15.000	10,0	150.000	100
1870	104.459	87,6	14.722	12,4	119.181	100

Fonte: Silva (1951, p. 115-116).

Obs.: para o ano de 1841 os dados originais apresentam dois tipos de informação: a população total é a mesma, de 67.218, mas a distribuição entre livres e escravos tem uma pequena diferença, de 80 pessoas; assim, utilizou-se a média dos números indicados para livres e escravos.

A Tabela 2, baseada no primeiro recenseamento populacional realizado no Brasil (em 1872), mostra a distribuição dos cativos no interior da província. Pouco menos de 2/3 figuravam no conjunto formado por Desterro, São José, São Francisco e Laguna, áreas de colonização antiga. Esses mesmos locais tinham as maiores proporções de população escrava nas respectivas populações totais; também merece menção Lages, em cujas lides campeiras esses trabalhadores eram muito utilizados. Em Joinville foi registrada a menor presença, em quantidade e em proporção, e também em Itajaí a parcela era pequena, no patamar de 5%. Ambos eram espaços de ocupação mais recente e forte incidência de imigração europeia.

Tabela 2 – Província de Santa Catarina: população livre, escrava e total (1872)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA	POPULAÇÃO TOTAL
Número de pessoas			
Desterro	22.769	2.940	25.709
São Miguel	9.357	1.071	10.428
São José	20.571	2.234	22.805
São Sebastião das Tijucas	9.356	1.031	10.387
N. S. da Graça do Rio São Francisco	13.635	1.692	15.327
Itajahy	20.421	1.092	21.513
Lages	7.447	1.041	8.488
N. S. da Conceição dos Coritibanos	4.008	319	4.327
Joinville	7.575	75	7.650
Laguna	17.948	2.470	20.418
Tubarão	11.731	1.019	12.750
Total	144.818	14.984	159.802
% sobre o total de cada município			
Desterro	88,6	11,4	100
São Miguel	89,7	10,3	100
São José	90,2	9,8	100
São Sebastião das Tijucas	90,1	9,9	100
N. S. da Graça do Rio São Francisco	89,0	11,0	100
Itajahy	94,9	5,1	100
Lages	87,7	12,3	100
N. S. da Conceição dos Coritibanos	92,6	7,4	100
Joinville	99,0	1,0	100
Laguna	87,9	12,1	100
Tubarão	92,0	8,0	100
Total	90,6	9,4	100
% sobre o total de cada população			
Desterro	15,7	19,6	16,1
São Miguel	6,5	7,1	6,5
São José	14,2	14,9	14,3
São Sebastião das Tijucas	6,5	6,9	6,5
N. S. da Graça do Rio São Francisco	9,4	11,3	9,6
Itajahy	14,1	6,9	13,5
Lages	5,1	6,9	5,3
N. S. da Conceição dos Coritibanos	2,8	2,1	2,7
Joinville	5,2	0,5	4,8
Laguna	12,4	16,5	12,8
Tubarão	8,1	6,8	8,0
Total	100	100	100

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados de Recenseamento do Brasil (1872).

5. Acenos da imigração europeia perante as adversidades

Com os contornos mencionados, o quadro econômico da Província de Santa Catarina provocava inquietação nos meios políticos e administrativos locais. Explorar possibilidades que sinalizassem maior vitalidade produtiva e comercial era iniciativa considerada estratégica. Jogar a carta do impulso à colonização envolvendo europeus foi opção abertamente defendida pelas autoridades.

De fato, em relatório apresentado no dia 5 de abril de 1836 à Assembleia Legislativa provincial, o Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante assim se manifestou sobre os problemas de Santa Catarina.

A natureza, entre os dons de que foi pródiga com este País abençoado o favoreceu com hum clima, alem de benigno, próprio para quase todas as produções [...]. A população porem não he proporcionada à extenção do território; faltão-nos braços que fação valer este torrão precioso, ate agora em grande parte improductivo por inculto, e falta-nos também o soccorro das Artes para o uso e emprego de maquinas que ajudem e facilitem os trabalhos agrícolas. Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa, onde a população superabunda, e onde as Artes tem chegado ao maior apuro. Cumpre pois que por meio de Colonisações chamemos ao nosso País homens activos e industriosos, e supramos com braços livres esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominável trafico de carne humana. (Relatório..., 1836, p. 11)

Essa posição de enfática defesa da imigração europeia para a província, em vista das carências locais para promover a economia e do impacto da redução do trabalho escravo, foi reiterada no ano seguinte pelo novo presidente, Jose Joaquim Machado de Oliveira, em pronunciamento perante a Assembleia Legislativa em 1º de março de 1837.

A nossa indústria agricula precisa de hum impulso benéfico para que não cáia em desfalecimento com a cessação do trafico de escravatura; e este impulso só de vós póde provir seja pela confecção de Leis apropriadas à colonização, seja em conferir meios à Administração para levar à pratica tão importante objecto. (Falla..., 1837, p. 14)

O tema persistiu como de perfil estratégico na agenda da província. Quatro anos mais tarde, o novo presidente, Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, expôs da seguinte maneira as suas ideias a respeito.

Extincto de direito, e devemos esperar que o seja também de facto, o tráfico impolítico e inhumano de escravos, cumpre atrair ao Paiz por meio da Colonisação homens que se dediquem ao trabalho com o ardor que inspira a esperança de fruí-lo, e que nos venhão ensinar novos methodos de agricultural, e a construcção e uso das maquinas e instrumentos hoje tão vulgarisadas na Europa, com o soccorro das quaes, ao passo que se diminue o trabalho, torna-se ele mais perfeito, e poupa-se o emprego de grande numero de braços. (Falla..., 1841)

É difícil dizer que tais opiniões prefigurassem o tipo de pensamento político que, em livro de Tavares Bastos intitulado *A Província*, advogava pela descentralização, a rigor, pela federalização do Brasil (Bastos, 1870, p. 90). Na opinião do autor, no marco da vislumbrada federalização teriam “[...] as províncias iniciativa para abrir caminho ao progresso; de si mesmas dependia o seu porvir: não ficariam a desfalecer aguardando o illusorio impulso do governo central”.

Esse autor também se debruçou sobre o problema das imigrações. Com respeito às iniciativas para promovê-las, Bastos (1870, p. 292) se declarou persuadido “[...] de que uma das mais poderosas causas do naufragio de tantas tentativas de immigração tem sido a louca pretensão de se dirigir do Rio de Janeiro as complexas operações de um serviço disseminado por tão vasto paiz”.

Na verdade, a visão provincial sobre a imigração europeia estava alinhada com o que preconizava o governo central, antes e depois da Independência. Fazia tempo que povoar o país com imigrantes daquela origem tornara-se ação estratégica em escala ampla, e núcleos com esse perfil foram criados em alguns locais no Brasil. Após 1822, ganhou maior vulto e repercutiu mais fortemente o interesse em ocupar e laborar terras novas com agricultores brancos e livres.

O sul do Brasil foi especialmente implicado nesse processo. Como assinalou Carvalho (1910, p. 101, tradução nossa), “Repetiu-se frequentemente que a história do Brasil meridional é a história da colonização; poder-se-ia dizer além disso que a história dessa colonização é a das necessidades econômicas do país e em particular a da mão de obra que o explora”.

Em Santa Catarina, o movimento em questão intensificou-se na segunda metade do século XIX, sob o impulso das companhias de colonização. Referindo ao que talvez tenha sido a experiência que logrou maior divulgação, em 1850 foi fundada (com alemães) a colônia de Blumenau (Hering, 1987). O empreendimento tornou-se um “[...] centro de expansão colonial, que se distribuiu por todo o vale do Itajaí-açu e seus tributários.” (Cabral, 1968, p. 204). Em 1851, com numerosos suíços, noruegueses e alemães, surgiu a Colônia Dona Francisca, germe de Joinville (Ficker, 1965).

Mas a Província de Santa Catarina registrara movimentos de colonização desde o início do século XIX. Boiteux (1920) informou que, em 1827, 139 colonos alemães fundaram o núcleo Rio Negro; no ano seguinte, 523 alemães foram instalados na estrada que ligava o Desterro a Lages, disso resultando a Colônia São Pedro de Alcântara, logo depurada com problemas (ocasionando abandonos) devido às condições locais e à falta de recursos. Várias outras iniciativas foram registradas por Cabral (1968), com diferentes origens migratórias e graus de sucesso.

Todavia, em matéria de peculiaridade, provavelmente nenhum experimento registrado na província supere o ocorrido na década de 1840 na área do Saí, localizada no território correspondente ao atual Município de Francisco do Sul. O clima de apreensão com o quadro político no Brasil do Segundo Reinado, do qual não estavam ausentes as condições socioeconômicas de diferentes províncias, foi bem observado pelo Dr. Benoît Jules Mure, médico nascido em Lyon, em 1809, e seguidor das ideias de François Marie Charles Fourier, socialista utópico nascido em Besançon em 1772.

Tendo viajado ao Brasil em novembro de 1840, objetivando instalar núcleo de colonização na forma de um Falanstério (neologismo criado pela contração entre falange e monastério) que operasse, com fidelidade ao fourierismo, sob o signo do associativismo, o médico convenceu o governo imperial sobre a importância de tal iniciativa. A defesa do empreendimento ocorreu mediante exposição direta do projeto ao governo brasileiro e também via publicações no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Uma dessas publicações tomou a forma de uma carta, publicada por esse jornal em 17 de dezembro de 1840, na qual se listaram as competências dos franceses que se pretendia trazer. Tratava-se de fabricantes

de máquinas a vapor, máquinas para fiar linho, instrumentos para lavar madeira, torneiras para conservar gases comprimidos. Também se falou de profissionais familiarizados com trabalhos metalúrgicos, e ainda de arquitetos, carpinteiros e pedreiros, além de agricultores (Carta..., 1840).

Com apoio inclusive financeiro do governo imperial, o Dr. Mure escolheu, durante o ano de 1841, a referida área do Saí para abrigar o empreendimento. No final daquele ano, chegava ao Rio de Janeiro a primeira leva de colonos franceses, de passagem para o sul do país. O acontecimento foi efusivamente saudado em editorial do *Jornal do Commercio* de 21 de dezembro de 1841: “Acaba o Rio de Janeiro de ser testemunha de hum espetáculo [...] digno de attrahir a atenção dos amigos do Brazil [...] Possa ele bem depressa ser testemunha de hum [...] espectáculo nessa terra do Sahy [...]” (Editorial..., 1841, p. 1).

As expectativas eram elevadas na Província de Santa Catarina, haja vista o adverso quadro socioeconômico prevalecente. Refletiu o anseio local o discurso do Presidente, Antero Jozé Ferreira de Brito, perante a Assembleia em 1º de março de 1842.

Ser-vos-há grato saber que o Governo Imperial, auctorisado pela Lei Geral Nº 243, tem mandado fundar huma Colonia Industrial Societaria, no Municipio de S. Francisco, para a qual Houve Sua Magestade O Imperador por bem Conceder duas legoas quadradas de terra devoluta na Península do Sahy por Decreto de 11 de Dezembro ultimo, que aprovou as condições do Contracto celebrado pelo Governo com o Doutor Bento Mure, Empreziario da Colonia, o qual no praso de humanno deve ter n'ella quinhentos Colonos societários. Os primeiros, em numero de cem, chegarão ao seu destino em Janeiro deste anno, e tratando-se ainda dos primeiros arranjos para o seu estabelecimento, nada se pôde dizer sobre a empresa, da qual com tudo he permitido esperar que grandes bens resultarão à Provincia, visto que os Societarios, devendo ser pessoas de boa morigeração, e dotados de talento e industria, darão valor às riquezas naturaes que não temos podido, ou sabido aproveitar; farão avultar os nossos productos, e os aperfeiçoamentos materiaes que introdusirem, servirão de exemplo e de estimulo aos habitantes do Paíz para os imitarem. (Falla..., 1842, p. 27)

Mas a investida, que chegou a registrar a presença de mais de 200 colonos na área destinada ao Falanstério, teve fôlego curto. Os motivos do insucesso foram objeto de abordagens, por exemplo, em Boiteux

(1944), S. Thiago (1995) e Lins (2010). Têm destaque nessas análises os vários percalços enfrentados, inclusive na chegada das primeiras levas de franceses, e a incontornável cisão interna que se processou.

Daí que, já em 1º de março de 1843, o Presidente da Província dizia à Assembleia que “Às fagueiras esperanças de que vos dei parte no meu ultimo Relatório, à cerca da fundação da Colonia Industrial franceza [...], succederã serias apreensões de que não seria bem sucedido o intento, as quaes desgraçadamente vemos quase realizadas.” (Falla..., 1843, p. 16). Um ano depois, o tom era este:

Prosperam as Colonias estabelecidas na Provincia, menos a do Sahy, que hoje, com nove homens, e sem estabelecimento algum, quer agrícola, quer industrial, toca a sua completa aniquilação, e sempre foi isto para temer a respeito de uma empresa colonial em que se saltou por sima de todas as regras que a experiencia tem ensinado [...]. (Falla..., 1844, p. 25)

A rapidez com que foi saudada e acolhida a iniciativa foi praticamente a mesma com que, diante dos fatos, passou-se a execrar a tentativa fourierista no Saí. Ao mesmo tempo, cuidou-se de salientar os contrastes com os empreendimentos colonizadores vistos como bem-sucedidos, estimuladores dos avanços subsequentes nas medidas em prol da imigração e da colonização. O pano de fundo persistiu: as dificuldades e necessidades que caracterizavam Santa Catarina, em grande parte ligadas às consequências locais de políticas definidas e executadas em escalas mais amplas.

Considerações finais

Como parte do sistema português, e depois – apesar de vínculos com a Grã-Bretanha que faziam ressoar fortemente os interesses britânicos no plano local – como país independente, o Brasil – e a Província de Santa Catarina – vivenciou opressão dos tipos *manu militari* e comercial entre o final do século XVIII e meados do século XIX. A proibição portuguesa às atividades fabris na colônia, especialmente as têxteis, respondeu pelo essencial do primeiro tipo. A aguda concorrência de produtos principalmente britânicos, amparada por acordos amplamente favoráveis à principal potência mundial no período, representou as bases do segundo.

Em Santa Catarina, as dificuldades causadas por agentes externos, ou por condições externamente produzidas, não se limitaram às atividades têxteis. O declínio da pesca da baleia, com reflexos nas associadas atividades em terra firme (extração do óleo, aproveitamento de partes dos cetáceos, transportes), reverberou em retração das oportunidades de ocupação e geração de renda. Amplamente falando, o quadro socioeconômico instalado em Santa Catarina era de escassas oportunidades, fazendo da disseminada pobreza um traço saliente e inquietante. Tudo somado, incluindo as circunstâncias relacionadas ao uso do trabalho escravo, a província se viu perante a necessidade de vislumbrar e explorar novas possibilidades.

As lideranças políticas locais enxergaram no estímulo à imigração com origem europeia um caminho a ser privilegiado, notadamente desde países ou regiões onde era maior a familiaridade com atividades industriais. Essa conduta mostrava-se alinhada com decisões tomadas e com medidas protagonizadas no governo central. Todavia, durante a primeira metade do século XIX – o recorte temporal básico deste estudo –, a experiência migratória nos termos pretendidos exibiu resultados em que se combinaram motivos para otimismo e esperança sobre o futuro próximo e também para franca decepção, neste caso com críticas virulentas, oriundas de vários meios, ao que se protagonizou em diferentes esferas de poder político e administrativo.

Portanto, assim como se nota na atualidade, sob o signo da chamada globalização, também historicamente as realidades locais costumam ser afetadas por processos urdidos em níveis mais amplos, na forma de determinações de natureza estrutural. E também historicamente tenta-se encontrar saídas, no âmbito local, para as adversidades assim surgidas ou agravadas, o grau de sucesso revelando-se vinculado a diversos e imponderáveis fatores. Os sinais e pistas explorados neste estudo sugerem que esse foi o caso na Província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX.

Referências

AMIN, S. *Le développement inégal: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

- BASTOS, A. C. T. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220526>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- BOITEUX, H. O Falanstério do Saí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, v. 12, p. 47-90, 1944.
- BOITEUX, L. A. A pesca da baleia. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, v. 3, p. 3-12, 1914.
- BOITEUX, L. A. *Pequena história catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 2. – O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 3. – O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.
- BRITTO, J. G. de L. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.
- CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Destêrro – Memória I*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972a.
- CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Destêrro – Notícia II*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972b.
- CARVALHO, C. M. D. de. *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud – S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul*. Paris: E. Despospês, 1910.
- DINIZ, A. F. Centralização política e concentração de riqueza: as finanças do Império Brasileiro no período de 1830 a 1889. *História e Economia*, v. 1, n. 1, p. 47-65, 2005.
- ELLIS, M. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (III). *Revista de História*, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958.
- ELLIS, M. Norte-americanos no Atlântico brasileiro – um inédito de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre o conceito de mar territorial e o direito de pesca. *Revista de História*, v. 46, n. 94, p. 339-367, 1972.
- FICKER, C. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. 2.ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.
- FOULCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FRANK, A. G. *L'Accumulation mondiale: 1500-1800*. Paris: Calmann-Lévy, 1977.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- GINZBURG, C. Morelli, Freud and Sherlock Holmes: clues and scientific method. *History Workshop Journal*, v. 9, n. 1, p. 5-36, 1980.
- HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the world-economy. *Review*, v. 10, n. 5/6, suppl., p. 763-779, 1987.
- HÜBENER, L. M. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.

- ILHA de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.
- LÉNINE, V. I. U. (1917). *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris: Editions Sociales, 1979.
- LESSA, C. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LINS, H. N. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do Falanstério do Saí (1841-1844). *História Econômica & História de Empresas*, v. 13, n. 1, p. 31-72, 2010.
- LUZ, N.V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MAMIGONIAN, B. G. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. In: II ENCONTRO “ESCRavidÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL”, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 26 a 28 out. 2005. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/beatriz%20mamigonian%20completo.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- MAMIGONIAN, B. G.; BISSIGO, D. N. População de origem africana. In: ROCHA, Isa de O. (Org.). *Atlas geográfico de Santa Catarina: população – fascículo 3*. Florianópolis: Ed. Da UDESC, 2018, p. 72-88.
- MANDEL, E. *Tatado de economia marxista*. T. II. México, DF: Ediciones Era, 1969.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, v. 1, n. 2, p. 61-99, 1981.
- MARX, K. *Le capital*. (1867). Livre Premier. Moscou: Éditions Du Progrès, 1982.
- NOVAIS, F A. (1966). A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII. *Revista de História*, n. 142-143, p. 213-237, 2000.
- PIAZZA, W.F. *A escravidão negra numa província periférica*. Tubarão: Ed. Da UNISUL, 1999.
- PRADO JÚNIOR, C. (1942). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. De l'américanité comme concept, ou les Amériques dans le système mondial moderne. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 134, p. 617-625, 1992.
- S. THIAGO, R. *Fourier: utopia e esperança na Península do Saí*. Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- SAINT-HILAIRE, A. de. (1851). *Viagem a província de Santa Catharina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- SILVA, A. da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em História).
- SILVA, J. N. de S. e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951. (Documentos Censitários Série B – Número 1).
- SIMONSEN, R. C. (1937). *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

- TAUNAY, A. M. A. d'E. *Paisagens brasileiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.
- TILLY, C. *Coercion, capital, and european states, AD 990-1990*. Cambridge: Basil Blackell, 1990.
- VARNHAGEN, F. A. de. *Historia geral do Brazil*. Tomo II. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=89846>>. Acesso em: 31 fev. 2019.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial* II. México, DF: Siglo Veintiuno, 1984.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial* III. México, DF: Siglo Veintiuno, 1998.

Fontes históricas

- ALVARÁ de 5 de janeiro de 1875. In: SILVA, Antonio D. da. *Collecção da Legislação portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações*. V. III – Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, p. 370-371. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- ALVARÁ do 1.º de abril de 1808. In: ARAÚJO, José P. de F. N. de. *Collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Império do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831 inclusive, contendo: além do que se acha publicado nas melhores collecções, para mais de duas mil peças inéditas*. V. 1. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp. 1836, p. 4. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227320>>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm> Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto de 11 de junho de 1808. Marca os direitos das mercadorias entradas nas Alfândegas do Brazil e das reexportadas. Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-11-6-1808.htm>. Acesso em: 1º fev. de 2019.
- BRITO, Paulo J. M. de. *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.
- CARTA Régia de 28 de janeiro de 1808. In: *Coleção de Leis do Brasil – 1808*. Brasília: Câmara dos Deputados, v. 1, n. 1, p. 1.
- CARTA do Dr. Mure, publicada pelo *Jornal do Commercio* (RJ), em 17 dez. 1840, p. 2-3, na Coluna “Colonização” (Biblioteca Nacional).
- DISCURSO pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838 pelo respectivo Presidente o Brigadeiro João Carlos Pardal, Cidade do Desterro em o 1º de março de 1838. Desterro: Typographia Provincial, 1838 Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=3&s=0&cv=17&r=0&xywh=-1515%2C-1%2C4981%2C3514>> Acesso em: 7 fev. 2019.

DISCURSO pronunciado pelo presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=5&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1191%2C-1%2C4636%2C3271>> Acesso em: 7 de fev. 2019.

EDITORIAL do *Jornal do Commercio* (RJ) de 21 de dezembro de 1841, p. 1, sob o título “Colonização Industrial” (Biblioteca Nacional).

FALLA do illustrissimo e excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da provincia de Santa Catharina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura provincial em o primeiro de março de 1837, decimo sexto da independencia e do imperio. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1837. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=2&s=0&cv=13&r=0&xywh=975%2C848%2C842%2C594>> Acesso em: 12 fev. 2019.

FALLA que o Presidente da Província de Santa Catharina o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sai sessão ordinária em o 1º de março de 1841. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1841. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=7&s=0&cv=1&r=0&xywh=-18%2C1933%2C2248%2C1586>> Acesso em: 12 fev. 2019.

FALLA que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de março de 1842. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1842. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=8&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1355%2C0%2C4628%2C3264>> Acesso em: 15 fev. 2019.

FALLA que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembleia Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1º de março de 1843. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1843. Disponível: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=9&s=0&cv=17&r=0&xywh=-1131%2C-1%2C4197%2C2961>> Acesso em: 15 fev. 2019.

FALLA que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1º de março de 1844. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1844. Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-861%2C190%2C3655%2C2578>> Acesso em: 15 fev. 2019.

MEMÓRIA política de Santa Catarina. Biografia Padre Lourenço. 2018. Disponível em: < http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/616-Padre_Lourenco>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

MEMÓRIAS de Luiz Nunes Pires. (1829?). Florianópolis, 1967. (Documento datilografado em dezembro de 1967 com base no original).

RECENSEAMENTO do Brasil EM 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger &

Filhos, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf> Acesso em: 31 jan. 2019.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Santa Catharina na abertura da 2ª Sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-44-%2C0%2C2871%2C2025>> Acesso em: 12 fev. 2019.

TRATADO de commercio e navegação de 19 de fevereiro de 1810. In: ARAÚJO, José P. de F. N. de. *Collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., do Império do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831 inclusive, contendo: além do que se acha publicado nas melhores collecções, para mais de duas mil peças inéditas.* V. 1. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp. 1836, p. 242-249. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227320>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

o complexo agroindustrial da floresta*

the agro-industrial complex of the forest

Suzana Quinet de Andrade Bastos**

Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Luciana de Assis Mauler***

Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Carolina Moraes Sarmiento de Assis♦

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

RESUMO

O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um exemplo da transferência direta do capital do café para a indústria. O complexo surgiu com a fazenda de café em 1858 e em 1925 instalou-se a fábrica têxtil. A fábrica de tecidos São João Evangelista, que começou pequena, teve grande impulso a partir do final da década de 1930 e, durante a Segunda Grande Guerra, obteve lucros extraordinários, os quais permitiram que o complexo se expandisse e se diversificasse. No complexo, a estrutura familiar de administração funcionou enquanto os lucros foram altos e sustentaram a família. Com o crescimento desta e a diminuição daqueles, começaram os problemas. Na década de 1980, tanto a fazenda como a fábrica foram vendidas para herdeiros da família. Na São João Evangelista (SJE), uma fase de austeridade e crescimento se inicia com a aquisição

ABSTRACT

The Floresta agro-industrial complex, in Juiz de Fora, is an example of the direct transfer of coffee capital to the industry. The complex started with the coffee farm in 1858 and in 1925 the textile factory was installed. The São João Evangelista factory, which started small, had a great boost from the end of the 1930s and, during World War II, obtained extraordinary profits, which allowed the complex to expand and diversify. In the complex, the family management structure worked while profits were high and supported the whole family. With the growth of this and the decrease of those, the problems started. In the 1980s, both the farm and the factory were sold to family heirs. At SJE, a phase of austerity and growth began with the acquisition of approximately 97% of the shares by one of the partners, the grandson of the factory's founder, who remains, to-

* Submissão: 13/04/2020; aprovação: 15/11/2020.

** Professora Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: quinet.bastos@ufjf.edu.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8080-1486>>.

*** Economista. Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luciana.mauler@ebserh.gov.br

♦ Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: carolinamsarmiento@gmail.com

de aproximadamente 97% das ações por um dos sócios, neto do fundador da fábrica, o qual se mantém, juntamente com dois filhos (quarta geração), no comando da fábrica até os dias de hoje.

Palavras-chave: Café. Indústria têxtil. Fazenda da Floresta. Fábrica de Tecidos São João Evangelista. Juiz de Fora (MG).

gether with two sons (fourth generation) in charge of the factory until today.

Keywords: Coffee. Textile industry. Forest Farm. São João Evangelista Fabric Factory. Juiz de Fora (MG).

1. Introdução

A acumulação de capital é condição *sine qua non* para que se inicie qualquer processo de industrialização. No Brasil, esse processo se deu tardiamente se comparado aos países europeus, aos Estados Unidos e ao Japão. O excedente que permitiu a acumulação de capital esteve ligado ao desenvolvimento da economia mercantilista. O café foi responsável pela criação dos pré-requisitos para o surgimento do capital industrial e da grande indústria brasileira. A burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial (Mello, 1984).

O surgimento das atividades industriais da cidade de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata em geral está correlacionado com a composição do capital cafeeiro, suas formas de reprodução e seu destino. Giroletti (1988) afirma que a atividade cafeeira dinamizou a economia regional, desencadeando um surto de industrialização e urbanização, colocando Juiz de Fora numa posição de destaque em Minas Gerais na passagem do século XIX para o XX.

De acordo com Pires (1993), o capital envolvido na indústria que surgiu em Juiz de Fora tem suas origens direta ou indiretamente no seu núcleo fundamental, isto é, a própria acumulação de capital cafeeiro realizada no espaço regional. Esse processo resultou na constituição de forças produtivas capitalistas, que se desenvolveram efetivamente a partir do final da década de 1880 e início da década de 1890, quando se verifica o predomínio de médias e grandes empresas, com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão de obra. Nesse momento estabeleceram-se unidades propriamente fabris que vão ter no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente

Dentre as unidades fabris instaladas entre 1880 e 1930 em Juiz de

Fora, tendo seu capital correlacionado com o capital cafeeiro, destaca-se a Fábrica de Tecidos São João Evangelista, situada no Bairro da Floresta, que surgiu a partir da fazenda de café situada ao lado da fábrica de tecidos. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação e desenvolvimento do complexo agroindustrial da Floresta, na cidade de Juiz de Fora (MG), enfatizando como se deu a transferência de capital da fazenda de café para a fábrica de tecidos, bem como o desenvolvimento da atividade industrial.

O trabalho apresenta-se dividido da seguinte forma: além desta introdução, o segundo tópico narra a transferência do capital cafeeiro e o surgimento da indústria têxtil no bairro Floresta. O terceiro tópico fala do desenvolvimento da fábrica de tecidos São João Evangelista durante o século XX e início do século XXI. Na conclusão são apresentadas as considerações finais.

2. O café, a fazenda, o capital e a fábrica têxtil

Saibam quantos este público instrumento de escritura virem que, sendo no ano de mil oitocentos e cinquenta e oito aos vinte e três dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade de Paraibuna, em casa de Antônio Caetano de Oliveira Horta, aonde eu tabelião vim, ali comparecerem perante mim partes havidas e contratadas, a saber, de uma como vendedor e dito Antônio Caetano Oliveira Horta e de outra comprador, Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis [...] e me foi dito por aquele vendedor que entre os mais bens de que era senhor e possuidor se compreendia uma fazenda denominada Retiro, situada no distrito desta cidade, que se compõe de três sesmarias de terra mais ou menos, com casa de vivenda de sobrado, paióis, engenho de café e serra senzala, moinhos e todas as mais benfeitorias e cafezais novos e velhos [...] cujas terras, casas e todas benfeitorias declaradas vendia como vendidas tinha de hoje para sempre ao comprador Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis pela quantia de quarenta contos de reis à vista. (Oliveira, 1956)

Na data de 23 de junho de 1858, tinha início o que mais tarde denominou-se de complexo agroindustrial da Floresta. Juiz de Fora ainda era cidade do Paraibuna e havia sido elevada da Vila àquela condição há apenas dois anos.

Francisco Ribeiro de Assis (05/10/1807), que deu início a esse complexo, sempre esteve ligado à política, sendo vereador em várias legislaturas, demonstrando que o poder político já estava vinculado ao poder econômico. Um século mais tarde, a fazenda mantinha a tradição política, sendo palco de encontro de diversos políticos influentes no Brasil.¹

Em fevereiro de 1863, Francisco se casa em segundas núpcias com Carolina Isabel Campos (34 anos mais nova) e o casal vai morar na sede da fazenda, que então era uma pequena pousada e ficava próximo à antiga estação de trem do Retiro. Os paióis, engenho de café e senzalas ficavam onde hoje é a sede da fazenda. Em razão de frequentes desordens dos escravos e de incêndio no paiol – o lugar ficou conhecido como “Fazenda do Paiol Queimado” – Francisco resolveu transferir a sede para perto das benfeitorias, ponto central da fazenda.

Pouco depois de a cidade ter seu nome mudado de Cidade do Parai-buna para Cidade de Juiz de Fora, em 1865, a fazenda também trocou de nome. De Retiro passou a se chamar Floresta, e o casal transferiu-se para a “Casa-grande”, sede recém-construída.

Francisco dedicou-se integralmente à fazenda, que estava em sua maior parte em matas virgens, aumentando a plantação de café e de cereais. Havia também criação de gado, de porcos e de carneiros, cuja lã era aproveitada pelas escravas. Por volta de 1873, com a morte do marido, a esposa Carolina passa a dirigir a fazenda, surpreendendo a todos ao dar continuidade à prosperidade.

A fazenda da Floresta ilustra bem o quadro geral das fazendas da segunda metade do século XIX, que, segundo Lima (1978, p. 43), “[...] eram unidades auto-suficientes que além do café sempre produziam alimentos para o seu consumo”. E realmente houve época que na fazenda da Floresta só se comprava o sal para o consumo, sendo tudo o mais produzido internamente.

¹ Em sua sede se reuniram Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (primo de João Penido), Olegário Maciel e Getúlio Vargas, quando decidiram desencadear o histórico movimento da revolução de 30. Também ali, em 8 de abril de 1933, se achava hospedado o presidente Olegário Maciel, quando foi visitado pelo chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas. Nessa ocasião, reuniu-se na fazenda a Comissão Executiva do Partido Progressista, tomando-se diversas importantes deliberações políticas. (Procópio Filho, J. 1973)

O café, principal produto da fazenda, podia ser transportado sem muita dificuldade para o Rio de Janeiro, visto que a inauguração da rodovia União Indústria se deu em 1861, menos de três anos após a compra da fazenda. A Rodovia revolucionou o sistema de transporte em Minas Gerais e levou Agassiz e Agassiz (2000, p. 83) a afirmar que a rodovia “oferece todas as possibilidades de transporte às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio”. De igual importância para escoamento da produção cafeeira foi a chegada dos trilhos das ferrovias a Juiz de Fora: ferrovia D. Pedro II, em 1875, e Estrada de Ferro Leopoldina, por volta de 1885.

Ainda que a fazenda seguisse prosperando, 1888 trouxe a abolição e consequentemente grandes transtornos para os fazendeiros. Carolina libertou seus escravos,² muitos dos quais preferiram continuar na floresta, e neste mesmo ano muda-se para a cidade, praticamente abandonando a fazenda, o que acarretou uma significativa queda de produtividade do trabalho e, consequentemente, da produção agrícola.

Dois anos mais tarde, em 1890, João Penido (genro de Carolina) assume a direção da fazenda, encontrando-a em péssima situação: cafezais abandonados, endividada e sem capital para custeio. Muito novo e sem experiência, João Penido passa a gerência da fazenda para seu cunhado, Theodorico, então com 20 anos, que acabara de passar um ano na Europa.

Foi preciso lutar bastante nos primeiros anos. Por serem pequenas as colheitas, por serem velhas e falhadas as lavouras e com uma dívida de R\$ 80.000\$000 (80 contos de réis) cujos juros consumiam as pequenas sobras da produção. Com muita economia e elevação do preço do café – conseguiu-se em 1900 amortizar toda dívida e começar a plantação de novas lavouras. (450.000 pés de café, alguns anos depois). (Oliveira, 1956, p. xx)

Sob sua gerência, a Fazenda da Floresta tomou novo impulso. Theodorico cuidou da lavoura de café e da produção, ainda que em pequena escala, de milho, feijão e forragens. Instalou maquinário moderno (movido a eletricidade) para o preparo do café e iniciou a criação de gado holandês e flamengo, importando da Europa os primeiros reprodutores. Construiu uma capela, uma escola, reformou as casas dos colonos e

² Carolina mandou buscar seu filho Theodorico, então com 15 anos, no colégio, para libertar os escravos.

comprou um sítio vizinho, denominado de “Malacacheta”, aumentando a área da fazenda.

No que se refere à mão de obra dos imigrantes, Oliveira (1975) afirma que em 1888 passaram por Juiz de Fora 7.246 estrangeiros (italianos, portugueses, belgas, alemães, espanhóis) para substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café. Parte dessa mão de obra se dirigiu para a Fazenda da Floresta, principalmente os de descendência italiana.

A produção de café se expandia na fazenda e, segundo Esteves (1915, p. 115-116),

[...] tenho visto na fazenda da Floresta – dos Srs.Cel.Theodorico de Assis e deputado João Penido – cafezais velhos, muito velhos, os quais, entretanto, graças ao trato, são árvores lindíssimas, pujantes, de folhagem verde negro e de remuneradora produção. Quando as vi, as últimas vezes, tinham elas grande carga.

Mais adiante, continua:

Temos aqui mesmo, em nosso município, lavradores que podem servir de significativos modelos [...] o Cel.Theodorico de Assis que na Fazenda da Floresta em um talhão, denominado Pary de 98.818 pés, em 1912 colheu mais de 7.000, em 1913, 10.000 e este ano 12.350 arrobas: em outro talhão – `Ceveiro – com 97.628 pés de 4 a 8 anos colheu este ano 10.00 arrobas.

Theodorico, em 1908, fundou juntamente com o Dr. Luiz de Souza Brandão a Cia. Agrícola de Juiz de Fora.³ Em 1907, Theodorico foi convidado a fazer parte da diretoria da Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Quatro anos mais tarde, sua família seria dona da maioria das ações da companhia e Theodorico permaneceria no cargo por 30 anos.⁴

³ Dr. Luiz de Souza Brandão era médico, industrial, fazendeiro e vereador, tendo permanecido na Câmara Municipal de 1901 a 1922 (Andrade, 1987)

⁴ Havia incompatibilidade política entre os representantes do grupo fundador (Mascarenhas) e o grupo interessado nas ações (Assis-Penido). Esses últimos se fizeram representar por Henrique Burnier, contraparente dos Assis, engenheiro recém-chegado dos Estados Unidos e que trabalhava em São Paulo. Os Mascarenhas acharam que se tratava de empresário americano e somente na hora da transação foi revelada a identidade dos compradores.

Theodorico, desde que assumiu a direção da fazenda, pensou em estabelecer em suas terras uma fábrica de tecidos. Tinha ele a intenção de ocupar a mão de obra feminina (mulheres e filhas dos colonos), mas como não entendia do assunto, foi adiando o projeto. Em 1923, a oportunidade surgiu de duas formas: na figura de seu cunhado e engenheiro Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva e na possibilidade de comprar uma fábrica de cobertores que existia na cidade de Juiz de Fora.

Dr. Frederico veio naquele ano para Juiz de Fora, como superintendente da CME, em substituição ao Dr. Henrique Burnier, que havia falecido. O engenheiro era conhecedor da indústria têxtil, visto que além de ter sido diretor da Cia. Cedro e Cachoeira, em Caetanópolis (MG), fundou e dirigiu por longo tempo uma tecelagem em Alvinópolis (MG). Foi ele quem aconselhou Theodorico sobre a aquisição da fábrica de cobertores.

A Fábrica de Tecidos São João Evangelista (SJE) era, então, uma fábrica de cobertores que existia na atual Avenida Sete de Setembro; o coronel Manoel Lourenço Jorge Júnior, cônsul de Portugal era, em 1923, o proprietário.⁵ Entretanto, segundo Esteves (1915), o fundador da fábrica, que em 1914 produzia “caclesiário e zephires”, contando com 40 operários e situada à Rua Botânica 436, foi o coronel João Evangelista da Silva Gomes, que mais tarde vendeu-a ao cônsul, tendo mantido a propriedade do prédio.⁶

Theodorico comprou a fábrica em 2 de abril de 1923 por 100.000\$000 (cem contos de réis), constituindo a firma individual Theodorico de Assis, que tinha o Dr. Frederico (cunhado) como responsável-técnico (Realidade..., 1972)

A fábrica produzia, além de cobertor, toalha, colcha, e guardanapo, sendo que o acabamento dos dois últimos produtos não era feito na própria fábrica.⁷ A compra de fios de algodão era significativa, demons-

⁵ Essa versão foi extraída do jornal *Diário Mercantil* (novembro de 1972). Existe outra versão contada por Júlio Álvares de Assis: Oscar Rodrigues seria dono da fábrica e, em dificuldades, teria pedido dinheiro emprestado ao amigo Theodorico. O coronel Theodorico não emprestando, Oscar pergunta se ele compraria a fábrica, e ele compra.

⁶ O pagamento de aluguel à viúva do coronel Theodorico aparece no livro *Diário*.

⁷ O pagamento do acabamento das colchas e guardanapos aparecia no livro *Diário*.

trando que não havia um setor de fiação. Entretanto, devido à existência de atividades de alvejaria, pressupõe-se que se comprava o fio cru.⁸

De acordo com arquivos da SJE (1924), a fábrica passou por uma grande reorganização, visto que vários foram os gastos: instalações (cimento, cal, pedras, tijolos, areia, madeira, arame); consertos de máquinas (peças, pentes e esferas para tear, corda de juta para espuladeira); mudança da instalação elétrica; aquisição de novos materiais (balança de 200 quilos, balde graduado, tesouras, máquina de esmeril, máquina de escrever); construção de tanque entre outros. Além disso, Theodorico modifica o tear para toalhas felpudas e realiza o registro telegráfico da firma.

Na primeira metade de 1924, terminam as obras físicas na fábrica; entretanto, continuam os investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e na manutenção e reforma de máquinas, serviços esses feitos, na maioria das vezes, por funcionários da CME. Em 1º de julho de 1924, a firma individual “Theodorico de Assis” se transforma em “Assis e Cia. Ltda.” com capital constituído conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Constituição do capital da firma Assis e Cia. Ltda. – 1924	
SÓCIOS	CAPITAL
Theodorico R. de Assis	330:000\$000
João Nogueira Penido*	150:000\$000
João Ribeiro Vilaça**	120:000\$000
Total	600:000\$000

Fonte: FTSJE (1924).

* Cunhado de Theodorico. Político.

** Marido da sobrinha de Theodorico. Médico.

De acordo com Stein (1979, p. 119),

[...] de 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros equipamentos acessórios. Após 1925, ano em que os preços do café atingiram o seu auge, as importações de máquinas têxteis começaram a declinar. No período 1922-1927, ingressou no país um volume de máquinas têxteis – medidas pelo seu peso – quase três vezes maior que nos sete anos anteriores. O pagamento foi facilitado, após 1923, pelas indústrias de máquinas da Inglaterra e de outros países que

⁸ Supôs-se a existência de alvejaria pelas compras de produtos químicos e sabão básico para alvejaria.

aceitaram parcelá-lo em prestações, tornando-se possível erguer uma fábrica de tecidos com pequeno e às vezes pequeníssimo dispêndio de capital.

Theodorico, provavelmente aproveitando-se da situação favorável para aquisição de máquinas têxteis, encomenda, em 1925, da Inglaterra, máquina para fiação e máquina de escovar e decatir. As importações de peças e máquinas foram realizadas em sua maioria através da firma “Glossop e Cia.”.

Em março do mesmo ano fez-se o “reconhecimento de firma” da planta do novo prédio da fábrica, próximo à Fazenda da Floresta. O gasto com as obras físicas de construção do novo prédio foi feito com dinheiro proveniente da fazenda, ou seja, do café, demonstrando que os altos lucros da atividade cafeeira permitiam a transferência de excedentes para a indústria.

Em junho, a máquina de fiação começa a ser montada por um técnico inglês e são contratados aprendizes para a fiação; no final do ano iniciam-se as compras de algodão para a fiação. Em novembro de 1925, a fábrica é transferida para o novo prédio na Floresta (SJE, 1925).

A partir de então se inicia uma fase – que durou décadas – de significativo assistencialismo aos operários, o que provavelmente explica a não ocorrência de greves durante esses anos. Diferente foi o período que a fábrica funcionava na cidade, pois de 1920 a 1924, os trabalhadores entraram em greve por três vezes (Dutra, 1988).

Na greve de 1920, aderiram os trabalhadores das fábricas de tecidos e estabelecimentos industriais, reivindicando jornada de 8 horas, pagamento de 50% de horas extras e pagamento dos dias parados.⁹ Em 1923, a paralisação dos operários da SJE se deu em protesto pela dispensa de um mestre de obras. (Dutra, 1988). Em 1924, os operários da fábrica aderiram, no terceiro dia, à greve que se pretendeu geral e chegou a mobilizar 8 mil operários na cidade. Porém, retornam ao trabalho quatro dias depois. Nesse episódio, Frederico Álvares da Silva participou de reuniões de industriais na tentativa de solucionar o problema.

Em 1926, a empresa participou de uma exposição industrial e agrícola em Juiz de Fora, na qual recebeu o diploma e inclusive medalha de ouro, demonstrando a boa qualidade dos produtos fabricados (SJE, 1926).

⁹ Supôs-se a participação dos operários da SJE.

A partir de 1927, Theodorico Alvares de Assis – filho de Theodorico –, que acabava de retornar da Europa, onde frequentou *The College of Technology*, na Universidade de Vitória, em Manchester, passa a dirigir a fábrica, substituindo o coronel Frederico, o qual continuou a influenciar diretamente o rumo dos negócios.¹⁰

Através do relatório apresentado por Theodorico aos sócios em fins de 1927, identificou-se que nesse ano o número de operários era de 80 (o dobro de 1915), e eram 20 os teares, que produziam 34.439 colchas, 38.447 cobertores e 14.488 metros de tecidos diversos. A fiação produzia 45.204 quilos de fios (SJE, 1927). O setor de vendas da fábrica funcionava baseado em representantes comissionados que vendiam a produção para várias partes do país.

Segundo Stein (1979, p.123) “os vinte e cinco anos de prosperidade da indústria têxtil no Brasil começaram a se esgotar em 1926, quando surgiram no país os primeiros indícios da grande depressão de 1929, sobretudo o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução”. A situação nacional foi acompanhada pela indústria local, pois, segundo Theodorico (SJE, 1927, p. xx),

[...] o primeiro semestre de 1927 se caracterizou por venda de mercadorias a preços bem satisfatórios; no segundo semestre houve pouca procura, baixa considerável nos preços, apesar da grande alta de nossa matéria prima (algodão, resíduos de algodão e todo o fio de urdimento).

Assim, a partir de 1927, ressentindo-se da depressão mundial, as vendas começaram a cair e a pressionar a rentabilidade da fábrica que no ano de 1930 apresentou prejuízo em seu balanço. Em 1932, há uma nova alteração na forma de organização da empresa e a firma Assis e Cia. Ltda. se transforma em S.A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista, ainda que as ações tenham permanecido nas mãos do mesmo grupo.

3. A Fábrica de Tecidos São João Evangelista

Em 14 de abril de 1932 foi realizada a assembleia preparatória da “So-

¹⁰ Daqui pra frente “Theodorico” é sempre o filho e “coronel Theodorico” o pai.

cidade Anônima Fábrica de Tecidos São João Evangelistas”. No dia 19 do mesmo mês, realizou-se a assembleia geral para constituição definitiva da sociedade. Nessa assembleia, que, como a primeira, foi realizada na casa do coronel Theodorico, foi apresentada a avaliação dos bens da firma “Assis e Cia. Ltda.”, pois a nova sociedade foi constituída com o patrimônio desta. O capital inicial da SJE foi de R\$ 700:000\$000, dividido conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Capital inicial da SJE		
ACIONISTAS	CAPITAL	AÇÕES
Cel.Theodorico Ribeiro de Assis	382:800\$000	1914
Dr. João Nogueira Penido	174.000\$000	870
Dr. João Ribeiro Villaça	139:000\$000	696
Outros*	4:000\$000	20

Fonte: SJE (1932).

* Quatro filhos de João Villaça, sete filhos e uma nora do coronel Theodorico de Assis.

Em seu primeiro estatuto, a sociedade definiu como objeto a fiação e a tecelagem de resíduos de algodão e atividades conexas, bem como o comércio desses produtos. O prazo de duração da sociedade foi definido em 30 anos, podendo ser prorrogado.

A administração ficaria a cargo de uma diretoria composta de dois membros, um diretor presidente e um diretor gerente, que deveriam caucionar a responsabilidade da gestão, com 50 ações cada um; e um conselho fiscal composto de três fiscais e três suplentes¹¹ (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro Administrativo da SJ E 1932 – 1932	
DIRETOR PRESIDENTE	João Ribeiro Villaça
DIRETOR GERENTE	Theodorico Álvares de Assis
CONSELHO FISCAL	Cel.Theodorico Ribeiro de Assis
	João Nogueira Penido
	Frederico Álvares de Assis
SUPLENTE	Francisco Álvares de Assis
	Júlio Álvares de Assis
	Albino Machado

Fonte: SJE (1932).

¹¹ Diretorias e Conselhos de períodos posteriores no Anexo 1 (A, B, C e D).

A partir de 1932, a diretoria recém-constituída dá um grande impulso à produção, através da aquisição de novas máquinas, equipamentos e um caminhão. Constrói uma garagem, um depósito para matéria-prima e um prédio específico para a seção de algodão hidrófilo. Abre um escritório na cidade do Rio de Janeiro e monta um posto de gasolina ao lado da fábrica, na Floresta. A empresa participa de concorrências e vende estopa para o Governo Federal, através do escritório do Rio.

Ainda que a SJE (1932, 1933) tenha apresentado lucro em 1932, é em 1933 que distribui os primeiros dividendos (Anexo 2). Em fins de setembro de 1933, a diretoria decide por instalar na fábrica um setor de estampanaria. Com esta finalidade, Theodorico faz diversas viagens ao Rio de Janeiro e São Paulo e contrata o técnico inglês, Chatwood, para ser o responsável pelo novo setor. Para a estampanaria, além da máquina para estampar, que foi importada, foram compradas outras novas e usadas, adquirindo estas últimas da Fábrica Maria Zélia de São Paulo.¹² Entre as novas máquinas, foram adquiridos: esticadeira, máquinas de medir e dobrar, autoclave e um aquecedor para caldeira; além de ser construído um tanque.

Nesse mesmo período, a SJE arrendou a Fábrica de Tecidos Portella Ltda., situada em Entre Rios (atual Três Rios, no Rio de Janeiro), com a intenção de produzir pano para ser estampado na estampanaria recém-montada em Juiz de Fora, a título de experiência. O arrendamento durou pouco tempo, mas a estampanaria continuou suas atividades adquirindo a matéria-prima (pano) de outras fábricas do Estado de Minas Gerais.

Com a montagem da estampanaria e a contratação de mais mão de obra, foram construídas casas operárias próximas à fábrica, que se juntaram às que já haviam sido construídas por ocasião da mudança da fábrica para a Floresta, sendo constituídas as vilas-operárias.

Em 1934, verifica-se o primeiro aumento de capital da SJE para fazer face à instalação dos novos maquinários e da moderna estampanaria (Anexo 3). Nesse mesmo ano, a empresa participa de exposições, feiras

¹² No ano de 1924, a Fábrica e a Vila Maria Zélia foram vendidas, ficando em mãos da família Scarpa até 1928. É então rebatizada como Vila Scarpa. Em 1929, como pagamento das hipotecas vencidas, o grupo Guinle toma posse da Vila, restituindo-lhe o antigo nome. A fábrica foi desativada em 1931.

e faz propaganda,¹³ compra outro caminhão, um carro, telefones internos e móveis para o escritório do Rio, o qual, devido ao intenso movimento, contrata novos funcionários.

Apesar da fase de expansão da empresa, a produção do setor de estamparia não correspondia às previsões realizadas. Ainda que não se verificasse prejuízo, os insignificantes lucros obtidos não compensavam os recursos necessários para movimentar a seção. Essa situação era consequência da dificuldade de se adquirir o pano cru no mercado interno adiante da política governamental que proibia a importação de máquinas de fiação e tecelagem.

Através do decreto de 7 de março de 1931, o Governo Federal restringiu por seis anos a importação de máquinas para indústrias cuja produção “fosse considerada excessiva pelo Governo” (Stein, 1979, p. 145). Em 13 de maio do mesmo ano, a indústria têxtil de algodão foi declarada em estado de “superprodução”. Dessa forma, somente era permitido à indústria têxtil nacional importar máquinas novas e peças sobressalentes para reposição de equipamentos e instalações obsoletos ou desgastados.

A questão da “superprodução” do setor foi encarada como polêmica nos anos 30. De um lado havia os defensores da superprodução do setor e de outro os que afirmavam que essa não passava de um artifício dos grandes industriais de São Paulo no intuito de garantirem para si o privilégio de abastecerem o mercado interno, ou seja, o monopólio da produção de tecidos. Essa última hipótese parece ser a mais verdadeira, pois foi entregue ao presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1938, um relatório que chamava a atenção para a “precariedade científica, da superprodução, que os industriais têxteis de algodão alegavam”. Segundo esse relatório, não havia superprodução, mas talvez um saturamento de certos mercados de tecidos, particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o fim das restrições só aconteceu com a expiração do decreto em 31 de março de 1937 (Stein, 1979)

Em junho de 1937, inicia-se a construção do prédio da nova fábrica e realiza-se uma pesquisa de mercado para aquisição das máquinas. Tomando conhecimento desse interesse, um representante da indústria de

¹³ Participa da Feira de Amostras no Rio de Janeiro e Exposição em Uberaba. Anuncia nos jornais: *Gazeta Comercial* e *Estado de São Paulo*; nas revistas: *Universitária* e *Vida Doméstica* (SJE, 1934).

máquinas têxteis americana (*Saco-Lowell Shops*) que se dirigia a Buenos Aires modifica sua rota e, no Rio de Janeiro, mostra aos dirigentes da SJE a qualidade de suas máquinas.

Theodorico então viaja para os Estados Unidos a fim de ver as máquinas de perto. Primeiramente, viu-as funcionando nas grandes fábricas têxteis de Atlanta (Geórgia) e depois foi até a sede da *Saco-Lowell* em Boston (Massachussets). Convencido da boa qualidade das máquinas e com o aval do pai (coronel Theodorico) decide importar toda a fiação dos Estados Unidos. A tecelagem também foi importada, só que da Inglaterra (SJE, 1937).

A importação de máquinas em 1937 se encaixa no quadro nacional, pois, após a suspensão das restrições às importações, o volume de máquinas têxteis importadas, cujas encomendas se acumularam durante os seis anos anteriores, quase alcançou os níveis máximos de 1924 e 1926.¹⁴ A Inglaterra e a Alemanha forneceram a maior parte dos equipamentos às empresas nacionais; bem abaixo, em terceiro e quarto lugar, vinham a Suíça e um fornecedor relativamente novo, os Estados Unidos. A aquisição da fiação americana, ainda que em desacordo com a maioria das opiniões de vários industriais, demonstra a “ousadia” dos dirigentes da SJE (Stein, 1979).

A fiação custou 80.000 libras, e a tecelagem 8.000, não incluídos os direitos de importação e gastos de instalação. Fiação americana e tecelagem inglesa, ou seja, dos batedores aos teares, passando pelas cardas, passadores, maçaroqueiras, filatórios, espuladeiras, bobinadeiras e urdiadeiras, comprou-se uma fábrica completa e totalmente nova instalando-a de acordo com um *layout* modelo.

Quando em 1938 chegaram as máquinas, houve um intenso movimento. De uma só vez chegaram 250 teares e 5 mil fusos. O número de operários, que girava em torno de 300, dobrou. Às vilas que tinham 147 casas se juntaram mais 108 que estavam sendo construídas.

A inauguração da “Fábrica Nova” se deu a 10 de julho de 1938 com uma grande festa, fazendo jus ao tamanho do empreendimento. No discurso de inauguração, Teodorico agradeceu aos amigos e banqueiros

¹⁴ Em 1937, foram importados 8.646.908 quilos, e no ano seguinte, 11.137.000 quilos.

nacionais que facilitaram as operações de crédito necessárias à realização do investimento.¹⁵

Entretanto, mesmo depois de expirado o decreto que proibia a importação de máquinas, as dificuldades da indústria têxtil nacional prosseguiram. A questão da “superprodução” e sua superação continuaram causando polêmica. Em janeiro de 1939, foi eleito como prioridade o favorecimento das exportações, na intenção de se obter um consenso mais amplo entre os industriais brasileiros. Alguns desses referiram-se às exportações como “a principal medida” para debelar a “crise”; outros falavam da “conquista de novos mercados”; todos, enfim, apelaram ao governo federal para que facilitasse as vendas ao exterior (Stein, 1979).

Com a deflagração da Segunda Grande Guerra, em 1939, tornou-se ociosa a controvérsia sobre superprodução ou subconsumo, pois tudo o que não se conseguia vender, aos preços vigentes, no mercado interno passou a ser embarcado com destino aos países beligerantes. Mas as dificuldades da indústria têxtil não desapareceram de imediato, pois os efeitos provocados pela guerra só se fizeram sentir plenamente dois anos depois, quando os produtores têxteis europeus e japoneses desapareceram do mercado mundial. A indústria têxtil de algodão do Brasil ingressou, então, num período de grande prosperidade (Stein, 1979).

Acompanhando a indústria nacional como um todo, a SJE entrou também numa fase de grande prosperidade. Vendendo para o Brasil inteiro e, com a guerra, para o mercado internacional, a fábrica teve lucros extraordinários e distribuiu dividendos significativos (Anexo 2).

Em maio de 1942, um engenheiro da *Saco-Lowell* visita a SJE e, em junho, a fábrica recebe carta da empresa americana elogiando as condições (reportadas pelo engenheiro) das máquinas de fiação e afirmando ser motivo de orgulho a venda mensal de mais de 800 mil metros de tecidos além de 15 mil quilos de fios.

Em 1944, os industriais de têxteis brasileiros são chamados a abastecer a *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*¹⁶ (UNRRA) e o *Conseil Français d'Approvisionnement* com um total de 137.100.000 me-

¹⁵ Crédito não deve ter sido empecilho para o investimento, visto que o grupo Assis-Penido-Villaça possuía grande prestígio na cidade.

¹⁶ Agência internacional de ajuda, dominada pelos Estados Unidos, mas representando 44 nações. Fundada em 1943, tornou-se parte das Nações Unidas em 1945 e encerrou suas operações em 1947.

tros de tecidos. A SJE contribuiu enviando algumas centenas de metros de tecido para a UNRRA.

Observando-se o volume e o valor da produção de tecidos de 1940 a 1945 no Brasil, verifica-se que os fabricantes de tecidos tinham boas razões para se sentirem satisfeitos. A produção, que era de 840.168.000 metros em 1940, atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois. Em 1945, as indústrias brasileiras continuaram produzindo mais de um bilhão de metros. O crescimento das exportações foi ainda mais espetacular que o da produção total em metros. Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores (Stein, 1979).

Em 1943, o país exportou mais do que o triplo que em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul. Esses dois países absorveram mais de 50% dos tecidos exportados pelo Brasil entre 1941 e 1945, tendo a África absorvido mais de 50% das exportações da SJE (Assis, 1993).

Os altos lucros da SJE durante a guerra possibilitaram a realização de dois empreendimentos a partir de seu capital (casa bancária e empresa aérea), ainda que ambos não tenham obtido sucesso, a fábrica em si continuava prosperando.

Em 4 de outubro de 1943, foi fundada na cidade de Juiz de Fora a “Casa Bancária Fortini, Repetto e Cia. Ltda.”, que um ano depois se transformou em Sociedade Anônima, com a denominação de “Casa Bancária Financeira de Minas S.A.”.¹⁷ Esse empreendimento contou com significativa participação acionária da família Assis através da SJE. Ricardo Fortini Filho e Roberto Repetto dirigiram o banco até 1960. Irresponsabilidades administrativas acarretaram prejuízos, os quais foram arcados pela SJE, na pessoa de Theodorico Álvares de Assis. Em 1960, o banco foi vendido para o empresário Moreira Salles (SJE, 1943).

Outro empreendimento realizado com o capital da SJE foi a constituição de uma empresa aérea com sede em São Paulo, aproveitando-se da grande oferta de aviões, a baixos preços, pelos países recém-saídos da guerra. A NATAL (Navegações Aéreas Theodorico de Assis Ltda.) foi criada em 3 de outubro de 1946 com capital de Cr\$ 5.000.000,00 dividido em 25.000 ações. A empresa possuía uma frota de quatro aviões

¹⁷ A Casa Bancária ficou conhecida como Banco da Cidade de Juiz de Fora.

“Douglas C-47” e linhas para Rio de Janeiro/São Paulo e depois São Paulo/Campo Grande e cidades do interior paulista. O Dr. Cyro Novaes Armando, piloto chefe (ex-piloto da Vasp),¹⁸ era o único acionista da empresa, que não pertencia ao grupo proprietário da SJE. Três anos mais tarde, a empresa aérea foi vendida em consequência de problemas administrativos (SJE, 1946).

A expansão extraordinária das exportações e dos lucros das fábricas de tecidos e algodão e o aumento incessante dos preços levaram o governo federal a se preocupar com a situação dos consumidores brasileiros. A escassez e o encarecimento dos tecidos de algodão disponíveis para o mercado interno pesaram na decisão tomada pela Comissão Executiva Têxtil (CETex) de suspender as exportações por noventa dias, a partir de 1º de março de 1946. A suspensão foi prorrogada por mais dois períodos até o final daquele ano. Esse decreto encerrou os tempos de euforia do ciclo exportador para muitos fabricantes de tecidos, trazendo novamente para a ordem do dia o velho tema da superprodução e da crise (Stein, 1979).

A empresa SJE não foi inicialmente afetada com a ordem da CETex, pois segundo relatório dos acionistas, o ano de 1946 transcorreu sem percalços e, apesar da proibição das exportações, não houve diminuição de vendas, por estarem os produtos “muito acreditados”, no mercado interno. As matérias-primas acusaram alta sensível de preço e alguma escassez na aquisição, mas graças às diligências da fábrica, a produção manteve-se boa e semelhante à dos anos anteriores.

Em 1947, segundo relatório apresentado no fim do exercício, a crise atinge a fábrica.

Tivemos em 47, três períodos distintos no andamento de nossos negócios. O primeiro que abrange o primeiro quadrimestre e que se caracterizou por grande animação por parte dos compradores, tendo os preços dos tecidos atingido o máximo até então registrado em nossos livros. O segundo corresponde ao segundo quadrimestre observando-se fenômeno totalmente diverso ao primeiro: paralisação total nas compras, com o agravante do grande número de pedidos já registrados serem cancelados pelos compradores, o que contribuiu de modo assustador para a formação do grande “stock” verificado

18 Dr. Cyro foi quem sugeriu o empreendimento por ser muito amigo do Dr. Júlio Álvares de Assis.

em 30 de agosto de 47. Nesta época as perspectivas eram deveras sombrias para toda a indústria brasileira. Felizmente entrou o terceiro período, abrangendo os quatro meses seguintes, que veio aliviar a grande tensão, então, existente. (SJE, 1947)

Com o fim da guerra, os industriais têxteis brasileiros se depararam com uma realidade nada favorável. Os principais fornecedores dos mercados que o Brasil passou a abastecer a partir de 1939 preparavam-se para retomá-los. As máquinas e equipamentos da indústria têxtil brasileira encontravam-se desgastadas e conseqüentemente seus produtos estavam perdendo qualidade e seus preços se elevando. Era preciso reaparelhar a indústria, mas já em 1945, tanto os Estados Unidos como a Inglaterra comunicaram que só iriam exportar equipamentos têxteis “antigos e desgastados”, pois estavam reaparelhando suas próprias fábricas com a intenção de recuperar seus antigos mercados (Stein, 1979).

Quando se tornou possível importar máquinas novas, outro problema se apresentou aos industriais brasileiros: não havia recursos para reequipar a indústria. A carência de recursos se devia aos exorbitantes dividendos e bônus distribuídos durante a guerra (Tabela 1), o que teria impossibilitado a realização de uma reserva para este fim. (Stein, 1979).

Para Stein (1979), a indústria têxtil nacional entrou na década de 1950 atrasada tecnicamente devido à “estagnação do progresso técnico” na área dos equipamentos e à “ausência de progresso das técnicas de administração das empresas”.

Durante a década de 1950, a SJE realizou significativos investimentos em maquinários, ainda que mais tarde esses tenham se mostrado insuficientes. Modernizou os teares através da automatização de troca de espulas, o que possibilitou que uma tecelã que “tocava” quatro teares, passasse a “tocar” doze. Modernizou também os batedores e as cardas e adquiriu: paradores automáticos para o urdume, uma máquina de abrir e bater varreduras, uma máquina “Dronsfield” para colocar tops nos flats, uma chamuscadeira, uma máquina para emendar fios de urdume, uma máquina operatriz, um estripador a vácuo, uma engomadeira, uma caldeira automática, uma carda abridora, uma autoclave, uma penteadeira entre outras. Também no início da década, a fim de melhorar o fator força, foram importados vários materiais elétricos da General Electric S.A.

Tabela 1 – Razão dos dividendos e bônus do capital – Indústrias têxteis – Brasil, 1943

FÁBRICA	CAPITAL (CONTOS)	DIVIDENDOS E BÔNUS (CONTOS)	RAZÃO (%)
São Pedro de Alcântara	6.600	3.060	60
São João Evangelista	9.000	4.050	45
Cotonifício Gávea	5.000	1.800	36
Industrial Campista	6.000	2.100	35
Confiança Industrial	9.000	3.150	35
Corcovado	15.000	4.125	27,5
Esperança	10.000	2.550	25,5
Maria Cândida	4.500	1.125	25
Brazil Industrial	15.000	3.525	23,5
América Fabril	48.000	10.560	22
Nacional de Estamparia	50.000	10.000	20
Industrial Mineira	20.000	4.000	20
Cedro e Cachoeira	18.000	3.600	20
Deodoro Industrial	12.000	2.400	20
Industrial Itaunense	9.000	1.800	20
Petropolitana	11.900	2.352	19,7
Progresso Industrial	40.500	7.290	18
Nova América	40.000	7.200	18
Cometa	5.400	648	12

Fonte: Stein (1979, p. xx).

Havia também na fábrica uma série de outras máquinas que precisavam ser substituídas devido à defasagem tecnológica, mas não o foram, nem na década de 1950 nem na de 1960, por falta de recursos ou por essa medida não ter sido priorizada pela administração. A fábrica funcionava com uma estrutura administrativa familiar, distribuía elevados dividendos e mantinha conselhos (fiscal, administrativo e consultivo) que na prática não tinham qualquer função, mas que remunerava bem os seus membros. Dessa forma, recursos que poderiam ser investidos em maquinário eram desviados para manter essa estrutura. A fábrica era a “grande mãe mantenedora” dos acionistas que eram do mesmo grupo da época de sua fundação.

Na década de 1970 iniciaram-se as crises na SJE. A Companhia Mineira de Eletricidade (CME), empresa do mesmo grupo da SJE, que tinha como presidente Theodorico Álvares de Assis,¹⁹ ajudou financeiramente

¹⁹ A Companhia Mineira de Eletricidade, inaugurada em 1888, teve como seu primeiro

ramente a fábrica através de um sistema que permitia a esta conseguir recursos a custos baixos. O sistema consistia numa troca de “favores” que se dava da seguinte forma: a CME fazia um grande depósito em dinheiro num determinado banco e este, em troca da captação de recursos, emprestava o dinheiro ou descontava títulos a juros bem abaixo do mercado para a SJE. Dessa forma, a fábrica conseguiu manter-se sem prejuízos contábeis até o final dos anos 1970 (SJE, 1976).

No final da década de 1970, ainda houve algum investimento em maquinário quando foram comprados: uma máquina de estampar “Stork”, cem teares “Howa”, uma autoclave para estamperia, entre outros. Esses investimentos, ainda que necessários, podem ter agravado o baixo nível de capital de giro verificado na empresa nesse período.

Com a venda da CME para a Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (CEMIG), a fábrica perdeu a “boa-irmã” que vinha lhe auxiliando financeiramente e enfrentou, no início dos anos 1980, uma grave crise, num momento em que a economia nacional passava por um período recessivo.

Fundamentada numa arcaica estrutura familiar, a fábrica, ao entrar em crise suscitou brigas na família, gerando um clima de desconfiança entre os acionistas e a diretoria, que eram membros da mesma família. Como medida de emergência, em 1981, o setor de cobertores foi desativado, o qual era deficitário e estava com maquinário defasado tecnicamente. Além disso, foram vendidos terrenos e imóveis de propriedade da SJE, bem como se iniciou a venda das casas que pertenciam à fábrica e formavam a vila-operária (SJE, 1981).

Como a situação não melhorava e as discussões entre familiares se agravavam, optou-se por vender a fábrica. Com maquinário bastante defasado tecnicamente, nenhum dos poucos interessados (Aristides Rache, da Fábrica São José, em Barbacena, e Ivan Botelho, da Fábrica Cataguases-Leopoldina, entre outros) efetuou a compra. Em dezembro de 1981, a fábrica foi finalmente vendida. Com o novo proprietário, a SJE se recuperou e começou a escrever um novo capítulo de sua história (SJE, 1981).

administrador Bernardo Mascarenhas. Em 1911, o controle acionário passa para o grupo Assis-Penido, o qual tinha como sua figura principal o Coronel Teodorico de Assis.

Uma nova fase se inicia na SJE com a compra da maioria das ações pelo já sócio, Eduardo Pinheiro de Assis, neto do fundador da fábrica, o qual passa a deter 96,96% das ações e apenas 3% das ações ficam em posse de alguns membros da família.

Eduardo, cujo capital foi acumulado no setor de lanchonetes em Campinas (SP), tinha intenção de comprar a Fazenda da Floresta, mas na impossibilidade de adquiri-la, já que outro membro da família, Mário de Assis Ribeiro de Oliveira, havia decidido pela compra antes, optou pela aquisição da fábrica, em dezembro de 1981.

A situação da fábrica no início de 1982 era bastante desfavorável, e um ano mais tarde, com a continuidade da crise nacional, a situação piorou. Eduardo pensa em desfazer-se do negócio. Alguns compradores inicialmente interessados em adquirir a fábrica visitam-na, mas a venda não é concretizada. Eduardo toma então a decisão de não vender a fábrica. Ou a empresa sairia da crise ou fecharia.

Apesar de ser da família, Eduardo tinha outra visão do negócio. Acabou com a distorcida estrutura administrativa mantendo apenas a diretoria constituída por dois membros: ele próprio e o irmão, José Carlos Pinheiro de Assis, que já trabalhava na fábrica há quatro anos. Demitiu mais de 300 funcionários, mantendo apenas o mínimo necessário para a fábrica não parar. A produção, em 1983, caiu de 700 mil metros para, aproximadamente 80 mil metros de tecidos (SJE, 1983).

Para pagar as contas (fornecedores e impostos) que se atrasaram em função da crise, em 1983, foi vendida uma das máquinas mais novas e de maior valor: a máquina de estampar “Stork”, e os trabalhos de estamparia continuaram com a antiga máquina.

Nesse mesmo ano foram quebrados propositalmente, a mando da diretoria, os teares “Dicksons”, que vieram da Inglaterra para a “Fábrica Nova”. Quebrados e vendidos ao ferro-velho, possibilitaram o pagamento ao pessoal do décimo terceiro salário, que estava atrasado.

Apesar de estar com maquinário totalmente defasado – a fiação ainda era feita nas *Saco-Lowell* de 1938 – a fábrica já sem dívidas volta a respirar. Eduardo compra, dois anos mais tarde (1985), uma máquina de estampar igual à que tinha sido vendida em 1983, sendo que no período de dez anos (1983-1993) todas as máquinas foram substituídas e nenhuma foi aproveitada: tudo virou sucata.

A partir de 1986, numa situação bem mais favorável, a SJE começa

a investir novamente, reestruturando os prédios e comprando novas máquinas. Importou do Japão duas bobinadeiras Murata e da Suíça uma máquina para gravação de cilindro. Além dessas comprou: chamuscadeira, rama, mercerizadeira, lavadeira, calandra. Ainda nesse ano foram feitos planos de se montar uma tecelagem a jatos de ar (Assis, 1993).

Em 1993, a SJE empregava uma média de 323 funcionários, 13 mil fusos e 210 teares, produzindo anualmente 5 milhões de metros de tecido (morim e principalmente “Florestine” – popeline estampada) e 250 toneladas de algodão hidrófilo “Farol”. A produção era vendida por representantes, para todo o Brasil, ainda que as vendas se concentrassem em São Paulo.

A matéria-prima utilizada para a fabricação dos tecidos era o algodão em pluma, cujo consumo anual girava em torno de 900 toneladas. O algodão era normalmente adquirido das plantações de São Paulo e Paraná, entretanto, no início de 1993, com a falta desse no mercado interno, foi necessário importar algodão da Turquia e da Grécia. A matéria-prima usada para o algodão hidrófilo, o stripp de penteadeira (resíduo do algodão), era adquirido em sua maioria de fábricas têxteis mineiras, sendo o consumo anual em torno de 280 toneladas.

A SJE ainda mantinha no início dos anos 1990 a escola, o posto médico-dentário e o armazém. A mão de obra, em sua maioria, residia na Floresta, ainda que as “Vilas-Operárias” não pertencessem mais à fábrica. A mudança na relação entre patrão e operários se ilustra com a ocorrência de três greves por aumentos salariais associadas aos trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora durante os anos de 1983 a 1993; apenas uma foi exclusiva da SJE.²⁰

A partir da década de 1990, como várias outras fábricas têxteis, a SJE enfrentou retração das vendas em função da abertura do mercado nacional, que “liberou” as alíquotas de importação facilitando a entrada de tecidos *made in* Taiwan, Coreia, Singapura e China. Devido à entrada dos produtos do leste asiático, a SJE buscou fazer produtos mais elabo-

²⁰ A greve exclusiva da SJE ocorreu em função de um erro do banco que recolhia o PIS dos operários. Até que se provasse aos operários que o erro era do banco e não da fábrica, esses se manifestaram em forma de greve. As outras greves do período estiveram ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias de Fiação e Tecelagem que reivindicava aumentos de salário. A partir desse ano ocorreu apenas uma ameaça de greve, mas que com simples conversa chegou a um acordo.

rados e investir na diversificação da produção. Como consequência, alterou-se a escala de produção, produzindo-se maior diversidade de artigos, cada um deles em menor quantidade. Os custos também tiveram que ser “enxugados” para que a fábrica tivesse condições de competir no mercado. Além disso, procurou-se investir em equipamentos mais modernos e começou-se a se preocupar com as tendências da moda.

O esforço empresarial se fez sentir não só com o trabalho, mas também com o reconhecimento. Nesse sentido, a SJE foi uma das homenageadas, no ano de 1993, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com a comenda “Américo Renê Giannetti”, em função de ser uma empresa fundada nos anos 1920 que, “em atividade ininterrupta se conserva como exemplo notável do esforço e visão empresarial” demonstrando a “capacidade da livre iniciativa em criar a riqueza social” (FIEMG, 1993).

Em 1994, com o Plano Real e a consequente estabilização da moeda, as condições do mercado interno se modificaram. Apesar da valorização da moeda ter criado dificuldades para as empresas exportadoras, para a SJE, que não mantinha relações de venda com o mercado externo, as consequências foram muito boas, pois, segundo Assis (2010), “chegou a faltar produtos para venda”.

Ainda em 1994, reformou-se²¹ uma área da fábrica para receber 20 teares suíços (Sulzer). No ano seguinte, 48 teares foram adquiridos para a montagem da área dos teares Ribeiro.²² Em 2000, a SJE realiza a compra de 21 teares Picanol (importados da Bélgica), uma urdideira seccional e uma urdideira direta, mais três turbos para tingimento, que daquele ano em diante seriam usados para a produção de tecidos de fio tinto xadrez.

No início de 2003, a fábrica adapta primeiramente um tear Ribeiro para o início da produção de toalhas, e aos poucos, de quatro em quatro, os teares foram sendo modificados. Em 2004, a fábrica possuía 42 teares produzindo toalhas. Ainda em 2004, a fábrica abre uma “lojinha” – como ficou conhecida – para a venda de varejo para a região.²³ É nesse ano

²¹ 90% dos investimentos são feitos com recursos próprios e o restante com recursos do BNDES.

²² Assim conhecidos por serem adquiridos da empresa Ribeiro S. A.

²³ Os produtos colocados à venda eram, inicialmente, os que estavam estocados na fábrica (podendo apresentar algum defeito ou não). A partir de 2006, a fábrica começa a produzir de acordo com a demanda da loja.

que a SJE se desfaz da responsabilidade da escola.²⁴ Dois anos depois (2006) há a construção da estação de tratamento biológico, que, através do tratamento de efluentes, permite devolver a água tratada aos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraibuna.

Com a crise de 2008 e a consequente valorização do dólar (nos primeiros meses da crise), as vendas melhoraram muito, mas após alguns meses, com a desvalorização da moeda americana, as vendas voltaram a cair. Nesse ano, o então diretor e irmão de Eduardo, José Carlos Pinheiro de Assis, sai da fábrica, entrando em seu lugar dois novos diretores: Inácio Carvalho de Assis (diretor administrativo) e Rogério Friaça Rocha Cardoso (diretor comercial), sendo Inácio primo de Eduardo.

Ainda em 2008 a fábrica adquire mais 12 teares Sulzer. No ano seguinte há um investimento em três cardas Truxila para a melhoria na qualidade do algodão hidrófilo e para a produção de hastes flexíveis da marca Farol.

Em setembro de 2010, a fábrica emprega 417 funcionários (Quadro 1), 9.880 fusos e 101 teares, produzindo 4.200.000 metros de tecido, 480 toneladas de algodão hidrófilo e 140 metros de toalha. Seus produtos são: algodão “Farol”, o “florestine” (gold/popeline estampada) brim e cotelê; sendo gold e campo operatório²⁵ os principais.

Apesar da queda da produção, comparativamente a 1993, verifica-se um aumento da produção de algodão hidrófilo e uma expansão de 23% do emprego comparativamente a setembro de 1993. Nesse mesmo mês, José Carlos Pinheiro de Assis retorna à SJR no lugar de Inácio Carvalho de Assis, o qual se mantém na empresa até 2019.

Em 2020, a fábrica administrada por Eduardo e seus dois filhos, Rodrigo Assis, diretor de Produção, e Marcelo Assis, diretor Financeiro e Comercial, aprimora-se em garantir um ambiente de competitividade e atualização de seu parque industrial para continuar a manter a qualidade, a agilidade e a modernidade inerentes à sua história.

²⁴ A partir desse ano a empresa deixou de prestar qualquer tipo assistencialismo à comunidade.

²⁵ A produção do campo operatório é contabilizada como tecido.

4. Conclusão

O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um exemplo da transferência direta do capital do café para a indústria. O complexo surgiu com a fazenda de café em 1858 e em 1925 instalou-se a fábrica têxtil. A fábrica de tecidos São João Evangelista, que começou pequena, teve grande impulso a partir de 1938, com a importação de uma fiação americana e uma tecelagem inglesa. Durante a Segunda Grande Guerra, a SJE obteve lucros extraordinários, os quais permitiram que o complexo se expandisse e se diversificasse. Além da fazenda e da fábrica, foi incorporada a esse um banco e uma empresa aérea. Vale dizer que a SJE já era proprietária, desde 1911, da Companhia de Energia da cidade, que também era responsável pelos serviços de bondes e telefones.

No complexo verificou-se que a estrutura familiar de administração funcionou enquanto os lucros foram altos e sustentaram toda a família. Com o crescimento desta e a diminuição daqueles, começaram os problemas entre acionistas e diretoria e vieram à tona as falhas desse tipo de estrutura administrativa.

Na década de 1980, tanto a fazenda como a fábrica foram vendidas para herdeiros da família Assis. Na SJE, uma fase de austeridade e crescimento se inicia em 1981, com a aquisição de aproximadamente 97% das ações por um dos sócios, neto do fundador da fábrica, o qual se mantém, juntamente com dois filhos (quarta geração) comandando a fábrica até os dias de hoje.

A Fazenda da Floresta e a Fábrica de Tecidos São João Evangelista, hoje independentes mas ainda propriedades de descendentes do grupo fundador, têm para a cidade de Juiz de Fora um inegável valor histórico.

Referências

- AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elisabeth Cary. Viagem ao Brasil 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.
- ARQUIVO, CETex. 1946.
- ARQUIVO, SJE. 1923-1993.

- ARQUIVO, SJE. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados* – Ministério do Trabalho. 1993–2010.
- ASSIS, Eduardo Pinheiro. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *SJE*: 1981/1993, out. 1993.
- ASSIS, Eduardo Pinheiro. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento Assis. *SJE*: 1993/2010, out./nov. 2010.
- ASSIS, José Carlos Pinheiro. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *SJE na década de 80*, 5 nov. 1993.
- ASSIS, José Carlos Pinheiro. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento de Assis. *SJE*: 1993–2010, set./out./nov. 2010.
- ASSIS, Júlio Álvares. [Entrevista concedida a] Luciana de Assis Mauler. *A Fazenda da Floresta*, 30 out. 1993.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ESTEVES, Albino de Oliveira. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Carta-Convite*, 4 nov. 1993.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850–1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- LIMA, João Herald. Café e indústria em Minas Gerais no início do século: algumas observações. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 8, n. 2 mai./ago. 1978.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Maria da Conceição Assis Ribeiro. *Eles e vocês*. 1956.
- OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides juizforanas (1698–1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.
- PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Niterói: UFF, 1993 (Dissertação, Mestrado).
- REALIDADE industrial de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, nov. 1972.
- SOUZA, Creonice Aparecida de Oliveira. [Entrevista concedida a] Carolina Moraes Sarmiento Assis. *SJE*: 1993–2010, out./ nov. 2010.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850–1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Anexos

ANEXO 1 – Diretoria da SJE 1933 – 2008

1933	Theodorico Álvares de Assis Francisco Álvares de Assis	1965	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis
1938	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis		Gumercindo Barroso Machado Francisco Pinheiro de Assis Júlio Cesar Alcântara de Assis
1955	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis	1966	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis
1962	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis	1983	Eduardo Pinheiro de Assis José Carlos Pinheiro de Assis
		2008	Eduardo Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Rogério Friaça Rocha Cardoso

Fonte: SJE (1933 a 2008)

ANEXO 1-A – Conselho Fiscal da SJE 1932 – 1982

1932	Cel. Theodorico Ribeiro de Assis João Nogueira Penido Frederico Álvares de Assis	1951	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira
1936	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Frederico Álvares de Assis	1956	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1938	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Francisco Álvares de Assis	1972	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Henrique José Hargreves
1941	José Maria Penido João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça	1977	João Bernardino Alves Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis
1942	João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça Pedro Ribeiro da Costa	1982	José Pedro Lacerda Machado Iroá de Oliveira Braga Walter Gosling Júnior
1945	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Albino Machado	1982	Extinto

Fonte: SJE (1932-1982).

ANEXO 1-B – Conselho Fiscal – Suplentes da SJE 1932 – 1982

1932	Francisco Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1945	Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1934	João Ribeiro Villaça Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1951	Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés Carlos de Castro Teixeira
1936	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1956	Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis Carlos de Castro Teixeira
1938	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira	1977	Haroldo Renault de Oliveira Renato de Carvalho Loures Edson Campos Porto
1939	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis João Álvares de Assis	1982	Dalmo Muller Pessoa José Augusto Martins Villela Jarbas de Souza
1941	Albino Machado Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira	1982	Extinto

Fonte: SJE (1932-1982).

ANEXO 1-C – Conselho de Administração da SJE 1955 – 1981

1955	João Ribeiro Villaça Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira	1970	Joaquim Ribeiro de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1958	Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira	1974	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília de Assis Mauler Carolina de Assis Repetto
1959	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto	1975	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1961	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Júlio Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis	1977	Theodorico Álvares de Assis Luiz de Assis Villaça Mário de Assis Ribeiro de Oliveira Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis

(continua)

ANEXO 1-C – Conselho de Administração da SJE 1955 – 1981

1962	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Leonor Carvalho de Assis	1980	Theodorico Álvares de Assis Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1966	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira João Ribeiro Villaça	Jul/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado Eduardo Pinheiro de Assis
1969	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Luiz de Assis Villaça	Ago/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado José Carlos Pinheiro de Assis

FONTE: SJE (1932-1981).

Obs.: extinto em 1982.

ANEXO 1-D – Conselho Consultivo da SJE 1977 – 1981

Criado em 1977 Extinto em 1981	Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto Maria da Conceição de Assis Ribeiro de Oliveira
-----------------------------------	---

Fonte: SJE (1932-1981).

ANEXO 2 – Lucros e dividendos da SJE* – 1933-2008

ANO	LUCRO LÍQUIDO (A)	DIVIDENDOS (B)	B/A%	ANO	LUCRO LÍQUIDO (A)	DIVIDENDOS (B)	B/A%
1933	400:922\$580	175:000\$000	43,6	1964	132.850.979,30	30.547.588,00	
1934	312:402\$380	222:600\$000	71,2	1965	138.706.864,00	10.447.588,00	22,9
1935	233:514\$000	155:856\$000	66,7	1966	190.816.750,00	-	7,7
1936	515:581\$000	150:000\$000	29,0	1967	207.479,88	-	-
1937	495:350\$000	340:040\$000	68,6	1968	859.527,23	-	-
1938	427:500\$000	300:000\$000	70,0	1969	806.020,55	156.000,00	-
1939	866:000\$000	583:132\$000	67,3	1970	909.667,46	175.500,00	19,3
1940	1.681:286\$000	1.192:660\$000	70,9	1971	1.729.946,14	219.375,00	19,2
1941	3.531:826\$600	2.159:373\$000	61,1	1972	1.613.726,75	254.475,00	12,6

(continua)

ANEXO 2 – Lucros e dividendos da SJE* – 1933-2008

1942	5.950.202,00	2.756.054,00	46,3	1973	2.805.443,03	285.187,50	15,7
1943	7.838.609,00	4.050.000,00	51,1	1974	6.707.002,22	329.062,50	10,1
1944	10.880.580,00	4.725.000,00	43,4	1975	1.665.132,96	349.628,90	4,9
1945	13.699.182,00	9.000.000,00	65,6	1976	7.226.272,23	702.685,55	20,9
1946	17.892.016,00	7.500.000,00	41,9	1977	7.090.647,65	1.028.320,00	9,7
1947	12.347.724,00	3.075.000,00	24,9	1978	12.241.662,43	1.574.960,00	14,5
1948	10.452.874,00	7.500.000,00	71,7	1979	21.845.250,94	2.300.000,00	12,8
1949	11.040.481,00	7.500.000,00	67,9	1980	(4.907.992,31)	2.300.000,00	10,5
1950	11.714.480,00	7.500.000,00	64,0	1981	(54.607.492,18)	-	-
1951	14.730.185,00	8.625.000,00	58,5	1996	666731,59		-
1952	15.752.596,00	6.750.000,00	42,8	1997	60606,35		
1953	15.676.079,00	8.250.000,00	52,6	1998	-		
1954	19.809.343,00	9.000.000,00	45,4	1999	-		
1955	18.663.505,00	9.750.000,00	52,2	2000	484467,48		
1956	23.390.095,00	14.750.000,00	63,0	2001	116509,92		
1957	12.528.336,00	9.600.000,00	76,6	2002	-		
1958	14.533.655,00	9.600.000,00	66,0	2003	617120,76		
1959	24.749.290,00	10.400.000,00	42,0	2004	576297,39		
1960	27.038.503,00	12.000.000,00	44,3	2005	677763,15		
1961	37.652.556,00	16.800.000,00	44,6	2006	403.570,15		
1962	41.230.353,00	26.100.000,00	63,3	2007	(389035,95)		
1963	91.074.776,00	35.300.000,00	38,7	2008	(12939,02)		

Fonte: SJE (1933-2008).

* 1933/1941: Contos de réis; 1942/1966: Cruzeiros; 1967/1985: Cruzeiros novos; 1986/1988: Cruzados; 1989: Cruzados novos; 1990/1993: Cruzeiros; 2004: Real.

ANEXO 3 – Aumentos de capital da SJE* – 1932-2009

ANO	CAPITAL	ANO	CAPITAL	ANO	CAPITAL
1932	700:000\$000	1972	4.387.500,00	1992	1.242.537.387,00
1934	1.500:000\$000	1974	5.484.375,00	1993	299483370,20
1936	2.000:000\$000	1975	6.855.469,00	1994	266464,89
1940	6.000:000\$000	1976	10.283.203,00	1995	2548794,64
1942	9.000:000\$000	1977	17.481.445,00	1996	
1946	15.000.000,00	1978	28.319.941,00	1997	
1952	30.000.000,00	1979	42.479.911,00	1998	-
1955	45.000.000,00	1980	63.719.866,00	1999	-
1956	80.000.000,00	1981	95.579.799,00	2000	-
1961	130.000.000,00	1982	187.897.425,04	2001	2956409,04
1962	160.000.000,00	1983	371.585.000,00	2002	2956409,04
1963	200.000.000,00	1984	764.638.392,00	2003	2996409,04
1964	300.000.000,00	1985	2.357.635.042,00	2004	2996409,04
1964	1.044.758.800,00	1986	12.743.973,20	2005	2996409,04
1965	1.144.758.800,00	1987	31.859.933,00	2006	2996409,04
1966	1.300.000.000,00	1988	138.909.307,88	2007	2996409,04
1967	1.950.000,00	1989	1.274.397,32	2008	2996409,04
1969	2.925.000,00	1990	25.487.946,40	2009	2996409,04
1971	3.510.000,00	1991	214.735.948,42		

Fonte: SJE (1932-2009).

* 1932/1941: Contos de réis; 1942/1966: Cruzeiros; 1967/1985: Cruzeiros novos; 1986/1988: Cruzados; 1989: Cruzados novos; 1990/1993: Cruzeiros; 2004: Real.

“casa sportman – sempre imitada, nunca igualada”: estratégias de um empreendimento e dinâmicas de consumo (rio de janeiro, 1909-1922)*

“casa sportman – always imitated, never equaled”: strategies of an enterprise and consumption dynamics (rio de janeiro, 1909-1922)

Victor Andrade de Melo*

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Manuel Casquinha Malaia Santos**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

A despeito da intensidade das relações entre o esporte e o mundo dos negócios, no Brasil poucos são os estudos históricos desenvolvidos acerca do tema. Tendo em conta essa lacuna, este artigo objetiva discutir a trajetória da pioneira empresa fluminense especializada na venda de produtos esportivos: a Casa Sportman. A intenção é debater, no seu primeiro momento de funcionamento, de 1909 a 1922, as estratégias adotadas por seu proprietário, Manoel da Silva Mattos, no intuito de inserir seu empreendimento na dinâmica de consumo que se estruturava no Rio de Janeiro das décadas iniciais do século XX. Como fontes, foram utilizados o *Diário Oficial* e periódicos. Adotou-se a *Business History* como alternativa de investigação.

Palavras-chave: História econômica. História do esporte. *Business History*.

ABSTRACT

Despite the intensity of the relationship between sport and the business world, in Brazil, there are few historical studies developed on the subject. Considering this gap, this article aims to discuss the trajectory of the pioneer fluminense company specialized in the sale of sporting products: Casa Sportman. The intention is to debate, in its first period of operation, from 1909 to 1922, the strategies adopted by its owner, Manoel da Silva Mattos, in order to insert his enterprise in the consumption dynamics that was structured in Rio de Janeiro in the first decades of the 20th century. As sources, the *Official Gazette* and periodicals were used. Business History was adopted as an alternative research.

Keywords: Economic History. Sport History. Business History.

* Submissão: 13/07/2020; aprovação: 20/10/2020.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-1983-1475>>.

*** Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jmalai@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7154-3860>>.

Introdução

Nos anos iniciais do século XX, no Rio de Janeiro, à época capital nacional e mais populosa cidade brasileira, percebe-se a melhor estruturação de um mercado de entretenimentos, processo que estava em curso desde o século XVIII, quando se tornara sede do vice-reinado. A partir de meados do XIX, entre os divertimentos que se conformavam e ganhavam espaço na dinâmica cidadina, paulatinamente foi se destacando o esporte (Melo, 2020).

No Distrito Federal das décadas iniciais do século XX, o espetáculo esportivo já era um dos entretenimentos mais valorizados, representado como sinal de adesão a ideais de civilização e progresso, como celebração de uma cidade que passava por intensas mudanças tendo em vista sua modernização (Melo, 2001). Após a Primeira Guerra, cresceu ainda mais a visibilidade do esporte, elevado que foi a um fenômeno que capturou o imaginário de milhões de pessoas por todo o mundo (Collins, 2013).

A rápida popularização do esporte no Rio de Janeiro teve relação com sua dinâmica econômica (progressivo crescimento de fluxo de negócios, bem como diversificação societária) e cultural (a busca de sintonia com padrões culturais oriundos de países considerados civilizados e padrões de uma certa modernidade). No início do século XX, esse processo se articulou ainda mais intensamente com novos padrões de consumo que se estruturavam. Ele teve como uma das marcas a região central da cidade, celebrada com a construção da Avenida Central, expoente das reformas urbanas em curso.

Nessa nova dinâmica cidadina, surgiram também novas necessidades e gostos. Como sugere Oliveira (2014, p. 179), “o consumo passou a ser uma esfera de construção das distinções sociais, sendo a principal fonte de diferenciação a adoção aos padrões importados”. Neste estudo, discutiremos como os esportes integraram esse quadro de mudanças articulando dimensões culturais e econômicas.

No Brasil e no mundo, a estruturação do campo esportivo teve intensa conexão com o âmbito dos negócios. Em geral, relacionou-se a uma certa vitalidade econômica que induziu e possibilitou a multiplicação e multifacetação dos empreendimentos, bem como o desenvolvimento de novas estratégias de produção, distribuição e divulgação de produtos e serviços. Ao redor dos esportes, estruturaram-se múltiplos

negócios, ligados diretamente à prática (venda de ingressos, apostas, oferta de implementos adequados, entre outros) ou dela decorrentes (produtos que usavam símbolos esportivos como estratégia de publicidade, tais como tônicos e vestuário) (Melo, 2010).

Nos dias atuais, em muitas ocasiões, trata-se de iniciativas de grandes grupos econômicos. Já nos primórdios do campo esportivo, eram protagonizadas por empreendedores que possuíam capital para investimento e assumiam os riscos do negócio e o propósito de se sintonizar com ideais de civilização e progresso.

A despeito da relevância e da intensidade das relações entre o esporte e o mundo dos negócios, no Brasil poucos foram os estudos históricos desenvolvidos acerca do tema.¹ No trato do assunto, há uma costumeira adoção de abordagens de natureza cultural e política, mas existem poucos diálogos estabelecidos com a História Econômica (Melo et al., 2013). Os investigadores do consumo tampouco prestaram a atenção a essa prática que tanto se articulou com iniciativas diversas de sociabilidade e de negócios.

Tendo em conta essa lacuna, este artigo objetiva discutir a trajetória da pioneira empresa fluminense especializada na venda de produtos esportivos: a Casa Sportman. Criada em 1909, manteve-se ativa até o fim dos anos 1930. Neste estudo, interessa-nos seu primeiro momento de funcionamento, até 1922, quando o português Manoel da Silva Mattos foi seu fundador, gestor e proprietário.

Nosso intuito é debater suas estratégias no sentido de inserir seu negócio na dinâmica de consumo que se estruturava no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, compreendendo os momentos iniciais da conformação do comércio de material esportivo que se dava em articulação com as mudanças em curso na capital do Brasil. Buscamos compreender as ações de Mattos como iniciativas de empreendedorismo em face das novidades que se delineavam no Rio de Janeiro.

De acordo com Porter e Vamplew (2019), desde o início dos anos 1990, tem crescido o número de investigações em língua inglesa sobre o esporte desenvolvidas a partir desse conceito, uma decorrência de sua popularização no cenário capitalista contemporâneo. Para citar um exemplo, Hardy (1990) demonstra que as empresas de material esportivo

¹ Entre os poucos estudos, citamos os de Santos (2010, 2015).

também ajudaram a popularizar certas modalidades ao venderem manuais de regras e equipamentos standardizados.

Hebért e Link (2009) sugerem que o empreendedor tem algumas características: assume os riscos diante das incertezas do negócio, investe seu capital, é um inovador, um tomador de decisões para alocar seus recursos econômicos. Trata-se, portanto, de um agente econômico dinâmico e ativo. E é dessa maneira que procuramos analisar o personagem Manoel da Silva Mattos.

Neste estudo, vamos articular esse conceito com o que nos países de língua inglesa é denominado de *Business History*. Pareceu-nos apropriado, antes de apresentar os resultados, conceder destaque aos aspectos teóricos e metodológicos adotados na realização da pesquisa.

Aspectos teóricos e metodológicos

O crescimento do interesse pela *Business History*, notado nas últimas décadas do século XX, teve relação com o avanço do neoliberalismo, cenário no qual as empresas privadas passaram a exercer grande influência. Se até esse período a investigação do assunto era majoritariamente conduzida por economistas e sociólogos, a partir de então os historiadores se tornaram mais atuantes (Barbero, 2003).

No caso da língua portuguesa, há uma peculiaridade ligada à tradução do termo. Usam-se duas designações para enfoques analíticos diferentes: história das empresas e história empresarial. A primeira foca na evolução dos empreendimentos em suas relações com as mudanças contextuais. A segunda privilegia os olhares sobre as ações de empreendedores no processo de desenvolvimento dos negócios (Barbero, 2003). Gonçalves e Saes (2017), todavia, sugerem que há um tipo de abordagem que, em diferentes graus, cruza a história das empresas com a história empresarial. Os autores, inclusive, preferem o uso do termo “história dos negócios”, para nós mais apropriado para definir o que buscamos investigar.

Há que se considerar que a *Business History* se situa numa zona de interface entre os campos da História, da Economia e da Gestão. O diálogo entre diferentes perspectivas de investigação trouxe importantes ganhos para o entendimento da trajetória das empresas e do mundo empresarial. Para Friedenson (2007), também contribuiu para repensar a própria pesquisa histórica.

Uma das contribuições mais significativas da *Business History* é estimular maior atenção à cultura material (produtos, artefatos, máquinas e prédios) e à história de vida, no intuito de melhor compreender as ações de gestores e empreendedores. Incentivados por tais indicações, em nosso estudo dedicamos atenção ao perfil e às iniciativas entabuladas pelo proprietário da Casa Sportman, tendo em conta a dinâmica de consumo do seu tempo.

O consumo é um tema que se tornou mais investigado a partir dos anos 1980, sendo central nos debates sobre a natureza da modernidade e do capitalismo. Nesse cenário, alguns estudos se debruçaram sobre as propagandas difundidas nos diferentes meios de comunicação. Lears (1994), por exemplo, apresenta um panorama de como a publicidade foi importante na conformação de certas aspirações da sociedade norte-americana, reconfigurando as atitudes em relação aos bens materiais.

Em nosso estudo, foi importante a investigação da publicidade da Casa Sportman. Esse material veiculado nos periódicos nos ajudou a prospectar algumas estratégias de Manoel Mattos tendo em vista a crescente demanda por materiais esportivos. A propósito, o aumento do trato do esporte em jornais e revistas ao longo dos anos é um indício do crescimento da sua importância na sociedade fluminense.

Um levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira permitiu perceber que, entre as décadas de 1850 e 1920, não só a palavra *sport* apareceu cada vez mais nos periódicos fluminenses como também cresceu significativamente o número de títulos que abordaram o assunto (mesmo quando houve a redução do total de revistas e jornais).

Tabela 1 – Presença da palavra *sport* em periódicos disponíveis na base da Hemeroteca Digital Brasileira (1850-1929)

DÉCADAS	TOTAL DE PERIÓDICOS HDB	NÚMERO DE PERIÓDICOS COM A PALAVRA <i>SPORT</i>	NÚMERO DE VEZES EM QUE A PALAVRA <i>SPORT</i> APARECE NO PERÍODO NA HDB
1850-1859	177	10 (5,6%)	54
1860-1869	254	18 (7,0%)	65
1870-1879	345	38 (11,0%)	193
1880-1889	514	75 (14,6%)	3.506
1890-1899	286	93 (32,5%)	13.479
1900-1909	271	92 (34,0%)	13.330
1910-1919	209	126 (60,0%)	34.673
1920-1929	173	131 (75,8%)	59.597

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (elaborado pelos autores).

Para analisar/interpretar a publicidade da Casa Sportman, tivemos em conta os desafios sugeridos por Trentmann e Otero-Cleves (2017) para que melhor se compreenda a história do consumo na América Latina. Mais do que encarar as propagandas como caminho de mão única, reconhecemos o desejo de certos setores da sociedade de participar do mercado, interferindo, portanto, nas formas de consumo que acabam por conformar certas identidades; em nosso caso, um determinado perfil: os *sportmen* e as *sportwomen*. Como apontou Trentmann (2004, p. 387), qualquer discussão “séria sobre a sociedade de consumo deve traçar as práticas e os significados do consumo, na medida em que são tecidos em estruturas e ações sociais que estão além do ‘balcão da loja’”.

Assim sendo, torna-se necessária uma investigação sobre as estratégias adotadas por empresários na condução do seu negócio. Procuramos ter em conta que suas ações estão alicerçadas em objetivos traçados a partir de uma avaliação do cenário em que estão inseridos. Isso é decorrente de decisões que se delineiam a partir de um processo de reflexões no qual se consideram conflitos e compromissos, principalmente quando se trata de resoluções que dão rumos diferentes aos negócios (Lamoreaux, 2001).

Para Chandler (1962), estratégia é o ato de determinar os objetivos fundamentais para um empreendimento, bem como as iniciativas a serem adotadas para que tais intuítos sejam alcançados. Isso envolve, entre outras ações, a alocação dos recursos necessários, a identificação dos desafios operacionais (como obter, armazenar, oferecer e distribuir os produtos) e estabelecimento de relacionamentos com outros empresários.

São ações tomadas pelos empresários para fazer a organização funcionar de acordo com seus recursos e experiências prévias, mobilizando ativos correntes ou potenciais e avaliando seus resultados de curto prazo em conexão com sua visão de futuro (Friedenson, 2007). Nesse cenário, Monod (1996) chama a atenção para a necessidade de se estudar a concorrência que se estabelece entre os proprietários, bem como o decorrente crescimento de uma cultura de *marketing*.

Ao ter em conta tal perspectiva, em nosso estudo consideramos a ideia de busca de posicionamento de mercado: uma loja procurou se diferenciar das outras ao adotar como carro-chefe alguns produtos específicos, identificando e fortalecendo uma demanda. Mattos forjou uma identidade organizacional, aquilo que os membros de um determinado grupo assu-

mem ser suas características centrais, distintivas e duradouras (Albert; Whetten, 1985).

Como vimos, ao entabular suas iniciativas, o empresário não é soberano, tendo que lidar com as escolhas de seu público-alvo. Ao considerar a postura ativa dos consumidores àquilo que é produzido e oferecido, muitos historiadores da área dos negócios ampliaram seu foco, direcionando o seu olhar para a distribuição.

Hudson (2003) observa que tal interesse despertou maior atenção para a trajetória de estabelecimentos de vendas. Entre outros, destaca-se o influente trabalho de Lipovetsky (2010) sobre as lojas de departamentos europeias e norte-americanas estruturadas no final do século XIX. Para esse autor, tais empresas adotaram uma política agressiva e sedutora de preços, oferta em grande escala, diversificação de produtos, alto giro de estoque e volume elevado de negócios. Por tais características, passaram a oferecer maior acesso ao consumo a diferentes grupos sociais.

O autor sugere ainda que a criação de novas estratégias de distribuição e divulgação transformou tais empreendimentos em verdadeiros “palácios de sonhos”, responsáveis por uma crescente homogeneização do consumo em diferentes locais do mundo (Fujioka; Stobart, 2018). Por tal perfil, as lojas de departamentos nos ajudam a entender algo do processo de globalização (Howard, 2015).

Em cidades como o Rio de Janeiro, lojas de departamento, tais como a Casa Colombo e a Parc Royal, conviviam com estabelecimentos que assumiam padrões semelhantes. Esse foi o caso da Casa Sportman. Com foco no material esportivo, ela adotou uma política de vendas sustentada na importação e diversificação de ofertas/preços, atendendo assim a diferentes públicos.

A história da Casa Sportman sob a gestão de Mattos deve ser observada também a partir do papel que cumpriu no processo de ampliação e homogeneização do consumo, bem como de renovação de formas de distribuição e divulgação de produtos. Nesse sentido, pareceu-nos interessante relacionar o estabelecimento com o desenvolvimento do comércio concentrado na região central da cidade, por sua importância no que tange à adoção de novos comportamentos de compra e venda.

Em nossa investigação, utilizamos fontes de naturezas diversificadas. Periódicos publicados no Rio de Janeiro permitiram perceber o perfil da Casa Sportman e as estratégias de negócios adotada por Mattos. Esse

material ajudou também a descortinar uma série de eventos da vida do empresário, inclusive alguns percalços que enfrentou.

Além de jornais, fizemos uso de prestigiosas revistas semanais ilustradas, tais como a *Careta*, *O Malho*, a *Revista da Semana* e a *Fon-Fon*. Essas revistas faziam parte de um setor específico da imprensa com capacidade de “conquistar tanto os leitores do pequeno mundo letrado, composto pelas elites intelectuais, como o grande público, que integra e compõe o grande conjunto da sociedade brasileira” (Oliveira; Velloso; Lins, 2010, p. 13).

O *Diário Oficial* nos deu acesso às peculiaridades formais do empreendimento. Tais informações ajudaram a minimizar uma lacuna da investigação, já que não foi possível, por restrição de acesso, consultar os documentos sobre a Casa Sportman disponíveis na Junta Comercial do Rio de Janeiro.

Outras duas fontes importantes foram o *Almanack Laemmert* – que permitiu não apenas perceber as mudanças de endereço da Casa Sportman, como também localizar seus vizinhos mais próximos para entender sua inserção na geografia comercial da cidade – e o Relatório do Ministério da Fazenda de 1919 – que ajudou a compreender a interação de Manoel Mattos com os demais setores da economia nacional do período.²

Para encerrar este item, devemos citar que alguns pesquisadores já perceberam a utilidade da *Business History* para a investigação do esporte, inclusive no que diz respeito ao tema central deste artigo: “O que os negócios esportivos podem nos dizer sobre a *Business History*? A inovação de novos produtos e serviços, sua variação para atender a uma segmentação de mercado, [...] são processos clássicos particularmente evidentes nos negócios esportivos” (Ross, 2014, p. 523). Reconhecendo que, a despeito desse potencial, não são muitas as pesquisas realizadas acerca da *Sport Business History*, o autor sugere maior atenção a tal alternativa de investigação. Hardy (1990) foi um dos pioneiros a propor que fossem estudados os produtos e serviços esportivos, bem como o

² Não foi possível localizar documentação da loja referente a balanços patrimoniais, demonstração de lucros e perdas e relatórios de diretoria no arquivo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. Esse tipo de documentação ajudaria a compreender o financiamento dos negócios e a lucratividade. Alguns dados dessa natureza foram obtidos no *Diário Oficial da União*.

papel desempenhado por empresários e investidores nesse setor. É o que pretendemos fazer neste artigo.

A Casa Sportman

No Rio de Janeiro, o uso do termo *sportman* se tornou corrente no decorrer da segunda metade do século XIX. A princípio, designava, de forma ampla, os envolvidos com o esporte na condição de praticantes, organizadores de eventos, sócios de clubes, jornalistas que cobriam as iniciativas e frequentadores habituais das competições. Conforme um mercado ao redor do esporte melhor se delineou, e com o aumento notável de sua popularidade, a palavra *sportman* passou também a ser utilizada para denominar quem adotava comportamentos julgados modernos: uma maneira mais leve de se vestir, posturas menos formais, hábitos mais ativos e ousados.

Até mesmo por isso, no início do século XX, alguns negócios começaram a utilizar em suas denominações os termos *sport* e *sportman*, mesmo que não tivessem relação direta com a prática. Esse foi o caso de dois estabelecimentos de São Paulo, o Grande Hotel & Rotisserie Sportman e a Sapataria Sportman. No Rio de Janeiro, na segunda década da centúria, houve a Rotisserie Sportman, o Sportman Bar, a Alfaiataria Sportman e o Salão Sportman. O diferencial da Casa Sportman é, a partir de certo momento, ter se apresentado como uma loja especializada na venda de produtos esportivos.

O proprietário, Manoel da Silva Mattos, como usual entre as famílias de portugueses estabelecidos no Brasil (Freitas Filho, 2002), sempre manteve contato com seu país de origem, inclusive integrando agremiações associativas dos lusitanos. Na Casa Sportman, empregou muitos patrícios, um costume que vinha do século XIX (Popinigs, 2007).³

Leite (1987) sugere que a emigração transatlântica era um empreendimento caro. Além dos altos custos das passagens, havia os gastos com passaporte e com a elevada fiança militar, uma taxa paga por homens

³ Um exemplo é o português Manoel Rodrigues Bisegn, cujo nome acabou ganhando as páginas dos jornais por ter se envolvido num crime (*Jornal do Comércio*, 25 de setembro 1916, p. 2).

que saíam do país como garantia de que cumpririam suas obrigações com as Forças Armadas portuguesas. Ainda assim, para além do grupo de mais abastados, do qual Mattos provavelmente fez parte, muitos portugueses vieram para o Rio de Janeiro para trabalhar como operários. Pesquisas como as de Melo, Araújo e Marques (2003) mostram, por exemplo, sua presença em fábricas como a Cervejaria Brahma, que, entre os anos de 1925 e 1935, possuía como empregados 49% de brasileiros e 42,5% de lusitanos.

Há que se ter em conta que oriundos de Portugal atuaram no Brasil em negócios dos mais diferentes perfis, de pequeno, médio ou grande porte (Lobo, 2001). Portugueses também atuavam no ramo das lojas de departamentos, como no caso da famosa Parc Royal, de propriedade da família Ramalho Ortigão (Gorberg, 2013).

Chama a atenção a citação do nome de Mattos e da Casa Sportman num anúncio no qual as famílias lusitanas foram conclamadas a dar preferência a estabelecimentos de propriedade de patrícios que apoiavam a recém-proclamada República em Portugal (1910). Segundo o reclame, tratar-se-ia do “escol da colônia Portuguesa”, “nossos mais estimados intelectuais” (*Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1911, p. 9). Esse parece ter sido o circuito social principal do empresário: portugueses donos de negócios que, em muitas ocasiões, tornavam-se parceiros nos empreendimentos.

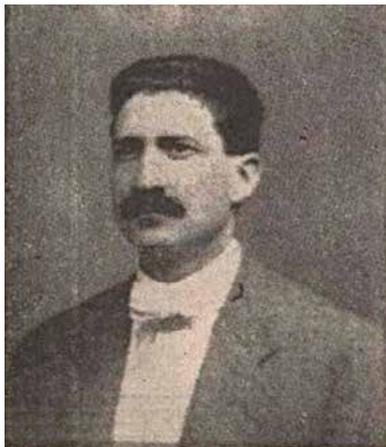
Mattos era personagem de certo renome em alguns círculos. Podemos observar sua inserção em importantes núcleos políticos e econômicos da Capital Federal. Vale observar que seus aniversários eram constantemente anunciados nas páginas de alguns jornais. Morava na Rua Pedro Americo, antiga Rua da Pedreira da Glória, situada no Catete, nas redondezas do Palácio do Barão de Friburgo, que abrigava a presidência da República desde o final do século XIX. Localizado nas cercanias da região central, na ocasião tratava-se de um dos melhores bairros do Rio de Janeiro, onde vivia parte da liderança intelectual e política do país.

O proprietário da Casa Sportman parecia possuir algum conhecimento do negócio e bom capital inicial. Antes de fundar a Casa Sportman, já atuava no ramo comercial, segundo informa sendo sócio da firma Lima & Mattos.⁴ Integrou ativamente as iniciativas de empresários

⁴ Mattos tinha como sócio, provavelmente, Manuel José Amoroso Lima, industrial,

importantes da cidade, em muitas ocasiões promovidas pela Associação de Empregados do Comércio ou pela Liga do Comércio.

Figura 1 – Manoel da Silva Mattos, apresentado como “negociante desta praça, chefe da conhecida Casa Sportman”



Fonte: *O Malho*, 25 de janeiro de 1916, p. 31.

Merece destaque que Mattos tenha decidido instalar a Casa Sportman na Avenida Central (que em 1912 passou a se denominar Avenida Rio Branco). Inaugurada em 1904, foi uma obra simbólica das reformas urbanas promovidas na capital da República, lideradas por Pereira Passos e Rodrigues Alves. Impressionava pelos padrões de modernidade adotados e pelo investimento dispendido na sua construção. Foram centenas de casas coloniais destruídas para dar lugar a edifícios cujos projetos, escolhidos por concurso, foram da lavra de arquitetos sintonizados com a ideia de progresso.⁵ Planejada à feição dos bulevares de Paris, ali se encontravam

[...] as principais casas comerciais, as sedes dos jornais, as grandes companhias, clubes, hotéis, e vários edifícios do governo. [...] São definidas três

diretor da Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, filho de um português de mesmo nome.

⁵ O engenheiro encarregado pela construção da Avenida Central, Paulo de Frontin foi outro importante líder das reformas urbanas.

zonas distintas na avenida: a parte mais ao sul, da Avenida Beira-Mar até a Rua São José, abriga as edificações de estabelecimentos públicos, institutos e associações; no centro, entre as Ruas São José e General Câmara, estão as grandes lojas de moda, confeitarias, cafés, jornais e bancos; e, na parte mais ao norte, da Rua General Câmara até a Praça Mauá, os comércios de importação e exportação, além dos grandes bancos do mercado financeiro. (Pinheiro, 2011, p.134)

Na Avenida Central/Rio Branco, a Casa Sportman, fundada em 1909, localizava-se no número 101 – entre a Rua do Hospício (atual Rua Buenos Aires) e Rua do Rosário, na zona central do logradouro citada por Pinheiro (2011), onde se encontravam “as grandes lojas de moda”. Ao seu redor, situavam-se importantes estabelecimentos, como a Casa Sucena e a Casa Colombo (lojas de departamentos), a Casa Hasenclever (material de construção), a Alfaiataria Garcia e a Joalheria La Royale.

Nas proximidades da Casa Sportman, encontrava-se ainda um dos maiores empreendimentos do logradouro, o Hotel Avenida, que ocupava um quarteirão. Havia também algumas lojas que vendiam produtos de alto preço, como a Guinle e Comp., importadora e revendedora de peças de luxo, como a vitrola Victor, cujo modelo mais barato custava 400\$000.⁶

No logradouro, havia intensas iniciativas de propaganda, ajudando a consolidar seu perfil de centro de consumo. Em 1913, foi instalado o primeiro grande anúncio publicitário luminoso da capital, no alto de um dos prédios. Tratava-se de um reclame da empresa Daudt & Lagunilla, cujo sócio era José Lyra, um dos pioneiros agentes de publicidade do Distrito Federal (Ramos, 1985). Segundo um cronista, o aparato media cerca de dez metros de altura. Havia sido importado dos Estados Unidos, montado por um engenheiro norte-americano e deslumbrado “quantos à noite perlustraram a grande artéria central da cidade” (*O Malho*, 7 de junho de 1913, p. 17).

Essas considerações sobre a Avenida Central/Rio Branco são importantes para prospectarmos a decisão de Mattos de por lá instalar a Casa Sportman. O local era o foco de interesse dos jornais e revistas que

⁶ Preço 20% maior do que o gasto médio mensal com alimentação de uma família de sete pessoas (Tabela com valores de 1915 a 1935 publicada no *Jornal do Comércio* em 2 de janeiro de 1936, p. 5).

ditavam a moda na capital.⁷ Tratava-se também do principal espaço de exaltação e produção de regras de consumo da cidade.

Com a crescente disseminação de diferentes produtos, o consumidor precisava ser educado para confiar não mais somente no vendedor, mas sim na marca (Lipovetsky, 2010). A publicidade desempenhou essa função, especialmente a partir da transição dos séculos XIX e XX. O campo esportivo não tardou a se relacionar com essa alternativa de divulgação.

No Rio de Janeiro, desde pelo menos o quartel final do século XIX, pode-se observar as mais diferentes estratégias de publicidade ao redor do esporte: anúncios dos próprios eventos esportivos para atrair o público, propagandas de produtos diretamente utilizados para a prática, reclames de empresas que procuravam relacionar seu nome com alguns símbolos que foram se forjando ao redor do fenômeno (Melo, 2008).

Nos anos 1910, essas estratégias de propaganda se acentuaram. No período, a publicidade em geral assistiu a um grande avanço em função de quatro fatores: uma melhor estruturação de um mercado de consumo (relacionado ao fortalecimento da indústria e do comércio, bem como de uma cultura cidadina), o aperfeiçoamento dos meios de reprodução gráfica e da imprensa (especialmente das revistas ilustradas), o aumento da influência cultural norte-americana e o surgimento das primeiras agências especializadas (Ramos, 1985).

A Casa Sportman se inseria nesse cenário até mesmo por fazer parte de um setor econômico que teve grande expansão no momento, o têxtil e de vestuário. Da mesma forma, até mesmo em função das limitações do parque industrial nacional, fez uso constante da importação de produtos.⁸

Isso também era utilizado como estratégia de propaganda. Constantemente, nos seus anúncios informava o recebimento de remessas do exterior, especialmente da Inglaterra e dos Estados Unidos. Por exemplo, a Casa Sportman vendia a famosa bola inglesa Shillcock,⁹ apresentada

⁷ Revistas como *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* usualmente publicavam fotos de gente distinta e bem-trajada a desfilar pela Avenida, a exhibir a última moda, como ressaltado nos títulos das imagens. Por exemplo, “Um aspecto da moda na Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco” (*O Malho*, 24 de fevereiro de 1912, p. 47).

⁸ Em diversas ocasiões, Mattos interpôs recursos para facilitar o processo de importação de produtos. Ver, por exemplo, entre outros, *Diário Oficial*, 5 de março de 1918, p. 32.

⁹ De acordo com Tranter (1998), William Shillcock era dono de uma fábrica de bolas

como a “única adotada pela Liga”¹⁰ (*Sports*, 6 de agosto de 1915, p. 2). Também oferecia as raquetes Spalding,¹¹ consideradas como as mais afamadas do mundo (*Revista da Semana*, 30 de outubro de 1915, p. 9) e como “as que garantem o maior êxito do tenista” (*Careta*, 20 de novembro de 1915, p. 43).

Podemos imaginar que era necessário dispor de bom capital para garantir tais importações, bem como a constante publicidade desses produtos. Ainda mais, requisitava-se algum conhecimento do mercado. Para tal, o proprietário da Casa Sportman utilizava estratégias diversas. Uma delas era contratar especialistas para indicar o que deveria ser adquirido, como um certo Mc. Gregory, que além de dar sugestões sobre o material de tênis, atuava na loja com o conserto de raquetes (*Careta*, 20 de novembro de 1915, p. 43).

Mattos chegou a ir algumas vezes a Londres para trazer novidades para vender no Rio de Janeiro.¹² A propósito, o fato de suas viagens serem anunciadas por cronistas pode ser considerado mais um sinal de que gozava de certa notoriedade na sociedade fluminense da época. Para anunciar esses valorizados produtos, a Casa Sportman constantemente utilizou o recurso das fotografias, também usadas para apresentar a loja, uma estratégia adotada para deixar claros os compromissos com a oferta de bens modernos, refinados e de qualidade.

Pode-se perceber as diversas fases da Casa Sportman por meio de sua publicidade. A princípio foi modesta. No primeiro ano de funcionamento, publicou um pequeno “tjolinho” no *Almanak Laemmert* (1909, p. 2240). Logo, os reclames, ainda em formato bem simples, passaram também a ser veiculados em jornais de grande circulação, tais como o

que levavam seu sobrenome. No início da década de 1910, era uma das mais ativas do mundo, chegando a vender entre 40.000 a 50.000 peças por ano.

¹⁰ O anúncio fazia referência ao fato de a bola ser utilizada nos jogos da Liga Metropolitana de Esportes Atléticos (posteriormente, Liga Metropolitana de Desportos Terrestres), responsável por organizar, no Rio de Janeiro, os campeonatos de futebol que congregavam as equipes mais famosas (Santos, 2012).

¹¹ Peter Levine (1985) demonstrou que A. G. Spalding criou uma nova indústria de material esportivo pautada na inovação e diversificação de seus produtos. Garantiu seu crescimento por meio da compra de empresas rivais e abertura de novos canais de distribuição, inclusive de exportação.

¹² Mattos aproveitou essas viagens para também fazer propaganda de seu estabelecimento. Ver, por exemplo, *O Malho*, 25 de janeiro de 1916, p. 31.

Jornal do Comércio, *O Imparcial* e a *Gazeta de Notícias*, e também em gazetas menores, como *A Lanterna*, *A Noite*, *A Notícia*, *A Rua*, *O Século*, entre outros.

Nesse primeiro momento, a Casa Sportman ainda se apresentava como uma loja de sapatos e chapéus.¹³ Seu principal produto de venda era o “calçado *sportman*”, importado dos Estados Unidos (“*american style canguru*”), cujo valor variava de 20\$000 a 22\$000 (*A Notícia*, 28 e 29 de janeiro de 1910, p. 3). Há que se registrar que se tratou de um momento em que os produtos norte-americanos começaram a circular mais amiúde no país (Sevcenko, 1992).

Ainda que, ao fim do ano, o preço tenha baixado para entre 18 e 20\$000 (*A Notícia*, 8 e 9 de dezembro de 1910, p. 4), tratava-se de um produto caro. Para que se tenha uma ideia, com o custo de um sapato seria possível comprar 20 quilos de carne fresca ou cerca de 40 quilos de pães.¹⁴ A redução do preço do calçado pode mesmo indicar o intuito de alcançar públicos maiores, talvez até em função de vendas abaixo do esperado.

Em 1910, a Casa Sportman anunciou a venda de outro modelo de calçados, os borzeguins, usado por militares, mas também, durante anos, como chuteira por jogadores de futebol (Sabino, 2007). Aparentemente, tratou-se de uma primeira aproximação do empreendimento de Mattos com o campo esportivo.

De fato, o *Almanak Laemmert* de 1911 trouxe uma novidade: a propaganda da Casa Sportman a apresentou como uma loja de calçados e “artigos para *sport*” (*Almanak Laemmert*, 1911, p. 1185). Desde então, Mattos passou a investir cada vez mais nesse perfil, uma estratégia na tentativa de abocanhar uma parte específica do mercado. Adotando uma nova identidade organizacional, o empreendimento foi pioneiro em declarar-se explicitamente dedicado à venda de material esportivo.

A partir desse momento, Mattos passou a investir mais intensamente na publicidade, constantemente apresentando a Casa Sportman como a “única no Gênero” de venda de material esportivo (*O Século*, 25 de abril de 1912, p. 4). Chegou a informar um número de patente que,

¹³ Nas edições do *Diário Oficial* de 17 de fevereiro (p. 17) e 2 de março de 1909 (p. 14), percebe-se que, a princípio, o intuito era atuar exclusivamente nesse ramo.

¹⁴ Tabela com valores de 1915 a 1935 publicada no *Jornal do Comércio* em 2 de janeiro 1936, p. 5.

supostamente, garantia seu pioneirismo no ramo.¹⁵ A propaganda tinha, nesse sentido, algo de pedagógico. Havia que se delinear mais claramente um público consumidor para que o negócio prosperasse.

Mattos manteve a publicação de anúncios nos jornais de circulação diária. Todavia, seu mais notável investimento passou a ser nas mais prestigiosas revistas semanais ilustradas. Nesses periódicos, ao lado de reclames que apresentavam produtos da última moda europeia ou norte-americana, artigos e matérias exaltavam as novidades e ditavam as normas do que deveria ser usado (e comprado) (Oliveira;Velloso; Lins, 2010).

Mattos também investiu em periódicos de público específico, como a revista infantil *Tico-Tico*. Da mesma forma, receberam atenção especial, por motivos óbvios, os suplementos e periódicos esportivos, como o *Sports*. O *Almanak Laemmert* não foi esquecido. Em todos os anos investigados, houve anúncios da Casa Sportman.

Percebe-se que a estratégia publicitária de Mattos também revela as restrições que adotou. Não foram encontrados anúncios da Casa Sportman em periódicos operários, da imprensa negra e suburbanos,¹⁶ provavelmente um público que o empresário não considerava como seu consumidor em potencial.

Nessa nova fase, os reclames deixaram de ser somente pequenos informes e passaram a adotar os mais diferentes formatos, inclusive ocupando espaços mais amplos das folhas, o que sugere que Mattos dispunha de recursos e disposição para investir. No *Laemmert*, em duas edições foram publicados anúncios de página inteira (*Almanak Laemmert*, 1914, p. 1186-11; 1918, p. 133). Na *Gazeta de Notícias*, propagandas chegavam a ocupar uma coluna inteira. Nas revistas ilustradas, percebe-se ainda maior zelo na publicidade, até mesmo com a contratação de ilustradores para execução de desenhos alusivos aos produtos, um recurso bastante utilizado na ocasião.

Sua atenção ao futebol, provavelmente para o qual vendia mais pro-

¹⁵ Mattos se preocupou, em diversas ocasiões, em registrar suas marcas na Junta Comercial, especialmente as de bolas. Ver, por exemplo, o *Diário Oficial* de 22 de maio de 1913.

¹⁶ Especialmente nos subúrbios, houve muitos periódicos de menor porte, em geral dedicados a difundir notícias sobre o cotidiano e reivindicações locais. Para mais informações, ver Mendonça (2011).

duto, foi explicitada não só na exibição de material esportivo, como também de belas gravuras de jogadores. Em geral, as imagens procuravam enfatizar a movimentação da modalidade e uma postura ativa do personagem, algo que ia ao encontro do perfil de *sportman* que se veiculava nos meios de comunicação.

A nova loja na Rua dos Ourives

Em 1914, Mattos inaugurou um segundo estabelecimento que ocupava dois números (23 e 25) da Rua dos Ourives (atual Rua Miguel Couto), entre a Rua do Hospício e a Rua do Rosário, praticamente na esquina com a Avenida Rio Branco. A nova loja era uma central de material esportivo, enquanto no antigo endereço era mais forte o comércio de sapatos. Na Rua dos Ourives, ocupou o espaço de dois reconhecidos negócios, uma filial da Casa Sucena (número 23) e o Café Jamaica (número 25). O Café Jamaica fazia referência a um dos mais comercializados, apreciados e refinados tipos de café do mundo. Como se tratava de lojas com perfis distintos, percebe-se que Mattos teve que fazer altos investimentos para reestruturá-las a fim de instalar a Casa Sportman. Foi mais uma decisão estratégica do empresário para dispor de um espaço maior em função do bom resultado de vendas e do aumento do catálogo de produtos.

Nesse mesmo ano, uma ocorrência, denominada por um cronista de “Grande escândalo com o qual muito lucrou o Sr. Mattos” (*A Noite*, 18 de julho de 1914, p. 6), dá uma pista de outra estratégia do empresário. Em julho, com grande repercussão pública, o Rio de Janeiro recebeu uma equipe britânica profissional de futebol, o Exeter City, que disputou várias partidas com os times da cidade. Os jogadores ingleses foram passear na Avenida Rio Branco. Chamou-lhes a atenção o material esportivo disponível na Casa Sportman.

Mattos os levou à loja da Rua dos Ourives, onde havia “maior sortimento de sapatos, bolas e outros jogos” (*A Noite*, 18 de julho de 1914, p. 6). Com isso, “muito lucrou o Sr. Mattos”: uma multidão teria invadido seu estabelecimento. Uma das compradoras teria dito ao cronista: “Bendigo os empurrões que levei, pelo prazer que tive em comprar um bom sapato”.

A matéria se encontra na seção de variedades, não na de esportes. O fato houve, mas a notícia parece ter sido também uma propaganda “ocasional” da loja. Mattos, em diversas ocasiões, procurou aparecer nos periódicos sem pagar por publicidade. Fazia isso se aproximando de iniciativas do campo esportivo, por meio de patrocínio de concursos, oferta de taças para campeonatos, concessão de prêmios para os melhores jogadores e venda de ingressos para eventos.

Há que se ter em conta que, em diversas ocasiões, a publicidade da Casa Sportman ressaltou que uma de suas qualidades era possuir “o mais vasto armazém de calçados e artigos para esporte” (*Careta*, 13 de fevereiro de 1915, p. 42), possível em função do tamanho da filial. Mesmo que a Rua dos Ourives não tivesse o mesmo prestígio que a Avenida Central/Rio Branco, o estabelecimento seguiu inserido no foco da vida *fashionable* do Rio de Janeiro. Esse duplo endereço era uma estratégia adotada por outras lojas importantes da cidade, como a Casa Colombo.

A propósito, tendo como fonte o *Almanak Laemmert*, percebe-se que na Avenida Central, no ano de 1910, dos 142 estabelecimentos listados, 62 eram dedicados ao comércio, isto é, 43,6%. Já na Rua dos Ourives, dos 90 estabelecimentos listados, 66 eram comerciais, um total de 73,3%, mostrando-se importante referência do comércio do centro da cidade.

No novo endereço, a Casa Sportman seguiu rodeada por importantes estabelecimentos, como a Chapelaria Leiva, o Armarinho Schalbé, a loja de malas e couros Soeiro & Braga, a Casa Lapport (venda de armas e munições) e a Drogaria Werneck. Outro estabelecimento importante da rua era a Casa Sucena, um dos mais antigos estabelecimentos de venda de roupas e acessórios do Rio de Janeiro, com matriz na Rua da Quitanda. A filial da Rua dos Ourives foi inaugurada, em 1907, em um “prédio magnífico, construído para aquele fim” (*O Malho*, 8 de junho de 1907, p. 9).

A nova loja da Rua dos Ourives empregava cerca de sete funcionários.¹⁷ Vale destacar que possuía telefone (n. 2419), uma novidade relativamente recente, somente acessível para os que dispunham de mais recursos. Em pouco tempo, Mattos fechou a Casa Sportman na Avenida

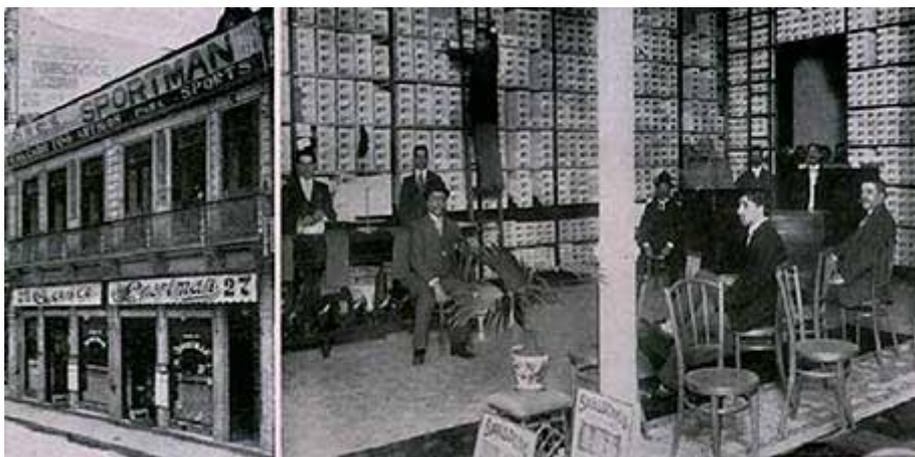
¹⁷ Número estimado a partir de uma fotografia cuja legenda informava ser o conjunto de funcionários da loja (*Careta*, 21 de setembro de 1912, p. 28).

Central/Rio Branco e abriu, no mesmo espaço, a Casa Rex, especializada em sapatos e chapéus.

Fica claro que o empresário segmentou o setor em um empreendimento próprio, algo que explicitou na fachada da Rua dos Ourives, na qual se lia: “artigos para esporte”. Há que se ter em conta que Mattos não tinha ligação com o campo esportivo. Seu envolvimento parece mesmo ter se dado em função de sua visão empreendedora.

Na imagem a seguir, pode-se ver, à esquerda, a fachada da loja da Rua dos Ourives. À direita, o interior do estabelecimento com funcionários e Manoel Mattos, sentado na cadeira, de frente, muito bem trajado, mais um sinal de seu sucesso financeiro. Percebe-se nas imagens que já assumia vender “artigos para esporte” (foto da esquerda), entre os quais da Spalding (ver cartaz na parte inferior da foto da direita).

Figura 2 – Casa Sportman



Fonte: *Careta*, 21 de setembro de 1912, p. 28.

De alguma maneira, Mattos percebeu, talvez até mesmo devido às vendas de borzeguins nos anos de 1909 e 1910, que o esporte se tornara mais estruturado e mais valorizado pela população, uma parte da qual progressivamente deixava de somente assistir para também praticar. Devemos citar a consolidação de diferentes modalidades, entre as quais a do futebol, que rapidamente foi eleito o preferido pela sociedade fluminense. Há que se ter em conta que, na década de 1910, surgiram

várias ligas de futebol espalhadas pelos subúrbios do Rio de Janeiro (Santos, 2010).

Não surpreende que, além dos já citados borzeguins, um dos primeiros produtos a fazer sucesso na Casa Sportman tenha sido o livro *Regras de futebol*, um dos pioneiros dedicados à modalidade. Importados de Londres, oferecia ainda “camisas, bolas, pneumáticos, *shooteiras* inglesas, gorros, apitos, bombas etc.” (*Careta*, 7 de junho de 1912, p. 14).¹⁸ No decorrer do tempo, Mattos foi ampliando o número de produtos oferecidos.

Um anúncio de 1916 nos permite perceber que as bolas variavam de 8\$000 a 35\$000 (*Careta*, 26 de fevereiro de 1916, p. 39). Da mesma forma, eram vendidas câmaras de ar mais baratas (de 3\$000 a 6\$000) para substituição, caso o couro (invólucro externo) ainda estivesse em boas condições. Esse grande intervalo de valores sugere que a loja estava disposta a atender a público de diversos estratos socioeconômicos, mesmo que parte do material não fosse acessível à maioria da população.¹⁹

A Casa Sportman foi também uma das primeiras a vender material para a prática do tênis (ou *lawn tennis*, como era colocado à época). Era amplo o espectro de opções de raquetes. Os preços iam de 10\$000 (uma infantil), passando por 20\$000 (marca Rex), chegando a 45\$000 e 50\$000 (das marcas Doherty e Spalding) (*Careta*, 25 de novembro de 1916, p. 27). Os valores eram ainda mais altos se comparados a produtos populares, a materiais ligados ao futebol e aos bens de primeira necessidade.

Além do material para futebol e tênis, a Casa Sportman passou a oferecer produtos para boxe, ciclismo, patinação, polo aquático e remo. Vale citar que se vendia também os equipamentos de ginástica confeccionados por Enéas Campelo, proprietário do Centro de Cultura Física, na ocasião um dos principais estabelecimentos da modalidade na cidade (*Lanterna*, 28 de abril de 1917, p. 4).

A Casa Sportman, portanto, dialogava com outros estabelecimentos da região central da cidade. Oferecendo alternativas de produtos e preços,

¹⁸ Além do já citado, a Casa Sportman vendia também calções, meias e bonés. Manteve-se sempre vendendo livros de regras de várias modalidades, além de outras publicações ligadas ao esporte.

¹⁹ Se compararmos com o preço de outros produtos esportivos, o valor da bola mais barata equivalia a 16 ingressos (\$500 cada) para as áreas populares dos jogos da primeira divisão do campeonato de futebol da Liga Metropolitana (Santos, 2010).

ainda que de acesso restrito a determinados grupos, contribuía com a conformação do perfil daquela zona de consumo. Além disso, forjava representações sobre a adoção de comportamentos modernos a partir de hábitos ligados ao esporte. Alimentava uma autoproclamada autoridade no assunto por meio da expansão da venda de livros de regras e material apresentado como adequado. Esses elementos eram cruciais na conformação do esporte não só como espetáculo a ser assistido, mas também prática popularizada de lazer.

A concorrência

A Casa Sportman, contudo, não ocupou sozinha, por muito tempo, esse espaço no mercado. Logo surgiram concorrentes. Vale perceber que, em 1914, já havia um item “*Sports*” no *Almanak Laemmert*, um sinal de que melhor se delinear a esse perfil de negócios. Se antes somente a Casa Sportman se apresentava como especializada no setor, na edição daquele ano, na nova seção, também anunciaram Alfredo Elysiario da Silva, J. M. da Costa & C. e a Casa Clark, que, fundada no século XIX como loja de sapatos, parecia mais ativa no mercado de material esportivo (*Almanak Laemmert*, 1914, p. 1186-10).

Além dessas empresas, a Companhia Industrial e Importadora Atlas informava ser especialista na “importação de meias, futebol, perneiras, artigos de viagem e esporte” (p. 992). Até a Grande Fábrica dos Cofres Leão anunciava em jornais menores a venda de “todos os artigos de *sportman*” (*Lanterna*, 6 de março de 1917, p. 6).

Havia ainda a Casa Stamp, que chegou a gozar de certo reconhecimento. Era das mais fortes concorrentes da Casa Sportman. Suas propagandas foram também publicadas nos principais veículos da imprensa fluminense, algumas com belas fotografias que exibiam os produtos ofertados.²⁰ No entanto, o número de suas inserções publicitárias foi bem menor do que o estabelecimento de Mattos, concentrada nos anos

²⁰ A *Careta* chegou a publicar matéria de meia página sobre a inauguração da Casa Stamp, acompanhada de fotografia do interior da loja. Intitulada “Mais um belo estabelecimento que surge”, apresentou-a como um “grande magazine” que vendia, entre outras coisas, calçados “*chics* e modernos”, além de “todo o sortimento de artigos para futebol, tênis, meias e miudezas” (*Careta*, 30 de outubro de 1915, p. 33).

de 1915 e 1916. Mais ainda, a oferta de material esportivo não era tão central.

Algumas lojas de departamento também se apresentaram como concorrentes da Casa Sportman. A Casa Colombo era uma das maiores do Rio de Janeiro, bem como das que mais investia em publicidade veiculada nas revistas. Em muitas ocasiões, dedicou suas belas propagandas para divulgar a venda de produtos esportivos. Em outras, inseriu a prática em anúncios mais gerais, como em um de 1915, no qual há uma imagem de rapazes agrupados, um deles com uma raquete de tênis, acompanhada pela frase: “Casa Colombo acompanha dia a dia a evolução da moda” (*Careta*, 9 de outubro de 1915, p. 33).

Nas páginas dos jornais e revistas fluminenses, nenhuma dessas empresas se aproximou da notoriedade do empreendimento de Mattos no que tange à venda de materiais esportivos. De toda forma, o crescimento da concorrência fez com que o empresário precisasse se posicionar de maneira diferente no mercado. Entre outras ações, procurou mais enfaticamente marcar sua originalidade e pioneirismo, algo que fica claro num de seus anúncios: “Casa Sportman – sempre imitada, nunca igualada” (*O Malho*, 27 de janeiro de 1917, p. 2).

Além da já citada postura mais agressiva na publicidade, maior investimento no estoque e aumento dos produtos oferecidos, a Casa Sportman começou a distribuir catálogos e vender material esportivo para todo o país, criando uma seção exclusiva para prestar tal serviço, bem como uma de atacado. Eram usuais promoções para quem adquirisse um valor mínimo.

Em função de tais decisões, Mattos precisou encarar novos desafios operacionais. Por exemplo, um obstáculo encontrado para que o viés postal de seu negócio se desenvolvesse foi a ineficiência dos correios na entrega das encomendas. Mais de uma vez, o proprietário usou os jornais para reclamar desses problemas.²¹

De toda forma, o serviço parece ter sido bem utilizado, ampliando o renome da loja. Um leitor da revista *O Tico-Tico*, morador da cidade de São João do Paraíso (Minas Gerais), escreveu para a coluna “Dr. Sabetudo”²² perguntando como adquirir material esportivo. A resposta

²¹ Ver, por exemplo, *A Noite*, 3 de dezembro de 1918, p. 4.

²² Nessa seção, respondiam-se perguntas enviadas por cartas que chegavam de todo o país.

foi: “Se se trata de bolas e calçados – Casa Sportman, de M. Mattos” (*O Tico-Tico*, 27 de fevereiro de 1918, p. 6).

Outra estratégia adotada pelo empresário foi, como citado previamente, aproximar-se de iniciativas do campo esportivo. Passou, por exemplo, a comercializar camisas de clubes, o que ampliou sua popularidade ao mesmo tempo em que conformou um novo hábito de consumo, atendendo aos desejos dos torcedores de se identificar com suas agremiações do coração.

Outra iniciativa relevante foi buscar maior proximidade com a Liga Metropolitana. Além da já citada cessão das bolas Shillcock para os jogos, em 1916, a Casa Sportman ofereceu um prêmio para o melhor goleiro do campeonato da primeira divisão (*A Noite*, 29 de junho de 1915, p. 4). No ano seguinte, em conjunto com o jornal *Lanterna*,²³ promoveu um concurso para escolha do melhor jogador da competição. O vencedor recebeu um par de “chuteiras modelo Robinson” (*Lanterna*, 1 de março de 1917, p. 5).

A Casa Sportman ainda exponenciou um recurso que já era utilizado por outras empresas desde o início do século XX: relacionar marcas a atletas de destaque. Conforme descreve Melo (2007), nas páginas de periódicos fluminenses dos anos 1900 encontramos breves ditos como estes: “Os remadores do Natação/ em vez de cerveja ou vinho/ bebem, à mesa/ a Emulsão da Farmácia Abreu Sobrinho”; “Na pista do Velo-Club/ chegou na ponta Joãozinho/ porque bebeu/ Emulsão da Farmácia Abreu Sobrinho”; “De ser um bom remador/ Amendola deu prova cabal/ Pois bebeu Porto Invalid/ Da Casa Silva Cabral”.

Mattos também percebeu que os atletas se tornavam progressivamente figuras ilustres. A Casa Sportman relacionou um dos seus principais produtos a um dos mais conhecidos jogadores de futebol daquele período, o goleiro Marcos Carneiro de Mendonça (Pereira, 1997), talvez o primeiro “garoto-propaganda” do futebol brasileiro. Sua foto estampava o reclame das “chuteiras modelo Marcos”, anunciadas como as que “Não deixam entrar a bola no gol” (*Fon-Fon*, 1 de janeiro de 1916, p. 22).

²³ Mattos também procurou fomentar boas relações com a imprensa, entre outras ações, enviando cartões de boas festas, brindando periodistas com alguns produtos de seu catálogo, apoiando concursos de jornais e revistas com a oferta de alguma peça, fazendo campanhas promocionais em conjunto.

Figura 3 – Anúncio da Casa Sportman



Shooteiras Modelo
MARCOS

**NÃO DEIXAM ENTRAR
A BOLA NO "GOAL"**

37 a 44	—	16\$
33 a 36	—	14\$
26 a 32	—	12\$

CASA SPORTMAN
R. Ourives 25 e Avenida 52

Fonte: *Fon-Fon*, 1 de janeiro de 1916, p. 22.

No cenário de uma sociedade que crescentemente valorizava a prática de atividades físicas, Mattos identificou que se delineavam novas oportunidades de vendas para outros públicos, entre os quais escolas que passaram a investir mais nas aulas de educação física. Na ocasião, o esporte começava a dividir espaço com a ginástica entre os conteúdos lecionados. Era preciso adquirir material para tal. A Casa Sportman se apresentava como opção, como no caso do Ginásio Anglo-Brasileiro,²⁴ referenciado em uma das suas propagandas:

O modelar instituto de educação, com todos seus alunos em exercícios físicos, uniformizados completamente desde o chapéu, camisa, calção, meias, sapatos e *tutti quanti* pela conceituada Casa Sportman – a única aparelhada para fornecer a todos os colégios e clubes pelo seu colossal estoque de artigos esportivos e oficinas próprias. (*Careta*, 18 de dezembro de 1915, p. 33).

A Casa Sportman passou também a vender produtos para banhos de mar, um hábito que veio se delineando desde meados do século XIX e que, a partir dos anos 1910, difundiu-se ainda mais no Rio de Janeiro

²⁴ Entre outros, a Casa atendia também o Anchieta, o Aldridge, o Sion e o São José.

(Melo, 2001; O'Donnell, 2013). Impulsionou o costume, além do aumento de preocupações com a saúde e a higiene, o já citado cenário de maior valorização das atividades físicas, bem como referências que naquela década seguiam chegando do exterior por meio do cinema e das revistas estrangeiras.

As possibilidades de exposição corporal se ampliavam, como usual, interferindo nas vestimentas (Leite, 2013). A Casa Sportman não ficou alheia e anunciou: “Costumes completos, americanos, para todas idades e ambos os sexos, camisas, calções, sapatos, salva-vidas e toucas” (*Revista da Semana*, 24 de fevereiro de 1917, p. 8). Mais do que nunca, as mulheres se tornaram também um público-alvo.

Perceba-se a acuidade de Mattos para interpretar os movimentos da cidade. Em algumas propagandas, gravuras de um homem e uma mulher, em postura descontraída e alegre, ornamentam reclames encimados pela palavra “Copacabana” (*A Rua*, 5 de abril de 1918, p. 5), uma clara referência ao balneário que vinha substituindo as praias da Baía de Guanabara na preferência dos fluminenses (O'Donnell, 2013).

Enfim, Mattos tinha clareza da potencialidade de seu negócio a partir de um olhar acurado sobre o que ocorria na sociedade fluminense. No entanto, a partir do final dos anos 1910, começou a enfrentar diversos problemas, a despeito de o contexto apontar uma potencial ampliação do mercado esportivo.

Os anos finais de Mattos na gestão da Casa Sportman

Em 1918, o Brasil sediaria pela primeira vez o campeonato sul-americano de futebol, adiado para 1919, por conta da pandemia de gripe espanhola. O evento foi um sucesso de público e tomou conta dos periódicos do Rio de Janeiro. Mais ainda, a seleção brasileira sagrou-se campeã.

O que apontaria para uma ampliação do interesse do público pelo esporte e um potencial de incrementar os negócios de Mattos esbarrou em uma reforma alfandegária realizada em 1919. Entre outras decisões, determinou-se a isenção de impostos para “material desportivo importado diretamente pelas sociedades atléticas de Futebol e Remo que estejam filiadas a ligas reconhecidas” (Relatório do Ministério da Fazenda,

1919, p. 761). O empresário deixava de ter um dos principais trunfos na gestão da Casa Sportman, perdendo parte importante de seu mercado, já que as agremiações comprariam direto do fornecedor estrangeiro.

A reforma alfandegária prejudicou muitos empresários. Em um documento enviado ao Ministério da Fazenda, em 1919, associações e empresas do comércio e da indústria, principalmente de Rio de Janeiro e São Paulo, exigiram uma nova revisão nas tarifas alfandegárias. Mattos participou ativamente dessas iniciativas, sendo um dos signatários do recurso interposto.

No início de 1920, surgiu outro problema. Um decreto obrigou a adoção de palavras nacionais nos letreiros dos estabelecimentos. Qualquer termo estrangeiro deveria ser “nacionalizado”. A multa era alta: 1:000\$000 (Decreto Municipal 2.128, 25 de agosto de 1919). A Casa Sportman, junto com o British Bank e a loja de departamento Parc Royal, entre outras, recusavam-se a proceder à mudança, alegando que seus nomes tinham sido aprovados no ato dos registros oficiais dos negócios.

Mattos teve ainda prejuízos com dois assaltos ocorridos em 1922. Na primeira ocasião, a Casa Sportman, junto com outras lojas, foi roubada por Luís Domingues, um português que trabalhava para vários estabelecimentos do Centro. Quando foi preso em sua residência, foram encontrados materiais esportivos diversos (*Correio da Manhã*, 12 de janeiro de 1922, p. 4). A segunda vez foi anunciada com ironia: “Ladrões que cultivam o esporte bretão” (*A Noite*, 27 de março de 1922, p. 5). Segundo o cronista, os ladrões levaram “bolas, camisas, calções, bonés, bombas, etc.” (*O Paiz*, 28 de março de 1922, p. 5). De acordo com outro periodista, Mattos teve um prejuízo de 1:500\$000 (*O Brasil*, 28 de março de 1922, p. 4).

Na verdade, não conseguimos saber por qual motivo o negócio já vinha parecendo menos aquecido. Percebe-se, por exemplo, que o número de inserções publicitárias diminuiu drasticamente. Entre 1919 e 1922, não há anúncios nas revistas. Nos jornais, as inserções se resumem a veículos de menor circulação.

Em 1922, o estabelecimento foi vendido. O anúncio de transferência, que informava que a negociação se fez com os herdeiros de Mattos, faz-nos crer que tenha falecido ou retornado para Portugal (*O Paiz*, 3 de setembro de 1922, p. 7). De início, M. Dantas comunicou à praça

que se tornara dono de todos os ativos e passivos da Casa Sportman, sugerindo que reestruturaria o empreendimento. Alguns meses depois, todavia, divulgou-se uma nova transação, tornando-se proprietário o também português Raul da Silva Campos, na ocasião presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama (*A Noite*, 25 de novembro de 1922, p. 13).

Não foi possível identificar a motivação dessa rápida transferência, mas sim que o estabelecimento seguiu sendo um dos mais renomados da cidade e ainda mais partícipe no campo esportivo, notadamente no que tange ao futebol. Mattos deixara contribuições que se desdobrariam por décadas.

Conclusão

Neste estudo, investigamos uma parte da trajetória da primeira casa fluminense dedicada majoritariamente à comercialização de produtos esportivos, pioneira num setor que logo se ampliou, inclusive em função das ações de seu proprietário, Manoel da Silva Mattos. Buscamos articular dois eixos de análise: as estratégias do empresário na condução da Casa Sportman e as dinâmicas do mercado consumidor no Rio de Janeiro do início do século XX.

Mattos era um imigrante português reconhecido no ramo do comércio, ativo participante das iniciativas empresariais e atividades da colônia de lusitanos do Rio de Janeiro. Suas decisões se materializaram em ações relativas ao perfil do empreendimento (a partir de determinado momento tornando-se especializada em material esportivo), tamanho, aspecto e localização da loja (que ocupou dois endereços de prestígio), aquisição de produtos (com o constante uso de importações, inclusive de marcas notórias no cenário mundial), ampliação de canais de venda (com abertura de uma filial e distribuição por correio e por atacado), crescimento do número de produtos ofertados no que tange às modalidades/práticas e ampliação do espectro de preços (para atrair mais consumidores), investimento na visibilidade da marca, especialmente com o uso de uma intensa publicidade, mas também com abusca de proximidade com o campo esportivo e a imprensa.

Desde que adotou um novo perfil para seu empreendimento, ainda

mais quando se estabeleceu uma concorrência no mercado de produtos esportivos, Mattos buscou marcar a diferença da Casa Sportman, forjando uma identidade organizacional, investindo na ampliação da aquisição, divulgação e distribuição de seus produtos. Sua intenção estava bem expressa em um de seus principais bordões: “Casa Sportman – sempre imitada, nunca igualada”.

Ao discutir as ações de Mattos, procuramos perceber como a Casa Sportman também ajudou a forjar o campo esportivo, especialmente no tocante ao aumento do mercado consumidor de material específico. Mais ainda, discutimos como o estabelecimento integrou o processo de conformação de novos hábitos de consumo relacionados a ideais de modernidade, materializados na região central da cidade. Mattos transformou sua loja em um “palácio dos sonhos” do esporte, adotando uma política sedutora de preços e vendas.

Acreditamos que foi possível contribuir para lançar um olhar sobre a história do consumo no Rio de Janeiro, inclusive no que se refere ao papel que desempenharam empresas e empresários. Na mesma medida, a investigação apontou outras possibilidades de estudos sobre a história econômica do esporte. Chama-nos a atenção, por exemplo, a necessidade de maior discussão sobre a concorrência. Da mesma forma, conceitos como os de empreendedorismo e estratégia parecem ser úteis para futuras investigações.

Referências

- ALBERT, S.; WHETTEN, D. Organizational identity. In: CUMMING, L.; STAW, B. (Org.). *Research in organizational behaviour*. Greenwich: JAI Press, 1985. p. 263-295.
- BARBERO, M. I. Business History in Latin America: issues and debates. In: AMATORI, F.; JONES, G. (Eds.). *Business History around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 317-338.
- CHANDLER, A. D. *Strategy and structure: chapters in the history of the American industrial enterprise*. Cambridge: MIT Press, 1962.
- COLLINS, T. *Sport in capitalist society: a short history*. Nova York: Routledge, 2013.
- FREITAS FILHO, A. P. A colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: LESSA, C. (Org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/Faperj, 2002. p. 163-198.
- FRIEDENSON, P. Business and Business History. In: JONES, G.; ZEITLIN, J. (Eds.). *The Oxford handbook of Business History*. Norfolk: Oxford University Press, 2007. p. 9-36.

- FUJIOKA, R.; STOBART, J. Global and local: retail transformation and the Department Store in Britain and Japan, 1900-1940. *Business History Review*, v. 92, n. 2, p. 251-280, 2018.
- GORÇALVES, C.; SAES, A. M. Surgimento e desenvolvimento da *Business History*. In: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: UFF, 2017. p. 1-20.
- GORBERG, M. *Parc' Royal: um magazine na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Ed. G. Ermakoff, 2013.
- HARDY, S. Adopted by all the leading clubs: sporting goods and the shaping of leisure. In: BUTSCH, R. (Ed.). *For fun and profit: the transformation of leisure into consumption*. Philadelphia: Temple University Press, 1990. p. 71-101.
- HEBÉRT, R.; LINK, A. *A history of entrepreneur ship*. Londres/Nova York: Routledge, 2009.
- HOWARD, V. *From main street to mall: the rise and fall of the American Department Store*. Pensilvania: University of Pennsylvania Press, 2015.
- HUDSON, P. Economic History. In: BERGER, S.; FELDNER, H.; PASSMORE, K. (Eds.). *Writing History*. Londres: Oxford University Press, 2003. p. 223-242.
- LAMOREAUX, N. R. Reframing the past: thoughts about business leadership and decision making under uncertainty. *Enterprise & Society*, v. 2, n. 4, p. 632-659, 2001.
- LEARS, J. *Fables of abundance: a cultural history of advertisement in America*. Nova York: Basic Books, 1994.
- LEITE, A. S. *Inovação, moda e praia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção).
- LEITE, J. C. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII, n. 97, p. 463-480, 1987.
- LEVINE, Peter. *A. G. Spalding and the rise of baseball: the promise of American Sport*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1985.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- LOBO, Eulália, M. L. *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- MELO, H.; ARAÚJO, J.; MARQUES, T. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da Cervejaria Brahma. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 535-568, 2003.
- MELO, V. A. *Cidade sportiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.
- MELO, V. A. *Dicionário do esporte no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- MELO, V. A. Educação, civilização, entretenimento: o Tivoli – um parque de diversão no Rio de Janeiro do século XIX (1846-1848). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 20, e114, 2020.
- MELO, V. A. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MELO, V. A. Esporte, propaganda e publicidade no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX e XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 25-40, maio 2008.

- MELO, V. A.; DRUMOND, M.; FORTES, R.; SANTOS, J. M. C. M. *Pesquisa histórica e História do Esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MENDONÇA, L. C. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Niterói: UFF, 2011. (Dissertação de Mestrado em História).
- MONOD, D. *Store Wars: shopkeepers and the culture of mass marketing, 1890-1939*. Toronto: University of Toronto Press, 1996.
- O'DONNELL, J. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, M. Cultura de consumo e indústria na São Paulo da *Belle Époque* (1890-1915). *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 1, p. 177-208, 2014.
- OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2010.
- PEREIRA, L. A. M. Pelos campos da nação: um *goalkeeper* nos primeiros anos do futebol brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 23-40, 1997.
- PINHEIRO, E. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011.
- POPINIGIS, F. *Proletários de casaca*. Campinas: Edunicamp, 2007.
- PORTER, D.; VAMPLEW, W. Entrepreneurship, sport, and history: an overview. *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, n. 7-8, p. 626-640, 2018.
- RAMOS, R. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.
- ROSS, J. A. Approaches to the study of American sports business history. In: RIESS, S. (Ed.). *A companion to American Sport History*. Malden: Wiley Blackwell, 2014. p. 552-576.
- SABINO, M. *Dicionário da moda*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SANTOS, J. M. C. M. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. São Paulo: USP, 2010 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- SANTOS, J. M. C. M. O monopólio nos esportes: uma comparação da organização dos esportes comercializáveis nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Brasil (1870-1920). *História Econômica & História das Empresas*, v. 15, n. 2, p. 47-80, 2012.
- SANTOS, J. M. C. M. Economia do entretenimento: o processo de monopolização do primeiro empreendimento esportivo no Brasil (1850-1930). *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 202-222, 2015.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- TRANTER, N. *Sport, economy and society in Britain (1750-1914)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- TRENTMANN, F. Beyond consumerism: new historical perspectives on consumption. *Journal of Contemporary History*, v. 39, n. 3, p. 373-401, 2004.
- TRENTMANN, F.; OTERO-CLEVES, A. M. Presentation. Paths, detours, and connections: consumption and its contribution to Latin American History. *Historia Crítica*, n. 65, p. 13-28, 2017.

Periódicos da época consultados

A NOITE. 18 jul. 1914; 29 jun. 1915; 3 dez. 1918; 27 mar. 1922; 5 nov. 1922.
A NOTÍCIA. 28 e 29 jan. 1910; 8 e 9 dez. 1910.
A RUA. 5 abr. 1918.
ALMANAK LAEMMERT. 1909; 1911; 1914; 1918.
CARETA. 7 jun. 1912; 21 set. 1912; 13 fev. 1915; 9 out. 1915; 30 out. 1915; 20 nov. 1915; 18 dez. 1915; 26 fev. 1916; 25 nov. 1916.
CORREIO DA MANHÃ. 12 jan. 1922.
RIO DE JANEIRO. Decreto Municipal 2.128, 25 ago. 1919.
BRASIL. *Diário Oficial*. 17 fev. 1909; 2 mar. 1909; 22 mai. 1913; 5 mar. 1918.
FON-FON. 21 jun. 1913; 1º jan. 1916.
JORNAL DO COMÉRCIO. 11 maio 1911; 25 set. 1916; 2 jan. 1936.
LANTERNA. 1º mar. 1917; 6 mar. 1917; 28 abr. 1917.
O BRASIL. 28 mar. 1922.
O MALHO. 8 jun. 1907; 24 fev. 1912; 7 jun. 1913; 25 jan. 1916; 27 jan. 1917.
O PAIZ. 28 mar. 1922; 3 set. 1922.
O SÉCULO. 25 abr. 1912.
O TICO-TICO. 27 fev. 1918.
BRASIL. Relatório do Ministério da Fazenda, 1919.
REVISTA DA SEMANA. 30 out. 1915; 24 fev. 1917.
SPORTS. 6 ago. 1915.

resenha bibliográfica

book review

Nelson Mendes Cantarino*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2019. 324p. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 1. Organização geral: Luiz Fernando Saraiva).

Nos últimos trinta anos, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) tem feito um trabalho primoroso de divulgação do que há de melhor em nossa produção historiográfica. Seus eventos são espaços de discussão privilegiados e a partir deles redes de pesquisa com estudiosos de todas as regiões do país se congregam.

Foi assim no primeiro evento da Associação, realizado na Universidade de São Paulo (USP) em 1993. A partir da seleção de artigos apresentados na capital paulista, Tamás Szmrecsányi (1936–2009) coordenou a edição de uma coleção sobre a História Econômica do Brasil que se tornou referência obrigatória para uma geração de historiadores.¹

* Professor de História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). E-mail: nelsonmc@unicamp.br. ORCID: 0000-0001-6878-4479.

¹ A coleção foi coordenada por Szmrecsányi com os professores Sérgio Silva (*História Econômica do Período Colonial e História Econômica da Primeira República*); José Roberto do Amaral Lapa (*História Econômica da Independência e do Império*); Wilson Suzigan (*História Econômica do Brasil Contemporâneo*) e Ricardo Maranhão (*História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*). Os volumes foram publicados em parceria pelas editoras Hucitec, EDUSP e pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Três décadas depois, um novo esforço de síntese e de apresentação da recente produção da historiografia econômica brasileira une a ABPHE em torno de uma nova compilação. O livro agora editado preenche uma lacuna da primeira coleção organizada pela associação. A primeira parte do volume apresenta uma visão ampla do ensino e das discussões metodológicas da História do Pensamento Econômico (HPE) no país. Os artigos de sua segunda parte seguem critérios temáticos e cronológicos. Do reformismo ilustrado luso-brasileiro ao debate contemporâneo em torno da inflação, podemos acompanhar, com um voo amplo temas, abordagens teóricas e personagens do pensamento econômico brasileiro.

Abrindo o volume, Carlos Eduardo Suprinyak e Alexandre Mendes Cunha nos propõem um panorama do estudo da história do pensamento econômico no país. Partindo de dilemas universais do ensino de Economia: a fragmentação disciplinar da ciência econômica, as agências de fomento à pesquisa que favorecem projetos que dominem técnicas analíticas avançadas em prejuízo da formação de viés mais humanístico, os autores apontam a crescente marginalização da disciplina de HPE dentro das instituições de ensino mundo afora.

Para alguns, a solução é migrar para departamentos mais simpáticos aos estudos de história intelectual, da filosofia da ciência e dos problemas em torno da tecnologia e de suas inovações. Também há aqueles que acreditam em uma espécie de *historia magistra vitae*, onde o resgate de tradições teóricas do passado pode esclarecer respostas para dilemas presentes. Talvez a solução mais pertinente para o problema seja reassegurar para a sociedade a importância da HPE como um instrumento pedagógico, despertando as faculdades analíticas e o espírito crítico dos estudantes.

Por enquanto, no Brasil a HPE ainda têm um espaço institucional confortável. Os autores defendem que essa posição é resultado da importância de abordagens locais capazes de deslindar as limitações da teoria econômica ortodoxa para a compreensão da realidade latino-americana. Aportes como o *estruturalismo cepalino* e as diversas abordagens da *teoria da dependência* são centrais para a crítica da transmissão e adaptação das ideias dos centros *mainstream* da teoria econômica em sua busca de compreender as especificidades da América Latina.

Suprinyak e Cunha não deixam de fazer críticas à comunidade de pesquisadores da área no país. Entre nós as fronteiras entre a HPE e a

discussão teórica contemporânea são nubladas e os “grandes economistas do passado” são vistos como agentes muitas vezes capazes de apresentar soluções para problemas que são de nosso tempo. Não seria um problema não fosse o fetichismo por certos nomes ignorando “todo o estoque de conhecimento histórico acumulado sobre determinado autor ou obra, em nome da busca por uma interpretação ‘própria’ ou ‘original’” (Cosentino; Gambi, 2019, p. 33).

Os autores fazem um extenso levantamento do conteúdo das cadeiras de pensamento econômico nos cursos de Economia e da produção da área no país. Existem pesquisadores atuando em publicações nacionais e alguns inclusive publicam em revistas internacionais, e temos periódicos editados nacionalmente com um certo alcance. Também é possível perceber um “pluralismo” com diversas abordagens teórico-metodológicas em nossas instituições superiores. Mas nossa comunidade ainda sofreria de um certo insulamento, principalmente em práticas de pesquisa que não correspondem às práticas correntes da comunidade internacional, com discrepâncias temáticas e metodológicas entre a produção brasileira e a dos grandes centros. O que não é necessariamente um demérito.

Respeitando nossas especificidades, será que é possível vislumbrar um pensamento econômico brasileiro? Esse é o tema do segundo artigo de autoria de Daniel Cosentino, Roberto Pereira Silva e Thiago Gambi. Os autores partem da distinção entre *análise econômica* e *pensamento econômico* proposta por Joseph Schumpeter (1883-1950) em sua *História da análise econômica* (1954). Em jogo, a suposta universalidade do conhecimento econômico. O austríaco destacava o caráter universal da análise econômica, havendo espaço apenas para uma história do pensamento econômico, aquela que pode reconstruir sua evolução teórica até o estado da arte contemporâneo. O trio de autores aposta na possibilidade de se reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais.

É uma tarefa complexa, pois muitos acreditam na visão de Schumpeter de que a Economia não difere fundamentalmente de outras ciências exatas. A teoria econômica seria a culminância de *breakthroughs* analíticos, carregados momentaneamente de verdades possíveis para, ao longo do tempo, consolidarem-se como verdades cada vez mais robustas e abrangentes. Então, qual seria a diferença essencial entre *análise econômica* e

pensamento econômico? A primeira seria a economia em si, esse conhecimento que combina história, o olhar sociológico, métodos estatísticos e teoria para explicar a realidade através da concatenação de teorias econômicas. O segundo deveria ser relacionado à ideia de política econômica e à prática. Uma consequência direta desse raciocínio é que o *pensamento* entra para o campo da ideologia. A *análise* remete a construção histórica para a lógica interna da teoria, destacando seu caráter positivo.

Outro autor central para esse debate é Mark Blaug (1927–2011). Blaug elimina os condicionantes sociais e históricos como instrumentos de compreensão dos autores, para dar ênfase a julgamentos de suas obras a partir de seu cotejamento com os desenvolvimentos modernos da teoria econômica. Aqui devemos perceber as distinções entre o absolutismo e o relativismo na história do pensamento econômico. Os relativistas entreveem a produção teórica do passado como um reflexo das relações econômicas de sua respectiva época, sendo estas justificadas em seus contextos originais. Os absolutistas observam apenas o desenrolar interno das teorias, sua progressão no caminho do erro e da dúvida à verdade. Assim, a teorias da fronteira do pensamento são sempre superiores às teorias vigentes no passado.

Mas por que pensar em um pensamento econômico nacional? A resposta está em uma citação que os autores fazem de José Luís Cardoso:

[...] as histórias nacionais serão tanto mais úteis quanto melhor servirem como ferramenta de captação e aprendizagem dos fluxos internacionais de ideias e teorias econômicas. A verdadeira razão de ser destas reside na possibilidade de poderem servir propósitos de compreensão e transformação das sociedades – bem localizadas no tempo e no espaço. (Cardoso apud Cosentino; Silva; Gambi, 2019, p. 69)

Perceber como os pensadores estabelecidos no Brasil imaginaram sua realidade, adaptaram o conhecimento econômico difundido a partir dos fluxos internacionais e responderam a seus problemas específicos é a porta de entrada para uma perspectiva nacional de pensamento econômico. Uma forma de perceber como a perspectiva nacional se consolida é através das controvérsias nas quais seus pensadores se engalfinharam. Esse é o tema do artigo de Carla Curty e Maria Malta.

A abordagem das controvérsias respeita contextos e pode ser orga-

nizada a partir de características ideológicas, políticas, teóricas e sociais específicas. O historiador do pensamento econômico pode retomar a historicidade de um determinado argumento pela compreensão dos posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que o formula. Curty e Malta retomam o argumento que Marx apresentou em seu famoso *Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política* (1859): “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. As autoras argumentam que toda formulação de pensamento, inclusive a produção científica, tem em seu cerne a historicidade e não pode ser percebida sem estar diretamente ligada à materialidade. Sem idealismos, o pensamento é resultado da realidade e não o ponto de partida para compreender essa realidade.

Ou seja, fazer a história do pensamento econômico brasileiro significa compreender as diversas interpretações e formulações econômicas realizadas no país de acordo com seu tempo histórico. Também é central perceber “seus elementos ideológicos e seus valores, e estas formulações e interpretações podem ser sistematizadas a partir das controvérsias” (Curty; Malta, 2019, p. 128).

Abrindo a segunda parte do livro, Bruno Aidar nos brinda com um levantamento de fontes e argumentos daqueles que refletiram em torno das riquezas da América portuguesa. Das primeiras descrições, como o *Tratado descritivo do Brasil* (1587), da lavra de Gabriel Soares de Sousa – com sua pretensão de “manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que têm a Bahia de Todos os Santos e os demais Estados do Brasil, do que os Reis passados tanto se descuidaram” –, ao *Diálogos sobre a grandeza do Brasil* (1618), a cristalização da empresa colonial como um processo de caráter mercantil é destacada por Ambrósio Fernandes Brandão nos seis principais tratos dos povoadores deste novo mundo: a lavoura do açúcar, o comércio, o pau-brasil e a extração de madeiras, o cultivo de algodão, a lavoura de mantimentos e a pecuária.

Aidar demonstra que a construção de uma visão material da colônia durante o século XVII competia com conjunturas desfavoráveis ao açúcar no mercado internacional e com o sonho das riquezas do Oriente, com suas especiarias, suas pedras e metais preciosos e o luxo dos produtos exóticos. Aqui, um comentário que merece todo o destaque é a

lembança de uma multiplicidade de fontes que ainda podem ser analisadas por pesquisadores na busca pela percepção dos colonos dos recursos e do potencial produtivo da colônia. Ainda há muito a ser descoberto na leitura criteriosa das correspondências das câmaras municipais e dos governadores e na vastidão de consultas, petições e outras correspondências que subiam para a análise do Conselho Ultramarino.

Neste século XVII, em que de tudo um pouco ocorreu na colônia, a perspectiva da riqueza ainda pode ser garimpada em autores como o grande Gregório de Matos Guerra (1636-1696). Sua descrição da Bahia do último quartel dos seiscentos ainda nos impressiona:

Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.

A ti trocou-te a máquina mercante,
que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.

Oh se quisera Deus que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fôra de algodão o teu capote!²

A máquina mercante baiana estava consolidada quando André João Antonil levou ao prelo a sua *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). A descoberta e as crescentes remessas do ouro das Minas alertaram a Metrópole tanto das possibilidades e da abundância que os sertões podiam proporcionar ao Reino, como dos perigos de sua divulgação. Mais do que um relato crítico dos impactos causados pela mineração, o texto é uma descrição das principais riquezas da sociedade colonial.

² Fonte: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 94.

Aidar destaca, com razão, os ecos de uma tradição que remonta à Antiguidade e aos tratados agrícolas e economia rústica de autores como Varrão³ e Catão,⁴ além de um arrazoado político fundamentado na moral cristã para intermediar os interesses privados dos colonos com os objetivos de uma colonização mercantil.

Já a partir do século XVIII, o conhecimento de aspectos econômicos das colônias torna-se ainda mais central para o governo do Império. Com a difusão da *economia política* pelas cortes europeias, seus argumentos foram utilizados por estadistas como Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) e Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) para pensar a realidade material da América portuguesa e maximizar os ganhos e o controle da Coroa sobre esse vastíssimo território. Novas instituições, como a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), com sua influência *estrangeirada* e com ecos das luzes setecentistas, difundiram as ideias econômicas do século para um círculo de autores luso-brasileiros que agora poderiam pensar as bases da prosperidade de sua terra natal. Dentro da “Geração de 1790”, dois luso-brasileiros destacam-se: Joaquim José de Azeredo Coutinho (1742-1821) e José da Silva Lisboa (1756-1835).

Se não há grandes *insights* ou contribuições originais para a teoria econômica na obra desses autores, sua leitura é fundamental para entender os imbróglis que a Coroa portuguesa e seus súditos americanos enfrentavam no alvorecer do novo século: *exclusivo* ou liberdade de comércio? Manter o trabalho escravo ou apostar no trabalho livre? Defensores dos Bragança e de uma ordem social escravista em um contexto de transformação do Antigo Regime utilizaram seus textos como munição na disputa de um modelo de sociedade que seria mantido no Império do Brasil.

Seguindo cronologicamente o percurso da difusão das ideias econômicas no país, Daniel Cosentino faz uma reflexão sobre as origens do ensino de Economia durante o século XIX. Partindo de textos já clássicos como o artigo de Paul Hugon acerca da Economia Política no Brasil e a tese de doutorado de Amaury Gremaud, vemos que a elite intelectual do país entrou em contato e se familiarizou com o debate

³ Cf. VARRÃO. *Das coisas do campo*. Introdução, tradução e notas de Matheus Trevizam. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

⁴ Cf. CATÃO. *Da agricultura*. Tradução, apresentação e notas de Matheus Trevizam. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

econômico contemporâneo através de traduções e de seu aprendizado nas novas instituições de ensino superior criadas após a independência.⁵

Os novos cursos de Direito e Engenharia, os primeiros ainda em 1827 com a criação dos cursos jurídicos e sociais em São Paulo e Pernambuco e, posteriormente, as cadeiras com temas econômicos nas Escolas Politécnicas, proporcionaram a edição e a circulação de manuais e traduções de autores do debate europeu. É importante perceber que os autores traduzidos iam além dos nomes fáceis do liberalismo clássico. Cosentino retoma as especificidades da bibliografia adotada em cada instituição. Por exemplo, em Pernambuco, o primeiro catedrático foi Pedro Autran da Mata Albuquerque (1805-1881), nomeado para o posto em 1832. Albuquerque traduziu o *Elementos de Economia Política*, de James Mill (1773-1836), e foi autor de diversos manuais, como o seu próprio *Elementos de Economia Política* (1844), as *Preleções de Economia Política* (primeira edição de 1859 e uma segunda em 1862), entre outros. Eram então livros que faziam a cabeça dos contemporâneos. Hoje fazem parte apenas do repertório de erudição dos especialistas em pensamento econômico.

Uma senda de pesquisa que Cosentino nos sugere é relacionar essas publicações, textos originais ou traduzidos, com o seu contexto imediato e os problemas que visavam resolver. Podemos falar em diferentes “escolas” de Economia no Brasil imperial? É muito interessante comparar as diferenças das publicações que eram adotadas nos diversos cursos pelo país. Em São Paulo, os professores não abriam mão do *Catecismo de Economia Política* (1815), de Jean Baptiste Say (1767-1832), e do *Elementos de Economia Política*, de Henry Dunning MacLeod (1821-1902). Figura secundária no debate econômico do século XIX, H. D. MacLeod foi autor de uma tentativa de teoria sistematizada em torno do papel do crédito bancário, não distinguindo o capital do crédito e problematizando a ideia de moeda bancária. Em seu tempo, MacLeod defendeu a corrente “catalática”, focada nos problemas da circulação, em oposição direta aos adeptos da corrente “crematística”, identificados com as questões associadas à produção da riqueza. Nos *Elementos de*

⁵ HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. 2ª ed. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; GREMAUD, Amaury P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em Economia).

Economia Política, a definição do valor de um objeto é baseada no desejo que este desperta em seus possíveis compradores, o que deslocaria o ponto central da compreensão dos processos econômicos da esfera da produção para a da distribuição de bens e serviços. Nessa perspectiva, McLeod seria, de certa forma, um antecessor dos autores que hoje são associados à Revolução Marginalista, centrada no conceito de *utilidade marginal*.

A atuação dos catedráticos pode ser compreendida por sua intervenção em debates contextualizados. Publicar, traduzir e lecionar são atividades que visavam a direcionar a opinião pública e a política para determinados objetivos. Essa militância acadêmica fica mais óbvia quando analisamos a bibliografia econômica dos cursos de Engenharia. Mestres como Luís Rafael Vieira Souto (1849-1922) já estavam imbuídos de uma formação científica baseada na matemática e militavam em um país que vivenciava transformações estruturais nas quais a noção de progresso demandava a formação de indústrias e uma infraestrutura modernizada.

A contextualização das controvérsias econômicas nas questões preeminentes de suas respectivas épocas é muito bem exemplificada no artigo de Thiago Gambi, autor de um estudo que é a referência sobre o segundo Banco do Brasil (1853-1866).⁶ Gambi retoma as questões que dominaram o debate econômico brasileiro de meados do século XIX: os temas monetários, creditícios e bancários.

Três grupos se alinhavam para a disputa: o primeiro eram os adeptos da plena conversibilidade da moeda em ouro e do monopólio de emissão inspirados na experiência britânica de 1844. O segundo, os defensores da moeda fiduciária, sem lastro em metais ou títulos, e da pluralidade de emissão monetária. Tinham como exemplo o *free banking* dos Estados Unidos e percebiam as dificuldades para as economias agroexportadoras estabilizarem o nível de suas reservas metálicas. O terceiro grupo possuía uma posição intermediária com reservas aos “fiduciários” e com aproximações ao argumento da conversibilidade, mas com a possibilidade de trocas por outros ativos.

Após uma breve, mas abrangente, revisão bibliográfica da historiografia da controvérsia entre *metalistas* e *papelistas*, Gambi avança pelo

⁶ GAMBÍ, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: políticas e finanças no Império Brasileiro (1853-1866)*. São Paulo: Alameda, 2015.

debate no parlamento brasileiro onde o tema podia ser sintetizado em duas questões principais: o direito de emissão e a conversibilidade da moeda. Os *papelistas* pregavam a conversibilidade em papéis da dívida pública, dando flexibilidade à política monetária na falta de metal. Existiam alguns, os *papelistas puros*, que questionavam o próprio vínculo da moeda com o metal. Para eles, o volume de transações deveria determinar a oferta de numerário. Se existisse uma relação direta entre transações e emissões, não havia motivos para se preocupar com excessos, contornáveis pelo aumento da taxa de juros. Era a chamada *real bills doctrine*. Este último grupo era o terror dos *metalistas*, que observavam a estabilidade da taxa de câmbio a partir da doutrina do padrão-ouro. Os adeptos do padrão não hesitavam em enxugar a circulação e paralisar as transações para manter o lastro metálico da moeda.

Personagens como o *saquarema* Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), político que exerceu diversos cargos públicos e foi reconhecido pelo regime com o título de Visconde de Itaboraí, defendia uma posição de equilíbrio entre a estabilidade do valor da moeda e a oferta de crédito para o comércio e a lavoura. Sua posição era ambígua, pois rendeu-se à escassez de metais e admitiu a conversibilidade de notas bancárias emitidas pelo Tesouro. Um defensor do *papelismo* foi Bernardo de Souza Franco (1805-1875). Souza Franco defendia que o foco da política econômica deveria ser o crédito. Em seu argumento, o valor da moeda não deveria ser estritamente atrelado ao metal. A expansão da oferta monetária não causaria necessariamente uma desvalorização cambial e um abandono do padrão ouro. A flutuação cambial devia ser percebida mais como consequência do resultado da balança comercial. O lastro em papel não era um problema para o valor da moeda e permitiria a flexibilidade da política monetária, mais capaz de atender aos negócios por não estar atrelada ao metal.

Thiago Gambi nos alerta que

Noções como progressista e desenvolvimentista talvez não estivessem no horizonte do Império, mas é inegável que Souza Franco atribuía ao crédito papel de propulsor da economia e, nesse sentido, os bancos seriam peças-chave por desempenhar o papel de intermediários entre poupadores e investidores. Os bancos colocariam à disposição dos negócios o capital entesourado, favorecendo todos os participantes do sistema econômico. (Gambi, 2019, p. 207)

Um personagem alvo de uma intensa disputa historiográfica e que também contribuiu para o debate em questão é Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (1813-1889). A partir de seus discursos na Câmara dos Deputados, de seus artigos na imprensa periódica e de seu relato autobiográfico, é possível retomar suas ideias econômicas. O crédito era central para mobilizar capitais inertes em instrumentos de produção e não havia estímulos para direcionar o capital entesourado para o fluxo econômico. Além disso, a demanda de moeda pelo comércio deveria ser suprida. Mauá propôs como solução a emissão de moeda fiduciária por instituições bancárias com grande volume de capitais e credibilidade na praça. A política monetária deveria estar a serviço do progresso econômico do país.

Esse progresso e o *desenvolvimentismo* são os temas do artigo de Ivan Salomão.⁷ Ainda no século XIX, a abolição tardia da escravatura e o fim do regime imperial abriram uma janela de oportunidade para pensar as novas bases da riqueza material e da prosperidade do país. Salomão entende o *desenvolvimentismo* pela definição de Pedro Fonseca:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, 2015 apud Salomão, 2019, p. 222)

O tema é árduo. E Salomão é cuidadoso ao lembrar dos alertas de Ricardo Bielchowsky: o *desenvolvimentismo* é uma ideologia; e de Luiz Carlos Bresser-Pereira: o *desenvolvimentismo* foi uma estratégia. Política econômica, ideologia e estratégia. Todas estão diretamente relacionadas ao agir humano. O artigo inova ao retroagir cuidadosamente essa reflexão para o fim do século XIX, buscando as origens do *desenvolvimentismo* posto em prática pelo regime varguista após sua ascensão nos anos 1930.

Retomando nomes da “Geração de 1870”, Salomão destaca os temas então voga: a ordem, o progresso e a formação da sociedade civil, da

⁷ O artigo “Origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico” foi originalmente publicado no periódico *Nova Economia*, v.27, n. 3, p. 421-442, 2017.

nação e de um Estado brasileiro presente e atuante por todo território nacional. A centralidade da agroexportação e da política pública que defendia os interesses dos cafeicultores também era seu alvo. Uma percepção de “atraso”, de descolamento da contemporaneidade com suas conquistas técnicas e fabris baseadas em uma industrialização pesada, assombrava os críticos da recém-proclamada república. O *desenvolvimentismo* pode ser associado aos esforços de diversificar a produção e de proteger as iniciativas de consolidação da indústria.

A historiografia econômica possui estudos acerca do sistema financeiro, da infraestrutura ferroviária e da industrialização que destacam o papel ativo da iniciativa privada e dos cafeicultores no processo de modernização brasileira. Na verdade, esse é um tema com diversas perspectivas e muitas polêmicas. Como um contraponto, Steven Topik defende que existia um funcionalismo público consciente do papel do Estado para a modernização da base produtiva do país. Por exemplo, o Estado era o proprietário do maior banco comercial e de três empresas hipotecárias ativas no mercado, da maior empresa de navegação e de 2/3 das ferrovias do país. Mas Topik faz ressalvas: a atuação dos governos republicanos era mais relacionada à defesa da agroexportação do que a políticas de planejamento. O crescimento industrial antes de 1930 seria consequência da maior liquidez de recursos, do mercado de ações e do câmbio favorável.⁸

De qualquer forma, a Grande Depressão tem um papel central na mudança de perspectiva em torno do *desenvolvimentismo* no país. A fragilidade do modelo agroexportador e o processo político que culminaria na Revolução de 1930 alteraram a atuação da burocracia estatal, que passou a buscar a diversificação produtiva e um crescimento sustentável de longo prazo, bases materiais de um processo de transformações estruturais capazes de criar uma sociedade com um nível superior de bem-estar.

A forma como a historiografia brasileira do pensamento econômico refletiu em torno do tema do *planejamento* e da *industrialização* é o tema do artigo de Luiz Felipe Bruzzi Curi. Se a ideia de “notas preliminares” aparece no título do capítulo, na realidade o texto apresenta um apanhado

⁸ TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

abrangente de autores divididos por décadas. No primeiro grupo, aqueles que escreveram nos anos 1960 e 1970, nomes incontornáveis como Nícia Vilela Luz, Heitor Ferreira Lima (1905-1989) e Edgard Carone (1923-2003). Esses autores tinham em comum o levantamento e a compreensão de um pensamento industrialista por trás da superação do modelo agroexportador. Em suas pesquisas, destacaram aqueles que até então foram responsáveis por pensar as possibilidades da industrialização, personagens como o já citado Luiz Rafael Vieira Souto e o empresário paulista Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948).

Na segunda parte do artigo, Cury destaca como pesquisadores formados na tradição da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) pensaram o *ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Com o processo de industrialização já avançado, autores como Guido Mantega e Ricardo Bielschowsky sistematizaram de forma crítica as diversas interpretações teóricas do processo de industrialização iniciado na década de 1930. Mantega divide o debate em torno da industrialização em três linhas: o “modelo de substituição de importações”, o modelo “democrático burguês” e o “modelo de subdesenvolvimento capitalista”. A primeira é baseada na obra de Celso Furtado (1920-2004), a segunda nos textos de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Luís Carlos Prestes (1898-1990) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993), todos associados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a terceira linha, do subdesenvolvimento capitalista, era formada por autores próximos do trotskismo, que compreendiam os países periféricos não como (semi) feudais, mas como parte integrada e subordinada ao capitalismo internacional. Entre seus principais nomes estavam Caio Prado Jr. (1907-1990), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e André Gunder Frank (1929-2005). Para Mantega, o núcleo de uma economia política efetivamente brasileira estava centrado nas linhas de pensamento de inspiração cepalina ou marxista. Não há a inclusão de correntes liberais de pensamento econômico.

Outro que percebe a gênese de reflexões tipicamente brasileiras a partir do pensamento cepalino é Ricardo Bielschowsky. Seu livro *Pensamento econômico brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* é bibliografia básica em qualquer disciplina de HPE que se preze. A abordagem de Bielschowsky é mais *contextualista* do que a de Mantega, mobilizando um conjunto de fontes mais abrangente de textos teóricos a artigos de divulgação. Cury identifica aquela que talvez seja

a grande crítica que possa ser feita ao livro de Bielschowsky: um certo menosprezo com o debate brasileiro dos anos 30 e 40 por este não ser “teoricamente embasado”, pois em suas páginas não é possível desassociar o *desenvolvimentismo* do plano teórico do estruturalismo cepalino.

Na terceira parte de seu artigo, Cury destaca a tendência à ampliação e à diversificação das pesquisas em história econômica a partir da perspectiva comparada e da abordagem da difusão internacional das ideias. A comparação com outras realidades e a incorporação dos debates teóricos dos grandes centros de difusão do conhecimento econômico esteve presente no debate sobre a inflação no Brasil, o tema do último capítulo do livro, de autoria de Victor Leonardo de Araújo.

A inflação foi um dos principais problemas do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Passamos no país por duas graves crises inflacionárias: uma na década de 1960 e outra, mais dramática e abrangente, do final dos anos 1970 até o Plano Real (1994). É também no debate em torno da inflação que a tradição ortodoxa e as diversas heterodoxias duelaram pelos diagnósticos da crise e de objetivos a serem alcançados para sua superação. Estabilidade de preços ou priorizar o crescimento? Muitos associam a luta pela estabilização como uma causa restrita aos ortodoxos. A ortodoxia percebe o crescimento como decorrência do desempenho livre dos mecanismos de mercado, com o crescimento sendo decorrência dos estoques de capital. Ao invés das políticas de administração da demanda agregada, uma agenda microeconômica com a desregulamentação do mercado de trabalho e dos mercados financeiros. Para isso são necessárias instituições que assegurem a validade de contratos, o livre comércio e a integração da economia nacional aos mercados financeiros internacionais.

A inflação também é um problema para a heterodoxia. Equilíbrio orçamentário e políticas monetárias austeras também podem ser propostas por economistas heterodoxos. O Plano Trienal proposto por Celso Furtado é um bom exemplo. No artigo, Victor Araújo percorre os debates em torno do fenômeno inflacionário apresentando argumentos e definindo com precisão as escolhas teóricas e as propostas de políticas públicas em uma síntese que irá salvar muitos professores em cursos de economia brasileira.

Nesse aspecto, essa é a maior contribuição de *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. É uma obra acessível para os

estudantes que estão iniciando o percurso de compreender o debate econômico nacional e sua trajetória histórica e é um texto que não deixa de apresentar as referências fundamentais para os pesquisadores mais experientes seguirem com suas leituras.

Diretrizes para autores

Normas para submissão

1. *História Econômica & História de Empresas* publica somente trabalhos originais redigidos em português, inglês ou espanhol.
2. Configurações do arquivo: formato Microsoft Word, papel A4, margens 2,5 (superior e inferior) e 3,0 (direita e esquerda), fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,5 e máximo de 30 páginas, incluindo as referências.
3. Os artigos devem apresentar: título (*title*), resumo (*abstract*) com até 10 linhas e 5 palavras-chave (*keywords*).
4. **Gráficos e planilhas** devem ser enviados separadamente em arquivo Microsoft Excel. **Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral** também devem ser enviados separadamente, com resolução mínima de 600 dpi reais (não interpolados), em tamanho natural e salvas em formato JPEG e em cores RGB. **Cromos ou slides** devem ter resolução mínima de 2.500 dpi reais (não interpolados). Materiais provenientes de câmeras digitais devem ter resolução mínima de 3 megapixels sem compressão (módulo *high definition*). Todos os elementos citados devem ser numerados, acompanhados de legenda e indicação de fonte.
5. Aceitam-se artigos com, no máximo, 3 (três) autores, dos quais se exige cadastro no ORCID. Uma vez tomada a primeira decisão editorial, fica impedida a inclusão de novos coautores.

Citações e referências

1. As citações devem conter autor, ano e página de acordo com a norma NBR-10520 da ABNT.
2. As notas devem ser restritas ao mínimo indispensável, inseridas como notas de rodapé.
3. As referências, restritas apenas às efetivamente citadas no corpo do trabalho, deverão ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética e em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT. Se houver mais de uma referência/publicação do mesmo autor, deve-se apresentá-las em ordem de data da publicação, da mais antiga para a mais recente. Deve-se repetir sobrenome e nome do autor, sendo vedado o uso de 'fio' (_____).

Exemplos

Livro

Nas referências: FURTADO, Celso M. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

Em chamada à referência no texto: Furtado (1982)

Em citação direta: (Furtado, 1982, p. x-y)

Livro com até três autores

Nas referências: LAGO, Luiz Antônio C. do; ALMEIDA, Fernando L. de; LIMA, Beatriz M. F. de. *A indústria brasileira de bens de capital*. Origens, situação recente, perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Documentação, 1979.

Em chamada à referência no texto: Lago, Almeida e Lima (1979)

Em citação direta: (Lago; Almeida; Lima, 1979, p. x-y)

Livro com mais de três autores

Nas referências: TESSARI, Cláudia *et al.* *Braços para colheita*. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012.

Em chamada à referência no texto: Tessari *et al.* (2012)

Em citação direta: (Tessari *et al.*, 2012, p. x-y)

Capítulo de livro

Nas referências: ABREU, Marcelo de P. “*Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945*”. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Em chamada à referência no texto: Abreu (2014)

Em citação direta: (Abreu, 2014, p. x-y)

Artigo em periódico

Nas referências: LEVY, Maria-Bárbara; SAES, Flávio A. M. de. Dívida externa brasileira, 1850-1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 48-91, 2001.

Em chamada à referência no texto: Levy e Saes (2001)

Em citação direta: (Levy; Saes, 2001, p. x-y)

Dissertação de mestrado e tese de doutorado

Nas referências: BENTIVOGLIO, Julio C. O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica imperial (1840-1860). 2002. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Em chamada à referência no texto: Bentivoglio (2002)

Em citação direta: (Bentivoglio, 2002, p. x)

Autor: associação ou empresa

Nas referências: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL (CCBB). *Antes: histórias da pré-história*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil, 2004.

Em chamada à referência no texto: CCBB (2004)

Em citação direta: (CCBB, 2004, p. x)

Autor: órgão público

Nas referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Aids no Brasil: um esforço conjunto governo sociedade*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

Em chamada à referência no texto: Brasil (1998)

Em citação direta: (Brasil, 1998, p. x)

Jornais (ou revistas) sem autor

Nas referências: O Estado de São Paulo (OESP). Editorial. 12 de setembro de 2010, caderno A, p. x.

Em chamada à referência no texto: OESP (2010)

Em citação direta: (OESP, 2010, p. x)

Trabalho completo ou resumo apresentado em congresso

Nas referências: SZMRECSÁNYI, Tamás József M. K. História econômica do período colonial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1, 2002, São Paulo. Resumo: *Coletânea de textos apresentados*. São Paulo: EDUSP-Hucitec, 2002.

Em chamada à referência no texto: Szmrecsányi (2002)

Em citação direta: (Szmrecsányi, 2002, p. x)

Instituição: autor e editor da obra

Nas referências: INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). Amazônia: Bibliografia, 1614-1962. Rio de Janeiro, 1963-1972.

Em chamada à referência no texto: IBBD (1972)

Em citação direta: (IBBD, 1972, p. x)

Material disponível na internet

Nas referências: ALVES, Maria Bernardete M.; ARRUDA, Susana Margareth. *Como fazer referências bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos*. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>. Acesso em 20 fevereiro 2014.

Em chamada à referência no texto: Alves e Arruda (2007)

Em citação direta: (Alves; Arruda, 2007, p. x)

